

Aula 00 - Profa. Nilza Ciciliati

*EBSERH (Assistente Social)
Conhecimentos Específicos*

Autor:

**Anna Valéria Andrade, Coimbra
Evarista Almeida, Nilza Ciciliati**

26 de Julho de 2026

Índice

1) Apresentação	3
2) Fundamentos éticos e o projeto ético-político do Serviço Social	5
3) Resumo - Fundamentos Éticos e Projeto Ético-político	37
4) Mapas mentais - Projeto ético-político do Serviço Social	41
5) Lista de questões - Fundamentos Éticos - MULTIBANCAS	44
6) Questões comentadas - Fundamentos Éticos - MULTIBANCAS	67
7) Resolução CFESS nº 273/93 - O Código de Ética do Assistente Social	114
8) Resumo - Código de Ética Profissional	168
9) Mapas mentais - Código de ética do assistente social	171
10) Lista de questões - Código de Ética - Multibancas	185
11) Questões comentadas - Código de Ética - Multibancas	215
12) Lista de questões - Código de Ética - FGV	276
13) Questões comentadas - Código de Ética - FGV	290



APRESENTAÇÃO

Olá! Bem-vindo(a), **querido(a) concursando(a) e futuro(a) aprovado(a)**!

Sou a **Professora Nilza Ciciliati**, assistente social, servidora pública federal e especialista em preparação para concursos na área de Serviço Social e Legislação Social. Estou muito feliz e entusiasmada por recebê-lo(a) neste curso, com aulas repletas de aprendizado sobre os conhecimentos específicos do seu concurso. Vamos juntos embarcar nesta jornada de conhecimento e crescimento!

Antes de começarmos, permita-me apresentar um pouco mais sobre mim.

Sou uma assistente social formada pela UNIGRAN-MS, com pós-graduações em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social pela PUC-PR, Neurociência aplicada à aprendizagem pela Faculdade Integrada Instituto Souza, e Direito Previdenciário pela Faculdade Internacional Signorelli-RJ. Atuo como servidora pública federal há 13 anos e, desde 2016, ocupo o cargo de Analista do Seguro Social com formação em Serviço Social no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Minha jornada com concursos públicos começou há muitos anos, quando ainda trabalhava no setor privado e sonhava com um cargo público. Então, comecei a me preparar para concursos em nível municipal, estadual e federal. Ao longo dos anos, tive várias aprovações, incluindo:

- 🏆 1º lugar como Atendente Comercial nos Correios em 2000;
- 🏆 2º lugar como Auxiliar em Administração na Secretaria de Educação do Estado de MS em 2003;
- 🏆 13º lugar como Técnico Administrativo no IFMS em 2009;
- 🏆 2º lugar como Atendente Comercial na Empresa de Saneamento Básico do Estado de MS em 2010;
- 🏆 4º lugar como Técnico do Seguro Social no INSS em 2012;
- 🏆 2º lugar como Analista do Seguro Social na área de Serviço Social no INSS em 2016.

Durante essa longa jornada, percebi a importância de uma preparação adequada, com materiais focados exclusivamente para concursos. Descobri que não importa qual seja a sua formação educacional básica (eu mesma sempre estudei em escola pública), pois a dedicação intensa e o comprometimento podem superar qualquer dificuldade!

O primeiro passo para o sucesso é **ACREDITAR QUE É POSSÍVEL** e que você pode conquistar aquilo que deseja! O segundo passo é "**arregaçar as mangas**" e trabalhar para construir o futuro que você quer ter! Isso exige **disciplina, constância** e um **estudo focado e direcionado**! E eu estarei aqui para auxiliá-lo(a) nesta jornada!



Em nosso material, focamos na **retenção do aprendizado**. Portanto, após cada tópico abordado, introduziremos algumas questões para internalizar o assunto e entender como as Bancas Examinadoras costumam cobrá-lo em provas. Nosso material será **100% focado no que realmente é importante** para você ter **sucesso nas provas**, pois nosso objetivo aqui é fazer com que você **acerte o máximo de questões** e consiga sua **APROVAÇÃO!**

Neste curso, faremos inicialmente uma abordagem teórica do assunto, contemplando as principais informações de cada tópico, focando nos autores e/ou legislações cobrados em provas. Ao final da teoria, você terá a "lista de questões" e as "questões comentadas". E para auxiliar na revisão constante do conteúdo, ao final do material terá um resumo daquilo que realmente é essencial e precisa ser lembrado!

Orientação de estudo do material:

- primeiro faça uma leitura atenta da parte teórica! Preste muita atenção nas palavras em destaque (negrito e sublinhado)! Grife e destaque, se achar necessário!
- em seguida, tente responder as questões sem consultar o gabarito e os comentários do material. Só depois, consulte-o!
- faça um diagnóstico, verificando como foi seu desempenho e revise os pontos que precisam ser melhorados.
- aproveite as videoaulas para reforçar aqueles assuntos que você tem maior dificuldades!
- e não se esqueça de usar o resumo/mapas mentais para revisar o assunto com frequência! Afinal, aquilo que não é visto, não é lembrado!
- se ainda tiver dúvidas do conteúdo, poderá acessar o "Fórum de dúvidas" na plataforma e deixar sua pergunta, que terei o maior prazer em responder!

Deixo aqui também os meus contatos nas redes sociais e no Canal do YouTube:



<https://www.instagram.com/profnilzaciliati/>



<https://t.me/profnilzaciliati>



<https://whatsapp.com/channel/0029VaGkY9r1NCrSuJ34Mi2R>



<https://www.youtube.com/@NilzaCiciliati>

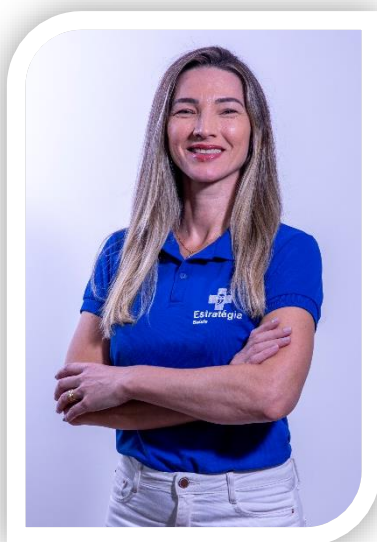
Ótima aula e bons estudos!

Profa. Nilza Ciciliati



FUNDAMENTOS ÉTICOS E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Considerações Iniciais



Bem-vindo(a), **futuro(a) aprovado(a)**!

Sou a **Professora Nilza Ciciliati**, assistente social e servidora pública federal, especialista em preparação para concursos na área de Serviço Social e Legislação Social. Estou muito feliz e entusiasmada por recebê-lo(a) em mais um encontro repleto de aprendizado e descobertas nos conhecimentos específicos do nosso curso. Vamos juntos embarcar nesta jornada de conhecimento e crescimento!

Nesta aula, vamos tratar sobre os **fundamentos éticos** e o **projeto ético-político do Serviço Social**, que norteiam o exercício profissional do/a assistente social.

A proposta da aula é apresentar o tema de forma leve, simples e objetiva, dando relevância para os tópicos que você realmente precisa aprender para realizar uma prova de forma satisfatória.

Inicialmente abordaremos a parte teórica, em seguida traremos uma lista de questões para que você possa treinar seu conhecimento e posteriormente poderá conferir o gabarito e todas as questões com comentários. Ao final da aula, você terá um resumo com os pontos mais importantes, para facilitar na hora da revisão. Qualquer dúvida sobre o conteúdo, poderá enviar sua pergunta pelo fórum de dúvidas do curso! Terei o maior prazer em responder!

Deixo aqui meus contatos nas redes sociais:

Instagram: <https://www.instagram.com/profnilzaciciliati/>

Canal da profa. no Telegram: <https://t.me/profnilzaciciliati>

Canal da profa. no WhatsApp: <https://whatsapp.com/channel/0029VaGkY9r1NCrSuJ34Mi2R>

Comunidade Serviço Social no WhatsApp: <https://chat.whatsapp.com/JAfBf6Wz22mA30kkD5mYEW>

YouTube Nilza Ciciliati: <https://www.youtube.com/@NilzaCiciliati>



Ótima aula e bons estudos!

Profa. Nilza Ciciliati



Fundamentos éticos do Serviço Social

Para compreendermos os fundamentos éticos no Serviço Social, primeiramente, é importante entendermos o significado de **moral** e **ética**.

Enquanto a **moral é ação**, a **ética é a reflexão**, ou seja, prática e teoria.

Enquanto a moral é entendida como um conjunto de normas, aceitas livres e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens, a ética busca compreender e relacionar criticamente os atos e as normas, é o estudo dos comportamentos estabelecidos pela moral, é um tratamento científico dos problemas morais.

MORAL

Vida prática
Indivíduo em sua singularidade
Ação/prática



ÉTICA

Conhecimento teórico
Humano genérico
Reflexão/teoria

Quando falamos em **ética profissional**, devemos entendê-la como uma **dimensão específica do Serviço Social**, sendo suas determinações mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho.



Segundo Barroco (2009)¹, a **ética profissional se objetiva:**

- **como ação moral**, através da prática profissional,
- **como normatização de deveres e valores**, através do código de Ética Profissional,
- **como teorização ética**, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e
- **como ação ético-política**.

¹ BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.



Vamos entender cada um desses pontos de forma mais detalhada:

- **Ação Moral através da Prática Profissional:** A ética profissional se manifesta nas ações diárias dos profissionais. Isso significa que, ao realizar suas atividades, os profissionais tomam decisões baseadas em princípios éticos, como justiça, respeito e responsabilidade. Exemplo: Um assistente social que trata todos os seus usuários com dignidade e respeito, independentemente de sua situação socioeconômica, está praticando a ética profissional.
- **Normatização de Deveres e Valores através do Código de Ética Profissional:** Os códigos de ética profissional estabelecem normas e diretrizes que orientam o comportamento dos profissionais. Esses códigos definem os deveres e valores que devem ser seguidos para garantir uma prática ética.
- **Teorização Ética através das Filosofias e Teorias:** A ética profissional também é fundamentada em teorias e filosofias que fornecem uma base para a reflexão e a intervenção ética. Essas teorias ajudam os profissionais a entenderem os princípios éticos e a aplicá-los em sua prática. Exemplo: O uso de teorias como a ética deontológica, que enfatiza o cumprimento de deveres e obrigações, ou a ética utilitarista, que foca nas consequências das ações para o bem-estar coletivo. A teoria crítico-dialética oferece uma base sólida para uma prática ética que não apenas responde às necessidades imediatas, mas também busca transformar as condições sociais que geram essas necessidades.
- **Ação Ético-Política:** A ética profissional não se limita ao comportamento individual, mas também envolve a ação coletiva e política. Isso significa que os profissionais devem se engajar em ações que promovam mudanças sociais e políticas para melhorar as condições de vida das pessoas. Exemplo: Um assistente social que participa de movimentos sociais e políticas públicas para defender os direitos das populações vulneráveis, como a luta por melhores condições de moradia ou acesso à saúde.

Esses pontos mostram como a ética profissional é **multifacetada**, abrangendo desde as ações individuais até a participação em movimentos sociais e políticos.

Barroco destaca que essas ações éticas **não são formas puras e/ou absolutas** e que sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos.

Já a **moral profissional** diz respeito à relação entre:

- **a ação profissional do indivíduo singular** (derivada de determinado comportamento prático objetivador de decisões, escolhas, juízos e ações de valor moral),
- **os sujeitos nela envolvidos** (usuários, colegas, etc.) e
- **o produto concreto da intervenção profissional** (avaliado em função de suas consequências éticas, da responsabilidade profissional, tendo por parâmetros valores e referenciais dados pela categoria profissional, como o Código de Ética, etc.).

Assim, a moral é reveladora de uma dada consciência moral ou moralidade, pois envolve escolha entre alternativas, julgamentos com base em valores, posicionamentos que signifiquem



defesa, negação, valorização de direitos, necessidades e atividades que interfiram e/ou tragam consequências sociais, éticas e políticas para a vida de outros indivíduos.

O que dá materialidade e organicidade à **consciência ética** dos profissionais é o pertencimento a **um projeto profissional** que possa responder aos seus **ideais, projeções profissionais e societárias**, enquanto profissionais, cidadãos e categoria organizada. Os profissionais participam eticamente de um projeto profissional quando assumem individual e coletivamente a sua construção, sentindo-se responsáveis pela sua existência, como parte integrante do mesmo.



(CESPE / CEBRASPE - 2020 - HUB) Com base no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social em vigor, no debate sobre o projeto ético-político e nos fundamentos da ética no serviço social, julgue o item que se segue.

O pertencimento a um projeto profissional que responde aos ideais pessoais e a projeções profissionais e societárias, enquanto profissionais, cidadãos e categoria organizada, dá materialidade e organicidade à consciência ética dos profissionais assistentes sociais.

() certo () errado

Comentário:

O item está **correto**, pois a **consciência ética dos assistentes sociais** está diretamente ligada ao **pertencimento a um projeto profissional** que reflete seus **ideais, projeções profissionais e societárias**. No caso do Serviço Social, esse pertencimento ocorre através do **projeto ético-político**, que estrutura a identidade da profissão com base na **defesa dos direitos sociais, na emancipação dos sujeitos e na justiça social**.

A **consciência ética** dos profissionais **não surge de forma isolada**, mas sim **como resultado de um compromisso coletivo** com os princípios e valores da profissão. Esse processo envolve:

Ascensão individual e coletiva do projeto profissional, garantindo que os assistentes sociais **participem ativamente de sua construção** e aprimoramento contínuo.

Responsabilidade profissional e cidadã, vinculando a prática profissional à luta por justiça social e equidade.

Integração com a categoria organizada, fortalecendo a profissão por meio da participação em espaços de debate e articulação política.

Portanto, a **consciência ética dos assistentes sociais** se fortalece à medida que os profissionais **se reconhecem como parte de um projeto coletivo**, assumindo sua **responsabilidade na construção e consolidação da profissão**.

Gabarito: Certo.



(CESPE/CEBRASPE – 2018) Com o Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, iniciou-se o processo de construção de uma nova ética profissional. Julgue o item a seguir, a respeito das conquistas nessa área.

A ética profissional, em todas as suas dimensões, é autônoma e independente da capacitação teórica e da prática política nas atividades profissionais.

() certo () errado

Comentário:

Quando falamos em **ética profissional**, devemos entendê-la como uma dimensão específica do Serviço Social, sendo suas determinações mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho.

Segundo Barroco (2009), a **ética profissional se objetiva**:

- > **como ação moral**, através da prática profissional,
- > **como normatização de deveres e valores**, através do código de Ética Profissional,
- > **como teorização ética**, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão
- > **como ação ético-política**.

A autora destaca que essas **não são formas puras e/ou absolutas** e que **sua realização depende de uma série de determinações**, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos.

Gabarito: Errado.

A ética também se objetiva através de **um Código de Ética**: conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional.



Mas cuidado! Nenhuma profissão pode garantir a legitimação de sua ética a partir de seu código, o que seria afirmar uma concepção ética legalista e formal. Trata-se de uma questão de consciência ética e política cuja ampliação requer estratégias da categoria profissional, no sentido de mobilização, de incentivo à participação, à capacitação, de ampliação do debate e de acesso à informação.

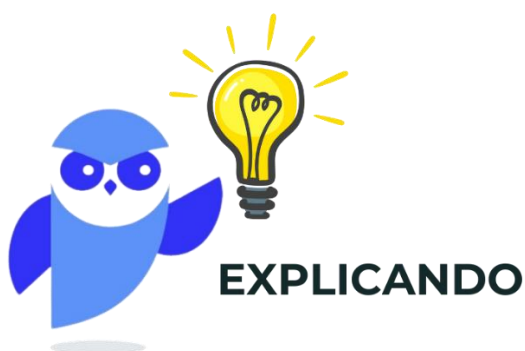
É importante também destacar que **a ética profissional não é isenta dos processos de alienação**, mas pode também ser favorecida por condições sociais e, diante de motivações coletivas, ser direcionada a uma intervenção consciente realizadora de direitos, necessidades e valores que respondam às necessidades dos usuários.

Essa intervenção consciente deve estar articulada a um projeto profissional que se caracteriza pela busca de ruptura com o conservadorismo em suas várias dimensões e configurações: o chamado **projeto ético-político**.



Barroco (2009)² traz reflexões importantes sobre a ética:

- embora limitada, **a ética se faz cotidianamente através de atos morais singulares**, mais ou menos conscientes e livres;
- a ética pode se objetivar através de ações motivadas por valores e teleologias dirigidas à realização de direitos e conquistas coletivas; dos elementos para a compreensão das possibilidades éticas e morais do futuro.
- embora momentânea, pode se estabelecer como mediação entre a singularidade de indivíduo moral e a sua dimensão humano-genérica, objetivando-se como parte da práxis social.
- **o trabalho é a base ontológica primária da vida social**, na medida em que rompe com o padrão imediato das atividades puramente naturais e amplia sua natureza social e consciente através da interação, do intercâmbio, da reciprocidade social e projetando sua ação com base em escolhas de valor.
- **é no cotidiano que a moral tende a se objetivar de modo alienado**, reproduzindo julgamentos, repetindo comportamentos, espaço de:
 - **ultragereneralização, pragmatismo, imediatismo, superficialidade e heterogeneidade.**
- quando o indivíduo faz uma **reflexão ética e crítica da vida cotidiana**, motivado por valores emancipatórios, **ampliam-se as possibilidades de realização de escolhas conscientes do ser social**, propiciando a valorização e o exercício da liberdade e do compromisso com projetos coletivos.



Vamos entender melhor essa reflexão de Barroco (2009): “Embora limitada, a ética se faz cotidianamente através de atos morais singulares, mais ou menos conscientes e livres.”

A ética tem suas limitações porque é influenciada por diversos fatores, como cultura, sociedade e contexto histórico. Isso significa que nossas ações éticas não são perfeitas ou absolutas, mas são moldadas por essas influências. A ética não é algo que se aplica apenas em grandes decisões ou momentos especiais. Ela está presente em nosso dia a dia, nas pequenas escolhas e ações que fazemos. Cada ação que tomamos pode ser vista como um ato moral. Esses atos são singulares porque cada situação é única e requer uma resposta específica. Nossas ações éticas podem variar em termos de consciência e liberdade. Às vezes, agimos de forma muito consciente e deliberada,

² BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.

enquanto em outras situações, nossas ações podem ser mais automáticas ou influenciadas por pressões externas.

Exemplo prático: Imagine que você está no supermercado e vê alguém derrubando uma caixa de frutas. Você pode escolher ajudar a pessoa a recolher as frutas (ato moral singular), mesmo que isso signifique gastar um pouco mais do seu tempo. Essa ação pode ser mais ou menos consciente (você pode fazer isso automaticamente ou pensar sobre a importância de ajudar) e mais ou menos livre (você pode sentir uma pressão social para ajudar ou fazer isso por vontade própria).



E como a moral tende a se objetivar de modo alienado no cotidiano?

No cotidiano, a moral pode se tornar **alienada**, ou seja, **desconectada de uma reflexão crítica**. Isso acontece quando há:

- ✗ **Reprodução de julgamentos:** As pessoas tendem a julgar situações e comportamentos com base em normas e valores que foram internalizados sem questionamento. Por exemplo, alguém pode criticar outra pessoa por não seguir uma tradição familiar, sem considerar o contexto ou as razões por trás da escolha.
- ✗ **Repetição de comportamentos:** Muitas ações são realizadas de forma automática, sem reflexão. Por exemplo, seguir regras sociais como cumprimentar de uma certa maneira ou vestir-se de acordo com um código específico, sem pensar no porquê dessas regras.
- ✗ **Ultrageneralização:** Aplicar regras morais de forma muito ampla, sem considerar as nuances de cada situação. Por exemplo, acreditar que “todas as pessoas que pedem dinheiro na rua são preguiçosas e não querem trabalhar”. Essa visão não leva em conta as diversas razões pelas quais alguém pode estar pedindo dinheiro, como desemprego, problemas de saúde mental, falta de oportunidades, ou outras dificuldades pessoais. Essa ultrageneralização pode levar a atitudes preconceituosas e discriminatórias, dificultando a empatia e a ação efetiva.
- ✗ **Pragmatismo:** Focar apenas nos resultados práticos imediatos, sem considerar os princípios éticos e as necessidades a longo prazo. Por exemplo, um assistente social que, diante de uma crise de moradia, decide realocar rapidamente famílias para abrigos temporários sem avaliar as condições desses abrigos ou planejar soluções de moradia permanente. Embora essa ação resolva o problema imediato, ela não considera a qualidade de vida das famílias a longo prazo ou a necessidade de políticas habitacionais mais robustas. Um assistente social comprometido com uma prática ética e crítica buscaria equilibrar a necessidade de respostas imediatas com a implementação de estratégias sustentáveis e emancipadoras, que promovam a autonomia e a dignidade das pessoas atendidas.
- ✗ **Imediatismo:** Priorizar soluções rápidas e fáceis, sem pensar nas consequências a longo prazo. Por exemplo, escolher um atalho que resolve um problema agora, mas cria problemas maiores no futuro.
- ✗ **Superficialidade:** Tratar questões morais de forma rasa, sem aprofundar na análise. Por exemplo, julgar uma ação apenas pela aparência, sem entender as motivações e contextos envolvidos.
- ✗ **Heterogeneidade:** A moral cotidiana pode ser inconsistente, variando de acordo com o contexto ou grupo social. Por exemplo, uma pessoa pode agir de uma maneira em casa e de



outra no trabalho, sem uma base ética consistente. Essa variação de comportamento mostra uma falta de base ética consistente. A pessoa aplica diferentes padrões morais dependendo do contexto, o que pode causar confusão e até conflitos com aqueles ao seu redor.

Esses aspectos mostram como a **moral cotidiana** pode ser influenciada por fatores externos e culturais, muitas vezes sem uma reflexão crítica profunda.



E o que acontece quando o indivíduo faz uma reflexão ética e crítica da vida cotidiana?

Quando uma pessoa **reflete eticamente e criticamente sobre sua vida cotidiana**, ela está analisando suas ações e decisões diárias com base em princípios éticos e valores que promovem a liberdade e a justiça social. Essa reflexão é motivada por **valores emancipatórios**, que são aqueles que buscam a libertação de opressões e a promoção da igualdade e da dignidade humana. Assim:

Ampliam-se as possibilidades de realização de escolhas conscientes do ser social:

Ao **refletir criticamente**, a pessoa se torna **mais consciente das implicações de suas ações**. Ela passa a fazer escolhas mais informadas e deliberadas, considerando não apenas seus interesses pessoais, mas também o impacto de suas ações na sociedade.

O indivíduo reconhece que **faz parte de uma comunidade** e que suas ações têm consequências para os outros. Isso leva a uma maior responsabilidade do seu papel social.

Propiciando a valorização e o exercício da liberdade:

A reflexão ética permite que a pessoa **valorize sua própria liberdade e a dos outros**. Ela entende que a **liberdade não é apenas a ausência de restrições**, mas a capacidade de agir de acordo com princípios éticos e valores que **promovem o bem comum**.

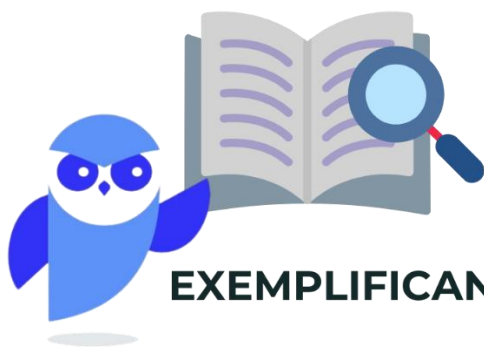
Assim, a pessoa passa a exercer sua liberdade de forma mais plena, tomando decisões que refletem seus valores e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Compromisso com projetos coletivos:

A **reflexão ética e crítica** leva a um maior compromisso com iniciativas que visam o **bem-estar coletivo**. A pessoa se engaja em projetos que promovem a justiça social, a igualdade e a solidariedade.

Esse engajamento **não é superficial**, mas um **compromisso profundo** com a **transformação social** e a construção de um futuro melhor para todos.





EXEMPLIFICANDO:

Exemplo Prático: Imagine um assistente social que, ao refletir criticamente sobre sua prática, decide se engajar em um projeto comunitário para melhorar as condições de moradia em uma área carente. Motivado por valores emancipatórios, ele trabalha para mobilizar recursos, envolver a comunidade e promover políticas públicas que garantam o direito à moradia digna. Suas ações são conscientes e livres, refletindo seu compromisso com uma atuação que foge do pragmatismo e do imediatismo.

Essa reflexão ética e crítica transforma a prática cotidiana, ampliando as possibilidades de escolhas conscientes e promovendo um compromisso ativo com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.



Vejamos como esse assunto pode ser cobrado na sua prova:

(UFSC - 2022) A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica (BARROCO, 2009). Sobre esse tema, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional.
- II. A ética profissional se objetiva como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política.
- III. A ética profissional busca na filosofia e/ou em teorias sociais o suporte para fundamentar a sua reflexão e teorização éticas, necessárias à compreensão e sistematização da ética profissional, fornecendo a concepção de homem e a fundamentação para os valores, dando elementos para a intervenção profissional.
- IV. A ética profissional também se objetiva através de um Código de Ética: conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual



dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional.

- A. Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- B. Somente a afirmativa IV está correta.
- C. Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- D. Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- E. Todas as afirmativas estão corretas.

Comentário:

Vamos analisar os itens:

I. Correto. A ética profissional se objetiva **como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional**, como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política (BARROCO, 2009, p. 12).

II. Correto. A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional, **como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política** (BARROCO, 2009, p. 12).

III. Correto. A ética profissional **busca na filosofia e/ou em teorias sociais o suporte para fundamentar a sua reflexão e teorização éticas**, necessárias à compreensão e sistematização da ética profissional, fornecendo a concepção de homem e a fundamentação para os valores, dando elementos para a intervenção profissional (BARROCO, 2009, p. 14).

IV. Correto. A ética profissional também se objetiva através de um Código de Ética: conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional (BARROCO, 2009, p. 14).

Todos os itens transcrevem a literalidade do artigo de Barroco (2009)³, que trata dos fundamentos éticos do Serviço Social.

Gabarito: letra E.

(IBADE - 2019) Segundo Barroco (2009), “A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica.”. Para ela, a ética profissional se objetiva:

- A. como ação moral, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção.

³ BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.



- B. como normatização de deveres e valores, através da prática profissional.
- C. como teorização ética, através do código de Ética Profissional.
- D. como ação éticopolítica, através das teorias que fundamentam sua reflexão.
- E. em formas não necessariamente puras e/ou absolutas, e sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos.

Comentário:

A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional, como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política. Barroco (2009)⁴ destaca que essas **não são formas puras e/ou absolutas e que sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos.**

Gabarito: letra E.

Outra questão semelhante:

(NUCEPE - 2017) “A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica”. (BARROCO, 2009) A ética profissional se objetiva como:

- A. Ação moral, normatização de deveres, teorização ética e ação técnica.
- B. Ação moral; normatização de direitos e valores, teorização científica e ação ético política.
- C. Ação moral; normatização de deveres e valores; teorização ética e ação ético-política.
- D. Ação moral; normatização de compromissos; teorização ética e ação ético-política.
- E. Ação moral; normatização de princípios; teorização ética; e ação ético-política.

Comentário:

Segundo Barroco (2009)⁵, a ética profissional se objetiva:

- como **ação moral**, através da prática profissional,
- como **normatização de deveres e valores**, através do código de Ética Profissional,
- como **teorização ética**, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e

⁴ BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.

⁵ BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.



- como **ação ético-política**, através da organização política dos sujeitos sociais.

Gabarito: letra C.

O projeto ético-político do Serviço Social

Projeto societário x projeto profissional

Antes de abordarmos sobre o **projeto ético-político**, vamos entender um pouco sobre o conceito de **projeto societário** e **projeto profissional**.

Projeto societário é um tipo de **projeto coletivo** que apresenta propostas para a **sociedade** e não apenas para um grupo ou categoria profissional, como é o caso do projeto profissional. Projetos societários são **projetos macroscópicos**, ainda que representem apenas uma fração da sociedade como de gênero, de etnia, etc. No projeto societário, sempre estará presente uma **dimensão política**, que envolve relações de poder e, estarão sempre se renovando, conforme as conjunturas históricas e políticas.

Conforme Netto (1999)⁶, os **projetos societários da classe trabalhadora**, no sistema capitalista, sempre terão **condições menos favoráveis** em relação à classe politicamente dominante, seja por razões econômicas, sociais ou culturais.

Já os **projetos profissionais** dispõem sobre os **valores**, prescrevem **normas, princípios, objetivos**, estabelecem **bases para as relações dos profissionais** com os usuários, apresentando assim, uma **autoimagem da profissão**. É através da organização dos profissionais da prática, dos pesquisadores, dos estudantes, das instituições representantes que tais projetos são construídos.



Em relação ao Serviço Social, essa organização se dá por meio do **CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO, e as demais associações de assistentes sociais**. Aqui nos referimos às entidades importantes na área de Serviço Social no Brasil:

- **CFESS: Conselho Federal de Serviço Social.** É uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress).

⁶ NETTO. J. P. A Construção do Projeto ético – político frente à crise contemporânea. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo I, CFESS/ CRESS/ ABEPSS/ CEAD, 1999.

- **CRESS: Conselhos Regionais de Serviço Social.** São entidades que têm como competência orientar, disciplinar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Serviço Social; zelar pelo livre exercício, dignidade e autonomia da profissão; organizar e manter o registro profissional dos assistentes sociais e das pessoas jurídicas que prestam serviços de consultoria, além de zelar pelo cumprimento e observância do Código de Ética Profissional.
- **ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** É uma entidade acadêmico-científica que coordena e articula o projeto de formação em serviço social no âmbito da graduação e pós-graduação.
- **ENESSO: Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.** É responsável pela articulação e mobilização dos estudantes de Serviço Social no país

No que se refere ao **projeto profissional**, por mais que haja debates, discussões dentro da profissão sobre a construção de um **projeto profissional hegemônico**, **ele nunca será exclusivo**. Ou seja, o **pluralismo** sempre vai existir na sociedade e dentro da profissão.



Vamos entender melhor o conceito de pluralismo?

O **pluralismo** é um conceito que reconhece e valoriza a diversidade de ideias, perspectivas e abordagens dentro de uma determinada área ou campo. No contexto do Serviço Social, o pluralismo se refere à existência de uma variedade de abordagens teóricas, metodológicas e práticas dentro da profissão.

Embora possa haver um projeto profissional hegemônico que orienta a maioria dos assistentes sociais, isso não exclui a existência de outras abordagens e perspectivas. De fato, o pluralismo é fundamental para a evolução e o desenvolvimento da profissão, pois permite o debate, a reflexão crítica e a inovação.

O pluralismo também reconhece que os assistentes sociais trabalham em uma variedade de contextos e com uma diversidade de populações, cada uma com suas próprias necessidades e desafios únicos. Portanto, é importante que os assistentes sociais tenham a flexibilidade para adaptar suas abordagens e métodos às necessidades específicas de seus usuários.

Por fim, o pluralismo no Serviço Social também se refere ao respeito e à valorização da diversidade entre os usuários do serviço social, incluindo sua diversidade cultural, étnica, de gênero, de orientação sexual, de habilidades e de experiências de vida. Isso é fundamental para a prática ética e eficaz do serviço social.

Netto (1999) deixa bem claro que, em relação aos elementos éticos do projeto profissional, eles não se limitam a normas e prescrições de direitos e deveres, mas envolvem **opções teóricas**,



ideológicas e políticas dos profissionais, ou seja, a **direção ética é combinada com uma direção político-profissional**.



E o que seria o chamado sincretismo no Serviço Social?

O **sincretismo no Serviço Social** é um conceito que se refere à combinação de diferentes abordagens teóricas, metodológicas e práticas dentro da profissão, **sem uma integração sistemática**. Este conceito foi formulado por José Paulo Netto (2009)⁷, que explicou que o Serviço Social nasce medularmente sincrético, ou seja, surge e se consolida sob diversas influências, mesmo que contraditórias ou conflitantes, em sua estrutura.

Netto identifica **três dimensões principais do sincretismo** no Serviço Social:

1. **Sincretismo ideológico:** A incorporação de diferentes ideologias e perspectivas políticas, que podem ser conflitantes, mas que coexistem na prática profissional.
2. **Sincretismo do estatuto profissional:** A combinação de diferentes abordagens e metodologias na formação e na prática dos assistentes sociais.
3. **Sincretismo científico:** A integração de diversas teorias e conhecimentos científicos, que podem ter origens e fundamentos distintos.

Esse sincretismo reflete a complexidade e a diversidade do Serviço Social, que busca responder às demandas sociais de maneira abrangente e inclusiva, mesmo que isso signifique lidar com tensões e contradições internas.

Segundo autores como Yamamoto e Netto, o **sincretismo prático** e o **ecletismo teórico** são desafios para a elaboração de conhecimento e revigoramento do materialismo histórico-dialético e, consequentemente, para o fortalecimento do projeto ético-político da profissão.

Vamos entender melhor esses conceitos:

Conceito	Definição	Exemplo prático
Ecletismo Teórico	Mistura de várias teorias sem uma análise crítica ou articulação coerente	Usar ideias do marxismo, positivismo e funcionalismo ao mesmo tempo, sem considerar suas contradições
Sincretismo Prático	Ações profissionais que combinam práticas contraditórias ou incoerentes	Atuar com foco emancipatório, mas aplicar métodos assistencialistas e conservadores

⁷ NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.



Por que o sincretismo prático e o ecletismo teórico são ameaças à coerência profissional?

O Serviço Social brasileiro, a partir do Movimento de Reconceituação, tem como base o **materialismo histórico-dialético**, que oferece uma leitura crítica da realidade e orienta a prática profissional comprometida com a transformação social. Quando o profissional adota:

- **Ecletismo teórico**, ele **perde a consistência analítica**, pois mistura teorias que têm fundamentos opostos.
- **Sincretismo prático**, ele compromete a **efetividade da intervenção**, pois suas ações não refletem um projeto ético-político claro.

Isso **enfraquece**:

- A identidade da profissão
- O compromisso com os direitos humanos e com a classe trabalhadora
- A capacidade de enfrentar a questão social de forma crítica e transformadora

Assim, o ecletismo teórico confunde o pensar, o sincretismo prático confunde o agir. Ambos comprometem a coerência entre teoria e prática, que é essencial para o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social.



(CESPE / CEBRASPE - 2025 - Polícia Federal) Julgue o item a seguir, relativo aos desafios ao projeto ético-político do serviço social no século XXI.

O sincretismo prático e o ecletismo teórico são desafios para a elaboração de conhecimento e revigoramento do materialismo histórico-dialético e, conseqüentemente, para o fortalecimento do projeto ético-político da profissão.

() Certo () Errado

Comentário:

O item está **certo**. O **sincretismo prático** e o **ecletismo teórico** representam, de fato, desafios importantes para o Serviço Social contemporâneo. Ambos comprometem a **coerência teórico-metodológica** da profissão, que é essencial para o fortalecimento do **projeto ético-político**, fundamentado no **materialismo histórico-dialético**.

O **ecletismo teórico** ocorre quando o profissional mistura diferentes correntes teóricas sem uma análise crítica, o que pode gerar contradições e enfraquecer a leitura da realidade social.



O **sincretismo prático** se manifesta na atuação profissional, quando se combinam práticas contraditórias, como ações conservadoras com discursos progressistas, sem uma base teórica sólida.

Essas posturas dificultam a construção de um conhecimento crítico e comprometido com a transformação social, que é justamente o objetivo do projeto ético-político da profissão. As **Diretrizes Curriculares da ABEPSS** e os documentos do **CFESS-CRESS** reforçam a importância de uma formação e atuação alinhadas com os princípios do marxismo, da crítica à ordem vigente e da defesa dos direitos humanos.

Portanto, reconhecer e superar essas ameaças é fundamental para garantir a **qualidade, a identidade e o compromisso social** do Serviço Social no século XXI.

Gabarito: Certo.

A construção do Projeto Ético-Político (PEP)

O **Serviço Social brasileiro** até a década de 1970 era **fortemente influenciado pelo conservadorismo** e pelo assistencialismo, sendo marcado por um caráter técnico-operativo voltado para ações pontuais, **sem uma perspectiva crítica** da realidade social.

A **ruptura com esse modelo** começou na **década de 1970**, com o **Movimento de Reconceituação**, que introduziu novas bases teóricas e críticas à profissão. E **foi entre os anos 1980 e 1990** que o **projeto ético-político se configurou**, adotando princípios como: defesa dos direitos sociais e da justiça social; atuação crítica diante das desigualdades estruturais; compromisso com a autonomia e emancipação dos sujeitos sociais.

Portanto, o **projeto ético-político** começou a formar as suas bases a partir da **década de 1970**, durante o processo de **renovação do Serviço Social** e o **Movimento de Reconceituação**. Ele foi **fortalecido** nos anos **1980** e **consolidado nos anos 1990**, tornando-se a referência principal para a atuação profissional.



O **auge desse movimento de reconceituação**, adotando uma intenção de ruptura com o conservadorismo, se deu no **III CBAS**, chamado **Congresso da Virada**, realizado em São Paulo, em **1979**.



Reprodução da fotografia apensa à matéria "O início de fato do III CBAS", com a seguinte legenda: os assistentes sociais protestam e reivindicam. Publicada no Jornal do III CBAS, em 23 de setembro de 1979, página 3, fotografia de Nelson Correa. Acervo CFESS.



Esse foi um período em que estava havendo a **redemocratização do país** (passava-se por um período ditatorial, de 1964-1985) quando a **classe trabalhadora se reinseriu na cena política** e revitalizou as suas entidades representativas e a categoria profissional se vinculou ao movimento dos trabalhadores, **rompendo com a dominância do conservadorismo** e instaurando o **pluralismo político** na profissão.

(...) o III Congresso operou uma decisiva transformação na dinâmica profissional no país. Se o protagonismo operário, quebrando o monopólio do comando burguês na frente democrática, impediu a consecução do projeto de autoreforma do regime, o III Congresso quebrou o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional – e, em ambos os casos, as consequências foram muito além do marco estritamente político (CFESS, 2009, p. 30-31)⁸.

Outro fator preponderante que contribuiu para a **construção do projeto ético-político** da profissão foi a **vasta produção de conhecimento** fomentada à época. Apesar de não se constituir em uma ciência e não dispor de teoria própria, apoiada nas ciências sociais e humanas, os profissionais

⁸ Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (organizador), Conselho Regional de Serviço Social - S. Paulo (CRESS- 9a. Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-organizadores). 30 Anos do Congresso da Virada. Brasília, 2009.

de Serviço Social realizaram estudos, investigações e pesquisas que contribuíram para a construção de matrizes teóricas críticas compatíveis com a intenção de ruptura do conservadorismo.



Determinantes para a constituição do PEP

Segundo **Abramides (2016)⁹**, as condições políticas que possibilitaram a constituição do **Projeto Ético-Político do Serviço Social** no Brasil devem ser compreendidas a partir de um conjunto de **determinantes históricos e sociais** que marcaram a trajetória da profissão, especialmente nas décadas de 1980 e 1990.

Entre esses fatores, destaca-se a **vinculação aos movimentos sociais**, que foi decisiva para a consolidação de uma direção crítica e comprometida com os interesses da classe trabalhadora. Essa vinculação não se restringe aos anos 1980, mas se **aprofunda nos anos 1990**, período em que a categoria profissional se engaja em lutas por direitos, democracia e justiça social, em meio ao contexto de redemocratização e enfrentamento das políticas neoliberais.

Abramides também aponta:

- A **luta contra a ditadura militar**, que fortaleceu o engajamento político da categoria;
- A **mudança no perfil dos estudantes de Serviço Social**, com maior presença de jovens das **camadas médias e empobrecidas**, trazendo novas demandas e perspectivas;
- A atuação das **vanguardas profissionais e acadêmicas**, que se tornaram referência política e intelectual na formulação do projeto profissional.

⁹ **ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa.** *80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo.* Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.080>





VEJA COMO COBRAM NA PROVA

(CESPE / CEBRASPE – 2025 - MPE - CE) Acerca do projeto ético-político do serviço social, julgue o item a seguir.

As raízes do projeto ético-político do serviço social encontram-se no processo de recusa e crítica ao conservadorismo profissional.

() Certo () Errado

Comentário:

O item está **correto**, pois o **projeto ético-político do serviço social** surgiu como uma resposta crítica ao **conservadorismo profissional** que predominava na área. Esse movimento de transformação começou a se consolidar especialmente a partir da **década de 1970**, quando assistentes sociais passaram a questionar a visão tradicional da profissão, que muitas vezes reforçava práticas assistencialistas e alinhadas a interesses dominantes.

Esse processo de recusa ao conservadorismo foi impulsionado por **debates acadêmicos e políticos**, além da influência de **correntes teóricas marxistas**, que ajudaram a redefinir o papel do assistente social como um agente de transformação social.

Gabarito: Certo.

(FGV - 2023 - DPE-RS) Para Abramides (2019), as condições políticas de constituição do Projeto Ético-Político devem ser avaliadas considerando, dentre outros componentes, a:

- A) reestruturação produtiva do capitalismo;
- B) expansão das políticas de Assistência Social;
- C) vinculação aos movimentos sociais dos anos 1990;
- D) direção social para novas Diretrizes Curriculares;
- E) participação da categoria nos partidos políticos.

Comentário:

Alternativa correta: **C) vinculação aos movimentos sociais dos anos 1990.**

Segundo **Abramides (2016)**, as condições políticas que possibilitaram a constituição do **Projeto Ético-Político do Serviço Social** no Brasil devem ser compreendidas a partir de um conjunto de **determinantes históricos e sociais** que marcaram a trajetória da profissão, especialmente nas décadas de 1980 e 1990.

Entre esses fatores, destaca-se a **vinculação aos movimentos sociais**, que foi decisiva para a consolidação de uma direção crítica e comprometida com os interesses da classe trabalhadora. Essa



vinculação não se restringe aos anos 1980, mas se **aprofunda nos anos 1990**, período em que a categoria profissional se engaja em lutas por direitos, democracia e justiça social, em meio ao contexto de redemocratização e enfrentamento das políticas neoliberais.

As demais alternativas estão **incorretas** porque:

- A) A reestruturação produtiva é um fator relevante, mas não é apontado por Abramides como condição política central da constituição do projeto.
- B) A expansão da assistência social é consequência de lutas políticas, não uma condição originária do projeto.
- D) A direção social das Diretrizes Curriculares é resultado do projeto, não uma condição de sua constituição.
- E) A participação em partidos políticos pode ocorrer, mas não é um elemento estruturante destacado por Abramides.

Gabarito: C.



A **reforma curricular de 1982** contribuiu também para **fomentar o debate sobre a formação profissional**, no sentido de dimensionar o ensino e a formação profissional, sendo capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e também às demandas emergentes da sociedade, ou seja, **foi capaz de construir um novo perfil profissional**.

Além desses fatores já expostos, a **redemocratização da sociedade** e o **reconhecimento da proteção social** como direito reconhecido pela **Constituição Federal** e o **aparato legal** que se formou a partir daí, como Estatuto da Criança e do Adolescente, a LOAS, a Política Nacional do Idoso, etc., contribuíram para introdução de práticas interventivas e fortalecimento da categoria profissional e do projeto ético-político.



Em **1986** é formulado o novo **Código de Ética Profissional**, já a partir de um debate crítico, coroando o **rompimento com o conservadorismo** e, tendo sua **revisão em 1993**, para ajustar as dimensões éticas e profissionais, superando os limites impostos no Código de 86.



Antes do Código de Ética Profissional de 1986, houve outros códigos que refletiam as características e os valores do Serviço Social naquela época:

- **Código de Ética de 1947:** Este foi o primeiro código de ética do Serviço Social no Brasil. Ele foi influenciado pela visão europeia, impregnado de valores cristãos, sem mediação do Estado e, portanto, sem respaldo jurídico. Visava orientar a prática e conferir status de profissão ao Serviço Social, que não era ainda regulamentada como categoria profissional.
- **Código de Ética de 1965:** Este código foi sancionado após a regulamentação da profissão em 1957 e a criação do Conselho Federal dos Assistentes Sociais em 1962. Ele manteve os valores tradicionais, de cunho conservador e cristão, que estavam presentes no código anterior.

Ambos os códigos eram fundamentados por pressupostos neotomistas e/ou positivistas, imprimindo os dogmas cristãos e a moral conservadora à ética da profissão. Eles refletiam a natureza conservadora, vocacional, moralista, manipuladora e confessional do Serviço Social naquela época.

- **Código de Ética de 1975:** Caracteriza-se, ainda, por conteúdo insuficiente no que se refere às questões fundamentais da profissão. Reconhece ainda o Estado como gestor do bem comum, numa perspectiva neotomista e acrítica. O Serviço Social assume a prática dentro de uma perspectiva de transformação e participação social, mas apenas reproduz a ordem estabelecida, uma vez que não enfatizam a capacidade crítica e transformadora do homem como ser histórico (Oliveira e Chaves, 2017)¹⁰.

O **Código de Ética de 1986** representou uma **ruptura significativa com esses códigos anteriores**, introduzindo um debate crítico e rompendo com o conservadorismo. Ele expressou o amadurecimento teórico e o posicionamento político profissional diante da articulação entre as entidades representativas da própria categoria e da classe trabalhadora.

E você sabe porque a revisão do Código de Ética de 86 foi necessária?

A revisão do Código de Ética de 1986 e sua reformulação em 1993 foi necessária devido às transformações societárias e ao processo de democratização do país que ocorreram naquela época. O Código de 1986 foi promulgado em um momento histórico que exigiu e ao mesmo tempo contribuiu para a revisão do Código de Ética profissional.

O Código de 1986 expressou o amadurecimento teórico e o posicionamento político profissional diante da articulação entre as entidades representativas da própria categoria e da classe trabalhadora. No entanto, algumas críticas apontaram que a base ético-teórica do Código de 1986 reproduzia o marxismo tradicionalista, que emergiu no debate do Serviço Social a partir das décadas

¹⁰ Oliveira, Edistia Maria Abath Pereira de e Chaves, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. Serviço Social & Sociedade [online]. 2017, n. 128 [Acessado 14 Janeiro 2024], pp. 143-163. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.098>>.



de 1960 e 1970. Essa crítica argumentava que a forma como a ética estava contemplada no Código de Ética de 1986 era mecanicista e idealista, por se fundamentar apenas no interesse da classe trabalhadora.

Essa revisão foi importante para elucidar um projeto profissional que evidenciasse o **compromisso ético-político, a direção social da profissão e, principalmente, romper com os vieses tradicionalistas e conservadores presentes nas relações profissionais.**

Portanto, a revisão do Código de Ética de 1986 foi uma resposta às mudanças societárias e às necessidades emergentes da profissão naquele momento e permitiu que o Código de Ética se alinhasse mais de perto com os valores e princípios do Serviço Social contemporâneo.



Nos **anos 1990**, o PEP passou a ser reconhecido como a **expressão madura** de um processo que se consolidou ao longo da década de 1980, marcado por:

- ✓ **A ruptura com o conservadorismo** que historicamente permeava a profissão;
- ✓ **A vinculação orgânica dos assistentes sociais à classe trabalhadora**, assumindo uma postura crítica e comprometida com os interesses populares;
- ✓ **A incorporação da tradição marxista** como base teórico-metodológica, superando o ecletismo e o tecnicismo;
- ✓ **A atuação política das vanguardas profissionais e acadêmicas**, que se engajaram em movimentos sociais, sindicais e estudantis, especialmente no contexto de redemocratização do país.

O PEP, portanto, **não é apenas um conjunto de princípios abstratos**, mas sim um **projeto político de profissão**, articulado a um **projeto societário emancipatório**, que busca superar as formas de exploração e dominação presentes na sociedade capitalista.



O **Código de Ética Profissional de 1993**, vigente atualmente, incorpora uma abordagem teórico crítica e sustenta os pilares do projeto ético-político da profissão. Este projeto tem em seu



núcleo o reconhecimento da **LIBERDADE** como valor central. Seu **compromisso** é com a **autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais**.

É um projeto profissional que se vincula a um **projeto societário** que propõe a construção de uma **nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero**. A sua **dimensão política** se posiciona a favor da **equidade e da justiça social**. O compromisso profissional é com a **competência**, cuja base é o **aprimoramento profissional** – preocupação com **formação permanente** e uma **constante postura investigativa**.

A estrutura do projeto ético-político

É importante salientar que **o projeto ético-político está em um constante processo de construção**. Ele **não é estático, é flexível** e se molda para enfrentar novas problemáticas e desafios. Ele é explicitado no **Código de Ética Profissional de 1993**, na **Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/93)** e nas **Diretrizes Curriculares** aprovadas pela ABEPSS em 1996.

- **O Código de Ética Profissional**, que é o conjunto de regras que orientam a conduta ética e política dos assistentes sociais, baseado na liberdade, na democracia, nos direitos humanos e na justiça social.
- **A Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93)**, que é a lei que reconhece o Serviço Social como uma profissão de nível superior, que define as suas áreas e campos de atuação, define as atribuições e competências, estabelece os órgãos de fiscalização e de defesa da profissão, determina as condições de trabalho dos assistentes sociais, entre outras disposições.
- **As Diretrizes Curriculares Gerais para o curso de Serviço Social**, que são as orientações que definem os conteúdos, as metodologias, as avaliações e as práticas pedagógicas dos cursos de graduação em Serviço Social, visando garantir a qualidade da formação profissional, de acordo com o projeto ético-político da categoria.



Teixeira e Braz (2009)¹¹ apontam os elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social e os elementos que dão materialidade a esse projeto profissional. São eles:

¹¹ TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CEFESS/ABEPSS, 2009.



Elementos constitutivos:

1. Explicitação de princípios e valores ético-políticos;
2. Matriz teórico-metodológica em que se ancora;
3. Crítica radical à ordem vigente;
4. Lutas, posicionamentos e formas coletivas de organização política da categoria e da sociedade;

Vamos compreender cada um desses **elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social**:

- **Explicitação de princípios e valores ético-políticos:** Este elemento se refere à necessidade de tornar explícitos os princípios e valores que orientam a prática profissional do assistente social. Isso inclui o compromisso com a justiça social, a igualdade, a democracia, os direitos humanos e a dignidade de todas as pessoas.
- **Matriz teórico-metodológica em que se ancora:** Este elemento se refere ao conjunto de teorias e métodos que fundamentam a prática do assistente social. Isso inclui as teorias sociais, políticas e econômicas que ajudam a entender a sociedade e as metodologias de intervenção que orientam o trabalho do assistente social.
- **Crítica radical à ordem vigente:** Este elemento se refere à postura crítica do assistente social em relação à sociedade atual. Isso envolve questionar as estruturas de poder existentes, as desigualdades sociais e as injustiças, e trabalhar para transformá-las.
- **Lutas, posicionamentos e formas coletivas de organização política da categoria e da sociedade:** Este elemento se refere à participação ativa do assistente social nas lutas sociais e políticas, tanto dentro da profissão quanto na sociedade em geral. Isso inclui a defesa dos direitos dos usuários, a promoção da justiça social e a participação em organizações e movimentos sociais.

A partir desses elementos, temos:



Componentes que dão materialidade ao projeto profissional:

1. **Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social** (processos reflexivos do fazer profissional, dimensão investigativa);
2. **Dimensão político-organizativa da profissão** (CFESS, ABEPSS, ENESSO, fóruns de deliberação);
3. **Dimensão jurídico-política da profissão** (arcabouço legal, leis, resoluções);

Vamos entender cada um desses **elementos que dão materialidade ao projeto profissional do Serviço Social**:



A **dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social** se refere à geração e aplicação de conhecimentos específicos da área de Serviço Social. Isso envolve a reflexão crítica sobre a prática profissional e a investigação da realidade social. Isso inclui a produção de pesquisas, estudos e teorias que ajudam a entender e abordar as questões sociais de maneira mais eficaz. Essa dimensão também envolve a formação contínua dos assistentes sociais, através da educação e do treinamento, para que eles possam se manter atualizados sobre os desenvolvimentos mais recentes na área e melhorar suas habilidades e competências, para serem capazes de responder efetivamente às necessidades e desafios da sociedade.

A **dimensão político-organizativa da profissão** se refere à organização política da profissão e às estruturas que a apoiam. Isso inclui entidades como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), e outros fóruns de deliberação. Essas organizações desempenham um papel crucial na definição dos padrões profissionais e na defesa dos direitos dos assistentes sociais.

A **dimensão jurídico-política da profissão** está relacionada com as leis e as políticas que regulam e orientam a sua atuação na sociedade. Essa dimensão tem duas esferas, que são diferentes, mas que se articulam entre si:

A primeira esfera é a do aparato jurídico-político estritamente profissional, que são os documentos e as normas que foram elaborados e aprovados pela própria categoria profissional, ou seja, pelos assistentes sociais e suas entidades representativas. Esses documentos e normas definem os princípios, os valores, os objetivos, as competências, as atribuições e as responsabilidades dos assistentes sociais, bem como os seus direitos e deveres. Alguns exemplos desses documentos e normas são:

- **O atual Código de Ética Profissional**, que é o conjunto de regras que orientam a conduta ética e política dos assistentes sociais, baseado na liberdade, na democracia, nos direitos humanos e na justiça social.
- **A Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93)**, que é a lei que reconhece o Serviço Social como uma profissão de nível superior, que define as suas áreas e campos de atuação, que estabelece os órgãos de fiscalização e de defesa da profissão, que determina as condições de trabalho e de remuneração dos assistentes sociais, entre outras disposições.
- **As Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social**, que são as orientações que definem os conteúdos, as metodologias, as avaliações e as práticas pedagógicas dos cursos de graduação em Serviço Social, visando garantir a qualidade da formação profissional, de acordo com o projeto ético-político da categoria.

A segunda esfera é a do aparato jurídico-político de caráter mais abrangente, que são as leis e as políticas que dizem respeito às questões sociais que são objeto de intervenção do Serviço Social, ou seja, aos problemas e às demandas da população que necessita de proteção e de assistência social. Alguns exemplos dessas leis e políticas são:

- **A Lei Orgânica da Saúde (LOS)**, que é a lei que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS), que é o sistema público e universal de saúde, que visa garantir o acesso de todos à prevenção, ao tratamento e à recuperação da saúde, de forma integral e equânime.



- **A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**, que é a lei que regulamenta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é o sistema público e descentralizado de assistência social, que visa garantir a proteção social aos cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade ou de risco social, por meio de serviços, programas, projetos e benefícios.
- **O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, que é a lei que regulamenta os direitos e os deveres das crianças e dos adolescentes, que são considerados sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento, que devem ter prioridade absoluta na proteção e na promoção de sua saúde, educação, cultura, lazer, convivência familiar e comunitária, entre outros aspectos.

Essas leis e políticas são fruto da luta e da participação dos movimentos sociais, das organizações populares e das vanguardas profissionais, que buscaram garantir e ampliar os direitos sociais dos cidadãos, especialmente dos mais vulneráveis e excluídos.



(CESPE/CEBRASPE - 2022) Assinale a opção que apresenta um documento que baseia o projeto ético-político do serviço social.

- A. Lei Orgânica da Assistência Social
- B. Estatuto da Criança e do Adolescente
- C. Estatuto da Família
- D. Estatuto do Idoso
- E. Diretrizes Curriculares da ABEPSS

Comentário:

O projeto ético-político está em um constante processo de construção. Ele não é estático, é flexível e se molda para enfrentar novas problemáticas e desafios. Ele é explicitado no **Código de Ética Profissional**, na **Lei de Regulamentação da profissão** (Lei 8662/93) e nas **Diretrizes Curriculares** aprovadas pela ABEPSS em 1996.

Gabarito: letra E.

O projeto ético-político, a questão da hegemonia e o neoconservadorismo

Em relação à constituição do Projeto ético-político do Serviço Social no Brasil, referenciado na tradição marxista, **está profundamente ligado aos movimentos e projetos de sociedade vividos nos anos 70**, amadurecendo-se com o **avanço democrático nos anos 80** e conquistando **hegemonia nos anos 90**.



Nesse sentido, Iamamoto (2008, p. 223)¹² afirma que "**os projetos profissionais são indissociáveis dos projetos societários** que lhes oferecem matrizes e valores. Projetos esses que necessitam ser historicamente identificados e explicitados as forças e sujeitos políticos que presidem a sua construção nas sociedades nacionais, como parte de um processo de lutas pela hegemonia na sociedade e na profissão".

Essa vinculação do projeto profissional ao projeto societário da classe trabalhadora só foi possível após uma ampla problematização acerca da inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, desvelando o campo de interesses contraditórios em que se desenvolve o trabalho profissional.

Netto (1999)¹³ aponta **dois elementos** que foram primordiais para o projeto conquistar **hegemonia**, a partir da segunda metade dos anos noventa. São eles:

- O **crecente envolvimento de segmentos** cada vez maiores de profissionais **nos fóruns, nos espaços de discussão e nos eventos da categoria**, como os CBAS, as oficinas regionais da ABESS, seminários nacionais promovidos pelos CFESS/CRESS, etc.
- As linhas fundamentais do projeto **sintonizadas com tendências do movimento das classes sociais**, com assistentes sociais **envolvidos na militância cívica/política**, expressando as demandas e aspirações da massa trabalhadora brasileira.

Assim, esse **projeto acompanhou o movimento democrático e popular da sociedade** (que pôs fim à ditadura e promulgou a Constituição Cidadã), fortalecendo-se até meados de 1995, quando, apresenta-se uma **disseminação das ideias neoliberais** na sociedade, promovendo a **privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos, o desmonte dos direitos sociais** e a implementação de uma **política macroeconômica que penaliza a maior parte da população**. Todo esse processo foi uma **ameaça real** à implementação do projeto profissional.



Mas cuidado! Apesar de ser **hegemônico**, isso **não quer dizer que Projeto ético-político crítico é o único existente no interior da categoria profissional**. Também não quer dizer que houve uma eliminação de tendências conservadoras ou neoconservadoras.

Neste cenário, o **conservadorismo tem encontrado espaço para se reatualizar**. O chamado **neoconservadorismo** busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos

¹² IAMAMOTO, M. V. O serviço social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

¹³ NETTO, J. P. A Construção do Projeto ético – político frente à crise contemporânea. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo I, CFESS/ CRESS/ ABEPSS/ CEAD, 1999.



movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana; o discurso dominante é o da naturalização e moralização da criminalidade.

Aliado a isso, a precarização das condições de trabalho e da formação profissional, seja por questões técnicas ou teóricas, ou pela fragilização de uma consciência crítica e política, acaba motivando respostas fragmentadas e imediatista, favorecendo as expressões neoconservadoras.



(CESPE/CEBRASPE - 2018 - HUB) Acerca dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social, do projeto ético-político profissional e sua interface com as políticas sociais da seguridade social no Brasil, julgue o próximo item.

O atual projeto ético-político homogêneo da categoria profissional prevê a defesa de uma sociedade mais justa e igualitária, apresenta uma inter-relação com a proposta histórica e política promovida pela reforma sanitária, uma vez que essa defende a universalização das políticas sociais e a garantia dos direitos sociais conquistados.

() certo () errado

Comentário:

O item está **errado**, pois, embora o **projeto ético-político do Serviço Social** compartilhe princípios com a **reforma sanitária**, ele **não pode ser caracterizado como homogêneo**.

A palavra **hegemônico** é mais adequada nesse contexto, pois se refere ao **projeto ético-político como dominante na categoria profissional**, orientando a atuação dos assistentes sociais.

Já **homogêneo** daria a ideia de uniformidade absoluta dentro da profissão, o que não é verdade, pois há **diversidade de perspectivas e interpretações** dentro do Serviço Social. O projeto ético-político se consolidou como **hegemônico**, mas ainda enfrenta desafios e disputas dentro da própria categoria.

Atente-se:

O Serviço Social é uma **categoria profissional diversa**, composta por diferentes atuações, espaços e perspectivas teóricas.

O projeto ético-político se sustenta em uma **base coletiva**, mas **não elimina a pluralidade de pensamento** dentro da profissão.

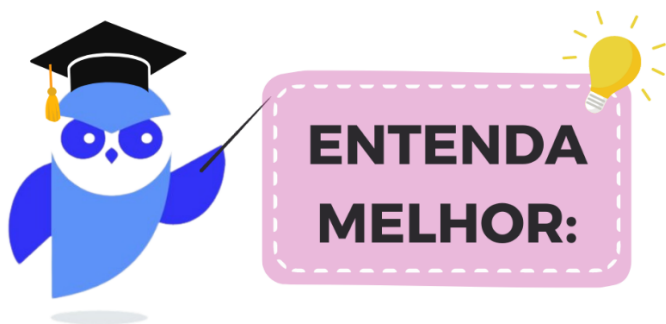
Gabarito: Errado.



Teixeira e Braz (2009)¹⁴ afirmam que a **década de 1990** se inicia com a continuidade do processo de **consolidação do projeto ético-político** e as ameaças que sofre diante das políticas neoliberais que repercutem no seio da categoria sob a forma de um **neoconservadorismo profissional**.

Mas não apenas o neoliberalismo repercute negativamente na profissão. No campo ideocultural, há a prevalência de modos de pensar que têm afirmado a impossibilidade de superação da ordem do capital e, mais que isso, vêm difundindo o triunfo do capitalismo sobre qualquer outra alternativa a ele. Isso traz desdobramentos políticos, ideológicos e também teóricos. A pós-modernidade expressa esse caldo de cultura e pode ser considerada a base ideocultural, ou as "expressões ideoculturais da crise capitalista" na interpretação de Simionato (1999), sobre a qual a ordem burguesa se apoia para se manter dominante.

No artigo "**Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político**", Maria Lúcia Barroco (2011)¹⁵ aborda os desafios enfrentados pelo projeto ético-político do Serviço Social na atual conjuntura, sob a perspectiva da ética, destacando algumas determinações que incidem sobre a vida cotidiana, criando necessidades e motivando **respostas de caráter moral e político** por parte dos assistentes sociais.



Barroco aponta que o **discurso dominante tende a naturalizar e moralizar a criminalidade**, além de promover **práticas de encaminhamento seletivas**, muitas vezes **baseadas em critérios que envolvem avaliações morais, de classe e condição social**. Isso cria um ambiente onde os assistentes sociais precisam estar capacitados para enfrentar e desafiar esse discurso, **evitando a reprodução do conservadorismo profissional e resistindo às novas requisições do estado policial**, que podem levar à coerção.

Barroco (2011) atenta para o fato de que o **neoconservadorismo** apresenta diversas formas de expressão e, para seu **enfretamento**, supõe **dimensões teóricas e ético-políticas**. É preciso uma organização política fortalecida e renovada, junto à categoria, com as entidades de representação,

¹⁴ TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, 2009.

¹⁵ BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto-ético-político. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 205-208, abr/jun, 2011.



as unidades de ensino e aos movimentos populares e democráticos. O enfrentamento teórico supõe a desmistificação dos pressupostos e mitos irracionais em torno da história.

Ela enfatiza que **os pilares que sustentam o projeto ético-político** do Serviço Social em sua dimensão de ruptura são fundamentais. Esses pilares incluem **o marxismo, o ideário socialista da emancipação humana, o compromisso com as classes trabalhadoras e a busca por um Serviço Social que atenda aos reais interesses e necessidades dessas classes**. A ruptura com o conservadorismo, em todas as suas formas, é vista como um patrimônio valioso para a profissão.



(INSTITUTO CONSULPLAN - 2023) Os elementos éticos do projeto profissional não se limitam a normas e prescrições de direitos e deveres, mas envolvem opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais, ou seja, a direção ética é combinada com uma direção político-profissional. (NETTO, 1999.) Sobre o Projeto Ético-Político (PEP) da profissão, analise as afirmativas a seguir.

- I. Sua construção foi comprometida com os interesses da classe trabalhadora; vem sendo construído na transição dos anos 1970 para os anos 1980.
- II. A reforma curricular de 1982 contribuiu para fomentar o debate sobre a formação profissional, no sentido de dimensionar o ensino e a formação profissional.
- III. É o único existente no interior da categoria profissional. Por ser homogêneo com a sua construção, houve a eliminação de tendências conservadoras e neoconservadoras.
- IV. Adquire materialidade na Lei da Regulamentação da Profissão (1993); no Código de Ética Profissional (1993); e, nas diretrizes curriculares norteadoras da formação acadêmica (1996).
- V. Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) IV e V.
- B) I, III e V.
- C) II, III e IV.
- D) I, II, IV e V.

GABARITO: D

COMENTÁRIO:

As afirmativas corretas são I, II, IV e V. Vejamos cada um dos itens:

- I. **Correto.** O PEP foi construído com um compromisso com os interesses da classe trabalhadora, e sua construção ocorreu durante a transição dos anos 1970 para os anos 1980.



II. Correto. A reforma curricular de 1982 desempenhou um papel importante no fomento do debate sobre a formação profissional, ajudando a dimensionar o ensino e a formação profissional.

IV. Correto. O PEP adquire materialidade na Lei da Regulamentação da Profissão (1993), no Código de Ética Profissional (1993) e nas diretrizes curriculares que orientam a formação acadêmica (1996).

V. Correto. O PEP tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central.

III. Incorreto. A afirmativa III não está correta porque, embora o PEP seja o principal projeto no interior da categoria profissional, não eliminou completamente as tendências conservadoras e neoconservadoras. A diversidade de pensamentos e abordagens ainda existe dentro da profissão.

(FGV - 2022) Há inegáveis tensionamentos no interior da categoria acerca do projeto ético-político do Serviço Social. Movimentos conservadores, ao ganharem relevância no debate público a partir dos anos 1990, passam a confrontar o projeto hegemônico, em razão da sua filiação a um projeto societário de transformação da ordem capitalista. A natureza desses tensionamentos se encontra no domínio:

- A. doutrinário-religioso;
- B. filosófico;
- C. político-ideológico;
- D. epistemológico;
- E. social.

Comentário:

Teixeira e Braz (2009)¹⁶ afirmam a década de 1990 se inicia com a continuidade do processo de consolidação do projeto ético-político e as ameaças que sofre diante das políticas neoliberais que repercutem no seio da categoria sob a forma de um neoconservadorismo profissional. **Mas não apenas o neoliberalismo repercute negativamente na profissão. No campo ideocultural, há a prevalência de modos de pensar que têm afirmado a impossibilidade de superação da ordem do capital e, mais que isso, vêm difundindo o triunfo do capitalismo sobre qualquer outra alternativa a ele. Isso traz desdobramentos políticos, ideológicos e também teóricos.**

Gabarito: letra C.

(FCC - 2018) No que se refere ao projeto ético-político do/da assistente social na contemporaneidade, considere as assertivas abaixo.

I. O neoconservadorismo constitui um vetor de erosão das bases do projeto ético-político.

II. Novos paradigmas se apresentam como compatíveis e necessários complementos para o avanço do projeto ético-político, quais sejam: o ecletismo, o relativismo e o empirismo.

¹⁶ TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, 2009.



III. A influência neoconservadora e a resiliência dos condicionantes sociopolíticos que a fomentam podem trazer uma inflexão na atual direção social da profissão.

IV. O projeto ético-político e a ética são sinônimos, constituindo um ethos profissional.

V. A teleologia posta no projeto ético-político do/da assistente social pressupõe a conquista de uma outra sociabilidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A. I, II e IV.
- B. II, III e V.
- C. I, III e V.
- D. II e V.
- E. III e IV.

Comentário:

Sabemos que a disseminação de ideias neoliberais, a partir da década de 90, no Brasil, abriu espaço para que o neoconservadorismo adentrasse a profissão e provocasse uma erosão das bases do projeto ético-político do Serviço Social. Essa influência acabou provocando uma inflexão dentro da profissão, de suas bases e de seus direcionamentos. **Itens I e III corretos.**

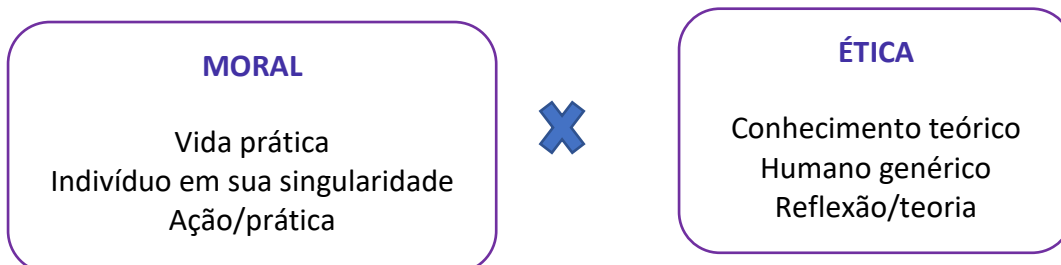
A teleologia (finalidade) posta no projeto ético-político pressupõe uma nova sociabilidade, ou seja, o projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. **Item V correto.**

Gabarito: C



RESUMO – FUNDAMENTOS ÉTICOS E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

○ FUNDAMENTOS ÉTICOS DO SERVIÇO SOCIAL



A **ética profissional** se objetiva:

- **como ação moral**, através da prática profissional,
- **como normatização de deveres e valores**, através do código de Ética Profissional,
- **como teorização ética**, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e
- **como ação ético-política**.

A **moral profissional** diz respeito à relação entre:

- **a ação profissional do indivíduo singular** (derivada de determinado comportamento prático objetivador de decisões, escolhas, juízos e ações de valor moral),
- **os sujeitos nela envolvidos** (usuários, colegas, etc.) e
- **o produto concreto da intervenção profissional** (avaliado em função de suas consequências éticas, da responsabilidade profissional, tendo por parâmetros valores e referenciais dados pela categoria profissional, como o Código de Ética, etc.).

- ✓ **Nenhuma profissão pode garantir a legitimação de sua ética a partir de seu código**, o que seria afirmar uma concepção ética legalista e formal.
- ✓ **a ética profissional não é isenta dos processos de alienação**.

○ PROJETO SOCIETÁRIO X PROJETO PROFISSIONAL:

↳ **Projeto societário**: um tipo de projeto coletivo que apresenta propostas para a sociedade e não apenas para um grupo ou categoria profissional → são projetos macroscópicos e sempre estará presente uma dimensão política.

↳ **Projetos profissionais**: dispõem sobre os valores, prescrevem normas, princípios, objetivos, estabelecem bases para as relações profissionais → apresenta uma autoimagem da profissão. Não se limitam a normas e nunca será exclusivo → envolvem opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais.



○ A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO:

- ✓ Vem sendo construído desde o final dos **anos 70**. III Congresso da Virada em 1979.
- ✓ Serviço Social rompe com o conservadorismo e adota uma **perspectiva crítica**, com base na teoria marxista.
- ✓ Código de Ética de 1986 rompe com o conservadorismo.
- ✓ Instaura-se o **pluralismo político** na profissão.
- ✓ **Vasta produção de conhecimento, reforma curricular de 1982**, a **redemocratização da sociedade** e o **reconhecimento da proteção social como direito** reconhecido pela Constituição Federal e o **aparato legal** que se formou a partir daí, contribuíram para o fortalecimento da categoria profissional e do projeto ético-político.
- ✓ Conquistou hegemonia nos **anos 90** através do crescente envolvimento nos espaços de discussão e nos eventos da categoria e com assistentes sociais envolvidos na militância cívica/política;
- ✓ A partir da década de 90: disseminação de **ideias neoliberais**, o **neoconservadorismo** provoca uma erosão das bases do projeto ético-político do Serviço Social.

○ A ESTRUTURA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO:

↳ **Núcleo: Liberdade** como valor central;

↳ **Compromisso**: com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais;

↳ **Dimensão política**: a favor da equidade e da justiça social;

↳ **Vinculação a um projeto societário**: que propõe uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.

↳ **Elementos constitutivos**:

1. Explicitação de princípios e valores ético-políticos;
2. Matriz teórico-metodológica em que se ancora;
3. Crítica radical à ordem vigente;
4. Lutas, posicionamentos e formas coletivas de organização política da categoria e da sociedade;

↳ **Componentes que dão materialidade ao projeto profissional**:

1. **Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social** (processos reflexivos do fazer profissional, dimensão investigativa);
2. **Dimensão político-organizativa da profissão** (CFESS, ABEPSS, ENESSO, fóruns de deliberação);



3. Dimensão jurídico-política da profissão (arcabouço legal, leis, resoluções);

- **Específica:** Código de Ética de 1993, Lei de Regulamentação (Lei 8662/93) e Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).
- **Abrangente:** Leis sociais como LOAS, ECA e a Lei Orgânica da Saúde (LOS).

O projeto ético-político do Serviço Social é **explicitado**:

- no **Código de Ética Profissional**,
- na **Lei de Regulamentação da profissão** (Lei 8662/93) e
- nas **Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996**.

A TRAJETÓRIA DOS CÓDIGOS DE ÉTICA NO BRASIL

A evolução dos códigos reflete o amadurecimento político da profissão:

1. **Códigos de 1947 e 1965:** Influência europeia, valores cristãos/neotomistas, moral conservadora e sem respaldo jurídico inicial.
2. **Código de 1975:** Perspectiva de "transformação social" acrítica, ainda reproduzindo a ordem estabelecida.
3. **Código de 1986:** Primeira ruptura significativa com o conservadorismo, aproximando-se dos interesses da classe trabalhadora.
4. **Código de 1993 (Vigente):** Expressão madura da teoria crítica, centrada na **liberdade** como valor central e compromisso com a autonomia e emancipação dos indivíduos.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E AMEAÇAS AO PEP

O projeto enfrenta **tensionamentos internos e externos** que podem comprometer sua coerência.

1 Obstáculos Teórico-Práticos:

- **Ecletismo Teórico:** Mistura de teorias contraditórias (ex: marxismo com positivismo) sem análise crítica, o que confunde o pensar profissional.
- **Sincretismo Prático:** Ações que combinam práticas emancipatórias com métodos assistencialistas ou conservadores, comprometendo o agir profissional.



2 O Neoconservadorismo e o Contexto Neoliberal

A partir de 1995, a disseminação das ideias neoliberais promoveu o desmonte de direitos e a privatização do Estado. Nesse cenário, o **neoconservadorismo** se reatualiza através de:

- Criminalização da pobreza e dos movimentos sociais.
- Naturalização e moralização da criminalidade.
- Precarização das condições de trabalho e da formação profissional.
- Discursos de "pós-modernidade" que afirmam a impossibilidade de superar a ordem do capital.

3 Hegemonia vs. Homogeneidade

Embora o PEP crítico seja **hegemônico** (dominante na categoria), ele **não é homogêneo**.

O **pluralismo** é uma característica intrínseca, significando que tendências conservadoras e neoconservadoras ainda coexistem e disputam espaço no interior da profissão.

O enfrentamento dessas ameaças requer uma **organização política** fortalecida e o revigoramento da base materialista histórico-dialética.



MAPAS MENTAIS – A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO



MAPAS MENTAIS – ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO PEP



COMPONENTES QUE DARÃO MATERIALIDADE AO PROJETO PROFISSIONAL:

1. **Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social** (processos reflexivos do fazer profissional, dimensão investigativa);

+

2. **Dimensão político-organizativa da profissão** (CFESS, ABEPSS, ENESSO, fóruns de deliberação);

+

3. **Dimensão jurídico-política da profissão** (arcabouço legal, leis, resoluções);

MAPAS MENTAIS – ESTRUTURA DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO

ESTRUTURA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO



LISTA DE QUESTÕES MULTIBANCAS - FUNDAMENTOS ÉTICOS E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

1. (IBADE - 2025 - Prefeitura de Rolim de Moura - RO) O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro é um marco na profissão, orientando a atuação dos assistentes sociais com base em princípios e valores específicos. Sobre esse projeto, assinale a alternativa correta:

A) o Projeto Ético-Político do Serviço Social prioriza a neutralidade profissional, abstendo-se de posicionamentos políticos e ideológicos para garantir a imparcialidade no atendimento aos usuários.

B) um dos pilares do Projeto Ético-Político é a defesa intransigente dos direitos humanos, com compromisso com a justiça social e a superação das desigualdades.

C) o projeto reforça a subordinação do Serviço Social às políticas neoliberais, priorizando a eficiência administrativa e a redução de custos nas políticas públicas.

D) a autonomia do usuário e a meritocracia são os principais valores do Projeto Ético-Político, incentivando a responsabilização individual pelos problemas sociais.

E) o Projeto Ético-Político do Serviço Social desconsidera a importância da democracia, focando na assistência técnica e burocrática aos usuários.

2. (FUNDATEC - 2025 - Prefeitura de Marau - RS) Os componentes que dão materialidade ao Projeto Ético-Político do Serviço Social envolvem tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades da profissão, como as associações profissionais, as organizações sindicais, o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, o Movimento Estudantil e os(as)

A) instâncias de produção do conhecimento.

B) espaços de arcabouços jurídicos-políticos.

C) matrizes teórico-metodológicas.

D) instâncias político-organizativas da profissão.

E) princípios e valores ético-políticos.

3. (FUNDATEC - 2025 - Prefeitura de Tangará da Serra - MT) Analise as assertivas a seguir acerca do Projeto Ético-Político do Serviço Social e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() Os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político.



() Os projetos societários podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores, e o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade.

() Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, e formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A) F – F – F.

B) V – V – V.

C) F – V – V.

D) V – F – F.

4. (FUNDATEC - 2025 - GHC-RS) Sobre o projeto ético político do serviço social, é INCORRETO afirmar que:

A) Apresenta a autoimagem de uma profissão e elege os valores que a legitimam socialmente.

B) É fruto do código de ética profissional.

C) Delimita e prioriza os seus objetivos e funções, e formula os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício.

D) Estabelece as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas.

E) Prescreve normas para o comportamento dos profissionais.

5. (SELECON - 2025 - Prefeitura de Sinop - MT) O projeto profissional do(da) assistente social, ao tratar da prática profissional definida pela inserção sociotécnica do serviço social entre distintos e contraditórios interesses de classes, sinaliza sua dimensão:

A) ideológica

B) técnica

C) política



D) ética

6. (AEVSF/FACAPE - 2025 - Prefeitura de Afrânio - PE) “[...] O projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração, dominação de classe, etnia e gênero”. (Netto, 2009, p.155). É CORRETO afirmar sobre o projeto profissional do assistente social:

A) defesa transigente dos direitos humanos.

B) a favor do arbítrio e preconceitos.

C) a favor da equidade e da justiça social.

D) compromisso com a autonomia daqueles que compram a força produtiva.

E) emancipação parcial e expansão dos indivíduos.

7. (IV - UFG - 2025 - Prefeitura de Itumbiara - GO) O projeto ético-político do serviço social tem como referência teórica o materialismo histórico-dialético vinculado à construção de uma nova ordem social no horizonte da emancipação humana. Elege como valor central a liberdade, relacionando-a com a

A) autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, compreendidas como o fim da dominação e da exploração do homem pelo homem.

B) superação do preconceito de gênero, de raça e de etnia, elencadas pela defesa dos direitos e da razão instrumental pelo fim do arbítrio e da exclusão social.

C) universalidade, a sociabilidade e a conscientização, pautadas em propostas metodológicas cientificamente planejadas como produto abstrato do pensamento.

D) ideação de valores, de princípios e de ações democráticas, garantidas pelos interesses da lógica formal com vistas ao respeito e a sua individualidade.

8. (Wisdom - 2025 - Prefeitura de Herval D'Oeste - SC) O Projeto Ético-Político do Serviço Social visa:

A) Garantir a intervenção do assistente social exclusivamente em questões jurídicas e processuais.

B) Manter a neutralidade do profissional diante das questões sociais e políticas.



C) Contribuir para a transformação social e a efetivação dos direitos humanos, com base em uma visão crítica e ética.

D) Priorizar a intervenção técnica, sem envolvimento com as questões políticas e sociais.

9. (FAU - 2025 - Prefeitura de Céu Azul - PR) Sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social, marque V para Verdadeiro ou F para Falso e posteriormente assinale a alternativa correspondente:

() O projeto ético-político do serviço social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade.

() Vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

() O projeto articula em si mesmo os seguintes elementos constitutivos: uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.

() Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

A) V, V, F, V.

B) F, V, V, V.

C) F, F, F, V.

D) V, F, V, V.

E) V, V, V, V.

10. (FAU - 2025 - Prefeitura de Pinhalão - PR) Em se tratando do Projeto Ético-Político da profissão, marque (V) verdadeiro ou (F) falso e marque assinale a alternativa correspondente:

() Pensar o projeto profissional supõe articular a dupla dimensão: de um lado, as condições macrosociais que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro lado, as respostas técnico-profissionais e ético-políticas dos agentes profissionais nesse contexto, que traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes. sociais.



() O projeto ético-político profissional expressa a perspectiva hegemônica impressa ao Serviço Social brasileiro.

() A operacionalização do projeto profissional supõe o reconhecimento das condições sócio-históricas que circunscrevem o trabalho do assistente social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidades à sua plena realização.

() Para avançar na efetivação do projeto ético-político profissional, é necessário considerar a matéria do Serviço Social, consubstanciada na questão social em suas múltiplas expressões concretas, como condição de enraizar o projeto nas condições reais de sua implementação.

A) F, V, V, V.

B) V, V, V, V.

C) V, F, V, F.

D) F, F, V, V.

E) V, V, F, V.

11. (Instituto Access - 2025 - Prefeitura de Marechal Floriano - ES) O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro orienta uma prática profissional comprometida com a transformação social e com a defesa intransigente dos direitos humanos. Qual das alternativas a seguir está mais alinhada a esse projeto?

A) Neutralidade técnica diante de conflitos sociais.

B) Apoio a medidas que criminalizam a pobreza e a vulnerabilidade social.

C) Defesa da equidade social e da ampliação dos direitos dos segmentos subalternizados.

D) Restrição da atuação profissional às demandas administrativas institucionais.

12. (FRONTE - 2025 - Prefeitura de Santa Bárbara - MG) Analise as proposições abaixo sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social:

I. Defende a construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração.

II. É compatível com práticas conservadoras e assistencialistas na política pública.

III. Afirma o compromisso com os direitos sociais e a ampliação da cidadania.



IV. Rompe com a concepção tecnicista e neutra da profissão, valorizando o engajamento político.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas I e III estão corretas.
- B) Apenas II e III estão corretas.
- C) Todas estão corretas.
- D) Apenas I, III e IV estão corretas.

13. (Instituto Consulplan - 2025 - Prefeitura de Niterói - RJ) Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o serviço social brasileiro se reconfigurou como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho sob a égide do capitalismo. No contexto da consolidação do projeto ético-político profissional, a direção sociopolítica da profissão se afirmou enquanto expressão da luta da classe trabalhadora por seus interesses imediatos e históricos, tendo por horizonte a emancipação humana. Esse projeto se assenta sobre fundamentos teórico-metodológicos de matriz marxista e refuta tanto o conservadorismo tradicional quanto o ecletismo liberal. Considerando a natureza contra-hegemônica do projeto ético-político profissional, assinale a alternativa que melhor expressa a crítica ontológica e política formulada à pós-modernidade, no processo de ruptura com a ordem burguesa.

- A) O Código de Ética de 1993 reafirma os valores universais da neutralidade e da imparcialidade no exercício profissional como fundamentos da prática voltada à cidadania.
- B) O conservadorismo é superado pela incorporação do pluralismo na formação profissional, que, mesmo fragmentado, reconhece a multiplicidade de saberes no exercício da prática.
- C) O ecletismo se torna um aliado estratégico do serviço social na medida em que flexibiliza o referencial teórico e possibilita maior adequação às exigências institucionais contemporâneas.
- D) A pós-modernidade nega a centralidade do trabalho e da totalidade social, assumindo concepções subjetivistas que esvaziam o vínculo entre o projeto profissional e os interesses históricos da classe trabalhadora.

14. (Instituto Consulplan - 2024) Sobre o projeto ético-político do Serviço Social, é INCORRETO afirmar que:

- A) O projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.



B) Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas.

C) Constituem elementos do projeto ético-político do Serviço Social: explicitação de princípios e valores ético-políticos; matriz teórico-metodológica em que se ancora; crítica radical à ordem vigente; e, lutas, posicionamentos e formas coletivas de organização política da categoria e da sociedade.

D) Efetiva-se integralmente na realidade, pois ele articula em si elementos constitutivos que tem em sua base, os componentes que lhe dão pluralidade, ou seja, aqueles elementos se objetivam e se expressam na realidade, pode-se dizer que ganham visibilidade social – por meio de determinados componentes construídos pelos próprios assistentes sociais.

15. (UNIVIDA - 2024) Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente a lacuna abaixo: O _____ hegemônico na profissão está vinculado a um projeto de transformação da sociedade, que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

A) Projeto ético-político.

B) Direito.

C) Código de ética.

D) Projeto social.

E) Serviço.

16. (CS-UFG - 2023) De acordo com José Paulo Netto (1999), o projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro se inscreve no marco dos projetos coletivos e apresentam

A) a construção de princípios e diretrizes que se legitimam por grupos e disputas ideológicas e políticas centrados no pensamento conservador, prescrevendo normas para o comportamento dos profissionais.

B) a reafirmação dos processos sociais vigentes e das forças políticas hegemônicas da sociabilidade capitalista e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços.

C) a manifestação de processos contestatórios de uma dada profissão, com aportes teóricos e normativos que refletem as organizações e instituições privadas e públicas vigentes, inclusive o Estado.



D) a autoimagem da profissão, elegendo os valores que a legitimam socialmente, delimitando e priorizando seus objetivos e funções, formulando os seus requisitos teóricos, práticos e institucionais para o seu exercício.

17. (NC-UFPR - 2023) Um dos requisitos para que o/a Assistente Social desenvolva seu trabalho na perspectiva do Projeto ético-político é a (re)construção ontológica do objeto de intervenção, entendendo o espaço de atuação profissional como um campo de mediações. Assinale a alternativa que apresenta a tríade que fundamenta esse processo.

- A) Questão Social, Trabalho, Políticas Públicas.
- B) Singularidade, Universalidade, Particularidade.
- C) Dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa.
- D) Historicidade, Totalidade, Instrumentalidade.
- E) Eficiência, Eficácia e Efetividade.

18. (SELECON - 2023) O projeto ético-político do serviço social (PEP) articula-se ao projeto societário de emancipação humana, ancorado em um referencial teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo e em instrumentos jurídicos que o sustentam. Historicamente, a direção sociopolítica do processo de ruptura com o conservadorismo foi assumida pelos assistentes sociais no Brasil:

- A) no encontro de Araxá
- B) no Congresso da Virada
- C) a partir da Constituição Federal de 1988
- D) no segundo Código de Ética Profissional

19. (FURB - 2023) Segundo Netto (2009, p. 04), os projetos _____ apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras



profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). Assinale a alternativa que corretamente completa a lacuna no excerto:

- A) Comunistas
- B) Capitalistas
- C) De governo
- D) Societários
- E) Profissionais

20. (FAUEL - 2023) Sobre o projeto ético-político da profissão, julgue as afirmativas como verdadeira ou falsa e assinale a alternativa CORRETA.

I. O projeto ético-político direciona a ação profissional para a defesa da democracia, da liberdade, da igualdade, dos direitos sociais, da justiça, entre outros.

II. A dimensão jurídico-política do projeto ético-político compreende às ações políticas e movimentos sociais que lutam pela materialização do projeto no interior da categoria profissional.

III. O projeto ético-político, consolidado na década de 90, está vinculado a outros projetos societários que buscam garantir melhores condições de vida à classe trabalhadora a partir do aprimoramento do sistema capitalista e distribuição da riqueza socialmente produzida.

- A) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- B) As afirmativas I e II são verdadeiras.
- C) Apenas a afirmativa II é falsa.
- D) Apenas a afirmativa III é falsa.
- E) Todas as afirmativas são verdadeiras.

21. (CEPS-UFPA - 2023) O denominado projeto ético-político profissional propugnado pelo Serviço Social brasileiro estrutura-se e explicita-se em torno de quatro elementos constitutivos. São eles:



- A) O ideal de cidadania, justiça social e sustentabilidade; a defesa do pluralismo teórico-metodológico; as lutas e posicionamentos em defesa dos usuários da assistência; a análise dialética da sociedade vigente.
- B) A explicitação de princípios e valores ético-políticos; a matriz teórico-metodológica em que se ancora; a crítica radical à ordem social vigente; as lutas e posicionamentos políticos.
- C) A defesa radical do pluralismo teórico e metodológico; a apreciação crítica das relações sociais na ordem vigente; a defesa intransigente do materialismo dialético; a afirmação da ideologia de classe.
- D) A crítica radical ao preconceito e à homofobia; o aporte em diferentes perspectivas teóricas e metodológicas; as apostas relacionadas ao processo de humanização do capitalismo; o investimento na pós-graduação stricto sensu.
- E) A crítica radical à sociedade capitalista; a defesa da ideologia de gênero e de classe; a busca pluralista por diferentes abordagens teóricas e metodológicas; a produção científica própria do Serviço Social.

22. (FCC - 2023) Um projeto de trabalho, para além da formulação técnica e precisa, deve constituir instrumento potente de impacto sobre a realidade, e seu produto deve apontar para a transformação dessa realidade. Necessita ser um elemento fundamental de reafirmação

- A) da emancipação política das classes subalternas.
- B) do projeto societário hegemônico.
- C) dos processos de trabalho dos/das Assistentes Sociais.
- D) da resiliência profissional.
- E) do projeto ético-político profissional.

23. (UFMA - 2023) O Código de Ética da/o Assistente Social, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABPESS modelam uma concepção de direitos e de cidadania que corporifica:

- A) Os Fundamentos Éticos do Serviço Social.
- B) A Política profissional do Serviço Social.
- C) Os Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social.



- D) O Projeto ético-político e profissional do Serviço Social.
- E) O Processo de Trabalho do Serviço Social

24. (CS-UFG - 2023) O projeto ético-político construído pelo Serviço Social renovado se assenta na recusa e crítica ao conservadorismo no interior da profissão. Nesse aspecto, tal projeto

- A) apresenta a autoimagem da profissão, os valores por ela defendidos e direciona os requisitos teórico-práticos para a formação e o trabalho profissional.
- B) elucida os valores e princípios que devem nortear a atuação profissional, podendo sofrer alterações a depender da correlação de forças em cada espaço sócio-ocupacional.
- C) propõe a construção de práticas sociais alternativas para subsidiar o trabalho profissional em meio às políticas sociais, qualificando a manipulação de variáveis empíricas.
- D) evidencia a construção histórica da profissão e aponta subsídios para os profissionais construírem sua intervenção atendendo interesses antagônicos das classes sociais.

25. (CS-UFG - 2023) Um dos princípios fundamentais do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro é

- A) a defesa do neoliberalismo.
- B) a atuação profissional com neutralidade política.
- C) o compromisso com a justiça social e a transformação social.
- D) o compromisso com os valores do capitalismo.

26. (CS-UFG - 2023) Os principais documentos que norteiam o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro são:

- A) a Lei nº 8.662/1993, o Código de Ética Profissional do Assistente Social e as Diretrizes Curriculares.
- B) a Lei nº 8.742/1993, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Constituição Federal do Brasil de 1988.
- C) a Lei nº 8.742/1993, as Diretrizes Curriculares e Estatuto da Criança e do Adolescente.



D) a Lei nº 8.662/1993, Estatuto da Pessoa com Deficiência e Declaração Universal dos Direitos Humanos.

27. (CS-UFG - 2023) As ações dos assistentes sociais são pautadas pelo projeto ético-político do serviço social e pelo

- A) projeto societário por meio de proposições teóricas com princípios éticos.
- B) compromisso com o gestor das políticas públicas, considerando as demandas sociais.
- C) sistema capitalista, que prioriza as relações de mercado.
- D) atendimento das necessidades subjetivas e secundárias.

28. (UFRJ - 2023) Tendo por referência o projeto ético-político do Serviço Social, pode-se identificar os elementos constitutivos e os componentes que o materializam no processo sócio-histórico da profissão, EXCETO:

- A) A Matriz teórico-metodológica em que se ancora.
- B) A sua relação eliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, no projeto filia-se a um outro projeto de sociedade se confundindo com ele.
- C) A crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas.
- D) Lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.
- E) Explicitação de princípios e valores ético-políticos.

29. (COMVEST UFAM - 2023) Acerca do Projeto Ético-Político do Serviço Social, de acordo com Teixeira e Braz (2009), os componentes que lhe dão materialidade são os seguintes: I. a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social. II. as instâncias político organizativas da profissão. III. a dimensão jurídico política da profissão. IV. a inserção do profissional na execução das políticas públicas. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- B) Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.



- C) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- D) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- E) Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.

30. (COMVEST UFAM - 2023) Acerca dos marcos de construção do Projeto ÉticoPolítico do Serviço Social no Brasil, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Na década de 1990, com as pós-graduações, explicita-se a maturidade profissional que amplificou a produção do conhecimento.
- B) O avanço do Projeto Ético-Político, nos anos 1980, deveu-se à construção de elementos que o materializaram, entre eles, o Código de Ética de 1986.
- C) O Projeto Ético-Político avançou nos anos 1980, consolidou-se nos 1990 e está em construção, fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão.
- D) Pode-se localizar a gênese do Projeto Ético-Político, na segunda metade da década de 1970.
- E) Politicamente, este processo teve seu marco no IV CBAS, em 1989, quando uma vanguarda profissional destituiu a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, substituindo-os por nomes do movimento dos trabalhadores, o que ficou conhecido como o “Congresso da Virada”.

31. (SELECON - 2023) O projeto ético-político do serviço social tem como desafio se tornar um guia para o exercício profissional, consolidando-se por meio de sua implementação efetiva. A sustentação a esse projeto é dada pelas dimensões:

- A) éticas, sociais e pedagógicas
- B) curriculares, pessoais e políticas
- C) burocráticas, coletivas e jurídicas
- D) organizativas, acadêmicas e legais

32. (IGEDUC - 2023) O projeto ético-político profissional do Assistente Social, que trata de um projeto profissional indissociável da democracia, da equidade, da liberdade, da defesa do trabalho, dos direitos sociais e humanos, contestando discriminações de todas as ordens.



() Certo () Errado

33. (Instituto Fênix - 2023) Na dimensão ético-política do trabalho profissional do assistente social, é essencial:

- A) Manter neutralidade política e ideológica.
- B) Valorizar a justiça social e os direitos humanos.
- C) Evitar o envolvimento com questões sociais.
- D) Focar apenas em aspectos técnicos do trabalho.

34. (UFSC - 2022) A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica (BARROCO, 2009). Sobre esse tema, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional.

II. A ética profissional se objetiva como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política.

III. A ética profissional busca na filosofia e/ou em teorias sociais o suporte para fundamentar a sua reflexão e teorização éticas, necessárias à compreensão e sistematização da ética profissional, fornecendo a concepção de homem e a fundamentação para os valores, dando elementos para a intervenção profissional.

IV. A ética profissional também se objetiva através de um Código de Ética: conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional.

- A. Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- B. Somente a afirmativa IV está correta.
- C. Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- D. Somente as afirmativas I e IV estão corretas.



E. Todas as afirmativas estão corretas.

35. (VUNESP - 2022) O Projeto Ético-Político do Serviço Social, no Brasil, se sustenta em uma direção social estratégica, vinculada a projetos societários amplos, comprometidos com uma posição anticapitalista progressista e de afirmação de direitos no campo da seguridade social. As normativas regulamentadoras da profissão, o Código de Ética dos assistentes sociais, como também as diretrizes curriculares, preconizam a defesa intransigente de direitos fundamentais, uma formação e um trabalho profissional afinados, em tese, com tais orientações. Considerando as refrações da questão social, o claro compromisso é, nesse contexto, formar intelectuais capazes de pensar e intervir

- A. criticamente.
- B. uniformemente.
- C. cotidianamente.
- D. solidariamente.
- E. imediatamente.

36. (FGV - 2022) O Projeto Ético-Político do Serviço Social começa a ser construído na transição dos anos 1970 para os anos 1980. Para Netto (2006), “foi naqueles anos que a primeira condição para a construção deste novo projeto se viabilizou”. Essa condição é:

- A. o reconhecimento da profissão por parte do Estado;
- B. a consolidação da pós-graduação em Serviço Social;
- C. a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional;
- D. o espraçamento da perspectiva de intenção de ruptura;
- E. o desenvolvimento e a afirmação do marxismo na profissão.

37. (IBADE - 2022) O projeto ético e político do Serviço Social orientam o exercício e a formação profissional e resultou de um processo histórico de construção coletiva no interior da profissão,



balizando seus valores e princípios éticos. Estão entre os valores constituintes do projeto ético-político do serviço social:

- A. a defesa radical da democracia e da cidadania e a reatualização dos valores da família brasileira.
- B. a liberdade como valor ético e a defesa intransigente dos direitos humanos.
- C. o compromisso com a autonomia e emancipação dos indivíduos e a defesa do sincretismo teórico.
- D. ênfase nos conhecimentos técnico-operativos e vinculação a novos projetos societários.
- E. materialização da dimensão político-organizativa da categoria e superação das desigualdades sociais.

38. (UFSC - 2022) Sobre o Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social e seus elementos constitutivos, indique se as afirmativas abaixo são verdadeiras (V) ou falsas (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

() É a partir da década de 1990 que o PEP do Serviço Social começa a tomar forma, tendo como marco o Código de Ética (1993) e a Lei de Regulamentação da profissão (1993).

() Seus elementos constitutivos incluem: dimensão teórica, dimensão jurídico-política, dimensão político-organizativa.

() A Política Nacional de Fiscalização (PNF) do conjunto CFESS/CRESS se constitui num instrumento de consolidação do projeto ético-político do Serviço Social.

() A mercantilização do ensino superior brasileiro produz pouca influência na manutenção das bases do projeto profissional dos assistentes sociais.

() A crise do projeto societário das classes trabalhadoras está na origem da crise do projeto profissional do Serviço Social.

- A. F – V – F – F – F
- B. V – V – V – F – V
- C. V – F – V – F – V
- D. V – V – F – V – F
- E. F – F – V – V – F



39. (FAU - 2022) Em se tratando do Projeto Ético-Político do Serviço Social está INCORRETO afirmar que ele:

- A. Tem um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.
- B. Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central.
- C. Vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social.
- D. Se efetiva integralmente na realidade.
- E. É um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras.

40. (FCC – 2022) O Serviço Social brasileiro consolidou um projeto profissional

- (A) que imprimiu uma direção social diametralmente oposta àquela seguida pelo capital.
- (B) heteronômico, como opção no interior da profissão e assumido pela categoria.
- (C) especificamente pelo marco legal existente, com foco nas resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).
- (D) em que os caminhos para sua concretização são vários e trazem muitos empecilhos, inclusive e especialmente a remuneração dos trabalhadores.
- (E) que tem como finalidade uma forma de sociabilidade humanizada e reificada.

41. (IBADE - 2021) Sobre o Projeto Ético Político do Serviço Social no Brasil, é correto afirmar que:

- A. trata-se de um projeto profissional construído por um sujeito coletivo coeso e homogêneo.
- B. regulamenta as atribuições privativas e competências do profissional de Serviço Social.
- C. aponta para estratégias de enfrentamento ao desmonte do sistema de proteção social.
- D. é orientado por perspectivas teóricas reelaboradas cotidianamente por cada profissional.
- E. vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social.

42. (FUNDEP - 2020) Em seu texto Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional, a autora Maria Lúcia Martinelli afirma que o projeto ético-político que se tem hoje



no âmbito do Serviço Social, cuja base de sustentação é a teoria social marxista, é uma construção coletiva. Dessa construção não participaram os seguintes sujeitos:

- A. Profissionais de campo.
- B. Estudantes de Serviço Social.
- C. Usuários das políticas sociais.
- D. Pesquisadores.

43. (IBADE - 2020) À luz de várias referências teóricas e críticas, a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social remonta à transição da década de 1970 à década de 1980 do século XX, quando:

- A. surgiu a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional.
- B. surgiu as primeiras escolas de Serviço Social na América Latina.
- C. adotaram a influência teórica metodológica de caso, grupo e comunidade.
- D. foram influenciados teoricamente pela fenomenologia.
- E. realizaram o Seminário de Araxá.

44. (CONSULPLAN - 2020) Considerando o denominado Projeto Ético-Político do Serviço Social, a partir de sua construção inicial pela categoria, é correto afirmar que:

- A. Efetiva-se integralmente na realidade.
- B. A dimensão jurídico-política da profissão é dissociada do Projeto Ético-Político profissional.
- C. Articula em si mesmo uma imagem ideal da profissão, assim como os valores que a legitimam, sua função social, seus objetivos e conhecimentos teóricos e saberes interventivos
- D. Está impresso em documento construído coletivamente e distribuído à categoria profissional pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) para amplo conhecimento e divulgação
- E. É impossível identificar e/ou sistematizar os seus elementos constitutivos e os componentes que o materializam no processo sócio-histórico da profissão, uma vez que se alteram dialeticamente.

45. (Instituto Unifil - 2020) Maria Lucia Silva Barroco afirma que “a ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de



necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica". Segundo a autora, a ética profissional pode se objetivar como

- A. ação moral; normatização de deveres e valores; teorização social; ação fiscalizadora.
- B. ação moral; normatização de deveres e valores; teorização ética; ação ético-política.
- C. ação fiscalizadora; normatização social; teorização ética; ação ético-política.
- D. ação moral; normatização de comportamentos; teorização social; ação ético-política.

46. (IFMT – 2019) Desde os anos de 1970, mais precisamente no final daquela década, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Esse projeto adquire materialidade:

- A. nos fundamentos históricos e teórico-metodológicos extraídos da tradição marxista.
- B. nos valores e princípios éticos humanistas e nas particularidades da formação histórica do país.
- C. no Código de Ética Profissional (1993), na Lei da Regulamentação da Profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (1996).
- D. no conjunto das regulamentações profissionais, a exemplo do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação Profissional.
- E. no Projeto de Formação Profissional do Serviço Social, no Currículo Mínimo Nacional e na Política Nacional de Estágio.

47. (COMPERVE – 2019) A literatura profissional que trata do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro aponta que este possui alguns elementos constitutivos, que são: a explicitação de princípios e valores ético-políticos; uma matriz teórico-metodológica em que se ancora; crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas; lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria, através de suas formas coletivas de organização política, em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira. Tais elementos constitutivos possuem componentes que lhe dão materialidade. Esses componentes construídos pelos assistentes sociais são:

- A. a produção de conhecimento; as instâncias político-organizativas da profissão e a dimensão jurídico-política da profissão.
- B. a produção em pesquisa; as instâncias de pactuação e organização e a dimensão jurídico-política da profissão.



- C. o fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil; a gênese do projeto ético-político e as instâncias de controle social.
- D. o compromisso com as instituições empregadoras; a produção de conhecimento e as instâncias político-organizativas da profissão.

48. (IBADE - 2019) Segundo Barroco (2009), “A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica.”. Para ela, a ética profissional se objetiva:

- A. como ação moral, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção.
- B. como normatização de deveres e valores, através da prática profissional.
- C. como teorização ética, através do código de Ética Profissional.
- D. como ação éticopolítica, através das teorias que fundamentam sua reflexão.
- E. em formas não necessariamente puras e/ou absolutas, e sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos.

49. (DÉDALUS CONCURSOS - 2018) Sobre o Projeto Ético Político analise as afirmações a seguir e assinale a opção incorreta:

- A. O projeto ético e político do Serviço Social, que orienta o exercício e a formação profissional, resultou de um processo histórico de construção coletiva, sob a direção das entidades nacionais da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO).
- B. Este projeto de profissão e sociedade é explicitado no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996.
- C. No cotidiano, os profissionais devem promover estratégias técnico-políticas nos diversos espaços sócio-institucionais que concretizam princípios como a ampliação da liberdade, concebida como autonomia, emancipação e pleno desenvolvimento dos indivíduos.
- D. A atuação profissional exige um perfil crítico com competência técnica e ético-política para as respostas qualificadas que preservem e ampliem direitos.
- E. Em resposta à histórica requisição social, bem como às finalidades, objetivos, valores e princípios com direção ética e política da profissão, os Assistentes Sociais brasileiros possuem o compromisso



com a classe que contrata os trabalhadores e os processos emancipatórios na perspectiva de uma sociedade igualitária.

50. (FCC – 2018) Os termos moral e ética são várias vezes confundidos e usados como sinônimos, mas, considerando a diferença entre a vida prática e o conhecimento teórico, bem como entre o indivíduo em sua singularidade e o humano genérico:

- A. moral faz parte de um conhecimento teórico desde as sociedades primitivas, enquanto a ética só surge com os gregos no interior do conhecimento filosófico.
- B. moral, enquanto prática, é uma resposta às necessidades individuais, que devem existir, com a reflexão teórica sobre ela. É a aproximação à ética que permite essa reflexão.
- C. ética, enquanto ação, supõe a escolha consciente e livre, já moral se norteia pelo caráter normativo de forma mecânica e acrítica.
- D. moral é parte constitutiva de todas as formas de práxis, ética é a relação com o outro, aceitando conscientemente que ele participa de minha existência.
- E. moral é a prática dos indivíduos em sua singularidade, ética é a reflexão teórica e ação livre voltada ao humano genérico.

51. (FCC – 2018) Frente a ética profissional e o projeto ético-político da profissão, considere:

I. O conteúdo da ética profissional é construído na prática cotidiana, espaço de confronto com situações de conflito que demandam um posicionamento de valor.

II. As condições adversas da prática profissional impõem limites à ética profissional.

III. A práxis política se coloca como o meio adequado à realização da ética profissional.

Está correto o que consta em

- A. I, II e III.
- B. III, apenas
- C. II, apenas.
- D. I e II, apenas.
- E. I e III, apenas.

52. (NUCEPE - 2017) “A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e



respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica". (BARROCO, 2009) A ética profissional se objetiva como:

- A. Ação moral, normatização de deveres, teorização ética e ação técnica.
- B. Ação moral; normatização de direitos e valores, teorização científica e ação ético política.
- C. Ação moral; normatização de deveres e valores; teorização ética e ação ético-política.
- D. Ação moral; normatização de compromissos; teorização ética e ação ético-política.
- E. Ação moral; normatização de princípios; teorização ética; e ação ético-política.

53. (FUNCAB - 2013) O Projeto Ético-Político do Serviço Social é operado por meio das diversas modalidades interventivas do assistente social. Os seus elementos constitutivos materializam - se a partir da articulação de três dimensões: produção de conhecimentos no interior do serviço social e:

- A. ética profissional e sociedade.
- B. pesquisa e extensão.
- C. sistematização da prática cotidiana e ética.
- D. político - organizativa e jurídico - política.
- E. política e normatização profissional.



GABARITO

1. B	20. A	37. B
2. D	21. B	38. B
3. B	22. E	39. D
4. B	23. D	40. A
5. C	24. A	41. E
6. C	25. C	42. C
7. A	26. A	43. A
8. C	27. A	44. C
9. E	28. B	45. B
10. B	29. B	46. C
11. C	30. E	47. A
12. D	31. D	48. E
13. D	32. CERTO	49. E
14. D	33. B	50. E
15. A	34. E	51. A
16. D	35. A	52. C
17. B	36. C	53. D
18. B		
19. E		



QUESTÕES COMENTADAS MULTIBANCAS - FUNDAMENTOS ÉTICOS E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

1. (IBADE - 2025 - Prefeitura de Rolim de Moura - RO) O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro é um marco na profissão, orientando a atuação dos assistentes sociais com base em princípios e valores específicos. Sobre esse projeto, assinale a alternativa correta:

- A) o Projeto Ético-Político do Serviço Social prioriza a neutralidade profissional, abstendo-se de posicionamentos políticos e ideológicos para garantir a imparcialidade no atendimento aos usuários.
- B) um dos pilares do Projeto Ético-Político é a defesa intransigente dos direitos humanos, com compromisso com a justiça social e a superação das desigualdades.
- C) o projeto reforça a subordinação do Serviço Social às políticas neoliberais, priorizando a eficiência administrativa e a redução de custos nas políticas públicas.
- D) a autonomia do usuário e a meritocracia são os principais valores do Projeto Ético-Político, incentivando a responsabilização individual pelos problemas sociais.
- E) o Projeto Ético-Político do Serviço Social desconsidera a importância da democracia, focando na assistência técnica e burocrática aos usuários.

Comentário:

Alternativa correta: **B**. O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro representa uma virada crítica na profissão, consolidando uma prática comprometida com a transformação social. Ele rompe com a neutralidade técnica e o assistencialismo tradicional, assumindo uma postura ativa e engajada diante das expressões da questão social.

Princípios centrais do projeto incluem:

- Defesa dos **direitos humanos** e da **justiça social**.
- Compromisso com a **emancipação dos sujeitos sociais**.
- Valorização da **democracia participativa**.
- Superação das **desigualdades estruturais**.
- Reconhecimento da **liberdade como valor ético central**.

As demais alternativas estão **incorretas** porque:

- **A)** A neutralidade é rejeitada; o projeto assume posicionamento político e ideológico.
- **C)** O projeto se opõe às políticas neoliberais e à lógica mercantil da gestão pública.
- **D)** Meritocracia não é um valor defendido; o projeto reconhece os condicionantes sociais.
- **E)** A democracia é um valor fundamental do projeto, não é desconsiderada.

Gabarito: B.



2. (FUNDATEC - 2025 - Prefeitura de Marau - RS) Os componentes que dão materialidade ao Projeto Ético-Político do Serviço Social envolvem tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades da profissão, como as associações profissionais, as organizações sindicais, o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, o Movimento Estudantil e os(as)

- A) instâncias de produção do conhecimento.
- B) espaços de arcabouços jurídicos-políticos.
- C) matrizes teórico-metodológicas.
- D) instâncias político-organizativas da profissão.
- E) princípios e valores ético-políticos.

Comentário:

A alternativa **D** está correta porque se refere diretamente às **estruturas coletivas e organizativas** que dão sustentação ao **Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Essas instâncias político-organizativas são fundamentais para a construção, defesa e atualização constante do projeto profissional da categoria.

Entre elas, destacam-se:

- **CFESS/CRESS:** Conjunto que representa e regulamenta a profissão em nível nacional e regional.
- **ABEPSS:** Responsável pela formulação das diretrizes de formação profissional e pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão.
- **ENESSO:** Movimento estudantil que participa da construção crítica da formação e da profissão.
- **Fóruns de deliberação:** Espaços democráticos onde a categoria debate e decide coletivamente sobre os rumos da profissão.
- **Associações e sindicatos:** Atuam na defesa dos direitos dos profissionais e na luta por melhores condições de trabalho.

Essas instâncias são essenciais para garantir que o projeto ético-político não seja apenas um conjunto de ideias, mas sim uma **prática viva e coletiva**, enraizada na realidade social e comprometida com a transformação da sociedade.

As demais alternativas, embora relacionadas ao campo teórico ou normativo, **não abrangem o conjunto organizativo** que dá materialidade ao projeto profissional. Por isso, a alternativa **D** é a mais adequada.

Gabarito: D.



3. (FUNDATEC - 2025 - Prefeitura de Tangará da Serra - MT) Analise as assertivas a seguir acerca do Projeto Ético-Político do Serviço Social e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() Os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político.

() Os projetos societários podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores, e o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade.

() Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, e formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A) F – F – F.

B) V – V – V.

C) F – V – V.

D) V – F – F.

Comentário:

Todas as assertivas estão **verdadeiras**, pois refletem com precisão os fundamentos teóricos e políticos que sustentam o **Projeto Ético-Político do Serviço Social**.

(V) Os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo — inclusive no projeto ético-político do Serviço Social — porque toda prática profissional está inserida em uma sociedade marcada por disputas de interesses e projetos de sociedade. O projeto ético-político do Serviço Social não é neutro: ele se vincula a um projeto societário emancipatório.

(V) Os projetos societários podem ser transformadores ou conservadores. O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto **transformador**, que busca superar as desigualdades sociais, a exploração e a dominação de classe, gênero e etnia, conforme defendido por autores como José Paulo Netto e Marilda Iamamoto.

(V) Os projetos profissionais expressam a autoimagem da profissão, elegem os **valores que a legitimam socialmente**, delimitam seus **objetivos e funções** e estabelecem os **requisitos teóricos, institucionais e práticos** para sua realização. No caso do Serviço Social, isso se concretiza por meio de documentos como o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Gabarito: B.



4. (FUNDATEC - 2025 - GHC-RS) Sobre o projeto ético político do serviço social, é INCORRETO afirmar que:

- A) Apresenta a autoimagem de uma profissão e elege os valores que a legitimam socialmente.
- B) É fruto do código de ética profissional.
- C) Delimita e prioriza os seus objetivos e funções, e formula os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício.
- D) Estabelece as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas.
- E) Prescreve normas para o comportamento dos profissionais.

Comentário:

A alternativa **INCORRETA** é a **B) É fruto do código de ética profissional**.

O projeto ético-político do Serviço Social **não é fruto do Código de Ética**, mas sim **o contrário**: o Código de Ética é uma das expressões do projeto ético-político. Esse projeto é resultado de um processo histórico e coletivo de construção da profissão, especialmente a partir da década de 1980, quando se consolidou uma perspectiva crítica e comprometida com os direitos humanos, a justiça social e a emancipação dos sujeitos.

O projeto ético-político:

- Define a **direção social** da profissão.
- Estabelece **valores e princípios** que orientam a prática profissional.
- Delimita **objetivos, funções e requisitos teóricos e práticos**.
- Regula as **relações com usuários, instituições e outras profissões**.
- Inspira documentos como o **Código de Ética**, mas não é derivado dele.

Já a alternativa E, embora trate de **normas de comportamento**, está correta porque essas normas são prescritas **pelo Código de Ética**, que é uma ferramenta vinculada ao projeto ético-político, mas não o define por si só.

Gabarito: B.

5. (SELECON - 2025 - Prefeitura de Sinop - MT) O projeto profissional do(da) assistente social, ao tratar da prática profissional definida pela inserção sociotécnica do serviço social entre distintos e contraditórios interesses de classes, sinaliza sua dimensão:



- A) ideológica
- B) técnica
- C) política
- D) ética

Comentário:

Alternativa correta: C) política

A prática profissional do(a) assistente social, ao se inserir em contextos marcados por **distintos e contraditórios interesses de classe**, revela sua **dimensão política**. Isso porque o Serviço Social atua diretamente nas expressões da **questão social**, que são fruto das desigualdades estruturais do sistema capitalista. Ao intervir nesse campo, o profissional não apenas executa ações técnicas, mas também **toma posição diante das disputas sociais**, mesmo que de forma implícita.

A **dimensão política** da profissão está presente:

- Na escolha dos métodos de intervenção
- Na defesa dos direitos humanos e da justiça social
- No compromisso com a classe trabalhadora e com a transformação da realidade

Essa dimensão é reconhecida e reforçada pelo **projeto ético-político do Serviço Social**, que orienta a atuação profissional com base em valores como liberdade, equidade, democracia e emancipação humana.

As demais alternativas não contemplam essa centralidade:

- **A) Ideológica:** Embora a ideologia esteja presente, ela é parte da dimensão política, não o foco principal da questão.
- **B) Técnica:** A técnica é importante, mas subordinada à direção política da intervenção.
- **D) Ética:** A ética é um dos pilares do projeto profissional, mas a questão trata da inserção em conflitos de classe, o que remete diretamente à política.

Gabarito: C.

6. (AEVSF/FACAPE - 2025 - Prefeitura de Afrânio - PE) “[...] O projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração, dominação de classe, etnia e gênero”. (Netto, 2009, p.155). É CORRETO afirmar sobre o projeto profissional do assistente social:

- A) defesa transigente dos direitos humanos.



- B) a favor do arbítrio e preconceitos.
- C) a favor da equidade e da justiça social.
- D) compromisso com a autonomia daqueles que compram a força produtiva.
- E) emancipação parcial e expansão dos indivíduos.

Comentário:

A alternativa **C** está correta porque expressa os princípios que orientam o **projeto ético-político do Serviço Social**, conforme defendido por José Paulo Netto (2009) e outros autores da tradição crítica. Esse projeto está vinculado a um **projeto societário emancipatório**, que busca superar as formas de exploração e dominação de classe, etnia e gênero, propondo uma nova ordem social baseada na **justiça social, equidade, liberdade e emancipação humana**.

Vamos analisar as demais alternativas:

- **A) Defesa transigente dos direitos humanos: Incorreta.** O projeto ético-político defende os direitos humanos de forma **intransigente**, ou seja, sem concessões.
- **B) A favor do arbítrio e preconceitos: Incorreta.** O Serviço Social combate o arbítrio, os preconceitos e todas as formas de discriminação.
- **D) Compromisso com a autonomia daqueles que compram a força produtiva: Incorreta.** O compromisso do assistente social é com a **classe trabalhadora**, não com os detentores do capital.
- **E) Emancipação parcial e expansão dos indivíduos: Incorreta.** O projeto ético-político visa à **emancipação plena**, coletiva e histórica, não parcial ou individualizada.

Gabarito: C.

7. (IV - UFG - 2025 - Prefeitura de Itumbiara - GO) O projeto ético-político do serviço social tem como referência teórica o materialismo histórico-dialético vinculado à construção de uma nova ordem social no horizonte da emancipação humana. Elege como valor central a liberdade, relacionando-a com a

- A) autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, compreendidas como o fim da dominação e da exploração do homem pelo homem.
- B) superação do preconceito de gênero, de raça e de etnia, elencadas pela defesa dos direitos e da razão instrumental pelo fim do arbítrio e da exclusão social.
- C) universalidade, a sociabilidade e a conscientização, pautadas em propostas metodológicas cientificamente planejadas como produto abstrato do pensamento.



D) ideação de valores, de princípios e de ações democráticas, garantidas pelos interesses da lógica formal com vistas ao respeito e a sua individualidade.

Comentário:

Alternativa correta: **A) autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, compreendidas como o fim da dominação e da exploração do homem pelo homem.**

Essa alternativa está correta porque expressa os fundamentos do **projeto ético-político do Serviço Social**, que tem como referência teórica o **materialismo histórico-dialético**. Esse projeto está vinculado à construção de uma nova ordem social, orientada pela **emancipação humana**, pela **liberdade** e pela **superação das relações de exploração e dominação**.

A liberdade, nesse contexto, não é entendida de forma abstrata ou individualista, mas sim como:

- **Autonomia dos sujeitos sociais**, ou seja, sua capacidade de agir e decidir sobre suas próprias vidas.
- **Emancipação coletiva**, que implica a superação das estruturas que oprimem e exploram os indivíduos.
- **Plena expansão dos indivíduos sociais**, compreendida como o desenvolvimento integral das potencialidades humanas em uma sociedade livre de desigualdades.

As demais alternativas apresentam desvios conceituais:

- **B) Errado.** Embora trate de temas importantes, como preconceito e exclusão, não articula corretamente o conceito de liberdade com a perspectiva crítica e emancipatória do projeto ético-político.
- **C) Errado.** Utiliza termos genéricos e abstratos, sem conexão com a base teórica marxista que orienta o Serviço Social.
- **D) Errado.** Apresenta uma visão formalista e individualista, distante da concepção coletiva e histórica de liberdade defendida pelo projeto ético-político.

Gabarito: A.

8. (Wisdom - 2025 - Prefeitura de Herval D'Oeste - SC) O Projeto Ético-Político do Serviço Social visa:

- A) Garantir a intervenção do assistente social exclusivamente em questões jurídicas e processuais.
- B) Manter a neutralidade do profissional diante das questões sociais e políticas.
- C) Contribuir para a transformação social e a efetivação dos direitos humanos, com base em uma visão crítica e ética.
- D) Priorizar a intervenção técnica, sem envolvimento com as questões políticas e sociais.



Comentário:

Alternativa correta: C) Contribuir para a transformação social e a efetivação dos direitos humanos, com base em uma visão crítica e ética.

O **Projeto Ético-Político do Serviço Social** é uma construção coletiva da categoria profissional que orienta a atuação dos(as) assistentes sociais com base em **valores como liberdade, justiça social, equidade, democracia e emancipação humana**. Ele está fundamentado no **materialismo histórico-dialético**, que permite uma leitura crítica da realidade social e orienta a prática profissional voltada para a transformação das estruturas sociais injustas.

Esse projeto não admite neutralidade diante das desigualdades sociais, nem reduz a atuação profissional a aspectos meramente técnicos ou jurídicos. Pelo contrário, ele exige:

- **Compromisso com os direitos humanos**
- **Postura ética e crítica**
- **Intervenção qualificada e politicamente situada**
- **Defesa da classe trabalhadora e das populações vulnerabilizadas**

As alternativas **A, B e D** estão **incorretas** porque contradizem os princípios fundamentais do projeto ético-político, ao restringir ou neutralizar a atuação profissional diante das contradições sociais.

Gabarito: C.

9. (FAU - 2025 - Prefeitura de Céu Azul - PR) Sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social, marque V para Verdadeiro ou F para Falso e posteriormente assinale a alternativa correspondente:

() O projeto ético-político do serviço social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade.

() Vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

() O projeto articula em si mesmo os seguintes elementos constitutivos: uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.

() Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

A) V, V, F, V.

B) F, V, V, V.



C) F, F, F, V.

D) V, F, V, V.

E) V, V, V, V.

Comentário:

Todas as assertivas estão **verdadeiras**, pois refletem com fidelidade os fundamentos do **Projeto Ético-Político do Serviço Social**, consolidado pela categoria profissional a partir da década de 1980 e sustentado por autores como José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Behring e Boschetti.

Vamos analisar cada uma:

(V) O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está, sim, vinculado a um **projeto de transformação da sociedade**, com base na crítica ao conservadorismo e na defesa de uma nova ordem social mais justa e igualitária.

(V) Ele se articula a um **projeto societário emancipatório**, que propõe a superação das formas de **dominação e exploração de classe, etnia e gênero**, reafirmando o compromisso com os direitos humanos e a justiça social.

(V) O projeto ético-político **articula elementos constitutivos** como: a autoimagem da profissão, os valores que a legitimam socialmente, sua função social, objetivos, saberes teóricos e práticos, normas e práticas. Esses componentes dão materialidade à identidade profissional.

(V) A **liberdade** é reconhecida como **valor ético central**, concebida historicamente como possibilidade de escolha entre alternativas. Isso implica compromisso com a **autonomia, emancipação e plena expansão dos sujeitos sociais**, conforme previsto no Código de Ética da profissão.

Gabarito: E.

10. (FAU - 2025 - Prefeitura de Pinhalão - PR) Em se tratando do Projeto Ético-Político da profissão, marque (V) verdadeiro ou (F) falso e marque assinal a alternativa correspondente:

() Pensar o projeto profissional supõe articular a dupla dimensão: de um lado, as condições macrosociais que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro lado, as respostas técnico-profissionais e ético-políticas dos agentes profissionais nesse contexto, que traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais.

() O projeto ético-político profissional expressa a perspectiva hegemônica impressa ao Serviço Social brasileiro.



() A operacionalização do projeto profissional supõe o reconhecimento das condições sócio-históricas que circunscrevem o trabalho do assistente social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidades à sua plena realização.

() Para avançar na efetivação do projeto ético-político profissional, é necessário considerar a matéria do Serviço Social, consubstanciada na questão social em suas múltiplas expressões concretas, como condição de enraizar o projeto nas condições reais de sua implementação.

A) F, V, V, V.

B) V, V, V, V.

C) V, F, V, F.

D) F, F, V, V.

E) V, V, F, V.

Comentário:

Todas as assertivas estão **verdadeiras**, pois refletem com precisão os fundamentos do **Projeto Ético-Político do Serviço Social**, conforme construído historicamente pela categoria profissional.

- (V) Pensar o projeto profissional exige articular duas dimensões: a **estrutura macrossocietária**, que define os limites e possibilidades da atuação profissional, e as **respostas técnico-profissionais e ético-políticas** dos assistentes sociais, que expressam como esses limites são enfrentados na prática. Essa articulação é essencial para uma atuação crítica e transformadora.

(V) O projeto ético-político expressa a **perspectiva hegemônica** assumida pela categoria profissional desde os anos 1980, com base no **materialismo histórico-dialético**, na defesa dos direitos humanos e na luta por uma nova ordem social. Essa hegemonia foi construída coletivamente por meio das entidades representativas da profissão.

(V) A operacionalização do projeto profissional requer o **reconhecimento das condições sócio-históricas** que moldam o exercício profissional. Isso significa compreender os desafios concretos enfrentados pelos assistentes sociais e atuar de forma crítica diante deles.

(V) Para efetivar o projeto ético-político, é necessário considerar a **matéria do Serviço Social**, ou seja, a **questão social** em suas múltiplas expressões. É a partir dessa realidade concreta que o projeto se enraíza e ganha sentido, orientando a prática profissional com compromisso ético e político.

Gabarito: B.

11. (Instituto Access - 2025 - Prefeitura de Marechal Floriano - ES) O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro orienta uma prática profissional comprometida com a transformação



social e com a defesa intransigente dos direitos humanos. Qual das alternativas a seguir está mais alinhada a esse projeto?

- A) Neutralidade técnica diante de conflitos sociais.
- B) Apoio a medidas que criminalizam a pobreza e a vulnerabilidade social.
- C) Defesa da equidade social e da ampliação dos direitos dos segmentos subalternizados.
- D) Restrição da atuação profissional às demandas administrativas institucionais.

Comentário:

O **Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro** é uma construção coletiva da categoria profissional que orienta a prática com base em valores como **liberdade, justiça social, equidade, democracia e emancipação humana**. Ele está fundamentado no **materialismo histórico-dialético** e tem como objetivo central a **transformação da sociedade**, especialmente no enfrentamento das desigualdades estruturais que afetam os grupos historicamente oprimidos.

A alternativa **C** está alinhada com esse projeto porque expressa o compromisso do Serviço Social com:

- A **defesa intransigente dos direitos humanos**;
- A **ampliação dos direitos sociais**, especialmente para os segmentos subalternizados (como população em situação de rua, mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+, entre outros);
- A **intervenção crítica e propositiva**, voltada para a superação das expressões da questão social.

As demais alternativas estão **incorretas** porque contradizem os princípios do projeto ético-político:

- **A)** A neutralidade técnica é incompatível com a postura crítica exigida do assistente social diante dos conflitos sociais.
- **B)** Apoiar medidas que criminalizam a pobreza é uma prática conservadora e punitiva, que fere os princípios da profissão.
- **D)** Reduzir a atuação às demandas administrativas limita o potencial transformador da prática profissional e ignora sua dimensão política.

Gabarito: C.

12. (FRONTE - 2025 - Prefeitura de Santa Bárbara - MG) Analise as proposições abaixo sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social:

- I. Defende a construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração.**
- II. É compatível com práticas conservadoras e assistencialistas na política pública.**



III. Afirma o compromisso com os direitos sociais e a ampliação da cidadania.

IV. Rompe com a concepção tecnicista e neutra da profissão, valorizando o engajamento político.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas I e III estão corretas.
- B) Apenas II e III estão corretas.
- C) Todas estão corretas.
- D) Apenas I, III e IV estão corretas.

Comentário:

As proposições **I, III e IV** estão **verdadeiras**, pois expressam com fidelidade os fundamentos do **Projeto Ético-Político do Serviço Social**, enquanto a proposição **II** está **falsa**, por contrariar os princípios que orientam a prática profissional crítica e emancipatória.

Vamos analisar cada uma:

I. Defende a construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração. ✓ Verdadeira.

O projeto ético-político está vinculado a um projeto societário **transformador**, que busca superar as formas de dominação e exploração de classe, etnia e gênero, conforme defendido por autores como José Paulo Netto e Marilda Iamamoto.

II. É compatível com práticas conservadoras e assistencialistas na política pública. ✗ Falsa.

O projeto ético-político **rompe com práticas conservadoras e assistencialistas**, pois elas reproduzem a lógica da caridade e da manutenção da ordem vigente. O Serviço Social crítico atua com base na defesa dos direitos sociais e na superação da lógica do favor.

III. Afirma o compromisso com os direitos sociais e a ampliação da cidadania. ✓ Verdadeira.

Um dos pilares do projeto é a **defesa intransigente dos direitos humanos**, a ampliação da cidadania e o fortalecimento da participação social.

IV. Rompe com a concepção tecnicista e neutra da profissão, valorizando o engajamento político.

✓ **Verdadeira.** O projeto ético-político rejeita a ideia de neutralidade profissional e reconhece que toda prática é **politicamente situada**, exigindo do assistente social uma postura crítica e engajada.

Gabarito: D.

13. (Instituto Consulplan - 2025 - Prefeitura de Niterói - RJ) Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o serviço social brasileiro se reconfigurou como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho sob a égide do capitalismo. No contexto da consolidação do projeto ético-político



profissional, a direção sociopolítica da profissão se afirmou enquanto expressão da luta da classe trabalhadora por seus interesses imediatos e históricos, tendo por horizonte a emancipação humana. Esse projeto se assenta sobre fundamentos teórico-metodológicos de matriz marxista e refuta tanto o conservadorismo tradicional quanto o ecletismo liberal. Considerando a natureza contra-hegemônica do projeto ético-político profissional, assinale a alternativa que melhor expressa a crítica ontológica e política formulada à pós-modernidade, no processo de ruptura com a ordem burguesa.

- A) O Código de Ética de 1993 reafirma os valores universais da neutralidade e da imparcialidade no exercício profissional como fundamentos da prática voltada à cidadania.
- B) O conservadorismo é superado pela incorporação do pluralismo na formação profissional, que, mesmo fragmentado, reconhece a multiplicidade de saberes no exercício da prática.
- C) O ecletismo se torna um aliado estratégico do serviço social na medida em que flexibiliza o referencial teórico e possibilita maior adequação às exigências institucionais contemporâneas.
- D) A pós-modernidade nega a centralidade do trabalho e da totalidade social, assumindo concepções subjetivistas que esvaziam o vínculo entre o projeto profissional e os interesses históricos da classe trabalhadora.

Comentário:

Alternativa correta: **D) A pós-modernidade nega a centralidade do trabalho e da totalidade social, assumindo concepções subjetivistas que esvaziam o vínculo entre o projeto profissional e os interesses históricos da classe trabalhadora.**

Essa alternativa expressa a **crítica ontológica e política** que o **Projeto Ético-Político do Serviço Social** formula à **pós-modernidade**. Fundamentado no **materialismo histórico-dialético**, o projeto profissional rompe com a ordem burguesa ao reafirmar a centralidade do trabalho como categoria fundante da vida social e a totalidade como método de análise da realidade.

A **pós-modernidade**, por sua vez, propõe uma **visão fragmentada da sociedade**, marcada por:

- **Subjetivismo extremo**, que desvaloriza os processos históricos e coletivos;
- **Relativização da verdade e da razão**, enfraquecendo a crítica social;
- **Negação da centralidade do trabalho**, substituindo-o por múltiplas narrativas desconectadas da luta de classes.

Essas concepções são incompatíveis com o projeto ético-político, que se vincula aos **interesses históricos da classe trabalhadora**, à **emancipação humana** e à **transformação da realidade social**. A crítica à pós-modernidade é, portanto, uma defesa da coerência teórica e da direção política da profissão.

As demais alternativas estão **incorretas**:



- **A)** O Código de Ética de 1993 **rejeita a neutralidade e a imparcialidade**, pois reconhece que toda prática profissional é politicamente situada.
- **B)** O pluralismo fragmentado **não supera o conservadorismo**, podendo até reforçar a despolitização da prática.
- **C)** O ecletismo é criticado por **enfraquecer a consistência teórica** e abrir espaço para práticas adaptadas às exigências institucionais, muitas vezes conservadoras.

Gabarito: D.

14. (Instituto Consulplan - 2024) Sobre o projeto ético-político do Serviço Social, é INCORRETO afirmar que:

- A) O projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.
- B) Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas.
- C) Constituem elementos do projeto ético-político do Serviço Social: explicitação de princípios e valores ético-políticos; matriz teórico-metodológica em que se ancora; crítica radical à ordem vigente; e, lutas, posicionamentos e formas coletivas de organização política da categoria e da sociedade.
- D) Efetiva-se integralmente na realidade, pois ele articula em si elementos constitutivos que tem em sua base, os componentes que lhe dão pluralidade, ou seja, aqueles elementos se objetivam e se expressam na realidade, pode-se dizer que ganham visibilidade social – por meio de determinados componentes construídos pelos próprios assistentes sociais.

Comentário:

A alternativa D é a incorreta. Ela afirma que o projeto ético-político do Serviço Social se efetiva integralmente na realidade, o que não é verdade. Embora o projeto ético-político seja um guia para a prática profissional e busque influenciar a realidade social, ele não se efetiva integralmente na realidade.

Isso ocorre porque a realidade social é complexa e está sempre mudando, e existem muitos fatores que podem influenciar a efetivação do projeto ético-político. Além disso, o projeto ético-político é um ideal a ser buscado, e pode haver obstáculos e desafios que dificultam sua plena realização.

Portanto, embora o projeto ético-político seja um componente importante da prática do Serviço Social e busque influenciar a realidade social, ele não se efetiva integralmente na realidade. As outras alternativas (A, B, C) são todas condizentes com a natureza e os objetivos do projeto ético-político do Serviço Social.

Gabarito: D.



15. (UNIVIDA - 2024) Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente a lacuna abaixo: O _____ hegemônico na profissão está vinculado a um projeto de transformação da sociedade, que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

- A) Projeto ético-político.
- B) Direito.
- C) Código de ética.
- D) Projeto social.
- E) Serviço.

Comentário:

A alternativa A, “**Projeto ético-político**”, é a correta. O projeto ético-político é o elemento hegemônico na profissão de Serviço Social que está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Ele propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

O projeto ético-político do Serviço Social é um conjunto de princípios e valores que orientam a prática profissional. Ele é baseado em uma visão de justiça social, direitos humanos e bem-estar social, e busca orientar os assistentes sociais em seu trabalho para promover esses ideais na sociedade.

Portanto, a alternativa A captura com precisão a essência do projeto ético-político do Serviço Social e seu compromisso com a transformação social.

Gabarito: A.

16. (CS-UFG - 2023) De acordo com José Paulo Netto (1999), o projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro se inscreve no marco dos projetos coletivos e apresentam

- A) a construção de princípios e diretrizes que se legitimam por grupos e disputas ideológicas e políticas centrados no pensamento conservador, prescrevendo normas para o comportamento dos profissionais.
- B) a reafirmação dos processos sociais vigentes e das forças políticas hegemônicas da sociabilidade capitalista e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços.



C) a manifestação de processos contestatórios de uma dada profissão, com aportes teóricos e normativos que refletem as organizações e instituições privadas e públicas vigentes, inclusive o Estado.

D) a autoimagem da profissão, elegendo os valores que a legitimam socialmente, delimitando e priorizando seus objetivos e funções, formulando os seus requisitos teóricos, práticos e institucionais para o seu exercício.

Comentário:

O projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro, conforme descrito na opção D, é uma representação da autoimagem da profissão. Ele estabelece os valores que legitimam a profissão socialmente e define seus objetivos e funções. Além disso, formula os requisitos teóricos, práticos e institucionais para o exercício da profissão.

Este projeto é mais do que apenas um conjunto de diretrizes; é uma declaração de missão que orienta todos os aspectos da prática profissional. Ele ajuda a garantir que o trabalho dos assistentes sociais esteja alinhado com os valores centrais da profissão, como a promoção da justiça social e dos direitos humanos.

Além disso, o projeto ético-político serve como uma ferramenta para a defesa da profissão. Ele ajuda a destacar a importância do trabalho social e a necessidade de recursos adequados para apoiar esse trabalho. Ao fazer isso, o projeto contribui para o fortalecimento da profissão e para a melhoria dos serviços prestados aos usuários.

Gabarito: D.

17. (NC-UFPR - 2023) Um dos requisitos para que o/a Assistente Social desenvolva seu trabalho na perspectiva do Projeto ético-político é a (re)construção ontológica do objeto de intervenção, entendendo o espaço de atuação profissional como um campo de mediações. Assinale a alternativa que apresenta a tríade que fundamenta esse processo.

- A) Questão Social, Trabalho, Políticas Públicas.
- B) Singularidade, Universalidade, Particularidade.
- C) Dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa.
- D) Historicidade, Totalidade, Instrumentalidade.
- E) Eficiência, Eficácia e Efetividade.

Comentário:



A alternativa B é a correta, pois a tríade “**Singularidade, Universalidade, Particularidade**” é fundamental para a (re)construção ontológica do objeto de intervenção no Serviço Social.

Essa tríade representa uma abordagem dialética para entender e intervir na realidade social. A “Singularidade” refere-se à experiência única e individual de cada pessoa. A “Universalidade” refere-se aos aspectos comuns e gerais da experiência humana. E a “Particularidade” refere-se à interação entre a singularidade e a universalidade, ou seja, como as experiências individuais são moldadas por forças sociais mais amplas.

Essa compreensão permite que os assistentes sociais desenvolvam intervenções que são sensíveis às necessidades e experiências individuais, ao mesmo tempo em que reconhecem e abordam as forças sociais mais amplas que impactam a vida das pessoas. Portanto, essa tríade é fundamental para o trabalho do Serviço Social na perspectiva do Projeto ético-político.

Gabarito: B.

18. (SELECON - 2023) O projeto ético-político do serviço social (PEP) articula-se ao projeto societário de emancipação humana, ancorado em um referencial teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo e em instrumentos jurídicos que o sustentam. Historicamente, a direção sociopolítica do processo de ruptura com o conservadorismo foi assumida pelos assistentes sociais no Brasil:

- A) no encontro de Araxá
- B) no Congresso da Virada
- C) a partir da Constituição Federal de 1988
- D) no segundo Código de Ética Profissional

Comentário:

A alternativa B, “no **Congresso da Virada**”, é a correta. O Congresso da Virada ocorreu em 1979 e marcou um ponto de inflexão significativo para o Serviço Social no Brasil.

Neste congresso, os assistentes sociais brasileiros assumiram a direção sociopolítica do processo de ruptura com o conservadorismo. Foi neste evento que o Serviço Social brasileiro começou a se alinhar mais fortemente com um projeto de emancipação humana, ancorado em um referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

O Congresso da Virada foi um marco na história do Serviço Social brasileiro, pois representou uma mudança significativa na orientação da profissão. A partir deste ponto, o Serviço Social começou a se posicionar de forma mais crítica e reflexiva em relação à sua prática, buscando não apenas responder às demandas imediatas dos usuários, mas também questionar e desafiar as estruturas sociais que geram essas demandas.



Portanto, a resposta correta reflete a importância do Congresso da Virada na formação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Gabarito: B.

19. (FURB - 2023) Segundo Netto (2009, p. 04), os projetos _____ apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). Assinale a alternativa que corretamente completa a lacuna no excerto:

- A) Comunistas
- B) Capitalistas
- C) De governo
- D) Societários
- E) Profissionais

Comentário:

A alternativa E, “**Profissionais**”, é a correta. Segundo Netto (2009), os projetos profissionais são aqueles que definem a identidade de uma profissão. Eles estabelecem a autoimagem da profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, e formulam os requisitos teóricos, práticos e institucionais para o exercício da profissão.

Além disso, os projetos profissionais prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas, inclusive o Estado, que é responsável pelo reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais.

Portanto, a resposta correta reflete a importância dos projetos profissionais na definição e orientação da prática em qualquer campo profissional. Eles são fundamentais para garantir que a profissão mantenha sua relevância e eficácia na resposta às necessidades da sociedade.

Gabarito: E.



20. (FAUEL - 2023) Sobre o projeto ético-político da profissão, julgue as afirmativas como verdadeira ou falsa e assinale a alternativa CORRETA.

I. O projeto ético-político direciona a ação profissional para a defesa da democracia, da liberdade, da igualdade, dos direitos sociais, da justiça, entre outros.

II. A dimensão jurídico-política do projeto ético-político compreende às ações políticas e movimentos sociais que lutam pela materialização do projeto no interior da categoria profissional.

III. O projeto ético-político, consolidado na década de 90, está vinculado a outros projetos societários que buscam garantir melhores condições de vida à classe trabalhadora a partir do aprimoramento do sistema capitalista e distribuição da riqueza socialmente produzida.

- A) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- B) As afirmativas I e II são verdadeiras.
- C) Apenas a afirmativa II é falsa.
- D) Apenas a afirmativa III é falsa.
- E) Todas as afirmativas são verdadeiras.

Comentário:

A alternativa A, “Apenas a afirmativa I é verdadeira”, é a correta. Vamos analisar cada afirmativa:

I. O projeto ético-político direciona a ação profissional para a defesa da democracia, da liberdade, da igualdade, dos direitos sociais, da justiça, entre outros. Esta afirmativa é verdadeira. O projeto ético-político do Serviço Social é orientado por valores como democracia, liberdade, igualdade, direitos sociais e justiça. Ele busca orientar a prática profissional de forma a promover esses valores na sociedade.

II. A dimensão jurídico-política do projeto ético-político compreende às ações políticas e movimentos sociais que lutam pela materialização do projeto no interior da categoria profissional. Esta afirmativa é falsa. Embora o projeto ético-político esteja relacionado com ações políticas e movimentos sociais, a dimensão jurídico-política do projeto se refere mais especificamente ao conjunto de leis, regulamentos e políticas que orientam a prática profissional.

III. O projeto ético-político, consolidado na década de 90, está vinculado a outros projetos societários que buscam garantir melhores condições de vida à classe trabalhadora a partir do aprimoramento do sistema capitalista e distribuição da riqueza socialmente produzida. Esta afirmativa é falsa. O projeto ético-político do Serviço Social não busca aprimorar o sistema capitalista, mas sim questionar e desafiar as estruturas sociais que geram desigualdades, sendo um de seus elementos constitutivos a crítica radical à ordem social vigente. Ele está mais alinhado com um projeto de emancipação humana, que busca transformar a sociedade para promover a justiça social e os direitos humanos.



Portanto, apenas a afirmativa I é verdadeira, o que faz da alternativa A a resposta correta.

Gabarito: A.

21. (CEPS-UFPA - 2023) O denominado projeto ético-político profissional propugnado pelo Serviço Social brasileiro estrutura-se e explicita-se em torno de quatro elementos constitutivos. São eles:

- A) O ideal de cidadania, justiça social e sustentabilidade; a defesa do pluralismo teórico-metodológico; as lutas e posicionamentos em defesa dos usuários da assistência; a análise dialética da sociedade vigente.
- B) A explicitação de princípios e valores ético-políticos; a matriz teórico-metodológica em que se ancora; a crítica radical à ordem social vigente; as lutas e posicionamentos políticos.
- C) A defesa radical do pluralismo teórico e metodológico; a apreciação crítica das relações sociais na ordem vigente; a defesa intransigente do materialismo dialético; a afirmação da ideologia de classe.
- D) A crítica radical ao preconceito e à homofobia; o aporte em diferentes perspectivas teóricas e metodológicas; as apostas relacionadas ao processo de humanização do capitalismo; o investimento na pós-graduação stricto sensu.
- E) A crítica radical à sociedade capitalista; a defesa da ideologia de gênero e de classe; a busca pluralista por diferentes abordagens teóricas e metodológicas; a produção científica própria do Serviço Social.

Comentário:

A alternativa **B** é a correta. Ela descreve os quatro elementos constitutivos do projeto ético-político profissional propugnado pelo Serviço Social brasileiro:

- **A explicitação de princípios e valores ético-políticos:** Isso se refere à definição clara dos princípios e valores que orientam a prática profissional no Serviço Social. Esses princípios e valores são fundamentais para garantir que o trabalho dos assistentes sociais esteja alinhado com os ideais de justiça social e direitos humanos.
- **A matriz teórico-metodológica em que se ancora:** Isso se refere ao conjunto de teorias e métodos que fornecem a base para a prática profissional no Serviço Social. Essa matriz teórico-metodológica auxilia os assistentes sociais a entender e intervir efetivamente na realidade social.
- **A crítica radical à ordem social vigente:** Isso se refere à postura crítica do Serviço Social em relação à sociedade atual. Os assistentes sociais são encorajados a questionar e desafiar as estruturas sociais existentes que perpetuam a desigualdade e a injustiça.



- **As lutas e posicionamentos políticos:** Isso se refere ao compromisso do Serviço Social com a defesa dos direitos e interesses dos usuários de seus serviços. Isso envolve a participação em lutas políticas e sociais para promover a justiça social e a mudança social.

Portanto, esses quatro elementos são fundamentais para a estruturação e explicitação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Eles orientam a prática profissional e direcionam a profissão a manter seu compromisso com a promoção da justiça social e dos direitos humanos.

Gabarito: B.

22. (FCC - 2023) Um projeto de trabalho, para além da formulação técnica e precisa, deve constituir instrumento potente de impacto sobre a realidade, e seu produto deve apontar para a transformação dessa realidade. Necessita ser um elemento fundamental de reafirmação

- A) da emancipação política das classes subalternas.
- B) do projeto societário hegemônico.
- C) dos processos de trabalho dos/das Assistentes Sociais.
- D) da resiliência profissional.
- E) do projeto ético-político profissional.

Comentário:

A alternativa E, “**do projeto ético-político profissional**”, é a correta. Um projeto de trabalho, além de ser tecnicamente preciso, deve ser um instrumento poderoso para impactar a realidade e seu produto deve apontar para a transformação dessa realidade.

Nesse sentido, é fundamental que ele reafirme o projeto ético-político profissional. Isso significa que o projeto de trabalho deve estar alinhado com os princípios e valores éticos da profissão, contribuindo para a realização de seus objetivos e funções.

O projeto ético-político profissional é a base que orienta a prática profissional, garantindo que ela esteja alinhada com os ideais de justiça social, direitos humanos e bem-estar social. Portanto, qualquer projeto de trabalho no campo do Serviço Social deve reafirmar e contribuir para a realização desse projeto ético-político.

Gabarito: E.



23. (UFMA - 2023) O Código de Ética da/o Assistente Social, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABPESS modelam uma concepção de direitos e de cidadania que corporifica:

- A) Os Fundamentos Éticos do Serviço Social.
- B) A Política profissional do Serviço Social.
- C) Os Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social.
- D) O Projeto ético-político e profissional do Serviço Social.
- E) O Processo de Trabalho do Serviço Social

Comentário:

A alternativa D, “**O Projeto ético-político e profissional do Serviço Social**”, é a correta. O Código de Ética do Assistente Social, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABPESS contribuem para moldar uma concepção de direitos e cidadania que incorpora o Projeto ético-político e profissional do Serviço Social.

Portanto, esses documentos são responsáveis por materializar o Projeto ético-político e profissional do Serviço Social, garantindo que ele esteja no centro da prática profissional no campo do Serviço Social. Eles fornecem uma estrutura dentro da qual a profissão pode trabalhar e responder efetivamente às necessidades dos indivíduos e da sociedade.

Gabarito: D.

24. (CS-UFG - 2023) O projeto ético-político construído pelo Serviço Social renovado se assenta na recusa e crítica ao conservadorismo no interior da profissão. Nesse aspecto, tal projeto

- A) apresenta a autoimagem da profissão, os valores por ela defendidos e direciona os requisitos teórico-práticos para a formação e o trabalho profissional.
- B) elucida os valores e princípios que devem nortear a atuação profissional, podendo sofrer alterações a depender da correlação de forças em cada espaço sócio-ocupacional.
- C) propõe a construção de práticas sociais alternativas para subsidiar o trabalho profissional em meio às políticas sociais, qualificando a manipulação de variáveis empíricas.
- D) evidencia a construção histórica da profissão e aponta subsídios para os profissionais construírem sua intervenção atendendo interesses antagônicos das classes sociais.

Comentário:



A alternativa **A** é a correta. O projeto ético-político do Serviço Social, construído em resposta ao conservadorismo na profissão, apresenta a autoimagem da profissão, os valores que ela defende e direciona os requisitos teórico-práticos para a formação e o trabalho profissional.

Isso significa que o projeto ético-político define como os assistentes sociais se veem e quais valores eles consideram importantes. Além disso, ele fornece orientações sobre os conhecimentos teóricos e práticos necessários para a formação e o trabalho na área de Serviço Social.

Portanto, o projeto ético-político é uma ferramenta crucial para orientar a prática profissional no Serviço Social, ajudando a profissão a se manter relevante e eficaz na resposta às necessidades sociais. Ele também serve como um guia para a formação e desenvolvimento contínuo dos profissionais de serviço social.

Gabarito: A.

25. (CS-UFG - 2023) Um dos princípios fundamentais do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro é

- A) a defesa do neoliberalismo.
- B) a atuação profissional com neutralidade política.
- C) o compromisso com a justiça social e a transformação social.
- D) o compromisso com os valores do capitalismo.

Comentário:

A alternativa C, “**o compromisso com a justiça social e a transformação social**”, é a correta. O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro é fundamentado em princípios que visam a promoção da justiça social e a transformação social.

Isso significa que os assistentes sociais, guiados por este projeto, se comprometem a trabalhar para a redução das desigualdades sociais, a promoção dos direitos humanos e a melhoria do bem-estar social. Eles buscam ativamente transformar as estruturas sociais que perpetuam a injustiça e a desigualdade.

Vamos analisar as outras alternativas:

A) A defesa do neoliberalismo: **Esta alternativa é incorreta** porque o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro não defende o neoliberalismo. Na verdade, ele critica as estruturas sociais e econômicas que perpetuam a desigualdade e a injustiça, que muitos argumentam serem características do neoliberalismo.



B) A atuação profissional com neutralidade política: **Esta alternativa é incorreta** porque o Serviço Social, como profissão, não é politicamente neutro. O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro é explicitamente comprometido com a promoção da justiça social e a transformação social, o que envolve a tomada de posição em questões políticas e sociais.

D) O compromisso com os valores do capitalismo: **Esta alternativa é incorreta** porque o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro não se compromete com os valores do capitalismo. Pelo contrário, ele busca questionar e desafiar as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade e a injustiça, que são frequentemente associadas ao capitalismo.

Portanto, todas essas alternativas são inconsistentes com os princípios e valores fundamentais do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Gabarito: C.

26. (CS-UFG - 2023) Os principais documentos que norteiam o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro são:

- A) a Lei nº 8.662/1993, o Código de Ética Profissional do Assistente Social e as Diretrizes Curriculares.
- B) a Lei nº 8.742/1993, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Constituição Federal do Brasil de 1988.
- C) a Lei nº 8.742/1993, as Diretrizes Curriculares e Estatuto da Criança e do Adolescente.
- D) a Lei nº 8.662/1993, Estatuto da Pessoa com Deficiência e Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Comentário:

A alternativa **A** é a correta. Os principais documentos que norteiam o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro são:

- **Lei nº 8.662/1993:** Esta lei regulamenta a profissão de Assistente Social e estabelece as diretrizes para a prática profissional.
- **Código de Ética Profissional do Assistente Social:** Este código estabelece os princípios e valores éticos que devem orientar a prática profissional dos assistentes sociais. Ele serve como um guia para a conduta profissional e a tomada de decisões éticas.
- **Diretrizes Curriculares da ABPESS:** Estas diretrizes estabelecem os padrões para a formação em Serviço Social. Elas definem os conhecimentos e habilidades que os assistentes sociais devem adquirir durante sua formação.

Portanto, esses documentos são fundamentais para a orientação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Eles fornecem a estrutura e as diretrizes para a prática profissional e a formação em Serviço Social.



Gabarito: A.

27. (CS-UFG - 2023) As ações dos assistentes sociais são pautadas pelo projeto ético-político do serviço social e pelo

- A) projeto societário por meio de proposições teóricas com princípios éticos.
- B) compromisso com o gestor das políticas públicas, considerando as demandas sociais.
- C) sistema capitalista, que prioriza as relações de mercado.
- D) atendimento das necessidades subjetivas e secundárias.

Comentário:

A alternativa A, “**projeto societário por meio de proposições teóricas com princípios éticos**”, é a correta. As ações dos assistentes sociais são orientadas tanto pelo projeto ético-político do Serviço Social quanto pelo projeto societário.

O projeto societário se refere ao conjunto de ideias e propostas que uma sociedade tem para si mesma, incluindo seus objetivos, valores e princípios éticos. No contexto do Serviço Social, o projeto societário é orientado para a promoção da justiça social, dos direitos humanos e do bem-estar social.

Portanto, as ações dos assistentes sociais são orientadas por esses dois projetos, que juntos fornecem uma estrutura para a prática profissional.

Gabarito: A.

28. (UFRJ - 2023) Tendo por referência o projeto ético-político do Serviço Social, pode-se identificar os elementos constitutivos e os componentes que o materializam no processo sócio-histórico da profissão, EXCETO:

- A) A Matriz teórico-metodológica em que se ancora.
- B) A sua relação eliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, no projeto filia-se a um outro projeto de sociedade se confundindo com ele.
- C) A crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas.
- D) Lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.



E) Explicitação de princípios e valores ético-políticos.

Comentário:

A alternativa B, “**A sua relação eliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, no projeto filia-se a um outro projeto de sociedade se confundindo com ele**”, é a **incorreta**.

O projeto ético-político do Serviço Social não tem uma “relação eliminável” com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Pelo contrário, ele está profundamente enraizado e engajado com esses projetos. O Serviço Social, como profissão, está comprometido com a transformação social e a promoção da justiça social, o que inevitavelmente envolve a interação e o engajamento com os projetos de transformação da sociedade.

Além disso, o projeto ético-político do Serviço Social não se confunde com outros projetos de sociedade. Embora esteja alinhado com os ideais de justiça social e direitos humanos, ele mantém sua identidade e orientação distintas.

Portanto, a alternativa B não é um elemento constitutivo ou componente que materializa o projeto ético-político do Serviço Social no processo sócio-histórico da profissão. As outras alternativas (A, C, D, E) são todas condizentes com os princípios e valores do projeto ético-político do Serviço Social.

Gabarito: B.

29. (COMVEST UFAM - 2023) Acerca do Projeto Ético-Político do Serviço Social, de acordo com Teixeira e Braz (2009), os componentes que lhe dão materialidade são os seguintes: I. a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social. II. as instâncias político organizativas da profissão. III. a dimensão jurídico política da profissão. IV. a inserção do profissional na execução das políticas públicas. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- B) Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- C) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- D) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- E) Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.

Comentário:

A alternativa B, “**Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras**”, é a correta. Vamos analisar cada afirmativa:



I. A produção de conhecimentos no interior do Serviço Social: **Esta afirmativa é verdadeira.** A produção de conhecimentos é um componente essencial do projeto ético-político do Serviço Social. Isso envolve a geração de novas ideias, teorias e práticas que podem ajudar a profissão a responder de forma mais eficaz às necessidades sociais.

II. As instâncias político organizativas da profissão: **Esta afirmativa é verdadeira.** O projeto ético-político do Serviço Social é materializado através das várias instâncias políticas e organizativas da profissão. Isso inclui organizações profissionais, sindicatos, conselhos de Serviço Social, entre outros.

III. A dimensão jurídico política da profissão: **Esta afirmativa é verdadeira.** O projeto ético-político do Serviço Social também é materializado através da dimensão jurídico-política da profissão. Isso se refere ao conjunto de leis, regulamentos e políticas que orientam a prática profissional no Serviço Social.

IV. A inserção do profissional na execução das políticas públicas: **Esta afirmativa é falsa,** pois não é mencionada por Teixeira e Braz (2009) como um dos componentes que dão materialidade ao projeto ético-político do Serviço Social.

Portanto, as afirmativas I, II e III são verdadeiras, enquanto a afirmativa IV não é mencionada especificamente por Teixeira e Braz (2009).

Gabarito: B.

30. (COMVEST UFAM - 2023) Acerca dos marcos de construção do Projeto ÉticoPolítico do Serviço Social no Brasil, assinale a alternativa INCORRETA:

A) Na década de 1990, com as pós-graduações, explicita-se a maturidade profissional que amplificou a produção do conhecimento.

B) O avanço do Projeto Ético-Político, nos anos 1980, deveu-se à construção de elementos que o materializaram, entre eles, o Código de Ética de 1986.

C) O Projeto Ético-Político avançou nos anos 1980, consolidou-se nos 1990 e está em construção, fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão.

D) Pode-se localizar a gênese do Projeto Ético-Político, na segunda metade da década de 1970.

E) Politicamente, este processo teve seu marco no IV CBAS, em 1989, quando uma vanguarda profissional destituiu a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, substituindo-os por nomes do movimento dos trabalhadores, o que ficou conhecido como o “Congresso da Virada”.

Comentário:



A alternativa E é a **incorreta**. O “Congresso da Virada” não ocorreu no IV CBAS em 1989, mas sim no **III CBAS**, em **1979**.

De acordo com Teixeira e Braz (2009, p. 13)¹ “é sabido que, politicamente, este processo teve seu marco no III CBAS, em 1979, na cidade de São Paulo, quando, então, de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, substituindo-os por nomes advindos do movimento dos trabalhadores. Este congresso ficou conhecido como o Congresso da Virada”.

As demais alternativas (A, B, C, D) estão corretas e são condizentes com a evolução do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Gabarito: E.

31. (SELECON - 2023) O projeto ético-político do serviço social tem como desafio se tornar um guia para o exercício profissional, consolidando-se por meio de sua implementação efetiva. A sustentação a esse projeto é dada pelas dimensões:

- A) éticas, sociais e pedagógicas
- B) curriculares, pessoais e políticas
- C) burocráticas, coletivas e jurídicas
- D) organizativas, acadêmicas e legais

Comentário:

A alternativa D, “**organizativas, acadêmicas e legais**”, é a correta. Essas três dimensões são fundamentais para a sustentação do projeto ético-político do Serviço Social:

- **Organizativas:** está relacionada às **Instâncias Organizativas e Políticas:** Esta dimensão se refere às várias formas de organização e ação política que são relevantes para o Serviço Social. Isso inclui a participação em organizações profissionais, sindicatos e outras formas de organização coletiva, bem como o engajamento em ações políticas que visam promover a justiça social e os direitos humanos.
- **Acadêmicas:** está relacionada à **Produção do Conhecimento do Serviço Social:** Esta dimensão se refere à geração e aplicação de conhecimentos teóricos e práticos que são relevantes para a prática do Serviço Social. Isso inclui o desenvolvimento de teorias e modelos que ajudam a entender e intervir na realidade social, bem como a realização de pesquisas que contribuem para o avanço do conhecimento na área.

¹ TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS, Brasília – DF, 2009.



- **Legais:** está relacionada à **Dimensão Jurídica da Profissão:** Esta dimensão se refere ao conjunto de leis, regulamentos e normas éticas que orientam a prática do Serviço Social. Isso inclui leis que regulamentam a profissão, bem como leis e políticas que afetam os direitos e o bem-estar dos usuários dos serviços sociais.

Portanto, essas três dimensões são fundamentais para a implementação e materialização do projeto ético-político do Serviço Social. Elas fornecem a estrutura e as diretrizes para a prática profissional.

Gabarito: D.

32. (IGEDUC - 2023) O projeto ético-político profissional do Assistente Social, que trata de um projeto profissional indissociável da democracia, da equidade, da liberdade, da defesa do trabalho, dos direitos sociais e humanos, contestando discriminações de todas as ordens.

() Certo () Errado

Comentário:

A afirmação é **Correta**. O projeto ético-político do Serviço Social é, de fato, um projeto profissional indissociável da democracia, equidade, liberdade, defesa do trabalho, direitos sociais e humanos. Ele se posiciona contra todas as formas de discriminação.

Este projeto orienta a prática profissional dos assistentes sociais, fornecendo um quadro de valores e princípios que guiam seu trabalho. Ele reflete um compromisso com a promoção da justiça social e a transformação social.

Os assistentes sociais, guiados por este projeto, trabalham para promover a igualdade, proteger os direitos humanos, desafiar a discriminação e trabalhar para a transformação social. Eles se esforçam para defender os interesses dos indivíduos e grupos marginalizados e para promover uma sociedade mais justa e equitativa.

Gabarito: Certo.

33. (Instituto Fênix - 2023) Na dimensão ético-política do trabalho profissional do assistente social, é essencial:

- A) Manter neutralidade política e ideológica.
- B) Valorizar a justiça social e os direitos humanos.
- C) Evitar o envolvimento com questões sociais.
- D) Focar apenas em aspectos técnicos do trabalho.



Comentário:

A alternativa **B**, “**Valorizar a justiça social e os direitos humanos**”, é a correta. Na dimensão ético-política do trabalho do assistente social, é fundamental valorizar a justiça social e os direitos humanos.

Os assistentes sociais, guiados pelo projeto ético-político da profissão, trabalham para promover a igualdade, proteger os direitos humanos, desafiar a discriminação e trabalhar para a transformação social. Eles se esforçam para defender os interesses dos indivíduos e grupos marginalizados e para promover uma sociedade mais justa e equitativa.

As outras alternativas (A, C, D): neutralidade política e ideológica (A), evitar o envolvimento com questões sociais (C) e focar apenas em aspectos técnicos do trabalho (D) não são condizentes com os princípios e valores fundamentais do projeto ético-político do Serviço Social.

Gabarito: B.

34. (UFSC - 2022) A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica (BARROCO, 2009). Sobre esse tema, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional.

II. A ética profissional se objetiva como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política.

III. A ética profissional busca na filosofia e/ou em teorias sociais o suporte para fundamentar a sua reflexão e teorização éticas, necessárias à compreensão e sistematização da ética profissional, fornecendo a concepção de homem e a fundamentação para os valores, dando elementos para a intervenção profissional.

IV. A ética profissional também se objetiva através de um Código de Ética: conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional.

A. Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.

B. Somente a afirmativa IV está correta.

C. Somente as afirmativas II e III estão corretas.



D. Somente as afirmativas I e IV estão corretas.

E. Todas as afirmativas estão corretas.

Comentário:

Vamos analisar os itens:

I. Correto. A ética profissional se objetiva **como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional**, como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política (BARROCO, 2009, p. 12).

II. Correto. A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional, **como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política** (BARROCO, 2009, p. 12).

III. Correto. A ética profissional **busca na filosofia e/ou em teorias sociais o suporte para fundamentar a sua reflexão e teorização éticas**, necessárias à compreensão e sistematização da ética profissional, fornecendo a concepção de homem e a fundamentação para os valores, dando elementos para a intervenção profissional (BARROCO, 2009, p. 14).

IV. Correto. A ética profissional também se objetiva através de um Código de Ética: conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional (BARROCO, 2009, p. 14).

Todos os itens transcrevem a literalidade do artigo de Barroco (2009)², que trata dos fundamentos éticos do Serviço Social.

Gabarito: letra E.

35. (VUNESP - 2022) O Projeto Ético-Político do Serviço Social, no Brasil, se sustenta em uma direção social estratégica, vinculada a projetos societários amplos, comprometidos com uma posição anticapitalista progressista e de afirmação de direitos no campo da seguridade social. As normativas regulamentadoras da profissão, o Código de Ética dos assistentes sociais, como também as diretrizes curriculares, preconizam a defesa intransigente de direitos fundamentais, uma formação e um trabalho profissional afinados, em tese, com tais orientações.

² BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.



Considerando as refrações da questão social, o claro compromisso é, nesse contexto, formar intelectuais capazes de pensar e intervir

- A. criticamente.
- B. uniformemente.
- C. cotidianamente.
- D. solidariamente.
- E. imediatamente.

Comentário:

O Projeto Ético-Político do Serviço Social é um projeto profissional que foi construído no movimento de reconceituação da categoria a partir da década de 70 a 80, vislumbrando o processo de redemocratização da sociedade brasileira pós-ditadura militar, tal como o perfil da profissão na tentativa de ruptura com o conservadorismo. Ele se sustenta em uma direção social estratégica, vinculada a projetos societários amplos, comprometidos com uma posição anticapitalista progressista e de afirmação de direitos no campo da seguridade social.

As normativas regulamentadoras da profissão, o Código de Ética dos assistentes sociais, como também as diretrizes curriculares, preconizam a defesa intransigente de direitos fundamentais, uma formação e um trabalho profissional afinados, em tese, com tais orientações.

Considerando as refrações da questão social, o claro compromisso é, nesse contexto, **formar intelectuais capazes de pensar e intervir criticamente na realidade social**. O objetivo é promover estratégias técnico-políticas nos diversos espaços sócio institucionais que concretizem princípios como: ampliação da liberdade, defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo, defesa e aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia (socialização da riqueza socialmente produzida e da participação política), defesa da equidade e da justiça social, universalizando o acesso a bens e serviços relativos a programas e políticas sociais e a sua gestão democrática.

Gabarito: letra A.

36. (FGV - 2022) O Projeto Ético-Político do Serviço Social começa a ser construído na transição dos anos 1970 para os anos 1980. Para Netto (2006), “foi naqueles anos que a primeira condição para a construção deste novo projeto se viabilizou”. Essa condição é:

- A. o reconhecimento da profissão por parte do Estado;
- B. a consolidação da pós-graduação em Serviço Social;



- C. a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional;
- D. o espraçamento da perspectiva de intenção de ruptura;
- E. o desenvolvimento e a afirmação do marxismo na profissão.

Comentário:

De acordo com Netto (1999)³, **a construção do PEP no marco do Serviço Social no Brasil é iniciada na transição da década de 1970 à de 1980**, período que marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo **enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional**. É neste processo de **recusa e crítica do conservadorismo** que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político.

O autor ainda afirma que este projeto ético-político, fundamentado teórica e metodologicamente, conquistou hegemonia no Serviço Social, no Brasil, na década de noventa do século XX.

Gabarito: letra C.

37. (IBADE - 2022) O projeto ético e político do Serviço Social orienta o exercício e a formação profissional e resultou de um processo histórico de construção coletiva no interior da profissão, balizando seus valores e princípios éticos. Estão entre os valores constituintes do projeto ético-político do serviço social:

- A. a defesa radical da democracia e da cidadania e a reatualização dos valores da família brasileira.
- B. a liberdade como valor ético e a defesa intransigente dos direitos humanos.
- C. o compromisso com a autonomia e emancipação dos indivíduos e a defesa do sincretismo teórico.
- D. ênfase nos conhecimentos técnico-operativos e vinculação a novos projetos societários.
- E. materialização da dimensão político-organizativa da categoria e superação das desigualdades sociais.

Comentário:

³ NETTO, J. P. *A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social e a crise contemporânea: capacitação em Serviço Social e Política Social*, Módulo 1. Brasília, CEAD/UnB/ABEPSS/CFESS, 1999.



O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. De acordo com Netto (1999), nosso projeto ético-político é bem claro e explícito quanto aos seus compromissos:

tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p. 104-5)⁴.

A liberdade como valor ético e a defesa intransigente dos direitos humanos são princípios fundamentais expressos no Código de Ética Profissional de 1993, que materializa o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Gabarito: letra B.

38. (UFSC - 2022) Sobre o Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social e seus elementos constitutivos, indique se as afirmativas abaixo são verdadeiras (V) ou falsas (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

() É a partir da década de 1990 que o PEP do Serviço Social começa a tomar forma, tendo como marco o Código de Ética (1993) e a Lei de Regulamentação da profissão (1993).

() Seus elementos constitutivos incluem: dimensão teórica, dimensão jurídico-política, dimensão político-organizativa.

() A Política Nacional de Fiscalização (PNF) do conjunto CFESS/CRESS se constitui num instrumento de consolidação do projeto ético-político do Serviço Social.

() A mercantilização do ensino superior brasileiro produz pouca influência na manutenção das bases do projeto profissional dos assistentes sociais.

() A crise do projeto societário das classes trabalhadoras está na origem da crise do projeto profissional do Serviço Social.

A. F – V – F – F – F

B. V – V – V – F – V

⁴ NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.



C. V – F – V – F – V

D. V – V – F – V – F

E. F – F – V – V – F

Comentário:

Vamos analisar os itens:

(VERDADEIRO) É a partir da década de 1990 que o PEP do Serviço Social começa a tomar forma, tendo como marco o Código de Ética (1993) e a Lei de Regulamentação da profissão (1993).

As bases do PEP são, respectivamente, o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, e as Diretrizes Curriculares de 1996.

(VERDADEIRO) Seus elementos constitutivos incluem: dimensão teórica, dimensão jurídico-política, dimensão político-organizativa.

São componentes que darão materialidade ao projeto profissional: **Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social** (processos reflexivos do fazer profissional, dimensão investigativa); **Dimensão político-organizativa da profissão** (CFESS, ABEPSS, ENESSO, fóruns de deliberação); **Dimensão jurídico-política da profissão** (arcabouço legal, leis, resoluções);

(VERDADEIRO) A Política Nacional de Fiscalização (PNF) do conjunto CFESS/CRESS se constitui num instrumento de consolidação do projeto ético-político do Serviço Social.

De acordo com Santos (2010 et al.)⁵, a fiscalização constitui-se como meio para a garantia de qualidade dos serviços prestados aos usuários e usuárias dos serviços sociais. Assim, **a Política Nacional de Fiscalização (PNF) é considerada como mais uma das expressões do projeto ético-político do Serviço Social**, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação do assistente social.

(FALSO) A mercantilização do ensino superior brasileiro produz pouca influência na manutenção das bases do projeto profissional dos assistentes sociais.

De acordo com Iamamoto (2014)⁶, "o crescimento desmesurado do contingente profissional, fruto dessa ampla expansão do ensino superior privado e do ensino a distância, têm implicações na qualidade acadêmica, na formação, no aligeiramento do trato da teoria, na preocupação voltada ao treinamento, menos a descoberta científica, comprometendo a autonomia do conhecimento. (...) tende a provocar mudanças nas condições salariais, no crescimento acelerado do desemprego, pressionando o piso salarial, favorecendo essa aceitação da ampla precarização das condições de

⁵ SANTOS, Josiane Soares et al. Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 101, p. 146-176, Mar. 2010.

⁶ IAMAMOTO, Marilda Vileta. 7º Seminário Anual de Serviço Social, organizado pela Cortez Editora, 2014b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zDOnXgCH_1Y/



trabalho e de insegurança no trabalho (...). Estamos construindo o exército assistencial de reserva, reforço ao clientelismo político, a solidariedade (...)" **Todas essas questões trazem repercussões negativas à profissão e a consolidação do Projeto ético-político.**

(VERDADEIRO) A crise do projeto societário das classes trabalhadoras está na origem da crise do projeto profissional do Serviço Social.

O projeto profissional do Serviço Social é composto por quatro dimensões relacionais, entre elas, as lutas, posicionamentos e formas coletivas de organização política da categoria e da sociedade. Assim, a crise do projeto societário das classes trabalhadoras, com a ofensiva neoliberal em âmbito mundial, contrarreforma do Estado e processos de privatização, desregulamentação e flexibilização, rebate diretamente no projeto profissional do Serviço Social.

Gabarito: letra B.

39. (FAU - 2022) Em se tratando do Projeto Ético-Político do Serviço Social está INCORRETO afirmar que ele:

- A. Tem um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.
- B. Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central.
- C. Vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social.
- D. Se efetiva integralmente na realidade.
- E. É um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras.

Comentário:

A questão pede a alternativa Incorreta.

De acordo com Teixeira e Braz (2009)⁷, o projeto ético-político tem em seu núcleo **o reconhecimento da liberdade como valor ético central** e um **compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais**. Consequentemente, o projeto profissional **vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero**.

O projeto articula em si mesmo os seguintes elementos constitutivos: "uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc." Todos esses elementos constitutivos têm em sua base

⁷ TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, 2009.



os componentes que lhe dão materialidade. Ou seja, aqueles elementos se objetivam e se expressam na realidade – podemos dizer: ganham visibilidade social – por meio de determinados componentes construídos pelos(as) próprios(as) assistentes sociais. Mas, **isto não quer dizer que o projeto ético-político se efetiva integralmente na realidade**. E por que isto ocorre? Porque não há uma relação de identidade entre o que projetamos e o que realizamos efetivamente, pois, a realidade objetiva é diferente do plano subjetivo, e, portanto, daquilo que se idealiza realizar.

Gabarito: letra D.

40. (FCC – 2022) O Serviço Social brasileiro consolidou um projeto profissional

- (A) que imprimiu uma direção social diametralmente oposta àquela seguida pelo capital.
- (B) heteronômico, como opção no interior da profissão e assumido pela categoria.
- (C) especificamente pelo marco legal existente, com foco nas resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).
- (D) em que os caminhos para sua concretização são vários e trazem muitos empecilhos, inclusive e especialmente a remuneração dos trabalhadores.
- (E) que tem como finalidade uma forma de sociabilidade humanizada e reificada.

Comentário:

A profissão de Serviço Social mantém um projeto profissional de caráter societário, que tem como bandeira de luta a construção da superação da sociedade posta, ou seja, uma direção de crítica à sociedade do capital, que está centrada na propriedade privada, na exploração da força de trabalho e no domínio do homem pelo homem. Essa direção social crítica é com base nos fundamentos da teoria social de Marx, em ruptura com a herança conservadora da profissão.

Segundo as reflexões trazidas por Iamamoto (2000)⁸, enquanto profissionais, devemos entender que a profissão transita nessa dicotomia entre as necessidades da classe operária e as determinações do mundo do capital, mas sem perder de vista os compromissos assumidos com a classe trabalhadora.

Gabarito: letra A.

41. (IBADE - 2021) Sobre o Projeto Ético Político do Serviço Social no Brasil, é correto afirmar que:

⁸ IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000.



- A. trata-se de um projeto profissional construído por um sujeito coletivo coeso e homogêneo.
- B. regulamenta as atribuições privativas e competências do profissional de Serviço Social.
- C. aponta para estratégias de enfrentamento ao desmonte do sistema de proteção social.
- D. é orientado por perspectivas teóricas reelaboradas cotidianamente por cada profissional.
- E. vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social.

Comentário:

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional impõe. Segundo Netto (2009)⁹, os projetos profissionais vinculam-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

Gabarito: letra E.

42. (FUNDEP - 2020) Em seu texto Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional, a autora Maria Lúcia Martinelli afirma que o projeto ético-político que se tem hoje no âmbito do Serviço Social, cuja base de sustentação é a teoria social marxista, é uma construção coletiva. Dessa construção não participaram os seguintes sujeitos:

- A. Profissionais de campo.
- B. Estudantes de Serviço Social.
- C. Usuários das políticas sociais.
- D. Pesquisadores.

Comentário:

De acordo com Martinelli (2006)¹⁰, o projeto ético-político do Serviço Social é uma construção coletiva, tendo como protagonistas os pesquisadores, docentes, profissionais de campo, estudantes de Serviço Social, juntamente com o conjunto CFESS/CRESS/ ABEPSS, com as organizações socioassistenciais, com as agências formadoras de ensino e pesquisa.

⁹ NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. Ed. Cortez, 2009.

¹⁰ Martinelli, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. Emancipação, 6(1): 9-23, 2006. Disponível em: [Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional - Dialnet \(unirioja.es\)](http://www.unirioja.es)



Gabarito: letra C.

43. (IBADE - 2020) À luz de várias referências teóricas e críticas, a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social remonta à transição da década de 1970 à década de 1980 do século XX, quando:

- A. surgiu a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional.
- B. surgiu as primeiras escolas de Serviço Social na América Latina.
- C. adotaram a influência teórica metodológica de caso, grupo e comunidade.
- D. foram influenciados teoricamente pela fenomenologia.
- E. realizaram o Seminário de Araxá.

Comentário:

De acordo com Netto (2009)¹¹, a construção do projeto ético-político iniciou-se na transição da década de 1970 à de 1980, período que "marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional. É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político".

Gabarito: letra A.

44. (CONSULPLAN - 2020) Considerando o denominado Projeto Ético-Político do Serviço Social, a partir de sua construção inicial pela categoria, é correto afirmar que:

- A. Efetiva-se integralmente na realidade.
- B. A dimensão jurídico-política da profissão é dissociada do Projeto Ético-Político profissional.
- C. Articula em si mesmo uma imagem ideal da profissão, assim como os valores que a legitimam, sua função social, seus objetivos e conhecimentos teóricos e saberes interventivos
- D. Está impresso em documento construído coletivamente e distribuído à categoria profissional pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) para amplo conhecimento e divulgação

¹¹ NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Ed. Cortez, 2009.



E. É impossível identificar e/ou sistematizar os seus elementos constitutivos e os componentes que o materializam no processo sócio-histórico da profissão, uma vez que se alteram dialeticamente.

Comentário:

De acordo com Netto (2009)¹², o projeto profissional "envolve uma série de componentes distintos: uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc. São várias, portanto, as dimensões de um projeto profissional, que deve articulá-las coerentemente".

Gabarito: letra C.

45. (Instituto Unifil - 2020) Maria Lucia Silva Barroco afirma que “a ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica”. Segundo a autora, a ética profissional pode se objetivar como

- A. ação moral; normatização de deveres e valores; teorização social; ação fiscalizadora.
- B. ação moral; normatização de deveres e valores; teorização ética; ação ético-política.
- C. ação fiscalizadora; normatização social; teorização ética; ação ético-política.
- D. ação moral; normatização de comportamentos; teorização social; ação ético-política.

Comentário:

De acordo com Barroco (2009)¹³, a ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica. A ética profissional se objetiva

- como **ação moral**, através da prática profissional,
- **como normatização de deveres e valores**, através do código de Ética Profissional,

¹² NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Ed. Cortez, 2009.

¹³ BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.



- **como teorização ética**, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política".

Assim, a ética profissional pode se objetivar como **ação moral; normatização de deveres e valores; teorização ética; ação ético-política**. A **ação fiscalizadora** não compõe a dimensão ético-política da profissão de Serviço Social.

Gabarito: letra B.

46. (IFMT – 2019) Desde os anos de 1970, mais precisamente no final daquela década, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Esse projeto adquire materialidade:

- A. nos fundamentos históricos e teórico-metodológicos extraídos da tradição marxista.
- B. nos valores e princípios éticos humanistas e nas particularidades da formação histórica do país.
- C. no Código de Ética Profissional (1993), na Lei da Regulamentação da Profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (1996).
- D. no conjunto das regulamentações profissionais, a exemplo do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação Profissional.
- E. no Projeto de Formação Profissional do Serviço Social, no Currículo Mínimo Nacional e na Política Nacional de Estágio.

Comentário:

Desde o final da década de 1970, o Serviço Social vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras; teve seu marco no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979, na cidade de São Paulo.

O movimento de reconceitualização somado ao processo de redemocratização no Brasil formaram o alicerce para o Serviço Social renovado, através de um processo de ruptura com tradicionalismo que imperava naquele momento.

Esse projeto adquire materialidade no **Código de Ética Profissional (1993)**, na **Lei da Regulamentação da Profissão (1993)** e nas **Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (1996)**.

Gabarito: letra C

47. (COMPERVE – 2019) A literatura profissional que trata do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro aponta que este possui alguns elementos constitutivos, que são: a explicitação



de princípios e valores ético-políticos; uma matriz teórico-metodológica em que se ancora; crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas; lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria, através de suas formas coletivas de organização política, em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira. Tais elementos constitutivos possuem componentes que lhe dão materialidade. Esses componentes **construídos pelos assistentes sociais são:**

- A. a produção de conhecimento; as instâncias político-organizativas da profissão e a dimensão jurídico-política da profissão.
- B. a produção em pesquisa; as instâncias de pactuação e organização e a dimensão jurídico-política da profissão.
- C. o fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil; a gênese do projeto ético-político e as instâncias de controle social.
- D. o compromisso com as instituições empregadoras; a produção de conhecimento e as instâncias político-organizativas da profissão.

Comentário:

Vamos lembrar os elementos constitutivos e os componentes que dão materialidade ao projeto profissional, conforme Teixeira e Braz (2009)¹⁴.

Elementos constitutivos:

- 1. Explicitação de princípios e valores ético-políticos;
- 2. Matriz teórico-metodológica em que se ancora;
- 3. Crítica radical à ordem vigente;
- 4. Lutas, posicionamentos e formas coletivas de organização política da categoria e da sociedade;

A partir desses elementos, temos:

Componentes que darão materialidade ao projeto profissional:

- 1. **Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social** (processos reflexivos do fazer profissional, dimensão investigativa);
- 2. **Dimensão político-organizativa da profissão** (CFESS, ABEPSS, ENESSO, fóruns de deliberação);
- 3. **Dimensão jurídico-política da profissão** (arcabouço legal, leis, resoluções);

¹⁴ TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CEFESS/ABEPSS, 2009.



Gabarito: letra A

48. (IBADE - 2019) Segundo Barroco (2009), “A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica.”. Para ela, a ética profissional se objetiva:

- A. como ação moral, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção.
- B. como normatização de deveres e valores, através da prática profissional.
- C. como teorização ética, através do código de Ética Profissional.
- D. como ação éticopolítica, através das teorias que fundamentam sua reflexão.
- E. em formas não necessariamente puras e/ou absolutas, e sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos.

Comentário:

A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional, como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política. Barroco (2009) destaca que essas não são formas puras e/ou absolutas e que sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos.

Gabarito: letra E.

49. (DÉDALUS CONCURSOS - 2018) Sobre o Projeto Ético Político analise as afirmações a seguir e assinale a opção incorreta:

- A. O projeto ético e político do Serviço Social, que orienta o exercício e a formação profissional, resultou de um processo histórico de construção coletiva, sob a direção das entidades nacionais da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO).
- B. Este projeto de profissão e sociedade é explicitado no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996.



C. No cotidiano, os profissionais devem promover estratégias técnico-políticas nos diversos espaços sócio-institucionais que concretizem princípios como a ampliação da liberdade, concebida como autonomia, emancipação e pleno desenvolvimento dos indivíduos.

D. A atuação profissional exige um perfil crítico com competência técnica e ético-política para as respostas qualificadas que preservem e ampliem direitos.

E. Em resposta à histórica requisição social, bem como às finalidades, objetivos, valores e princípios com direção ética e política da profissão, os Assistentes Sociais brasileiros possuem o compromisso com a classe que contrata os trabalhadores e os processos emancipatórios na perspectiva de uma sociedade igualitária.

Comentário:

A questão pede a alternativa incorreta! Quando fazemos a leitura da alternativa E, já podemos identificar o **erro: compromisso com a classe que contrata os trabalhadores**. Na verdade, os Assistentes Sociais possuem o **compromisso com a classe trabalhadora** e os processos emancipatórios na perspectiva de uma sociedade igualitária.

Gabarito: letra E

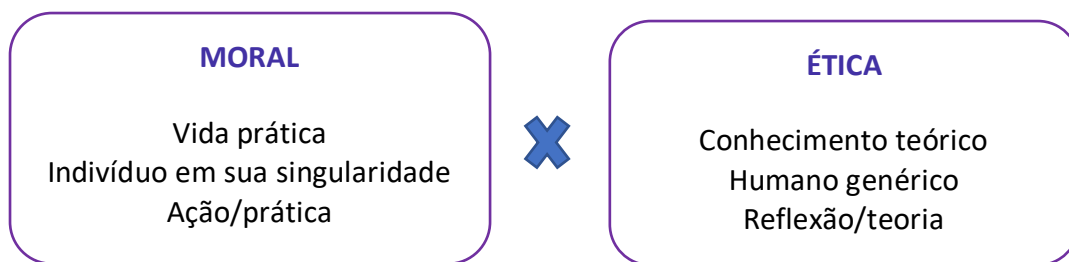
50. (FCC – 2018) Os termos moral e ética são várias vezes confundidos e usados como sinônimos, mas, considerando a diferença entre a vida prática e o conhecimento teórico, bem como entre o indivíduo em sua singularidade e o humano genérico:

- A. moral faz parte de um conhecimento teórico desde as sociedades primitivas, enquanto a ética só surge com os gregos no interior do conhecimento filosófico.
- B. moral, enquanto prática, é uma resposta às necessidades individuais, que devem existir, com a reflexão teórica sobre ela. É a aproximação à ética que permite essa reflexão.
- C. ética, enquanto ação, supõe a escolha consciente e livre, já moral se norteia pelo caráter normativo de forma mecânica e acrítica.
- D. moral é parte constitutiva de todas as formas de práxis, ética é a relação com o outro, aceitando conscientemente que ele participa de minha existência.
- E. moral é a prática dos indivíduos em sua singularidade, ética é a reflexão teórica e ação livre voltada ao humano genérico.

Comentário:

É importante compreendermos o significado de moral e ética e a própria questão traz a resposta:





Enquanto a moral é ação, a ética é a reflexão, ou seja, prática e teoria.

Enquanto a moral é entendida como um conjunto de normas, aceitas livres e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens, a ética busca compreender e relacionar criticamente os atos e as normas, é o estudo dos comportamentos estabelecidos pela moral, é um tratamento científico dos problemas morais.

Gabarito: letra E

51. (FCC – 2018) Frente a ética profissional e o projeto ético-político da profissão, considere:

- I. O conteúdo da ética profissional é construído na prática cotidiana, espaço de confronto com situações de conflito que demandam um posicionamento de valor.**
- II. As condições adversas da prática profissional impõem limites à ética profissional.**
- III. A práxis política se coloca como o meio adequado à realização da ética profissional.**

Está correto o que consta em

- A. I, II e III.
- B. III, apenas
- C. II, apenas.
- D. I e II, apenas.
- E. I e III, apenas.

Comentário:

Vamos analisar os itens:

I. O conteúdo da ética profissional é construído na prática cotidiana, espaço de confronto com situações de conflito que demandam um posicionamento de valor.

Correto. Considerando que a ética é uma dimensão da profissão vinculada organicamente às dimensões teórica, técnica, política e prática, o conteúdo da ética profissional é construído na prática cotidiana.



II. As condições adversas da prática profissional impõem limites à ética profissional.

Correto. Para Barroco (2008)¹⁵, as condições adversas da prática profissional impõem limites à ética profissional, gerando, muitas vezes, sentimentos de impotência, desmotivadores da intervenção ético-política desejada. Essa questão, entretanto, não é exclusiva do Serviço Social: seu enfrentamento demanda uma articulação com outras profissões e com o conjunto dos trabalhadores, pois se trata de uma questão política.

III. A práxis política se coloca como o meio adequado à realização da ética profissional.

Correto. Segundo Barroco (2008), a organização política dos trabalhadores é construída na vida cotidiana, em face da alienação e das respostas que possibilitam suspender a cotidianidade alienada. Neste processo vivido em suas contradições, a práxis política se afirma como mediação e forma de objetivação de valores éticos voltados à liberdade e coesão dos sujeitos coletivos.

Gabarito: letra A

52. (NUCEPE - 2017) “A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica”. (BARROCO, 2009) A ética profissional se objetiva como:

- A. Ação moral, normatização de deveres, teorização ética e ação técnica.
- B. Ação moral; normatização de direitos e valores, teorização científica e ação ético política.
- C. Ação moral; normatização de deveres e valores; teorização ética e ação ético-política.
- D. Ação moral; normatização de compromissos; teorização ética e ação ético-política.
- E. Ação moral; normatização de princípios; teorização ética; e ação ético-política.

Comentário:

Segundo Barroco (2009)¹⁶, a ética profissional se objetiva:

- como ação moral, através da prática profissional,

¹⁵ BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2008.

¹⁶ BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.



- como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional,
- como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e
- como ação ético-política, através da organização política dos sujeitos sociais.

Gabarito: letra C.

53. (FUNCAB - 2013) O Projeto Ético-Político do Serviço Social é operado por meio das diversas modalidades interventivas do assistente social. Os seus elementos constitutivos materializam - se a partir da articulação de três dimensões: produção de conhecimentos no interior do serviço social e:

- A. ética profissional e sociedade.
- B. pesquisa e extensão.
- C. sistematização da prática cotidiana e ética.
- D. político - organizativa e jurídico - política.
- E. política e normatização profissional.

Comentário:

Vamos relembrar as 3 dimensões que dão materialidade ao projeto ético-político:

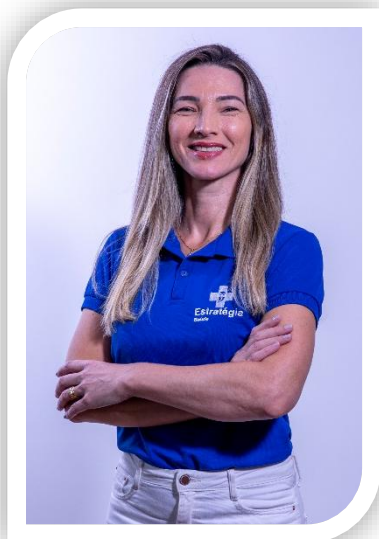
1. **Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social** (processos reflexivos do fazer profissional, dimensão investigativa);
2. **Dimensão político-organizativa da profissão** (CFESS, ABEPSS, ENESSO, fóruns de deliberação);
3. **Dimensão jurídico-política da profissão** (arcabouço legal, leis, resoluções);

Gabarito: letra D



RESOLUÇÃO CFESS Nº 273/93 - O CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL

Considerações Iniciais



Bem-vindo(a), **futuro(a) aprovado(a)**!

Sou a **Professora Nilza Ciciliati**, assistente social e servidora pública federal, especialista em preparação para concursos na área de Serviço Social e Legislação Social. Estou muito feliz e entusiasmada por recebê-lo(a) em mais um encontro repleto de aprendizado e descobertas nos conhecimentos específicos do nosso curso. Vamos juntos embarcar nesta jornada de conhecimento e crescimento!

Nesta aula, vamos estudar sobre a **Resolução nº 273/93**, que dispõe sobre o **Código de Ética do/a Assistente Social**.

A proposta da aula é apresentar o tema de forma leve, simples e objetiva, dando relevância para os tópicos que você realmente precisa aprender para realizar uma prova de forma satisfatória.

Inicialmente abordaremos a parte teórica, em seguida traremos uma lista de questões para que você possa treinar seu conhecimento e posteriormente poderá conferir o gabarito e todas as questões com comentários. Ao final da aula, você terá um resumo com os pontos mais importantes, para facilitar na hora da revisão. Qualquer dúvida sobre o conteúdo, poderá enviar sua pergunta pelo fórum de dúvidas do curso! Terei o maior prazer em responder!

Deixo aqui meus contatos nas redes sociais:

Instagram: <https://www.instagram.com/profnilzaciciliati/>

Canal da profa. no Telegram: <https://t.me/profnilzaciciliati>

Canal da profa. no WhatsApp: <https://whatsapp.com/channel/0029VaGkY9r1NCrSuJ34Mi2R>

Comunidade Serviço Social no WhatsApp: <https://chat.whatsapp.com/JAfBf6Wz22mA30kkD5mYEW>

YouTube Nilza Ciciliati: <https://www.youtube.com/@NilzaCiciliati>



Ótima aula e bons estudos!

Profa. Nilza Ciciliati



Breve histórico dos Códigos de ética da profissão

O processo de construção dos Códigos de Ética do/a assistente social é marcado por várias mudanças e expressam normativas, direitos e deveres, mas também os valores da profissão em cada momento histórico. Foram quatro Códigos de Ética publicados até chegar no Código atualmente vigente, de 1993:



Esses códigos de ética marcaram um período histórico em que o projeto societário defendido pela categoria profissional do Serviço Social era conservador e tradicional. Esses códigos se apoiavam nos pressupostos do **neotomismo e do positivismo**!

No Serviço Social tradicional, esses pressupostos ofereciam suporte para uma ética profissional aparentemente "**neutra**", partindo do entendimento de que as desigualdades e as lutas de classe eram "**disfunções**", as expressões da questão social eram "**desvios de conduta moral**" e a ação do Serviço Social visava uma "**correção dos desníveis sociais**" (BARROCO; TERRA; 2012)¹.

A partir de **1986**, houve uma **ruptura** com esse projeto societário e o Código de Ética passou a refletir uma perspectiva teórico-crítica da sociedade de classe, comprometida ética e politicamente com a classe trabalhadora.



ESQUEMATIZANDO

- **Código de Ética de 1947**: extremamente **doutrinário** e subordinado aos **dogmas religiosos**;
- **Código de Ética de 1965**: revelou alguns **traços de renovação profissional** no contexto da modernização conservadora; introduziu alguns valores liberais, sem romper com o neotomismo e o funcionalismo. Menciona **princípios democráticos** e a **luta pela construção de uma ordem social justa**.
- **Código de Ética de 1975**: **suprimiu as referências democrático-liberais** do Código anterior, no contexto de reatualização do conservadorismo profissional.
- **Código de Ética de 1986**: construído coletivamente pela categoria, descaracterizou a tendência legalista do Código anterior e se **articulou a um projeto de sociedade**, politizando sua natureza, com **comprometimento com a classe trabalhadora**. Assim,

¹ BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. Código de Ética do Assistente Social comentado. Organização do Cfess. São Paulo: Cortez, 2012.



exigia-se uma nova ética, que refletia uma vontade coletiva, **superando valores a-históricos e rompendo com o conservadorismo**, apesar de, segundo Barroco (2009)², não ter desenvolvido, suficientemente, os pressupostos da teoria social marxista, o que só veio a se concretizar no Código de 1993.

O **Código de Ética de 1986** representou um marco importante na trajetória do Serviço Social brasileiro, ao iniciar uma ruptura com a tradição conservadora e tecnicista que predominava nos códigos anteriores. Segundo Barroco e Terra (2012), esse código trouxe conquistas fundamentais que podem ser sintetizadas no **desvelamento do caráter político da intervenção ética**.

Isso significa que:

- ✓ A prática profissional passou a ser reconhecida como **politicamente situada**, e **não neutra ou imparcial**.
- ✓ O assistente social **deixou de ser visto como mero executor de políticas**, assumindo um papel **crítico e comprometido com os interesses da classe trabalhadora**.
- ✓ A ética profissional passou a dialogar com a **realidade social concreta**, reconhecendo os sujeitos como portadores de direitos e inseridos em relações de classe.



Conquistas efetivadas no Código de Ética de 86:

- Rompimento com a pretensa perspectiva "imparcial" dos códigos anteriores;
- Desvelamento do caráter político da intervenção ética;
- Explicitação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de pessoa humana;
- Negação de valores a-históricos;
- Recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído; (BARROCO; TERRA; 2012, p.48)

² BARROCO, M. L. S. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.





Vamos entender melhor cada uma dessas conquistas:

- ✓ **Rompimento com a pretensa neutralidade:** O código rejeita a ideia de que o assistente social pode atuar de forma imparcial diante das desigualdades sociais. Ele reconhece que toda intervenção é situada historicamente e politicamente.
- ✓ **Desvelamento do caráter político da ética:** A ética profissional passa a ser entendida como uma dimensão da luta social, vinculada aos interesses da classe trabalhadora e à transformação da realidade.
- ✓ **Explicitação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de pessoa humana:** Os usuários deixam de ser vistos como "indivíduos genéricos", descolados de sua realidade social" e passam a ser reconhecidos como sujeitos inseridos em relações de classe, gênero, raça e outras formas de opressão. Ou seja, eles não são apenas "pessoas humanas", mas trabalhadores, desempregados, mulheres, negros, indígenas, jovens periféricos, idosos empobrecidos, entre outros grupos que vivem as expressões da questão social.
- ✓ **Negação de valores a-históricos e abstratos:** O código assume uma ética **situada na história**, que considera as condições concretas de vida dos sujeitos e os conflitos sociais que os atravessam.
- ✓ **Recusa do compromisso com o poder instituído:** O profissional é chamado a se posicionar criticamente diante das estruturas que reproduzem desigualdades, e não a se adaptar a elas.



(FGV - 2025 - EBSEERH) O conjunto das conquistas efetivadas no Código de Ética de 1986 pode ser resumido no seguinte aspecto:

- A) presença de traços da renovação profissional no contexto da modernização conservadora.
- B) referência a uma concepção de humano genérico.
- C) desvelamento do caráter político da intervenção ética.
- D) existência de uma hierarquia social nas funções exercidas por cada ser.



E) supressão das referências democrático-liberais em favor do tecnicismo.

Comentário:

Alternativa correta: C) desvelamento do caráter político da intervenção ética.

Segundo Barroco e Terra (2012), esse código trouxe conquistas fundamentais que podem ser sintetizadas no **desvelamento do caráter político da intervenção ética**, como:

- A prática profissional passou a ser reconhecida como **politicamente situada**, e não neutra ou imparcial.
- O assistente social deixou de ser visto como mero executor de políticas, assumindo um papel **crítico e comprometido com os interesses da classe trabalhadora**.
- A ética profissional passou a dialogar com a **realidade social concreta**, reconhecendo os sujeitos como detentores de direitos e inseridos em relações de classe.

As demais alternativas estão **incorretas** porque:

- **A)** A modernização conservadora é justamente o contexto que o código busca superar.
- **B)** O código rompe com a ideia de humano genérico, ao explicitar o caráter de classe dos usuários.
- **D)** A hierarquia social não é reafirmada, mas criticada.
- **E)** O código de 1986 não suprime referências democrático-liberais em favor do tecnicismo, mas sim **rompe com o tecnicismo** e avança na direção de uma **ética crítica**.

Gabarito: C.

A partir dos anos 90, o debate a respeito da questão ética e direitos humanos toma força no interior da profissão, incentivando grupos de estudos e núcleos de pesquisa. A questão ética despontou como objeto de reflexão no processo de revisão das diretrizes curriculares em 1996 e do novo Código de Ética em 1993. Esse Código representou uma mudança significativa em relação aos códigos anteriores, refletindo a **ruptura com o projeto societário conservador e tradicional** que orientou a categoria profissional do Serviço Social até então.

O **Código de Ética de 1993** é resultado da **revisão do código de 1986**, fruto de discussões do **I Seminário Nacional de Ética**, em agosto de 1991, o **VII CBAS em maio de 1992** e no **II Seminário Nacional de Ética**, em novembro de 1992. O novo Código incorporou valores e princípios ético-políticos que expressam o **compromisso da categoria com a classe trabalhadora** e com a **construção de uma sociedade mais justa e igualitária**.

Dentre as principais diferenças do Código de Ética de 1993 em relação aos códigos anteriores, podemos citar a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo, o posicionamento em favor da equidade e da justiça social, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, a defesa do exercício democrático da profissão e o compromisso com a construção de uma sociedade sem exploração e opressão.

Essas mudanças refletem o processo de renovação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que ocorreu no Serviço Social brasileiro nas décadas de 1980 e 1990, marcando um novo momento na trajetória histórica da profissão.





(CESPE/CEBRASPE - 2023) Acerca dos fundamentos éticos do serviço social, julgue o item a seguir.

O VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o II Seminário Nacional de Ética, ambos realizados em 1992, foram determinantes para revisão do Código de Ética de 1975.

() Certo () Errado

Comentário:

A afirmação está errada. O texto deveria se referir à **revisão do Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1986**, que foi um processo importante e abrangente na história da profissão no Brasil. A necessidade dessa revisão começou a ser sentida no final dos anos 80 e foi oficialmente agendada durante a gestão 1990/1993 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

O processo de revisão foi marcado por uma série de eventos significativos, incluindo o **I Seminário Nacional de Ética em agosto de 1991, o VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em maio de 1992, e culminou com o II Seminário Nacional de Ética em novembro de 1992**. Esses eventos envolveram várias organizações profissionais, incluindo o CFESS, o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABESS), a Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) e a Sociedade de Estudos Sociais (SESSUNE).

A participação ativa de assistentes sociais de todo o país nesses eventos garantiu que o novo Código de Ética refletisse as aspirações coletivas dos profissionais brasileiros. Isso significa que o código foi produzido com um alto grau de consenso e representatividade, tornando-o um reflexo fiel dos valores e princípios éticos da profissão naquele momento. O novo Código de Ética de 1993, portanto, não foi apenas um documento regulatório, mas também uma expressão das aspirações coletivas dos assistentes sociais brasileiros.

Gabarito: Errado.



O Código de Ética de 1993

O Código de Ética de 1993 foi instituído pela **RESOLUÇÃO CFESS Nº 273/93**, considerando a necessidade de criação de novos valores éticos, fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social.

O CE de 93 traz um conjunto de **princípios, deveres, direitos e proibições** que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para a ação cotidiana e definem suas finalidades ético-políticas, com base na teoria social de Marx.

*A revisão do texto de 1986 processou-se em dois níveis. Reafirmando os seus valores fundantes - a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social. Em segundo lugar, cuidou-se de precisar a **normatização do exercício profissional** de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/organizações e população, preservando-se os **direitos e deveres profissionais**, a **qualidade dos serviços** e a **responsabilidade diante do/a usuário/a**.*

A seguir traremos o conteúdo do Código de Ética de 1993.



Um dos temas mais importantes em prova é sobre os princípios fundamentais do Código de Ética!

Então vamos estudá-los?



11 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993



ESQUEMATIZANDO

Os princípios do Código de Ética do Assistente Social de 1993 são:

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL	
I.	Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
II.	Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
III.	Ampliação e consolidação da cidadania , considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
IV.	Defesa do aprofundamento da democracia , enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
V.	Posicionamento em favor da equidade e justiça social , que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
VI.	Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito , incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
VII.	Garantia do pluralismo , através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
VIII.	Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária , sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
IX.	Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
X.	Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
XI.	Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar , por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.



Vamos entender melhor cada um deles:

✓ **Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.**

Neste princípio, a liberdade é vista como um direito fundamental que deve ser respeitado e promovido. A liberdade aqui é entendida não apenas como a ausência de coerção, mas também como a capacidade de agir de acordo com a própria vontade.

As demandas políticas inerentes à liberdade incluem a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. A autonomia refere-se à capacidade de tomar decisões independentes e de se autogovernar. A emancipação é o processo de se libertar de formas de opressão e exploração. A plena expansão dos indivíduos sociais refere-se ao desenvolvimento integral dos indivíduos, permitindo que eles realizem seu potencial em todas as áreas da vida.

✓ **A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo.**

Este princípio expressa o compromisso dos assistentes sociais com a promoção e defesa dos direitos humanos, bem como com a resistência às formas de opressão, exploração e violação desses direitos. A defesa intransigente dos direitos humanos significa que os assistentes sociais devem trabalhar ativamente para garantir que os direitos humanos sejam respeitados e promovidos em todas as esferas da sociedade.

A recusa do arbítrio e do autoritarismo significa que os assistentes sociais devem se opor a todas as formas de autoritarismo, opressão e violência, seja por parte do Estado ou de outros atores sociais. Isso inclui a luta contra práticas arbitrárias, abusos de poder e violações dos direitos civis e políticos.

✓ **Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.**

Este princípio reconhece a ampliação e consolidação da cidadania como uma tarefa primordial de toda sociedade. Isso significa que a promoção da cidadania é vista como uma responsabilidade coletiva, que deve ser assumida por todos os membros da sociedade.

A cidadania é entendida aqui como a garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras. Os direitos civis incluem direitos como a liberdade de expressão, de associação e de reunião. Os direitos sociais incluem direitos como o acesso à educação, à saúde e à previdência social. Os direitos políticos incluem direitos como o direito ao voto e à participação política.

Portanto, este princípio orienta os assistentes sociais a trabalhar para promover a ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras em sua prática profissional.

✓ **Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.**



Este princípio expressa o compromisso dos assistentes sociais com a promoção e defesa da democracia, entendida não apenas como um sistema político, mas também como uma forma de organização social que busca a socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

A defesa do aprofundamento da democracia significa que os assistentes sociais devem trabalhar ativamente para promover a participação política e cívica de todos os cidadãos, especialmente aqueles que são historicamente excluídos ou marginalizados. Isso inclui a promoção de formas de participação direta, como plebiscitos, referendos e iniciativas populares, bem como a defesa de instituições democráticas e do Estado de Direito.

A socialização da riqueza socialmente produzida significa que os assistentes sociais devem trabalhar para promover uma distribuição mais justa e equitativa da riqueza produzida pela sociedade. Isso inclui a defesa de políticas públicas que visem reduzir as desigualdades sociais e econômicas.

- ✓ **O posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.**

Este princípio expressa o compromisso dos assistentes sociais com a promoção da equidade e da justiça social, entendidas como valores fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A equidade refere-se à promoção de condições igualitárias de acesso a bens e serviços, enquanto a justiça social refere-se à garantia de direitos e oportunidades para todos os cidadãos.

A gestão democrática dos programas e políticas sociais significa que os assistentes sociais devem trabalhar para promover a participação popular na gestão desses programas e políticas. Isso inclui a defesa de mecanismos de controle social, como conselhos gestores, audiências públicas e conferências, que permitam aos cidadãos participar ativamente na tomada de decisões sobre os programas e políticas sociais.

- ✓ **Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.**

Este princípio expressa o compromisso dos assistentes sociais com a promoção do respeito à diversidade e a eliminação de todas as formas de preconceito. Isso inclui o combate ao racismo, ao sexismo, à homofobia, à transfobia e a todas as outras formas de discriminação que afetam negativamente a vida das pessoas.

Portanto, os assistentes sociais devem trabalhar ativamente para combater o preconceito e a discriminação em todas as esferas da sociedade. Isso inclui a promoção de políticas públicas que visem reduzir as desigualdades e promover a inclusão social, bem como a defesa dos direitos humanos e da dignidade de todas as pessoas.

Incentivar o respeito à diversidade significa promover o reconhecimento e valorização das diferenças culturais, étnicas, religiosas, de gênero, orientação sexual e outras. Isso inclui a promoção



do diálogo e da convivência pacífica entre diferentes grupos sociais, bem como a defesa do direito à autodeterminação e à livre expressão das identidades.

A participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças significa promover a inclusão social e política desses grupos, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas demandas sejam atendidas. Isso inclui a promoção de espaços de diálogo e participação popular, bem como a defesa dos direitos desses grupos.

✓ **Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.**

Este princípio expressa o compromisso dos assistentes sociais com a promoção do pluralismo e do respeito à diversidade de correntes profissionais democráticas existentes. Isso significa que os assistentes sociais devem respeitar e valorizar as diferentes abordagens teóricas e metodológicas que existem dentro da profissão, desde que estejam alinhadas com os valores democráticos e éticos da profissão.

A garantia do pluralismo também implica o compromisso com o constante aprimoramento intelectual. Isso significa que os assistentes sociais devem buscar continuamente atualizar seus conhecimentos e habilidades, a fim de melhorar sua prática profissional e contribuir para o desenvolvimento da profissão.

✓ **Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.**

Este princípio expressa o compromisso dos assistentes sociais com a construção de uma nova ordem societária, livre de dominação e exploração de classe, etnia e gênero. Isso significa que os assistentes sociais devem trabalhar para promover a transformação social, buscando construir uma sociedade mais justa, igualitária e solidária.

De acordo com a teoria marxista, a sociedade capitalista é baseada na exploração da classe trabalhadora pela classe dominante, que detém os meios de produção. Essa exploração gera desigualdades sociais e econômicas, bem como conflitos de classe. Para superar essas desigualdades e conflitos, Marx defendia a construção de uma sociedade socialista, onde os meios de produção seriam controlados coletivamente e a riqueza seria distribuída de forma mais justa.

Para o Serviço Social, a construção de uma nova ordem societária com base nas ideias de Marx implica o compromisso com a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça social e a luta contra todas as formas de opressão e exploração.

✓ **Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as.**

Este princípio expressa o compromisso dos assistentes sociais em trabalhar em conjunto com outras categorias profissionais que compartilhem dos mesmos valores e princípios éticos estabelecidos pelo Código de Ética do Assistente Social. Isso significa que os assistentes sociais devem buscar estabelecer alianças e parcerias com outras categorias profissionais que estejam



comprometidas com a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, este princípio também expressa o compromisso dos assistentes sociais em se articular com a luta geral dos trabalhadores. Ou seja, devem apoiar e participar das lutas e reivindicações dos trabalhadores, em busca da efetivação dos seus direitos.

✓ **Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.**

Este princípio expressa o compromisso dos assistentes sociais em prestar serviços de qualidade à população, buscando atender às suas demandas e necessidades de forma efetiva, crítica e criativa. Isso significa que os assistentes sociais devem buscar continuamente aprimorar suas habilidades técnicas, teóricas e éticas, atualizar seus conhecimentos e habilidades, participando de cursos, seminários, congressos e outras atividades de formação e capacitação, a fim de melhorar sua prática profissional e prestar serviços de qualidade à população.

✓ **Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.**

Este princípio expressa o compromisso dos assistentes sociais em exercer sua profissão sem discriminar ou ser discriminado por questões de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade ou condição física. Isso significa que os assistentes sociais devem tratar todas as pessoas com igualdade e respeito, independentemente de suas características pessoais ou sociais. Além disso, devem trabalhar para combater todas as formas de discriminação e preconceito, buscando promover a inclusão social e a garantia dos direitos humanos para todos os cidadãos.



(FEPESE - 2026 - Prefeitura de Campos Novos - SC - Assistente Social) O Código de Ética do Assistente Social de 1993 estabelece como princípio fundamental para o exercício profissional:

- A) A neutralidade política frente às desigualdades sociais e aos conflitos coletivos.
- B) A priorização de interesses institucionais acima das demandas dos usuários.
- C) A centralização das decisões técnicas exclusivamente no órgão gestor municipal.
- D) A adoção de práticas assistencialistas para garantir respostas rápidas às situações de vulnerabilidade.



E) A defesa intransigente dos direitos humanos, comprometida com a liberdade, a justiça social e a equidade.

Comentário:

A) Incorreto. O Serviço Social brasileiro rompeu com a ilusão da neutralidade. O profissional deve ter um **posicionamento ético-político** claro em favor da justiça social e dos direitos das classes subalternas.

B) Incorreto. O Código de Ética é enfático: o compromisso do Assistente Social deve ser com o **usuário**, e não com os interesses particulares ou conveniências da instituição.

C) Incorreto. O princípio da **democratização** orienta que as decisões e a gestão das políticas devem ser participativas, envolvendo o controle social e a autonomia técnica, e não centralizadas apenas no órgão gestor.

D) Incorreto. O **assistencialismo** é o oposto do que a ética profissional busca. O objetivo é a garantia de direitos e a emancipação do sujeito, não apenas respostas paliativas e imediatistas que mantêm a dependência.

E) Correto. Esta alternativa resume três pilares dos Princípios Fundamentais: a **defesa intransigente dos direitos humanos** (2º princípio), o compromisso com a **liberdade** (1º princípio) e o posicionamento em favor da equidade e **justiça social** (5º princípio).

Gabarito: E.

(FGV - 2025 - Prefeitura de Canaã dos Carajás - PA) Com relação ao Código de Ética do Assistente Social, analise os itens a seguir.

I. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária.

II. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do Código.

III. Reconhecimento da igualdade como valor ético superior à liberdade individual e como central para a emancipação coletiva.

Pertence ao Código de Ética o que se indica em:

A) I, II e III.

B) I e II, apenas.

C) II e III, apenas.

D) II e III, apenas.

E) III, apenas.

Comentário:

Vamos analisar os itens:

Item I – Correto

“Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária.”



Esse é um dos **princípios fundamentais** do Código de Ética. Ele expressa o compromisso da profissão com a **transformação social**, a luta contra a exploração e a construção de uma sociedade **sem dominação de classe, etnia ou gênero**.

Item II – Correto

“Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do Código.”

Também está presente no Código. O/a assistente social deve **se articular com outros sujeitos sociais e categorias profissionais** que compartilhem dos mesmos valores ético-políticos, como a defesa dos direitos humanos, da democracia e da justiça social.

Item III – Incorreto

“Reconhecimento da igualdade como valor ético superior à liberdade individual...”

Aqui está o **erro sutil**: o Código de Ética reconhece a **liberdade como valor ético central**, não a igualdade como superior. A liberdade é vista como **condição para a emancipação humana**, e está diretamente ligada à autonomia e à ação transformadora.

Gabarito: B.

(CESPE/CEBRASPE - 2024) Com base no Código de Ética do Assistente Social de 1993, julgue o item subsequente.

Nos princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social, constam a prevenção do pluralismo no exercício profissional do assistente social e a ampliação e a consolidação das correntes estruturalistas na apreensão da realidade e do exercício profissional.

() Certo () Errado

Comentário:

A afirmativa está **errada**. O Código de Ética do Assistente Social de 1993 prevê a garantia do **pluralismo** no exercício profissional, **respeitando as diversas correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e não a ampliação e a consolidação das correntes estruturalistas**. Assim, **não há prevenção do pluralismo**, mas sim a **promoção** dele, para assegurar a diversidade de abordagens e visões teóricas na prática profissional.

Gabarito: Errado



Observe os valores e princípios dispostos em nosso Código de Ética Profissional, cuidando para não confundir:



Liberdade	• como valor ético central
Democracia	• como valor ético-político central
Liberdade e a justiça social	• como valores fundantes
Emancipação	• como valor central de caráter humano-genérico

Esses valores são fundamentais e se sustentam mutuamente para garantir a realização de outros valores sociais. A **liberdade**, colocada **como valor ético central**, **não é entendida de forma isolada**, como no modelo capitalista que valoriza a liberdade individual baseada no individualismo. Pelo contrário, ela é vista como um **processo coletivo**, onde a realização plena de um indivíduo depende da realização plena de todos os demais.

Por sua vez, a **democracia**, mencionada como **valor político central**, é entendida como um **meio essencial para viabilizar e fortalecer os demais valores**. É associada à necessidade de justiça social, equidade e garantia de condições dignas de vida para todos, como acesso à educação, saúde e moradia.

Já a **emancipação**, entendida como um **valor central para a humanidade**, depende diretamente da realização de outros valores importantes propostos pelo Código de Ética de 1993. Para que a emancipação seja alcançada, é necessário garantir liberdade, democracia, autonomia e pluralismo. Além disso, é fundamental assegurar os direitos humanos em todas as suas dimensões – sociais, políticos, civis, econômicos e culturais – e trabalhar para que esses direitos sejam universais, ou seja, acessíveis a todas as pessoas.



(FGV - 2025 - EBSE RH) O valor de caráter humano-genérico mais central do Código de Ética de 1993, que indica a sua finalidade ético-política mais genérica é a:

- A) emancipação.
- B) liberdade.
- C) justiça social.



- D) equidade.
- E) democracia.

Comentário:

Alternativa correta: **A) emancipação.**

A **emancipação** é o valor de **caráter humano-genérico mais central** do **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social de 1993**, pois expressa a **finalidade ético-política mais ampla** da profissão. Ela representa o horizonte de superação das formas de dominação, opressão e exploração que marcam a sociedade capitalista.

Embora valores como **liberdade, justiça social, equidade e democracia** também sejam fundamentais e estejam presentes no Código de Ética, a **emancipação** é o que **sintetiza a finalidade maior** do projeto ético-político da profissão: **promover a autonomia e a dignidade humana em sua totalidade.**

Como afirma Barroco (2009), a ética profissional no Serviço Social não se limita à normatização de condutas, mas se orienta por um projeto de sociedade que visa à **emancipação dos sujeitos sociais.**

Gabarito: A.

(VUNESP - 2023) O exercício da ética, no âmbito da atuação do assistente social, parte do princípio de que todos os seres humanos têm uma dimensão ética que implica o respeito, a tolerância e a aceitação do ser humano. É um processo que exige conhecimento e reflexão, entendido como confrontação potencializadora e prospectiva, que respeita o compromisso na construção e defesa de uma biografia individual e coletiva. Nessa perspectiva, o Código de Ética do Assistente Social destaca a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e do compromisso com o constante aprimoramento

- A. moral.
- B. subjetivo.
- C. hegemônico.
- D. intelectual.
- E. pragmático.

Comentário:

O exercício da ética, no âmbito da atuação do assistente social, parte do princípio de que todos os seres humanos têm uma dimensão ética que implica o respeito, a tolerância e a aceitação do ser humano. Nessa perspectiva, o Código de Ética do Assistente Social destaca como um de seus princípios **a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e do compromisso com o constante aprimoramento intelectual.**

Esse princípio pressupõe a compreensão de que o diálogo democrático e a equivalência entre os diversos campos teórico-metodológicos são necessários para o fortalecimento do projeto ético-político do serviço social.

O princípio da garantia do pluralismo no serviço social também implica o reconhecimento de que nem todas as posições teóricas e político-profissionais se equivalem e que o direito à expressão teórica e política garante as condições de debate e de crítica no âmbito da profissão. Além disso, esse



princípio exige uma postura não-neutralidade e de compromisso com os interesses da classe trabalhadora e dos segmentos sociais mais vulneráveis, bem como um constante aprimoramento intelectual, que possibilite uma intervenção profissional mais qualificada.

Gabarito: letra D.

(FCC – 2022) A Resolução 273/1993 do CFESS instituiu o atual Código de Ética Profissional da/do Assistente Social, reafirmando os valores fundantes do Código de Ética de 1986, a liberdade e a justiça social. Assim, ao enfrentamento das contradições postas à profissão, cabe pensar

- A. que na prática profissional a teoria é outra.
- B. que a teoria se sobrepõe à prática.
- C. a ética como pressuposto teórico-político.
- D. que o projeto ético-político é uma mediação para a teoria.
- E. que a singularidade e a universalidade são pressupostos éticos.

Comentário:

A revisão do texto de 1986 processou-se em **dois níveis**. Reafirmando os seus **valores fundantes - a liberdade e a justiça social** -, articulou-os a partir da exigência democrática: **a democracia é tomada como valor ético-político central**, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social. Em segundo lugar, cuidou-se de precisar a **normatização do exercício profissional** de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/organizações e população, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do/a usuário/a.

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a **ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social**: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos/às trabalhadores/as um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a **ética como pressuposto teórico-político** que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional. (Resolução CFESS nº 273/93, p. 21-22)

Gabarito: letra C.



COMPETÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (art.1º)

a- **zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código**, fiscalizando as ações dos Conselhos Regionais e a prática exercida pelos profissionais, instituições e organizações na área do Serviço Social;

b- **introduzir alteração neste Código**, através de uma ampla participação da categoria, num processo desenvolvido em ação conjunta com os Conselhos Regionais;

c- **como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência** na observância deste Código e nos casos omissos.

Parágrafo único **Compete aos Conselhos Regionais**, nas áreas de suas respectivas jurisdições, **zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código**, e **funcionar como órgão julgador de primeira instância**.



CFESS

- funciona como **Tribunal Superior de Ética Profissional**;

CRESS

- funciona como **órgão julgador de primeira instância**;



(Instituto Access - 2025 - Prefeitura de Apiaí - SP) No que diz respeito às disposições gerais do Código de Ética do Assistente Social, analise a afirmativa a seguir:

"É responsabilidade de um órgão específico, enquanto Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na aplicação do Código de Ética e em casos omissos."

Dentre as alternativas citadas a seguir, assinale a alternativa que corresponde ao órgão desempenha essa função.

A) Supremo Tribunal Federal (STF).



- B) Conselho Federal de Serviço Social.
- C) Ministério da Cidadania.
- D) Ministério Público Federal.

Comentário:

A afirmativa **correta** é a letra **B** e corresponde ao que está previsto no **Art. 1º, alínea c** do **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**:

“Compete ao Conselho Federal de Serviço Social, como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na observância deste Código e nos casos omissos.”

Análise das demais alternativas:

A) Incorreta. Supremo Tribunal Federal (STF): O STF é o órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro, **não tem competência** para firmar jurisprudência sobre o Código de Ética do Serviço Social.

C) Incorreta. Ministério da Cidadania: Atua na formulação de políticas públicas sociais, mas **não tem atribuição normativa ou disciplinar** sobre o exercício profissional do/a assistente social.

D) Incorreta. Ministério Público Federal: Fiscaliza o cumprimento da lei e defende os interesses da sociedade, mas **não atua como instância ética profissional** da categoria.

Gabarito: B.

DIREITOS E DEVERES DO/A ASSISTENTE SOCIAL

A seguir, iremos abordar os **direitos e deveres** do/a assistente social!

Os Direitos: "O que me protege?"

Os direitos (Art. 2º e outros) não são privilégios para o indivíduo, mas **garantias para a profissão**. Eles existem para que você tenha condições de ser o profissional que a lei exige.

A lógica é a Autonomia: Se você não tivesse o direito à "inviolabilidade do local de trabalho", como garantiria o sigilo do usuário? Se não tivesse "autonomia", como diria "não" a uma ordem institucional antiética? O direito ao **aprimoramento contínuo** existe porque a sociedade tem o direito de ser atendida por alguém que sabe o que está fazendo.

Os Deveres: "Qual é o meu compromisso?"

Os deveres (Art. 3º e outros) são as **obrigações inegociáveis**. Eles garantem que o Projeto Ético-Político saia do papel e chegue ao usuário.



A lógica é a Responsabilidade: O dever de "denunciar o exercício irregular" ou de "garantir a plena informação ao usuário" serve para proteger a classe trabalhadora de maus profissionais ou de instituições autoritárias. O dever de **utilizar seu número de registro (CRESS)** nas assinaturas não é apenas burocracia, é uma forma de o usuário saber que você é um profissional habilitado e fiscalizado.



- Os **direitos** são **garantias** para que o assistente social exerça suas atribuições e competências!
- Já os **deveres** são **obrigações** que precisam ser cumpridas no exercício profissional!

DOS DIREITOS DO/A ASSISTENTE SOCIAL (art. 2º)

a- **garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas**, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;

b- **livre exercício das atividades** inerentes à Profissão;

c- **participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais**, e na formulação e implementação de programas sociais;

d- **inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação**, garantindo o sigilo profissional;

e- **desagravo público por ofensa** que atinja a sua honra profissional;

f- **aprimoramento profissional de forma contínua**, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;

g- **pronunciamento em matéria de sua especialidade**, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;

h- **ampla autonomia no exercício da Profissão**, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;

i- **liberdade na realização de seus estudos e pesquisas**, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

Esses itens garantem que ninguém (nem o chefe, nem o prefeito, nem o juiz) pode obrigar você a fazer algo que não seja atribuição do assistente social. Você tem liberdade para escolher como fará seu estudo social e não é obrigado a fazer "favores" ou tarefas que não pertencem à sua área. É a proteção contra o desvio de função.

Os direitos também garantem o **sigilo e a proteção do espaço de trabalho**. Ninguém pode mexer nas suas pastas ou arquivos de computador sem sua autorização, garantindo que o que o usuário revelou esteja seguro.

Além disso, sua honra e imagem estão protegidos com o direito ao **desagravo público**. Se você for ofendido ou desrespeitado no exercício da profissão, o CRESS pode realizar um ato público em sua defesa para restaurar sua honra profissional.

Você tem o direito de se **posicionar tecnicamente** e de continuar estudando. A instituição deve permitir (e você tem o direito de buscar) o **aprimoramento constante**. Além disso, você tem o



direito de dar sua **opinião técnica** ("pronunciamento") sobre assuntos da sua especialidade, especialmente quando isso ajuda a defender a população.



As bancas costumam trocar o **Direito ao Aprimoramento** (Art. 2º, f) pelo **Dever de Aprimoramento**. No Código de Ética, ele aparece no capítulo de **Direitos**, mas na prática, é o que sustenta sua competência técnica.



(FGV - 2025 - EBSEH) De acordo com o Código de Ética de 1993, constitui um direito do assistente social

- A) a viabilização da alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as demandas da população usuária.
- B) o desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.
- C) a participação de programas de socorro à população em situação de calamidade pública.
- D) a contribuição para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
- E) o incentivo, sempre que possível, da prática profissional interdisciplinar.

Comentário:

A alternativa **correta é a letra B: o desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional**.

De acordo com o **Art. 2º do Código de Ética Profissional de 1993**, entre os **direitos do/a assistente social** está:

“e) o desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional”.

Esse direito garante que, caso o/a profissional seja alvo de ataques ou acusações que afetem sua reputação no exercício da profissão, ele/ela pode solicitar ao CRESS ou CFESS um **desagravo público**, ou seja, um pronunciamento oficial de defesa pública da sua imagem pelo Conselho.

Em relação às demais alternativas:

A) Refere-se a **dever**, mas **não está listada como direito** no Código.

Art. 8º São deveres do/a assistente social:

c- contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária;



C) Participar de ações emergenciais em situação de calamidade é um **dever**, e **não um direito** previsto no Código.

Art. 3º São deveres do/a assistente social:

d- participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

D) A contribuição para a participação dos usuários é um **dever**, e **não está descrita como direito**.

Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as:

a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;

E) O incentivo à interdisciplinaridade é um **dever**, não um direito garantido.

Art. 10 São deveres do/a assistente social:

d- incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;

Gabarito: B.

DEVERES DO/A ASSISTENTE SOCIAL (Art. 3º)

a- *desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;*

b- *utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;*

c- *abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;*

d- *participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.*

Os deveres do Artigo 3º são a base da nossa **responsabilidade profissional**. Eles garantem que o Serviço Social seja uma profissão séria, técnica e ética.

O Código diz que não basta ter "boa vontade"; é preciso ser **eficiente** (Alínea a). Você deve conhecer as leis (LOAS, ECA, Estatuto do Idoso) e as normas da profissão. Além disso, **utilizar o número do CRESS** (Alínea b) é um dever de identidade. É a garantia para o usuário de que ele está sendo atendido por um profissional habilitado e não por um leigo.

Outro ponto fundamental é o combate ao conservadorismo. O Assistente Social não é "polícia de costumes". Nosso dever é **abster-se** (não fazer) de julgar a vida do usuário, fiscalizar sua moral ou censurar seu comportamento. Se você perceber que a instituição onde trabalha está "vigiando" ou punindo os usuários pelo seu modo de vida, seu dever é **denunciar**. Nós defendemos a liberdade, não o controle.



Por fim, e não menos importante, é a **atuação em situações de calamidades**. Em casos de enchentes, pandemias ou desastres, o assistente social tem o dever de se engajar nos programas de socorro. Mas atenção: o foco é sempre a **defesa dos interesses da população**, garantindo que ela acesse seus direitos mesmo no caos.



(CESPE / CEBRASPE - 2025 - TRF - 6ª REGIÃO) No que se refere à atuação do assistente social, julgue o item subsequente conforme o Código de Ética do Assistente Social.

O assistente social deverá utilizar, no exercício da profissão, seu número de registro no conselho regional.

() Certo () Errado

Comentário:

De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, é **dever do profissional utilizar seu número de registro no Conselho Regional de Serviço Social** no exercício da profissão. Isso garante a identificação do profissional, assegura a legalidade do seu trabalho e fortalece a fiscalização do exercício da profissão, contribuindo para a transparência e a ética na atuação do assistente social.

Essa exigência também protege os usuários dos serviços, garantindo que estejam sendo atendidos por profissionais devidamente registrados e qualificados.

Gabarito: Certo.

(OBJETIVA - 2025 - Prefeitura de Guadalupe - PI) Em relação ao Código de Ética do/a Assistente Social, sobre os direitos e deveres gerais, relacionar as colunas e assinalar a sequência correspondente.

(1) Direitos. (2) Deveres.

() Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

() Abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.

() Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.

A) 1 - 2 - 1.

B) 2 - 2 - 1.

C) 2 - 1 - 2.



D) 1 - 1 - 2.

Comentário:

Vamos analisar cada item com base no **Código de Ética do/a Assistente Social**, especificamente nos artigos 2º e 3º:

Item 1: Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública

Classificação: (2) Dever

Fundamento: Art. 3º, alínea **d** — É dever do/a assistente social **participar de programas de socorro** à população em situação de calamidade pública, atuando na defesa de seus interesses e necessidades.

Item 2: Abster-se de práticas que caracterizem censura, cerceamento da liberdade ou policiamento de comportamentos

Classificação: (2) Dever

Fundamento: Art. 3º, alínea **c** — O/a profissional deve **abster-se dessas práticas** e **denunciar sua ocorrência** aos órgãos competentes. Esse dever protege a liberdade dos/as usuários/as e reafirma o posicionamento crítico da profissão frente a práticas autoritárias.

Item 3: Desagravo público por ofensa à honra profissional

Classificação: (1) Direito

Fundamento: Art. 2º, alínea **e** — O/a assistente social tem direito ao **desagravo público** quando sua honra profissional for atingida. Esse direito garante a proteção da dignidade profissional e a valorização da categoria.

A sequência correta é **2 - 2 - 1**, pois os dois primeiros itens são **deveres éticos** e o último é um **direito profissional**.

Gabarito: B.



As bancas adoram confundir o candidato com os **Direitos** e **Deveres**. A dica é: sempre que a frase parecer algo que **beneficia a sua atuação técnica** (como ter um arquivo trancado), é um **Direito**. Sempre que a frase parecer algo que **protege o usuário ou a coletividade** (como informar sobre direitos), é um **Dever**.

VEDAÇÕES AO/À ASSISTENTE SOCIAL (art. 4º)

a- transgredir qualquer preceito deste Código, bem como da Lei de Regulamentação da Profissão;

b- praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios deste Código, mesmo que estes sejam praticados por outros/as profissionais;



- c- **acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste Código;**
- d- **compactuar com o exercício ilegal da Profissão**, inclusive nos casos de estagiários/as que exerçam atribuições específicas, em substituição aos/às profissionais;
- e- **permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social** em Instituições Públicas ou Privadas que **não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao/à aluno/a estagiário/a;**
- f- **assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado/a** pessoal e tecnicamente;
- g- **substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional**, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência;
- h- **pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função que estejam sendo exercidos por colega;**
- i- **adulterar resultados e fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos** de que tome conhecimento;
- j- **assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros**, mesmo que executados sob sua orientação.

Para fechar com chave de ouro essa primeira parte do Código de Ética, entramos no campo das **Vedações (Art. 4º)**. Se os direitos são o "posso" e os deveres são o "devo", as vedações são o "**proibido**". Elas protegem a imagem da profissão e, principalmente, o usuário.

Não basta você ser ético; você não pode ser **conivente** (fingir que não viu) com erros, crimes ou condutas antiéticas de outros profissionais no serviço. Você é proibido de obedecer a ordens da chefia ou da instituição que firam o Código de Ética. A ética da profissão está **acima** da hierarquia administrativa. E se um colega foi demitido porque defendeu a ética, você não pode ocupar a vaga dele. É uma forma de não "furar a greve" ética e pressionar a instituição a respeitar a profissão.

Além disso, não assuma o que você não sabe fazer. Ética também é reconhecer seus limites técnicos para não prejudicar o usuário. Também é proibido supervisionar alunos em locais que não tenham um assistente social de campo para acompanhá-los diretamente.

E por fim, jamais adultere resultados ou minta em laudos, e não assine como seu um trabalho que foi feito por outra pessoa (mesmo que seja seu estagiário ou orientado).

Principais pontos das vedações:

- **Contra a Instituição:** Não acatar ordens antiéticas (C) e não substituir colega demitido por ética (G).
- **Contra os Colegas:** Não ser conivente com erros (B) e não cobiçar o cargo alheio (H).
- **Contra o Usuário/Sociedade:** Não mentir em documentos (I) e não exercer o que não sabe (F).



- **Contra a Formação:** Não permitir estagiário sem supervisão direta ou substituindo profissional (D, E).



QUESTÃO DE PROVA:

(AMEOSC - 2025 - Prefeitura de Guaraciaba - SC) Dentre as opções citadas abaixo, assinale a alternativa que representa uma conduta expressamente vedada ao/à Assistente Social, no que se refere aos seus direitos e responsabilidades gerais, conforme estabelecido no Código de Ética do Assistente Social.

- A) Utilizar seu número de registro no conselho regional no exercício da profissão.
- B) Participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais.
- C) Substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência.
- D) Ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções.

Comentário:

Vamos analisar as alternativas:

A) Errado. O artigo 3º, alínea **b** do Código de Ética estabelece como **dever** do/a assistente social **utilizar seu número de registro no Conselho Regional** no exercício da profissão.

B) Errado. O artigo 2º, alínea **c** do Código de Ética define como **direito do/a assistente social** participar da elaboração e gerenciamento das políticas sociais, bem como da formulação e implementação de programas sociais.

C) Certo. O artigo 4º, alínea **g** do Código de Ética **veda expressamente** essa conduta. O/a assistente social **não deve substituir** colega exonerado/a por defender princípios éticos, **enquanto perdurar o motivo da exoneração**. Essa norma protege a integridade ética da profissão e evita convivência com injustiças institucionais.

D) Errado. Não é uma vedação, mas sim um **direito**. O artigo 2º, alínea **h** do Código de Ética garante ao/à assistente social **ampla autonomia** no exercício da profissão, incluindo o direito de **recusar serviços incompatíveis** com suas atribuições.

Gabarito: C.



Agora chegou a parte de estudarmos as relações dos assistentes sociais com os usuários, com as instituições empregadoras, com outros profissionais e com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil.

As Bancas costumam cobrar muito sobre as relações dos assistentes sociais com os usuários, com as instituições empregadoras. Então, saiba diferenciar os deveres em cada uma dessas relações.

DAS RELAÇÕES COM OS/AS USUÁRIOS/AS

Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as:

- a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;*
- b- garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código;*
- c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;*
- d- devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;*
- e- informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;*
- f- fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;*
- g- contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;*
- h- esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.*

Art. 6º É vedado ao/à assistente social:

- a- exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do/a usuário/a de participar e decidir livremente sobre seus interesses;*
- b- aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social-usuário/a, para obter vantagens pessoais ou para terceiros;*
- c- bloquear o acesso dos/as usuários/as aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos.*





QUESTÃO DE PROVA:

(CESPE / CEBRASPE - 2025 - TRF - 6ª REGIÃO) No que se refere à atuação do assistente social, julgue o item subsequente conforme o Código de Ética do Assistente Social.

O assistente social tem o dever de contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária do serviço social nas decisões institucionais.

() Certo () Errado

Comentário:

A afirmação está **correta**! O Código de Ética do Assistente Social estabelece que é **dever** do profissional **contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais**.

Portanto, o assistente social deve atuar de forma a garantir que os usuários dos serviços tenham voz ativa na formulação, implementação e avaliação das políticas e programas que os afetam diretamente. Além disso, promove a transparência e o fortalecimento da cidadania, permitindo que os usuários participem ativamente na construção de soluções para os desafios sociais.

Gabarito: Certo.

(Instituto Fênix - 2025 - Prefeitura de Bom Jardim da Serra - SC) Nos termos do Código de Ética profissional, são deveres do assistente social nas suas relações com os usuários, EXCETO:

- A) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
- B) Exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do/a usuário/a de participar e decidir livremente sobre seus interesses.
- C) Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.
- D) Esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

Comentário:

Vamos analisar cada alternativa com base no **Código de Ética do/a Assistente Social**, especialmente nos artigos 5º e 6º, que tratam das **relações com os/as usuários/as**:

A) Correta. Está prevista no **Art. 5º, alínea a**. O/a assistente social deve **estimular a participação ativa** dos/as usuários/as nas decisões que os afetam, promovendo o protagonismo social.



B) Incorreta (e portanto o gabarito). Essa conduta é **expressamente vedada** pelo Art. 6º, alínea a. O Código de Ética proíbe o/a profissional de **cercear a liberdade de decisão dos/as usuários/as**, reafirmando o respeito à autonomia e aos direitos humanos.

C) Correta. Está prevista no Art. 5º, alínea g. O/a assistente social deve atuar para **facilitar o acesso** aos serviços, combatendo a burocracia excessiva que dificulta a efetivação de direitos.

D) Correta. Está prevista no Art. 5º, alínea h. O/a profissional tem o dever de **informar claramente** os/as usuários/as sobre o que envolve sua atuação, promovendo transparência e confiança.

Gabarito: B.



A seguir, nos artigos 7º, 8º e 9º, veremos os direitos, deveres e vedações nas relações do(a) assistente social com as instituições empregadoras. Não é necessário decorar as alíneas, apenas diferenciar o que constitui um direito (garantia), um dever (obrigação) e uma vedação (proibição)!

DAS RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES EMPREGADORAS E OUTRAS

Art. 7º *Constituem direitos do/a assistente social:*

a- dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional;

b- ter livre acesso à população usuária;

c- ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais;

d- integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do/a profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.

Art. 8º *São deveres do/a assistente social:*

a- programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente;

b- denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário;

c- contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária;



d- empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais;

e- empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos/as usuários/as.

Art. 9º É vedado ao/à assistente social:

a- emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social;

b- usar ou permitir o tráfico de influência para obtenção de emprego, desrespeitando concurso ou processos seletivos;

c- utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas.



(CESPE / CEBRASPE - 2025 - PC-DF) Maria é assistente social regularmente inscrita no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e exerce, na instituição em que trabalha, o cargo de chefia do setor de serviço social, onde atuam outras duas assistentes sociais e alguns estagiários. Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item seguinte, com base no Código de Ética do(a) Assistente Social (1993).

Maria tem o dever de denunciar ao CRESS a instituição em que trabalha caso comprove que as condições de trabalho de sua equipe não são dignas.

() Certo () Errado

Comentário:

De acordo com o Código de Ética do Assistente Social (1993), o profissional tem o direito de dispor de **condições de trabalho condignas**, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional. Da mesma forma, é um **dever** do profissional assistente social **denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição** em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, **mobilizando, inclusive, o Conselho Regional**, caso se faça necessário.

Nesse caso, Maria tem o dever de denunciar ao CRESS a instituição em que trabalha caso comprove que as condições de trabalho de sua equipe não são dignas.

Gabarito: Certo.



(UFU-MG - 2025 - UFU-MG) Nos que se refere às “Relações com as Instituições Empregadoras e outras”, de acordo com o Código de Ética do Assistente Social, assinale a alternativa CORRETA.

- A) É direito do assistente social integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do/a profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.
- B) É direito do assistente social denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário.
- C) É dever do assistente social acessar informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.
- D) É direito do assistente social utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas.

Comentário:

Vamos analisar cada alternativa com base no **Código de Ética do/a Assistente Social**, especificamente no capítulo que trata das **Relações com as Instituições Empregadoras e outras**:

A) Correta. O artigo 7º, alínea **d** do Código de Ética estabelece que é **direito do/a assistente social** integrar **comissões interdisciplinares de ética** nos locais de trabalho, tanto para **avaliar condutas profissionais** quanto para **decidir sobre políticas institucionais**. Essa participação fortalece o compromisso ético e democrático da profissão.

B) Errado. Apesar de parecer correta, essa alternativa **atribui um direito** ao que é, na verdade, um **dever**. O artigo 8º, alínea **b** do Código de Ética afirma que é **dever do/a assistente social denunciar falhas** nos regulamentos, normas e programas institucionais que firam os princípios éticos, podendo mobilizar o Conselho Regional. Portanto, a alternativa está **errada quanto à classificação**.

C) Errado. Novamente, há uma **confusão entre direito e dever**. O artigo 7º, alínea **c** do Código de Ética afirma que é **direito** do/a assistente social **ter acesso às informações institucionais** necessárias ao exercício profissional. A alternativa classifica isso como **dever**, o que torna a assertiva **incorreta**.

D) Errado. Essa conduta é **expressamente vedada** pelo Código de Ética. O artigo 9º, alínea **c** proíbe o/a assistente social de **utilizar recursos institucionais para fins partidários, eleitorais ou clientelistas**. Tal prática compromete a ética, a imparcialidade e a credibilidade da atuação profissional.

Gabarito: A.

DAS RELAÇÕES COM ASSISTENTES SOCIAIS E OUTROS/AS PROFISSIONAIS

Art. 10 São deveres do/a assistente social:

a- ser solidário/a com outros/as profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código;



b- repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho;

c- mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado/a, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos/as;

d- incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;

e- respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões;

f- ao realizar crítica pública a colega e outros/ as profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável, assumindo sua inteira responsabilidade.

Art. 11 É vedado ao/à assistente social:

a- intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro/a profissional, salvo a pedido desse/a profissional; em caso de urgência, seguido da imediata comunicação ao/à profissional; ou quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada;

b- prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade;

c- ser conivente com falhas éticas de acordo com os princípios deste Código e com erros técnicos praticados por assistente social e qualquer outro/a profissional;

d- prejudicar deliberadamente o trabalho e a reputação de outro/a profissional.



(CESPE / CEBRASPE - 2025 - TRF - 6ª REGIÃO) No que se refere à atuação do assistente social, julgue o item subsequente conforme o Código de Ética do Assistente Social.

É direito do assistente social optar, conforme sua conveniência, pela prática profissional interdisciplinar.

() Certo () Errado

Comentário:

A afirmação está **errada**. O **Código de Ética do Assistente Social** estabelece que o profissional deve **incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar**. Ou seja, a **atuação**



interdisciplinar não é uma escolha baseada apenas na conveniência do assistente social, mas sim um compromisso ético e profissional que visa a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

A prática interdisciplinar permite uma abordagem mais ampla e integrada dos problemas sociais, promovendo um atendimento mais eficaz e humanizado.

Gabarito: Errado.

DAS RELAÇÕES COM ENTIDADES DA CATEGORIA E DEMAIS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Art.12 Constituem direitos do/a assistente social:

a- participar em sociedades científicas e em entidades representativas e de organização da categoria que tenham por finalidade, respectivamente, a produção de conhecimento, a defesa e a fiscalização do exercício profissional;

b- apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

Art. 13 São deveres do/a assistente social:

a- denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os/as usuários/as ou profissionais;

b- denunciar, no exercício da Profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do/a cidadão/cidadã;

c- respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras.

Art. 14 É vedado ao/à assistente social valer-se de posição ocupada na direção de entidade da categoria para obter vantagens pessoais, diretamente ou através de terceiros/as.



(FGV - 2025 - EBSERH) Nas relações com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil, é vedado ao assistente social

- A) compactuar com o exercício ilegal da profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais.
- B) valer-se de posição ocupada na direção de entidade da categoria para obter vantagens pessoais, diretamente ou através de terceiros.
- C) devolver as informações colhidas em estudos e pesquisas aos usuários, para que eles possam usá-las para o fortalecimento dos próprios interesses.
- D) depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.
- E) adulterar resultados e fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos de que tome conhecimento.

Comentário:

A alternativa **correta é a letra B**.

“Valer-se de posição ocupada na direção de entidade da categoria para obter vantagens pessoais, diretamente ou através de terceiros.”

Essa conduta é **explicitamente vedada** pelo **Art. 14 do Código de Ética do/a Assistente Social**, que trata das relações com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil. O objetivo é **preservar a integridade, a ética e a legitimidade da representação profissional**, evitando qualquer uso indevido de cargos para fins pessoais ou favorecimentos.

Em relação às demais alternativas:

- A)** Está correta como vedação, mas **não se refere às relações com entidades da categoria e sociedade civil**, e sim ao exercício ilegal da profissão (Art. 4, alínea d).
- C)** Está **errada como vedação** — na verdade, **é um dever ético** devolver informações aos usuários para fortalecer sua autonomia (Art. 5, alínea d).
- D)** Também é vedado (Art. 20, alínea a), mas se refere às **relações com a Justiça**, não com entidades da categoria.
- E)** É vedado (Art. 4, alínea i), mas está relacionado à **conduta profissional geral**, não especificamente às relações com entidades da categoria.

Gabarito: B.

SIGILO PROFISSIONAL

Agora é hora de estudarmos um assunto que despensa em provas de Serviço Social: **SIGILO PROFISSIONAL**.

Trata-se de um ponto nevrálgico do Código de Ética. O **Sigilo Profissional** não é apenas uma "regra de silêncio"; é uma **garantia de confiança** entre o profissional e o usuário, essencial para que o trabalho social aconteça.

O Sigilo como Direito



Muitos alunos confundem, mas o sigilo é um **direito** do assistente social. As Bancas adoram fazer o trocadilho com "dever". Cuidado!

Por que o Sigilo é um Direito?

Imagine a seguinte situação: um Juiz, um Delegado ou o seu Chefe exige que você conte algo que o usuário lhe revelou em confiança.

Se o sigilo fosse **apenas um dever**, você estaria "preso" a uma obrigação.

Como ele é um **DIREITO (Prerrogativa)**, você tem o poder legal de dizer: *"Eu não vou revelar, pois o Código de Ética me garante o direito de manter o sigilo para proteger o processo técnico e a confiança do usuário"*.

Portanto, ele garante que você tenha autonomia técnica. Se uma autoridade (policial, administrativa ou judiciária) solicitar informações confidenciais, você usa o **Art. 15** para garantir que não é obrigado a revelá-las, preservando a relação de confiança com o usuário.

Art. 15 Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional.

Art. 16 O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

Parágrafo único. Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

Art. 17 É vedado ao/a assistente social revelar sigilo profissional.

O sigilo não existe para esconder erros do profissional, mas para **proteger o usuário**. Protege **tudo** o que você soube por causa do trabalho, durante um atendimento e está sob o manto do Art. 16.

Sobre o **Trabalho Multidisciplinar**: Este é o ponto que mais cai em prova! Em equipes (com psicólogos, advogados, etc.), você **não** abre o prontuário inteiro. Você só compartilha o **estritamente necessário** para que os outros profissionais possam ajudar no caso. O assistente social que expõe a vida do usuário de forma desnecessária está violando diretamente o **Art. 17**.



**“PEGADINHA”
CLÁSSICA
DA BANCA!**

As Bancas gostam de trocar o termo "estritamente necessário" por "informações integrais" ou "livre compartilhamento".

Lembre-se: No **trabalho em equipe**, o compartilhamento é **restrito e funcional**. O assistente social deve filtrar o que é relevante para o atendimento coletivo e o que deve permanecer apenas no seu registro técnico.

Artigo 18: A Quebra do Sigilo e o Justo Motivo

Fique atento(a) também nos casos em que **o sigilo é admissível!** Despenca em prova!



Para quebrar o sigilo, a situação precisa se encaixar em uma **situação grave** que **cause prejuízo** ao usuário, terceiros e coletividade.

Art. 18 A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

Parágrafo único A revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento.



Vamos entender melhor quando pode ser aplicado essa exceção na quebra do sigilo profissional?

Bem, o sigilo profissional do assistente social é um princípio ético fundamental para a profissão. Ele **visa proteger a confidencialidade das informações obtidas no exercício da profissão**. Como vimos no **art. 18**, a quebra do sigilo só é **admissível** em situações cuja **gravidade** possa trazer **prejuízo** aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade, envolvendo ou não fato delituoso.

Perceba que o Código não limita a quebra apenas à "risco de morte", ele usa um conceito mais abrangente: o **prejuízo**.

Os Três Alvos do Prejuízo

A quebra é admissível quando houver gravidade que gere prejuízo a:

- **Interesses do/a usuário/a:** (Ex: O usuário está em uma situação de autonegligência grave ou incapacidade de decidir que coloca seus próprios direitos em risco).
- **Terceiros/as:** (Ex: Uma criança sendo vítima de violência ou uma pessoa sendo ameaçada pelo usuário).
- **Coletividade:** (Ex: Uma situação de saúde pública grave que o usuário omite e que pode contaminar uma comunidade inteira).

Lembre-se, cada situação é única e requer uma análise cuidadosa. A/o assistente social deve sempre considerar os interesses do usuário, de terceiros e da coletividade, e buscar orientação quando necessário.

A "Dosagem" da Revelação

Outro ponto importante é que a revelação não é "porteira aberta". Ela tem dois limites:



- **Quanto ao conteúdo:** Só conto o "estritamente necessário" (não preciso contar o histórico de vida se o problema é apenas um risco imediato).
- **Quanto ao público:** Só conto para o "número de pessoas" que realmente precisam saber para intervir (não falo no grupo de WhatsApp da equipe, falo para o conselheiro tutelar ou para o médico responsável).



Se a questão perguntar: "*Segundo o Código de Ética, a quebra do sigilo só é admissível em caso de crime?*" **Resposta: ERRADO.** O Art. 18 diz claramente: "**envolvendo ou não fato delituoso**".



(CESPE/CEBRASPE - 2024) Com base no Código de Ética do Assistente Social de 1993, julgue o item subsequente.

O direito ao sigilo profissional garante a dimensão ética do exercício profissional do assistente social e expressa, também, a garantia do sigilo das informações dos usuários e o seu manejo pelo profissional.

() Certo () Errado

Comentário:

O item está **correto**. O sigilo profissional é um **direito** garantido pelo Código de Ética do Assistente Social de 1993. Ele garante a dimensão ética do exercício profissional, assegurando que as informações dos usuários sejam tratadas com confidencialidade e respeito. O manejo adequado dessas informações pelo assistente social é essencial para proteger a privacidade e os direitos dos usuários, e para estabelecer uma relação de confiança entre o profissional e o usuário. Assim, o sigilo profissional é uma expressão concreta do compromisso ético do assistente social.

Gabarito: Certo.

(FGV - 2024 - EBSEH) Sobre o sigilo profissional, nos termos previstos no Código de Ética Profissional vigente, assinale a afirmativa correta.

- A) Guardar rigoroso sigilo, mesmo em depoimentos judiciais, sobre o que saiba em razão de seu ofício.
- B) A quebra do sigilo só é admissível quando se tratar de situação que traga prejuízos à classe trabalhadora.
- C) Em trabalho multidisciplinar, as informações só podem ser prestadas dentro dos limites do estritamente necessário
- D) O sigilo só poderá ser revelado pelo Assistente Social depois de esgotados todos os esforços para que o usuário o revele.



E) O Assistente Social está obrigado a guardar segredo das confidências recebidas e dos fatos de que tome conhecimento.

Comentário:

Letra C – Correta. Essa afirmativa está **em conformidade com o Art. 18 do Código de Ética**, que trata do sigilo profissional em contextos de equipe.

Art. 18 A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

Parágrafo único A revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento.

Portanto, o/a assistente social deve:

- Compartilhar **apenas o essencial** para o atendimento.
- **Evitar exposição desnecessária** dos usuários.
- **Preservar a privacidade** e a dignidade do sujeito atendido.

Gabarito: C.

DAS RELAÇÕES DO/A ASSISTENTE SOCIAL COM A JUSTIÇA

Art. 19 São deveres do/a assistente social:

a- apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos neste Código;

b- comparecer perante a autoridade competente, quando intimado/a a prestar depoimento, para declarar que está obrigado/a a guardar sigilo profissional nos termos deste Código e da Legislação em vigor.

Art. 20 É vedado ao/à assistente social:

a- depor como testemunha sobre situação sigilosa do/a usuário/a de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado;

b- aceitar nomeação como perito e/ou atuar em perícia quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.

Esta seção do Código de Ética é fundamental para quem **atua ou deseja atuar no Sociojurídico**, e é o "terror" dos candidatos porque traz regras que parecem contraditórias à primeira vista. Quando o/a Assistente Social é chamado pela Justiça, ele não vai como uma pessoa comum; ele vai como um **detentor de saber técnico** e um **guardião de sigilo**.



Convocação como perito ou testemunha

Quando o assistente social é convocado nessas condições, o dever consiste em **apresentar as conclusões do respectivo laudo ou depoimento**. Contudo, há o limite imposto pela alínea "a": essa apresentação deve ocorrer sem extrapolar a competência profissional. Na prática, isso significa que a manifestação deve se **restringir estritamente à matéria do Serviço Social**. O profissional não deve emitir pareceres de outras áreas de conhecimento técnico nem realizar julgamentos jurídicos, atendo-se à análise social e respeitando os princípios éticos do Código.

O Dever de Comparecer vs. O Dever de Silenciar

A alínea "b" aborda a situação em que há intimação judicial para a prestação de depoimento. O dever, nesses casos, é comparecer perante a autoridade competente. No entanto, o comparecimento possui um objetivo específico: **declarar a obrigatoriedade de guardar sigilo profissional**. O profissional apresenta-se à autoridade judicial, demonstrando respeito institucional, mas reafirmando formalmente o compromisso ético com o usuário e com a legislação em vigor.

Competência e Impedimentos na Perícia

O Artigo 20 elenca as práticas que são estritamente proibidas ao profissional, sendo este um ponto de grande incidência em provas de concursos públicos devido às exceções aparentes.

A alínea "a" veda o depoimento como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que se tenha conhecimento no exercício profissional. O ponto de atenção central é a ressalva **"mesmo quando autorizado"**. Em formulações de questões, é comum a apresentação de casos hipotéticos em que o usuário assina um termo autorizando a revelação dos fatos em juízo. Deve-se observar que o sigilo profissional é um princípio ético inegociável. Portanto, mesmo com a autorização expressa do usuário, é vedado ao assistente social depor como testemunha sobre o conteúdo sigiloso.

A alínea "b" estabelece as situações em que é proibido aceitar a nomeação para atuar em perícia:

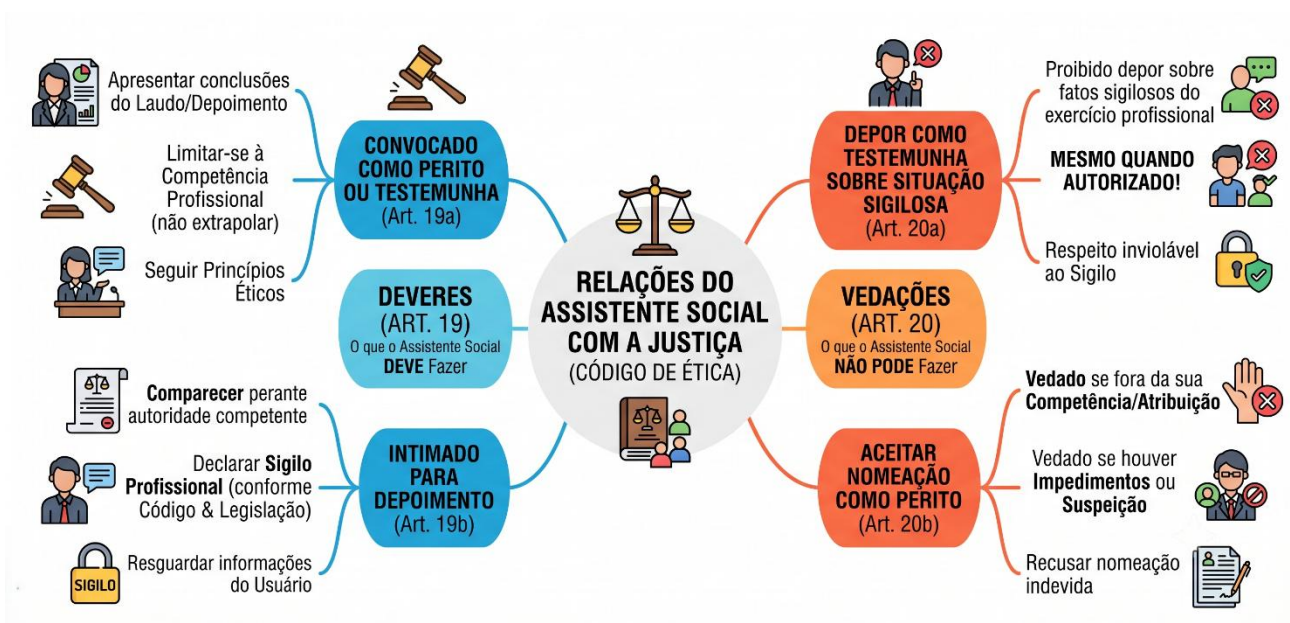
- **Fora da área de competência:** Quando a situação não se caracteriza como área de competência ou atribuição do Serviço Social (como, por exemplo, solicitações de avaliações pertinentes a áreas médicas ou psicológicas).
- **Impedimento ou suspeição:** Quando a atuação infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição, como em casos onde o assistente social possui vínculo familiar, afetivo (positivo ou negativo) ou litígio com a parte envolvida, fatores que comprometem a imparcialidade exigida pela função.



Situação	O que fazer?	Fundamento Legal
Intimado para depor?	Comparecer sempre.	Art. 19, b



Diante do Juiz?	Declarar que está sob sigilo e calar sobre a intimidade.	Art. 19, b + Art. 20, a
O usuário autorizou falar?	Continua proibido de depor sobre o sigilo.	Art. 20, a
Convocado para perícia fora da sua área?	Recusar a nomeação.	Art. 20, b



A Resolução n.º 559, do CFESS, de 16/09/2009, dispõe sobre a atuação do(a) Assistente Social quando convocado(a) a prestar depoimento como testemunha, pela autoridade competente, inclusive na qualidade de perito(a) judicial ou assistente técnico(a).

Vejamos o que disciplina a resolução:

Art. 1º. O Assistente Social, na qualidade de **perito judicial ou assistente técnico**, sempre que for convocado a comparecer à audiência, por determinação ou solicitação do Juiz, Curador, Promotor de Justiça ou das partes **se restringirá a prestar esclarecimentos, formular sua avaliação, emitir suas conclusões sempre de natureza técnica, sendo vedado**, nestas circunstâncias, **prestar informações sobre fatos, principalmente em relação aqueles presenciados ou que tomou conhecimento em decorrência de seu exercício profissional**.

Art. 2º. O objeto da perícia deverá ser o mesmo para perito e assistente técnico, que deverão possuir a mesma habilitação profissional, na hipótese de se manifestarem sobre matéria de

Serviço Social, atribuição privativa do profissional habilitado nos termos das disposições do artigo 5º. da Lei 8.662/93.

*Art. 3º. Quando a perícia consistir apenas na **inquirição**, pelo juiz, do perito e do assistente técnico, por ocasião da audiência de instrução e julgamento, **o assistente social deverá se restringir a emitir sua opinião técnica a respeito do que houver avaliado.***

*Art. 4º. O **assistente técnico** mesmo sendo contratado por uma das partes, mesmo não estando sujeito a prestar compromisso ou a ser inquinado de suspeição e impedimento e funcionando como assessor da parte que o indicou, **está obrigado a cumprir todas as normas do Código de Ética** do Assistente Social, emitindo seu parecer de forma fundamentada, sendo vedado fazer declarações falaciosas ou infundadas.*

*Art. 5º. Quando intimado perante a autoridade competente a **prestar depoimento como testemunha**, qualquer profissional **assistente social deverá comparecer e declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional**, sendo **VEDADO depor na condição de testemunha.***



PRESTE MAIS
ATENÇÃO!

Atenção! Esta Resolução está com efeitos suspensos por decisão judicial:

Em abril de 2014, a Justiça Federal do Rio Grande do Sul, em ação civil pública do Estado do RS, declarou a nulidade da referida normativa do CFESS.

Conforme sentença prolatada pela Juíza Federal da 3a. Vara Federal da Seção Judiciária de Porto Alegre em 11 de abril de 2014, a resolução questionada ao vedar que o assistente social preste informações obtidas no exercício da profissão, quando ouvido como testemunha, perito ou assistente técnico, desbordou em muito do seu caráter meramente regulamentar criando vedação não estabelecida na lei processual civil ou penal.

Argumenta que a Lei 8662/93, que dispõe sobre a profissão do assistente social, nada refere acerca da oponibilidade do segredo profissional em juízo, do que se conclui que os assistentes sociais não estão incluídos nas exceções trazidas pelos dispositivos processuais que regulamentam a matéria, de forma que não podem se eximir de informar ou depor sobre fatos que tenham tomado conhecimento no exercício da profissão.



Em virtude da suspensão da Resolução 559/2009, o CFESS publicou a **Orientação Normativa nº 04/2020, de 28 de abril de 2020**, que “Dispõe sobre o sigilo profissional e a participação de assistente social como testemunha ou perito/a em processos que envolvam usuário/a”, para a categoria.

Confira a **Orientação Normativa n.º 04/2020**:



ORIENTAÇÃO NORMATIVA 04/2020 28 de abril de 2020. Dispõe sobre o sigilo profissional e a participação de assistente social como testemunha ou perito/a em processos que envolvam usuário/a.

ORIENTA

1. Os espaços sócio ocupacionais onde atuam os/as assistentes sociais devem garantir **condições adequadas para que o sigilo profissional possa ser garantido** aos/as usuários/as;
2. Nos casos em que esses espaços limitem esse direito, cabe aos/as assistentes sociais envidarem esforços para alterar essa situação, **primeiramente informando aos/às seus/suas empregadores/as** e, caso não tenham sucesso, **denunciando as situações junto aos Conselhos Regionais de Serviço Social ou às autoridades competentes**, conforme determina a Resolução Cfess nº 493/2006;
3. Nos **relatórios, pareceres, laudos e prontuários**, entre outros documentos de caráter técnico-profissionais, elaborados por assistentes sociais, **devem ser registradas, estritamente, informações que guardem relação com o objetivo do atendimento profissional**;
4. Os/as assistentes sociais que vierem a receber **intimação para depor na condição de testemunha ou perito/a em processos judiciais**, **devem proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade do/a usuário/a**;
5. O/A assistente social **convocado/a na condição de perito/a deverá emitir a sua opinião técnicoprofissional** acerca da situação e /ou da matéria sobre a qual foi solicitada a sua manifestação, **limitando-se a discorrer sobre os aspectos que foram considerados fundamentais na elaboração da referida opinião técnica**;
6. **O sigilo profissional é a regra. Sua quebra é exceção, devendo ser adotada somente quando puder contribuir ou evitar que aconteça uma situação grave, nociva e perigosa para a integridade física e psíquica do/a usuário/a ou de terceiros.** Nessas ocasiões o/a profissional deve restringir-se a prestar as informações necessárias para a solução da situação;
7. No caso de **trabalhos de natureza multi ou interdisciplinares** o/a assistente social deverá compartilhar com outros/as profissionais, **somente as informações que forem relevantes** para a prestação do serviço aos/as usuários/as, **resguardando o caráter sigiloso dos documentos/ comunicações** e se assegurando de que o sigilo também seja preservado pelas outras pessoas que, em decorrência do trabalho em equipe, venham a ter acesso aos mesmos;
8. Esse **cuidado deve ser redobrado**, quando essa **socialização de informações for realizada por meios eletrônicos ou pela internet**, tais como prontuários eletrônicos ou sistemas de cadastramento de dados para acesso a benefícios sociais, dentre outros.



9. As determinações institucionais que estejam em desacordo com a legislação profissional (Lei de Regulamentação, Código de Ética e Resoluções) devem ser informadas aos Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress) em suas jurisdições.



(CESPE/CEBRASPE - 2024) Com base no Código de Ética do Assistente Social de 1993, julgue o item subsequente.

Quando for convocado na qualidade de perito, o assistente social deve apresentar à justiça todas as informações que tiver, como diários de campo, relatórios internos e(ou) diagnósticos socioeconômicos, sempre que o juiz requisitar.

() Certo () Errado

Comentário:

O item está **incorreto**. O assistente social tem o dever de se apresentar quando convocado pela justiça para atuar como perito, emitindo laudos pertinentes à sua área de competência. É crucial que, ao fazê-lo, respeite os limites da competência profissional e não viole os princípios éticos estabelecidos pelo Código de Ética do Assistente Social.

Conforme o Código de Ética do Assistente Social de 1993, o assistente social, quando convocado como perito, deve manter sigilo profissional e apresentar apenas as informações estritamente necessárias para o caso em questão, respeitando a confidencialidade dos dados pessoais e sigilosos que possui.

A quebra do sigilo somente deve ocorrer em situações previstas pela legislação, tais como: quando há risco iminente de dano grave ao usuário ou a terceiros, como em casos de violência ou abuso; quando o sigilo prejudica a defesa de direitos e interesses legítimos do próprio usuário.

Assim, a exigência de apresentar "todas as informações que tiver" está em desacordo com o princípio do sigilo profissional.

Gabarito: Errado.

(Instituto ACCESS - 2024) O Código de Ética de 1993, em seu capítulo V, trata da questão do Sigilo Profissional, que consiste na obrigação da(o) Assistente Social de não divulgar, fatos, relatados pelo usuário ou beneficiário, ou constantes de documentos, relativos à sua privacidade ou de terceiros e que somente são por ele conhecidos em consequência do exercício profissional (Simões, 2008). Sua violação se constitui infração ética e crime contra a liberdade individual (art.325 do Código Penal). Acerca desse assunto, analise as assertivas abaixo:

I. Constitui direito do Assistente Social manter o sigilo profissional.

II. Constitui dever do Assistente Social manter o sigilo profissional.



III. É vedado ao Assistente Social revelar o sigilo profissional.

IV. A quebra do sigilo profissional só é admissível quando o Assistente Social for convocado pela Justiça.

V. É dever do Assistente Social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário, de que tenha conhecimento no exercício profissional, quando autorizado.

É correto o que se afirma em

- A) I e III, somente.
- B) I, II e III, somente.
- C) II e IV, somente.
- D) em todas.

Comentário:

A alternativa **A** é a correta. As assertivas I e III estão corretas.

I. Constitui direito do Assistente Social manter o sigilo profissional. - **Isso está correto.** O sigilo profissional é um direito do assistente social, pois protege a privacidade e a dignidade do usuário.

III. É vedado ao Assistente Social revelar o sigilo profissional. - **Isso também está correto.** O assistente social tem o dever ético de manter o sigilo profissional e não pode revelar informações que tome conhecimento no exercício profissional.

As outras assertivas não estão corretas no contexto do Código de Ética de 1993:

II. Constitui dever do Assistente Social manter o sigilo profissional. **Errado.** Manter o sigilo profissional é tido como um direito e **não dever**.

IV. A quebra do sigilo profissional só é admissível quando o assistente social for convocado pela Justiça. **Errado.** A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

V. É dever do Assistente Social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário, de que tenha conhecimento no exercício profissional, quando autorizado. **Errado.** É vedado depor como testemunha sobre situação sigilosa do/a usuário/a de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.

Gabarito: A.

DA OBSERVÂNCIA, PENALIDADES, APLICAÇÃO E CUMPRIMENTO DESTE CÓDIGO

Art. 21 São deveres do/a assistente social:

a- cumprir e fazer cumprir este Código;

b- denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social, através de comunicação fundamentada, qualquer forma de exercício irregular da Profissão, infrações a princípios e diretrizes deste Código e da legislação profissional;



c- informar, esclarecer e orientar os/as estudantes, na docência ou supervisão, quanto aos princípios e normas contidas neste Código.

Estes deveres reforçam que o Assistente Social é o primeiro fiscal da sua própria profissão. **Não basta o profissional ser ético individualmente**; ele **deve zelar para que o ambiente de trabalho e os colegas também respeitem as normas**. É o dever de vigilância sobre a identidade profissional.

A denúncia ao CRESS não é ser um "dedo-duro", mas um ato de proteção à sociedade e à profissão. Importante notar que **a denúncia deve ser fundamentada**. O exercício irregular (leigos atuando como assistentes sociais) é uma das denúncias mais comuns e necessárias.

Já o dever de **informar, esclarecer e orientar os/as estudantes** vincula a ética ao processo de formação. O professor ou supervisor que negligencia o debate ético com o estagiário está descumprindo um dever profissional.

INFRAÇÕES DISCIPLINARES

Art. 22 *Constituem infrações disciplinares:*

- a- exercer a Profissão quando impedido/a de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício ao/às não inscritos/as ou impedidos/as;*
- b- não cumprir, no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou autoridade dos Conselhos, em matéria destes, depois de regularmente notificado/a;*
- c- deixar de pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado/a;*
- d- participar de instituição que, tendo por objeto o Serviço Social, não esteja inscrita no Conselho Regional;*
- e- fazer ou apresentar declaração, documento falso ou adulterado, perante o Conselho Regional ou Federal.*



Sobre a alínea "c", houve uma discussão se o **não pagamento da anuidade** deveria ser tratado apenas como uma dívida tributária (cobrada via justiça) ou se poderia ser considerado uma **infração ética** (passível de punição pelo CRESS, como suspensão do registro).



A Resolução CFESS nº 970, de 25 de maio de 2021 manteve a caracterização da infração disciplinar, prevendo também, em seu art. 4º, a **suspensão dos trâmites dos processos** que apurem a infração disciplinar prevista pela alínea “c” do artigo 22 e, conseqüentemente, a aplicação de qualquer penalidade, até que seja promovida a ampla e democrática discussão nacional, no fórum máximo de deliberação da categoria.

Portanto, "deixar de pagar regularmente as anuidades" **continua sendo uma infração disciplinar** no texto do Código de Ética.

Porém há **suspensão de penalidades**: Embora seja uma infração, o CFESS determinou que nenhum processo por esse motivo pode resultar em punição (como cassação ou suspensão) por enquanto. Os processos ficam "congelados" (suspensos) até que a categoria decida o destino final desse artigo em um Encontro Nacional.



A banca pode tentar confundir você dizendo que o não pagamento "deixou de ser infração". **Cuidado**: Ele ainda **é infração** (conforme a literalidade do Art. 22), mas a **aplicação da pena está suspensa**.



(Avança SP - 2026 - Prefeitura de Cabreúva - SP - Assistente Social) Constituem infrações disciplinares ao Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, EXCETO:

- A) Exercer a Profissão quando impedido/a de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos/as não inscritos/as ou impedidos/as.
- B) Deixar de pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado/a.
- C) Informar, esclarecer e orientar os/as estudantes, na docência ou supervisão, quanto aos princípios e normas contidas neste Código.
- D) Participar de instituição que, tendo por objeto o Serviço Social, não esteja inscrita no Conselho Regional.
- E) Fazer ou apresentar declaração, documento falso ou adulterado, perante o Conselho Regional ou Federal.

Comentário:

O enunciado pede a alternativa que **NÃO** é uma infração (EXCETO).

A) Incorreto. Cópia exatamente a alínea "a" do Art. 22. Facilitar o exercício da profissão para quem não é formado ou está com o registro suspenso é uma **infração disciplinar**.



B) Incorreto. Conforme a alínea "c" do Art. 22, o pagamento das anuidades é uma obrigação legal. O inadimplemento injustificado é considerado infração disciplinar.

C) Correto. Esta alternativa descreve um **dever** do assistente social (Art. 21) ligado à área da docência e supervisão e um compromisso com a formação profissional. Informar e orientar sobre a ética é uma conduta positiva e esperada, e não algo passível de punição.

D) Incorreto. Reflete a alínea "d" do Art. 22. Toda instituição que presta serviços de Serviço Social deve estar registrada no CRESS para que haja fiscalização do exercício profissional.

E) Incorreto. Reflete a alínea "e" do Art. 22. A falsidade ideológica ou documental perante o conjunto CFESS/CRESS é uma infração que fere a fé pública e a idoneidade do profissional.

Gabarito: C.

DAS PENALIDADES

Art. 23 As infrações a este Código acarretarão penalidades, desde a multa à cassação do exercício profissional, na forma dos dispositivos legais e/ou regimentais.

Art. 24 As penalidades aplicáveis são as seguintes:

a- multa;

b- advertência reservada;

c- advertência pública;

d- suspensão do exercício profissional;

e- cassação do registro profissional.

Parágrafo único. Serão eliminados/as dos quadros dos CRESS aqueles/as que fizerem falsa prova dos requisitos exigidos nos Conselhos.

Art. 25 A pena de suspensão acarreta ao/à assistente social a interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de 30 (trinta) dias a 2 (dois) anos.



~~Parágrafo único—A suspensão por falta de pagamento de anuidades e taxas só cessará com a satisfação do débito, podendo ser cassada a inscrição profissional após decorridos três anos da suspensão.~~³

Art. 26 Serão considerados na aplicação das penas os antecedentes profissionais do/a infrator/a e as circunstâncias em que ocorreu a infração.

Art. 27 Salvo nos casos de gravidade manifesta, que exigem aplicação de penalidades mais rigorosas, a imposição das penas obedecerá à gradação estabelecida pelo artigo 24.



**DICA DE
MEMORIZAÇÃO**

Segue um mnemônico para facilitar a memorização das
penalidades:

MU - AD.RE - AD.PU - SUS - CASSA



ISSO É MUITO

IMPORTANTE

A Resolução CFESS nº 954/2020 **extinguiu a penalidade de suspensão do exercício profissional por débito**, revogando o **parágrafo único do artigo 25** do Código de Ética. Antes dessa revogação, a suspensão por falta de pagamento só cessava com a quitação do débito, podendo levar à **cassação da inscrição profissional após três anos de inadimplência**. Com a revogação, essa penalidade deixou de existir, garantindo que o não pagamento das anuidades não resulte na suspensão do exercício profissional.



**VEJA COMO
CAI NA PROVA**



³ A Resolução CFESS nº 954 de 2020 extinguiu a penalidade de “suspensão do exercício profissional por débito”, revogando o parágrafo único do artigo 25 do Código de Ética do Assistente Social.



(CESPE / CEBRASPE - 2025 - PC-DF) Maria é assistente social regularmente inscrita no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e exerce, na instituição em que trabalha, o cargo de chefia do setor de serviço social, onde atuam outras duas assistentes sociais e alguns estagiários. Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item seguinte, com base no Código de Ética do(a) Assistente Social (1993).

Caso deixe de efetuar o pagamento da anuidade devida ao CRESS, Maria incorrerá na prática de infração disciplinar, ficando sujeita à pena de multa e à interdição do exercício profissional pelo prazo de 4 anos.

() Certo () Errado

Comentário:

A afirmação está **errada**. Embora o **Código de Ética do Assistente Social** estabeleça que o não pagamento da anuidade ao **Conselho Regional de Serviço Social (CRESS)** constitui uma **infração disciplinar**, a penalidade de **interdição do exercício profissional pelo prazo de 4 anos** não está prevista na legislação vigente.

A **Resolução CFESS nº 970/2021** restabeleceu a infração disciplinar relacionada ao não pagamento da anuidade, mas suspendeu a aplicação de penalidades até que ocorra uma ampla discussão nacional no **Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Além disso, a **Resolução CFESS nº 954/2020** extinguiu a penalidade de **suspensão do exercício profissional por débito**, revogando o parágrafo único do artigo 25 do Código de Ética. Dessa forma, o não pagamento da anuidade **não resulta automaticamente na interdição do exercício profissional**.

Gabarito: Errado.



O art. 28 trata das **penalidades** que são consideradas **especialmente graves**. São elas:

Entre as **violações especialmente graves**, estão:

- **Artigo 3º, alínea c:** Proibição de práticas que caracterizem censura, cerceamento da liberdade e policiamento de comportamentos.
- **Artigo 4º, alíneas a, b, c, g, i, j:** Vedação a transgressões éticas, convivência com crimes, acatamento de determinações institucionais antiéticas, adulteração de resultados e falsificação de declarações.
- **Artigo 5º, alíneas b, f:** Garantia da plena informação aos usuários e fornecimento de informações sobre o trabalho desenvolvido.
- **Artigo 6º, alíneas a, b, c:** Proibição de limitar a participação dos usuários, obter vantagens pessoais e bloquear o acesso aos serviços.
- **Artigo 8º, alínea b:** Obrigação de denunciar falhas institucionais que ferem os princípios do Código de Ética.
- **Artigo 9º, alíneas a, b, c:** Vedação ao uso indevido do nome e registro profissional, tráfico de influência e uso de recursos institucionais para fins políticos ou eleitorais.
- **Artigo 11, alíneas b, c, d:** Proibição de abuso de autoridade, convivência com falhas éticas e prejuízo deliberado ao trabalho de outros profissionais.



- **Artigo 13, alínea b:** Obriga o assistente social a denunciar casos de violação da lei e dos direitos humanos, como corrupção, maus-tratos, tortura, discriminação e abuso de autoridade.
- **Artigo 14:** Proíbe o profissional de se valer de sua posição em entidades da categoria para obter vantagens pessoais.
- **Artigo 16:** Estabelece que o sigilo profissional protege o usuário em tudo aquilo que o assistente social tome conhecimento no exercício da profissão.
- **Artigo 17:** Proíbe a revelação do sigilo profissional.
- **Parágrafo único do Artigo 18:** Permite a quebra do sigilo apenas em situações de extrema gravidade que possam prejudicar os interesses do usuário, de terceiros ou da coletividade.
- **Artigo 19, alínea b:** Determina que o assistente social deve denunciar irregularidades institucionais que comprometam os princípios éticos da profissão.
- **Artigo 20, alíneas a e b:** Proíbe o profissional de utilizar sua posição para obter vantagens indevidas e de praticar atos que comprometam a ética e a dignidade da profissão.

Parágrafo único As demais violações não previstas no “caput”, uma vez consideradas graves, autorizarão aplicação de penalidades mais severas, em conformidade com o artigo 26.



(CESPE / CEBRASPE - 2025 - PC-DF) Maria é assistente social regularmente inscrita no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e exerce, na instituição em que trabalha, o cargo de chefia do setor de serviço social, onde atuam outras duas assistentes sociais e alguns estagiários. Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item seguinte, com base no Código de Ética do(a) Assistente Social (1993).

Se Maria usar o seu cargo de liderança de forma discriminatória e praticar abusos de autoridade, ela está cometendo uma violação considerada especialmente grave, segundo o referido código de ética.

() Certo () Errado

Comentário:

A afirmativa está **correta**. De acordo com o Código de Ética do Assistente Social (1993), o **uso do cargo de liderança para práticas discriminatórias e abusos de autoridade** constitui uma **violação especialmente grave**, conforme dispõe em seu art. 28:

Art. 28 - Para efeito da fixação da pena serão considerados especialmente graves as violações que digam respeito às seguintes disposições:



artigo 3º - alínea c; artigo 4º - alínea a, b, c, g, i, j; artigo 5º - alínea b, f; artigo 6º - alínea a, b, c; artigo 8º - alínea b; e artigo 9º - alínea a, b, c; artigo 11 - alínea b, c, d; artigo 13 - alínea b; artigo 14; artigo 16; artigo 17; Parágrafo único do artigo 18; artigo 19 - alínea b; artigo 20 - alínea a, b.

O artigo 11 - alínea b traz a seguinte redação:

b- prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade;

Gabarito: Certo.



O Artigo 29 do Código de Ética do Assistente Social estabelece diferentes formas de penalização para infrações éticas cometidas por profissionais da área. A **advertência reservada** é uma sanção **confidencial**, aplicada em casos menos graves, garantindo que a punição ocorra sem exposição pública. No entanto, há **exceções** previstas no Artigo 33, que podem modificar essa confidencialidade.

Em situações específicas, essa penalidade **pode deixar de ser sigilosa** e ser **divulgada publicamente**. O Código de Ética estabelece que, caso o profissional penalizado **não seja encontrado** ou **não compareça após duas convocações** dentro do prazo fixado para receber a penalidade, a advertência **deixará de ser reservada e será tornada pública**.

Por outro lado, **penalidades mais severas**, como **advertência pública, suspensão e cassação do exercício profissional**, devem ser amplamente divulgadas. Essas sanções são **publicadas no Diário Oficial** e em **outro órgão da imprensa**, além de serem **afixadas na sede do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS)** onde o profissional está inscrito e na **Delegacia Seccional do CRESS** da jurisdição de seu domicílio. Essa divulgação tem o objetivo de **garantir transparência**, informar a sociedade e proteger os usuários dos serviços.

Vejamos o que diz o **Código de Ética**:

Art. 29 A advertência reservada, ressalvada a hipótese prevista no artigo 33 será confidencial, sendo que a advertência pública, suspensão e a cassação do exercício profissional serão efetivadas através de publicação em Diário Oficial e em outro órgão da imprensa, e afixado na sede do Conselho Regional onde estiver inserido/a o/a denunciado/a e na Delegacia Seccional do CRESS da jurisdição de seu domicílio.

Art. 30 Cumpra ao Conselho Regional a execução das decisões proferidas nos processos disciplinares.

Art. 31 Da imposição de qualquer penalidade caberá recurso com efeito suspensivo ao CFESS.



Art. 32 A punibilidade do assistente social, por falta sujeita a processo ético e disciplinar, prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da verificação do fato respectivo.

Art. 33 Na execução da pena de advertência reservada, não sendo encontrado o/a penalizado/a ou se este/a, após duas convocações, não comparecer no prazo fixado para receber a penalidade, será ela tornada pública.

§1º A pena de multa, ainda que o/a penalizado/a compareça para tomar conhecimento da decisão, será publicada nos termos do artigo 29 deste Código, se não for devidamente quitada no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da cobrança judicial.

§ 2º Em caso de cassação do exercício profissional, além dos editais e das comunicações feitas às autoridades competentes interessadas no assunto, proceder-se-á a apreensão da Carteira e Cédula de Identidade Profissional do/a infrator/a.

Art. 34 A pena de multa variará entre o mínimo correspondente ao valor de uma anuidade e o máximo do seu décuplo.

Art. 35 As dúvidas na observância deste Código e os casos omissos serão resolvidos pelos Conselhos Regionais de Serviço Social “ad referendum” do Conselho Federal de Serviço Social, a quem cabe firmar jurisprudência.

Art. 36 O presente Código entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogando-se as disposições em contrário.



ATENÇÃO DECORE!

Decisões nos processos disciplinares: Conselho Regional.

Suspensão (interdição do exercício profissional): de 30 dias a 2 anos.

Prescrição: 5 anos, contado da verificação do fato.

Multa: valor de uma anuidade até o seu décuplo.

Você precisa ficar atento(a) também às **penalidades** previstas no Código de Ética, pois é um assunto que está sempre aparecendo nas provas!





ENTENDA A

DIFERENÇA

Perceba que há **diferenças** nas penalidades previstas no **Código de ética** e na **Lei de Regulamentação da Profissão**:

Código de Ética Profissional	Lei de Regulamentação da Profissão
• multa: mínimo 1 anuidade; máximo 10 anuidades • advertência reservada • advertência pública • suspensão: 30 dias a 2 anos • cassação do registro profissional	• multa: 1 a 5 x o valor da anuidade • suspensão: 1 a 2 anos • cancelamento definitivo do registro



QUESTÃO DE PROVA:

(CESPE/CEBRASPE - 2023) São penalidades previstas no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social, além de multa,

- A) cassação do registro do profissional, advertência pública e advertência reservada.
- B) advertência reservada, cassação do exercício profissional e suspensão do CPF.
- C) suspensão do registro do profissional, advertência pública e cassação do CPF.
- D) advertência pública em Assembleia Geral da Categoria no âmbito dos Conselhos Regionais de Serviço Social e suspensão do exercício profissional.

Comentário:

São penalidades previstas no Código de Ética Profissional de 1993: multa; advertência reservada; advertência pública; suspensão do exercício profissional; e cassação do registro profissional.

Mnemônico para recordar: **MU - AD.RE - AD.PU - SUS - CASSA**

Gabarito: A.



(CESPE / CEBRASPE - 2025 - PC-DF) Maria é assistente social regularmente inscrita no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e exerce, na instituição em que trabalha, o cargo de chefia do setor de serviço social, onde atuam outras duas assistentes sociais e alguns estagiários. Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item seguinte, com base no Código de Ética do(a) Assistente Social (1993).

Se o CRESS impuser a Maria uma advertência pública, suspensão ou cassação da sua profissão, essa medida deverá ser obrigatoriamente efetivada por meio de publicação em diário oficial, não podendo ser afixada na sede do CRESS onde Maria esteja inscrita.

() Certo () Errado

Comentário:

A afirmação está **errada**. De acordo com o **art. 29 do Código de Ética do Assistente Social (1993)**, as penalidades de **advertência pública, suspensão e cassação do exercício profissional** devem ser **publicadas no Diário Oficial** e em outro órgão da imprensa. Além disso, essas sanções também devem ser afixadas na sede do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) onde o profissional está inscrito e na **Delegacia Seccional do CRESS** da jurisdição de seu domicílio.

Gabarito: Errado.

Considerações Finais

Parabéns! Chegamos ao final de mais uma aula!

Agora é hora de treinar e ficar craque na resolução de questões sobre o tema abordado nesta aula! Recomendo que tente resolver a lista de questões e só depois acesse as questões comentadas que disponibilizarei a seguir! E aproveite o resumo para revisar sempre o conteúdo da aula!

Bons estudos!

Profa. Nilza Ciciliati



RESUMO – CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL

○ BREVE HISTÓRICO DOS CÓDIGOS DE ÉTICA DA PROFISSÃO

- **Código de Ética de 1947:** extremamente doutrinário e subordinado aos dogmas religiosos;
- **Código de Ética de 1965:** revelou alguns traços de renovação profissional no contexto da modernização conservadora; introduziu alguns valores liberais, sem romper com o neotomismo e o funcionalismo.
- **Código de Ética de 1975:** suprimiu as referências democrático-liberais do Código anterior, no contexto de reatualização do conservadorismo profissional.
- **Código de Ética de 1986:** construído coletivamente pela categoria, descaracterizou a tendência legalista do Código anterior e se articulou a um projeto de sociedade, politizando sua natureza, com comprometimento com a classe trabalhadora, superando valores ahistóricos e rompendo com o conservadorismo

👉 Conquistas efetivadas no CE de 86:

- ✓ Rompimento com a pretensa perspectiva "imparcial" dos códigos anteriores;
 - ✓ Desvelamento do caráter político da intervenção ética;
 - ✓ Explicitação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de pessoa humana;
 - ✓ Negação de valores a-históricos;
 - ✓ Recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído;
- **Código de Ética de 1993:** com base na teoria social de Marx, reafirmou seus valores fundantes - a **liberdade e a justiça social**; a **democracia** é tomada como valor ético-político central.

Liberdade

- como **valor ético central**

Democracia

- como **valor ético-político central**

Liberdade e a justiça social

- como **valores fundantes**

Emancipação

- como **valor central de caráter humano-genérico**



PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL	
I.	Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais ;
II.	Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo ;
III.	Ampliação e consolidação da cidadania , considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
IV.	Defesa do aprofundamento da democracia , enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
V.	Posicionamento em favor da equidade e justiça social , que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
VI.	Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito , incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
VII.	Garantia do pluralismo , através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
VIII.	Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária , sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
IX.	Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
X.	Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
XI.	Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar , por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

➤ **Competências do CFESS e CRESS:**

- CFESS - funciona como Tribunal Superior de Ética Profissional;
- CRESS - Funciona como órgão julgador de primeira instância;

➤ **Direitos, deveres e vedações:**

- Os direitos são garantias para que o assistente social exerça suas atribuições e competências!
- Já os deveres são obrigações que precisam ser cumpridas no exercício profissional!



- As vedações são ações não permitidas no exercício profissional!

↳ **Sigilo profissional:**

- Sigilo profissional **é um direito** e não um dever.
- **Quebra de sigilo:** situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade. → Só o estritamente necessário.

↳ **Perito ou testemunha:**

- Quando convocado, deverá apresentar as conclusões, sem extrapolar sua competência profissional.
- **Quando intimado a prestar depoimento:** declarar que está obrigado/a a guardar sigilo profissional.
- **É vedado depor como testemunha sobre situação sigilosa** do/a usuário/a de que tenha conhecimento no exercício profissional, **mesmo quando autorizado**.

↳ **Penalidades:**

- ✓ **MU - AD.RE - AD.PU - SUS - CASSA**

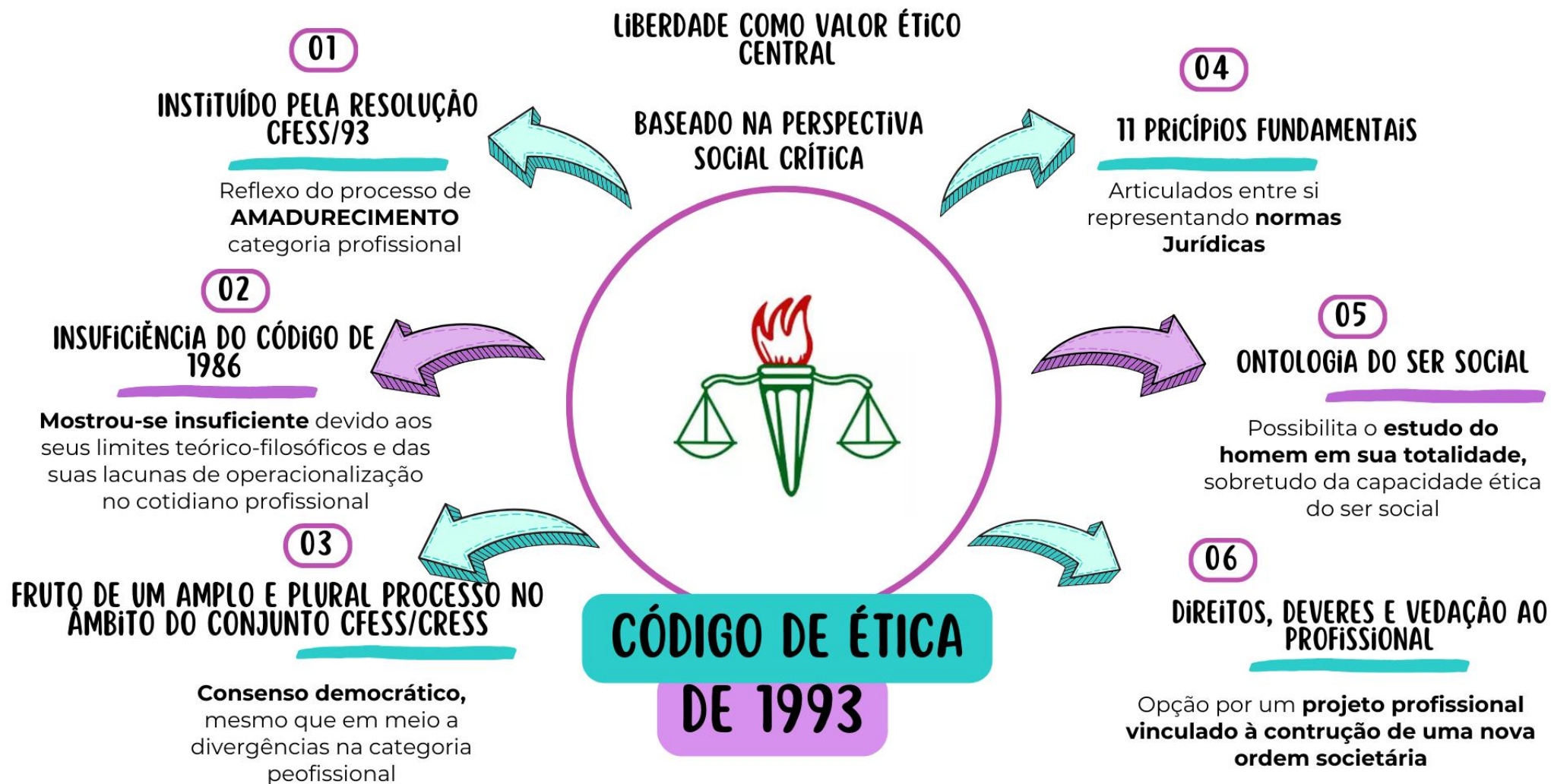
MUIta
AD. REservada
AD. PUBlica
SUSpensão
CASSAção

- ✓ **Decisões nos processos disciplinares:** **Conselho Regional**.
- ✓ **Suspensão** (interdição do exercício profissional): **de 30 dias a 2 anos**.
- ✓ **Prescrição:** **5 anos**, contado da verificação do fato.
- ✓ **Multa:** valor de **uma anuidade até o seu décuplo**.

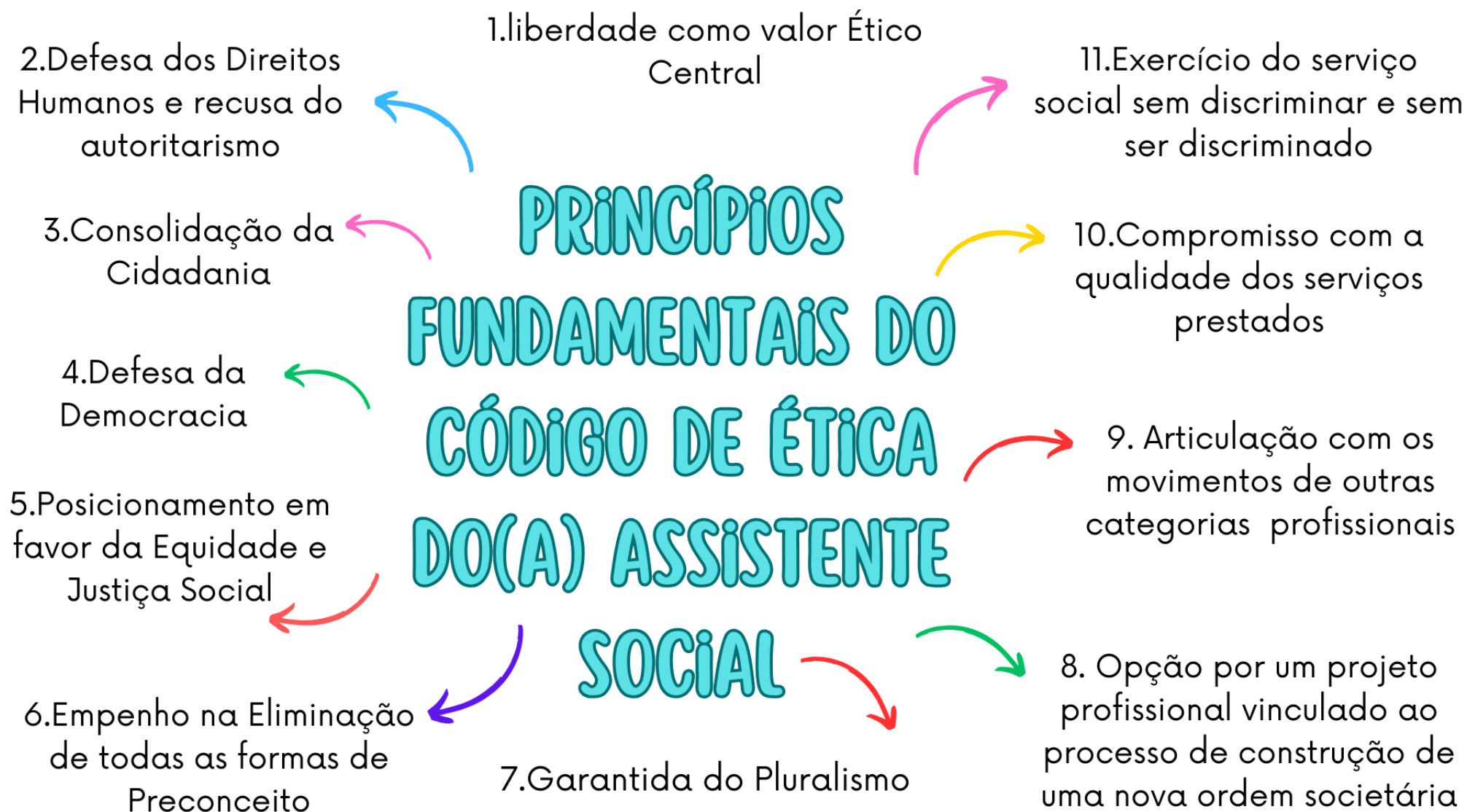
Código de Ética Profissional	Lei de Regulamentação da Profissão
• multa: mínimo 1 anuidade; máximo 10 anuidades • advertência reservada • advertência pública • suspensão: 30 dias a 2 anos • cassação do registro profissional	• multa: 1 a 5 x o valor da anuidade • suspensão: 1 a 2 anos • cancelamento definitivo do registro



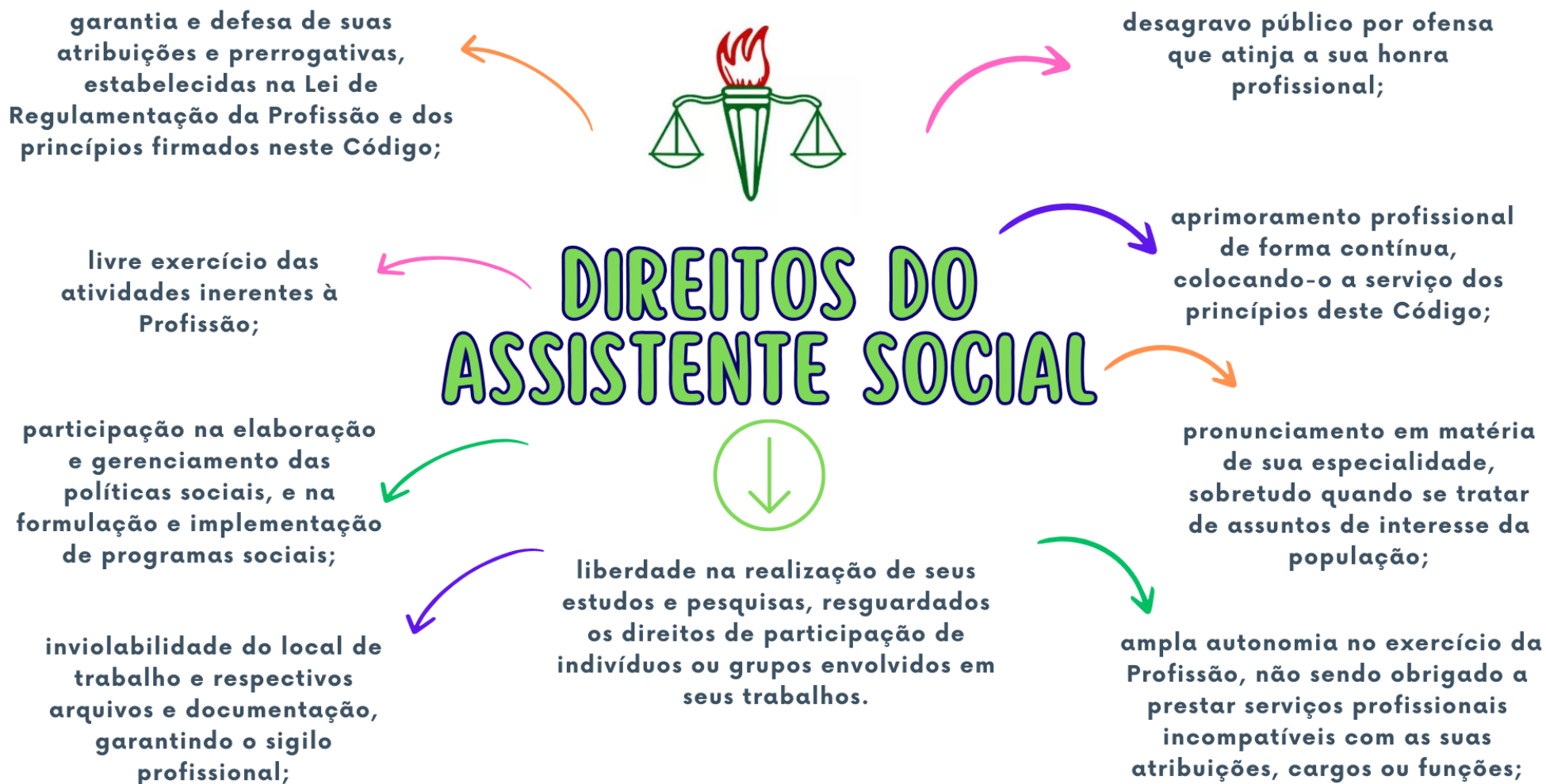
MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL



MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL



MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL



MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL

desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;

abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;



DEVERES DO ASSISTENTE SOCIAL

utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;

participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL

Transgredir preceito deste Código e da Lei de Regulamentação da Profissão, bem como praticar ou ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais.



Acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste Código.

Assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado pessoal e tecnicamente.



VEDAÇÕES AO/À ASSISTENTE SOCIAL (Art. 4º)

Pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função ocupado por colega.



Substituir profissional exonerado por defender a ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração.



Adulterar resultados e fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos, e assinar/publicar trabalhos de terceiros em seu nome ou de outrem.

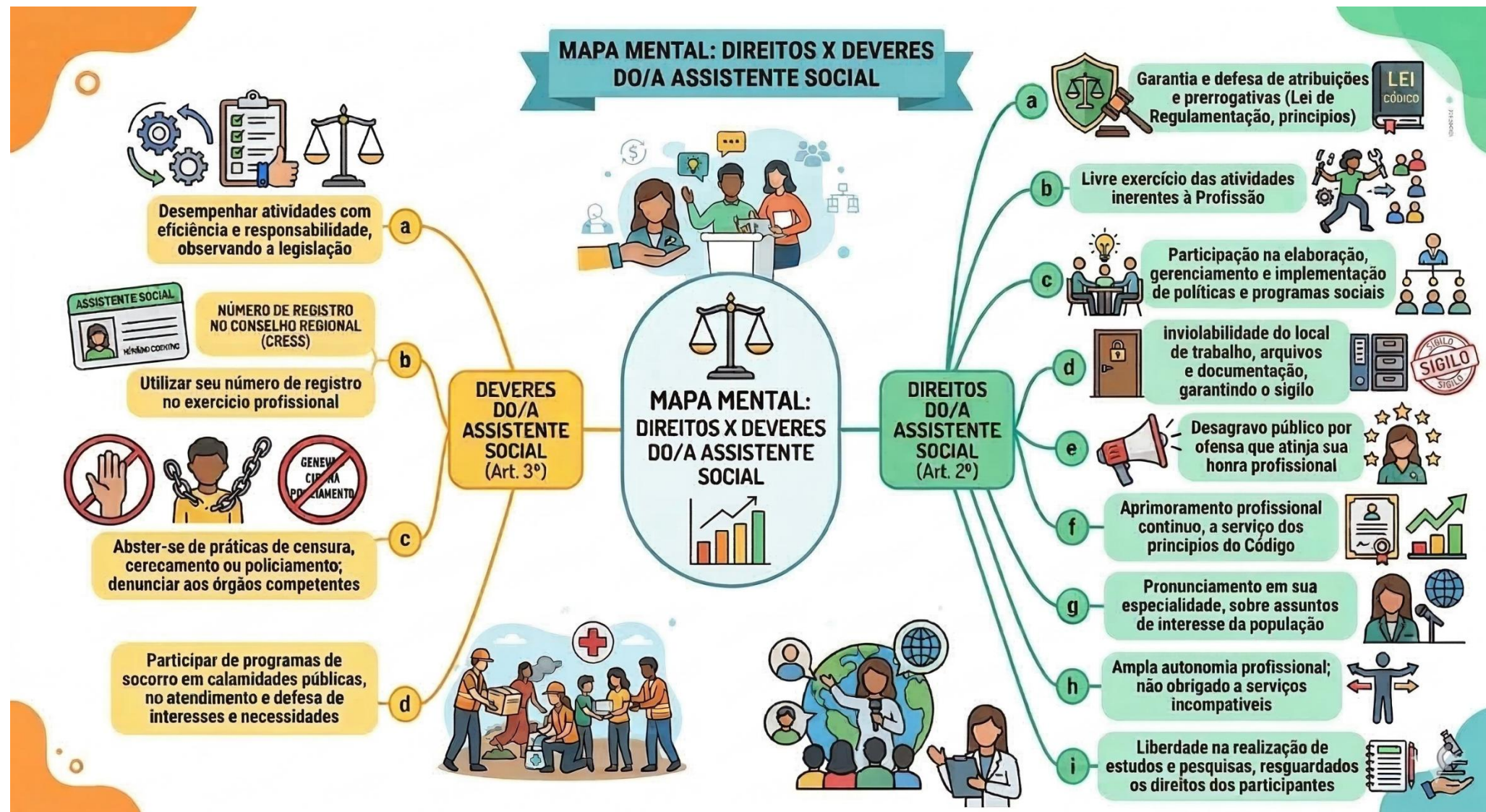


Compactuar com o exercício ilegal da Profissão, inclusive nos casos de estagiários substituindo profissionais.



Permitir ou exercer supervisão de aluno de Serviço Social em instituições sem assistente social supervisor direto.

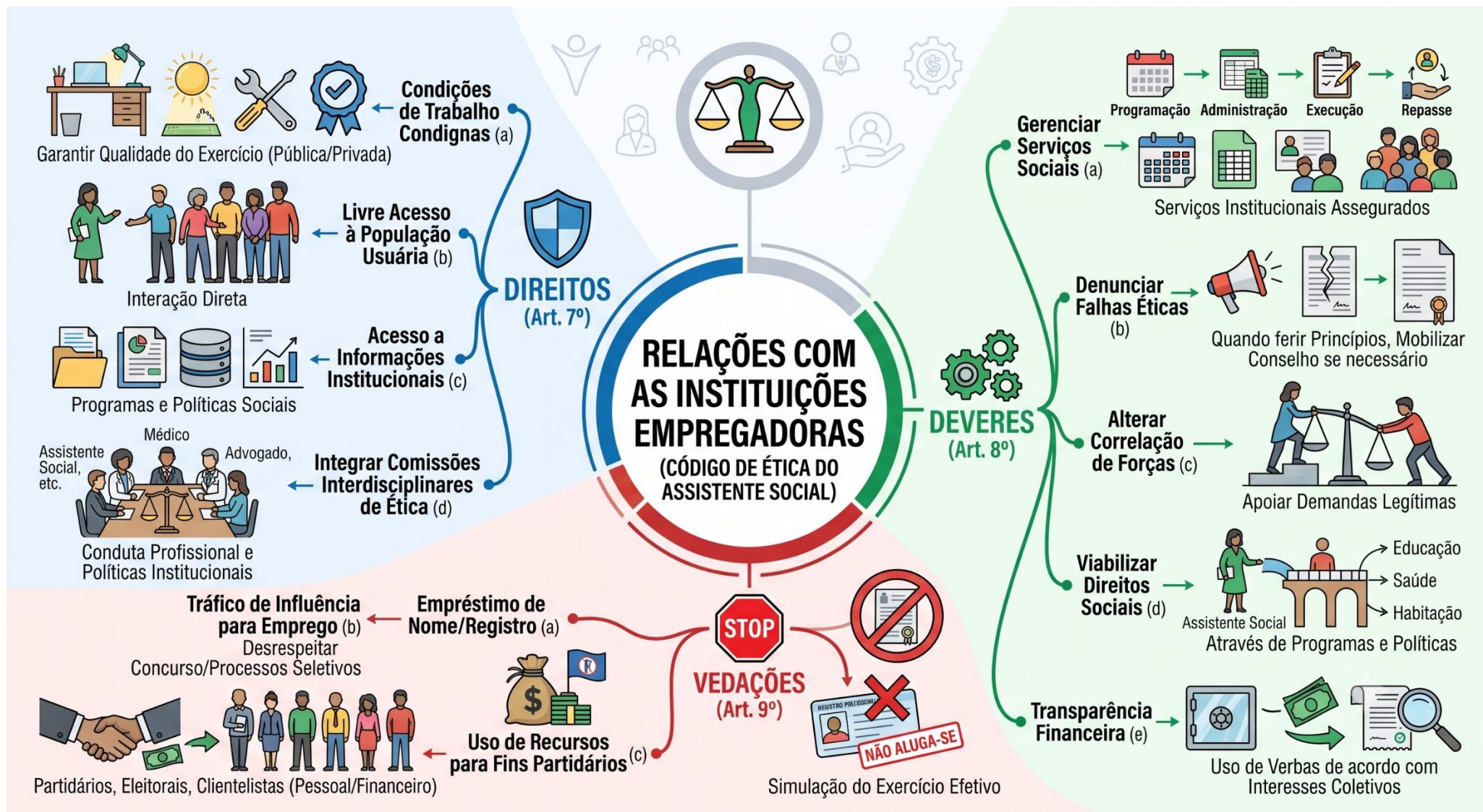
MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL



MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL



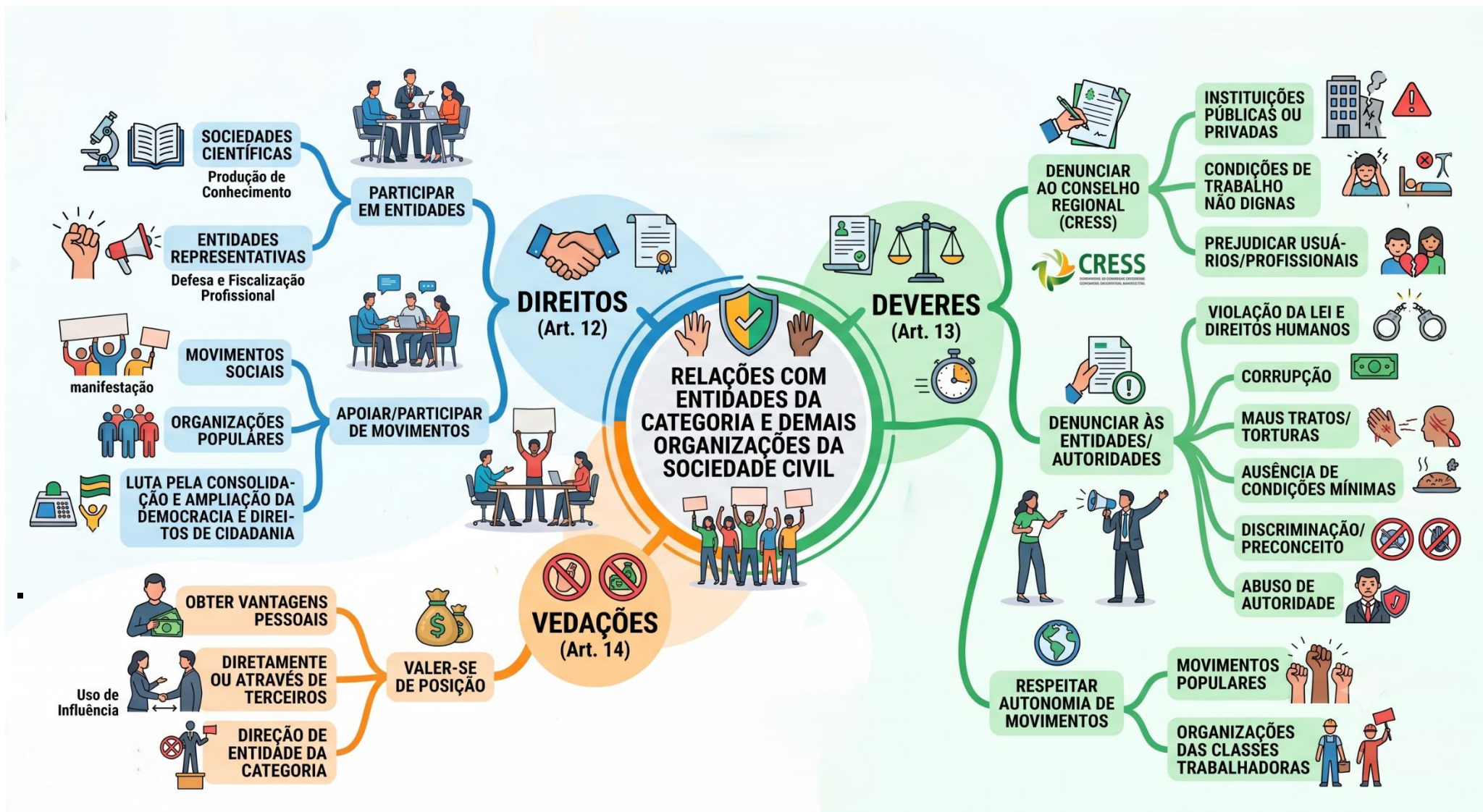
MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL



MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL



MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL



MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL



MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL



MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL

INFRAÇÕES DISCIPLINARES

exercer a Profissão quando impedido/a de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício ao/às não inscritos/as ou impedidos/as;

não cumprir, no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou autoridade dos Conselhos, em matéria destes, depois de regularmente notificado/a;

deixar de pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado/a;

participar de instituição que, tendo por objeto o Serviço Social, não esteja inscrita no Conselho Regional;

fazer ou apresentar declaração, documento falso ou adulterado, perante o Conselho Regional ou Federal.

PENALIDADES

multa;

advertência reservada;

advertência pública;

suspensão do exercício profissional **PELO PRAZO DE 30 DIAS A 2 ANOS**

cassação do registro profissional.

A punibilidade do assistente social, por falta sujeita a processo ético e disciplinar, prescreve em 5 anos, contados da data da verificação do fato respectivo.

MAPAS MENTAIS – CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL



LISTA DE QUESTÕES – CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL - MULTIBANCAS

1. (Instituto Fênix - 2026 - Prefeitura de Cerro Negro - SC - Assistente Social) O Código de Ética do Assistente Social reconhece a liberdade como valor ético central, entendida como:

- A) valor histórico construído nas relações sociais.
- B) princípio restrito à esfera privada do indivíduo.
- C) possibilidade de escolha sem mediação institucional.
- D) autonomia profissional desvinculada de responsabilidade social.
- E) direito individual absoluto, independentemente das relações sociais.

2. (Instituto Fênix - 2026 - Prefeitura de Cerro Negro - SC - Assistente Social) Entre os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Assistente Social, está o compromisso com:

- A) a neutralidade técnica no exercício profissional.
- B) a defesa intransigente dos direitos humanos.
- C) a obediência irrestrita às normas institucionais.
- D) a prioridade da eficiência administrativa.
- E) a atuação restrita às políticas públicas estatais.

3. (Instituto Fênix - 2026 - Prefeitura de Cerro Negro - SC - Assistente) Na relação com os usuários, o Código de Ética orienta que o Assistente Social deve:

- A) reconhecer os usuários como sujeitos de direitos.
- B) priorizar critérios técnicos em detrimento das demandas sociais.
- C) adotar postura assistencialista para garantir resultados imediatos.
- D) limitar a participação dos usuários nos processos decisórios.
- E) condicionar o atendimento ao cumprimento de normas institucionais.



4. (AMAUC - 2026 - Prefeitura de Irani - SC - Assistente Social) O Código de Ética Profissional do Assistente Social estabelece os princípios fundamentais que norteiam a prática profissional, rompendo com o conservadorismo e afirmando um projeto profissional vinculado às classes trabalhadoras. Assim, analise as afirmativas a seguir.

I. O reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

II. A defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.

III. O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

Assinale a alternativa que apresenta somente as proposições CORRETAS:

A) I, II e III.

B) I e II.

C) II e III.

D) Apenas II.

E) I e III.

5. (FEPESE - 2026 - Prefeitura de Campos Novos - SC - Assistente Social) De acordo com a Resolução CFESS nº 273/1993, constitui diretriz ético-política da profissão:

A) O compromisso com a qualidade dos serviços prestados, fundamentado em conhecimento técnico, rigor teórico e postura crítica.

B) A execução de ações orientadas majoritariamente pela disponibilidade orçamentária.

C) A adoção de práticas sigilosas exclusivas, sem compartilhamento de informações entre equipes.

D) A priorização de procedimentos burocráticos em detrimento da intervenção social.

E) A submissão automática às determinações institucionais, independentemente de seu alinhamento ético.



6. (FEPESE - 2026 - Prefeitura de Campos Novos - SC - Assistente Social) O Código de Ética do Assistente Social de 1993 estabelece como princípio fundamental para o exercício profissional:

- A) A neutralidade política frente às desigualdades sociais e aos conflitos coletivos.
- B) A priorização de interesses institucionais acima das demandas dos usuários.
- C) A centralização das decisões técnicas exclusivamente no órgão gestor municipal.
- D) A adoção de práticas assistencialistas para garantir respostas rápidas às situações de vulnerabilidade.
- E) A defesa intransigente dos direitos humanos, comprometida com a liberdade, a justiça social e a equidade.

7. (Avança SP - 2026 - Prefeitura de Cabreúva - SP - Assistente Social) Constituem infrações disciplinares ao Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, EXCETO:

- A) Exercer a Profissão quando impedido/a de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos/as não inscritos/as ou impedidos/as.
- B) Deixar de pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado/a.
- C) Informar, esclarecer e orientar os/as estudantes, na docência ou supervisão, quanto aos princípios e normas contidas neste Código.
- D) Participar de instituição que, tendo por objeto o Serviço Social, não esteja inscrita no Conselho Regional.
- E) Fazer ou apresentar declaração, documento falso ou adulterado, perante o Conselho Regional ou Federal.

8. (Avança SP - 2026 - Prefeitura de Cabreúva - SP - Assistente Social) O Código de Ética profissional do Assistente Social de 1986 expressou a negação da base filosófica tradicional e afirmou um novo perfil técnico: um profissional competente _____. Complete adequadamente a lacuna:

- A) prática, administrativa e urgentemente.
- B) eventual, passiva e universalmente.



- C) local, ativa e seletivamente.
- D) teórica, técnica e politicamente
- E) pontual, efetiva e espontaneamente.

9. (Instituto IACP - 2026 - Prefeitura de Caiçara - PB - Assistente Social) O Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, que rege a atuação dos profissionais no Brasil, estabelece princípios fundamentais para orientar suas ações. Qual dos seguintes valores é reconhecido como um valor ético central e norteador da prática do Assistente Social, segundo este Código?

- A) A priorização dos interesses econômicos da instituição empregadora.
- B) A obrigatoriedade de adesão a ideologias políticas específicas em qualquer intervenção.
- C) A estrita e exclusiva subordinação do profissional às determinações da política pública vigente, sem questionamentos.
- D) O reconhecimento da liberdade como valor ético central, a autonomia e a emancipação dos indivíduos.
- E) A total neutralidade política e social do assistente social diante das desigualdades.

10. (PS Concursos - 2026 - Prefeitura de Timbé do Sul - SC - Assistente Social) De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), assinale a alternativa INCORRETA quanto aos princípios fundamentais da profissão:

- A) Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- B) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- C) Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- D) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- E) Neutralidade política na sua prática profissional.



11. (AMEOSC - 2025 - Prefeitura de Guaraciaba - SC) Dentre as opções citadas abaixo, assinale a alternativa que representa uma conduta expressamente vedada ao/à Assistente Social, no que se refere aos seus direitos e responsabilidades gerais, conforme estabelecido no Código de Ética do Assistente Social.

- A) Utilizar seu número de registro no conselho regional no exercício da profissão.
- B) Participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais.
- C) Substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência.
- D) Ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções.

12. (UFU-MG - 2025 - UFU-MG) Nos que se refere às “Relações com as Instituições Empregadoras e outras”, de acordo com o Código de Ética do Assistente Social, assinale a alternativa CORRETA.

- A) É direito do assistente social integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do/a profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.
- B) É direito do assistente social denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário.
- C) É dever do assistente social acessar informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.
- D) É direito do assistente social utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas.

13. (FACET Concursos - 2025 - Prefeitura de Bom Jardim - PE) A reconfiguração teórico-ética do Serviço Social brasileiro a partir da década de 1980 culminou na elaboração do Código de Ética Profissional de 1993, documento que rompe com os paradigmas conservadores anteriores e inaugura um novo horizonte ético-político fundado na radicalidade dos direitos humanos, na liberdade substantiva e na luta por uma ordem societária emancipada. Essa inflexão se articula com o processo de redemocratização do país, com o fortalecimento das lutas sociais e com a crítica à racionalidade instrumental dominante nos aparelhos do Estado. Assim, o novo marco



ético-profissional estabelece diretrizes que orientam a práxis do assistente social para além da lógica da normatividade institucional, afirmando o compromisso com os interesses históricos das classes subalternas. À luz dessa perspectiva, assinale a alternativa que melhor traduz o sentido ético-político do referido Código:

- A) A concepção ética adotada em 1993 ancora-se em uma visão crítica da profissão, estabelecendo a liberdade como valor ético central, a justiça social como horizonte regulador.
- B) O atual Código de Ética reafirma a vinculação do Serviço Social às instituições estatais, entendendo a legalidade como critério absoluto de legitimidade da intervenção profissional, em nome da ordem democrática.
- C) A normatividade ético-política da profissão pauta-se na neutralidade axiológica e na adaptação técnica do profissional aos marcos institucionais vigentes, preservando a estabilidade institucional.
- D) A dimensão crítica do exercício profissional é relativizada pelo Código de 1993, em nome do pluralismo ético e do respeito às diferenças culturais entre os territórios de atuação.
- E) O Código vigente inscreve-se no marco de uma ética liberal-formalista, na qual a imparcialidade metodológica e a hierarquia funcional são os vetores centrais da conduta profissional.

14. (OBJETIVA - 2025 - Prefeitura de Santana do Manhuaçu - MG) De acordo com o Código de Ética do/a Assistente Social, sobre os direitos gerais do/a assistente social, analisar os itens.

I. Inviolabilidade do local de trabalho e dos respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional.

II. Pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população.

Está CORRETO o que se afirma:

- A) Em ambos os itens.
- B) Apenas no item I.
- C) Apenas no item II.
- D) Em nenhum dos itens.

15. (Instituto Fênix - 2025 - Prefeitura de Bom Jardim da Serra - SC) Nos termos do Código de Ética profissional, são deveres do assistente social nas suas relações com os usuários, EXCETO:



- A) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
- B) Exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do/a usuário/a de participar e decidir livremente sobre seus interesses.
- C) Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.
- D) Esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

16. (OBJETIVA - 2025 - Prefeitura de Guadalupe - PI) Em relação ao Código de Ética do/a Assistente Social, sobre os direitos e deveres gerais, relacionar as colunas e assinalar a sequência correspondente.

(1) Direitos. (2) Deveres.

() Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

() Abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.

() Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.

- A) 1 - 2 - 1.
- B) 2 - 2 - 1.
- C) 2 - 1 - 2.
- D) 1 - 1 - 2.

17. (ISET - 2025 - Prefeitura de Jaguaquara - BA) O Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, instituído pela Resolução CFESS nº 273/1993, orienta o exercício profissional com base em princípios fundamentais que expressam o compromisso com os direitos humanos, a democracia e a justiça social. Dentre esses princípios, assinale a alternativa correta:

- A) Priorizar a obediência à hierarquia institucional, mesmo quando em desacordo com os preceitos éticos da profissão.



- B) Manter uma postura de neutralidade diante das expressões da questão social, evitando envolvimento político no exercício profissional.
- C) Defender o sigilo profissional como dever absoluto, mesmo em situações de risco à integridade física ou à vida de pessoas envolvidas.
- D) Comprometer-se com a qualidade dos serviços prestados, fundamentando a atuação na ética, na competência técnica e na responsabilidade social.
- E) Buscar reconhecimento e valorização profissional com foco em benefícios individuais e interesses corporativos acima das demandas sociais.

18. (PS Concursos - 2025 - CISAS - SC) Assinale a alternativa que não corresponde a uma penalidade prevista no Código de Ética do/a Assistente Social em caso de infração:

- A) Multa;
- B) Cassação dos direitos políticos;
- C) Advertência pública;
- D) Suspensão do exercício profissional;
- E) Cassação do registro profissional.

19. (PS Concursos - 2025 - CISAS - SC) Sobre o sigilo profissional descrito no Código de ética do Assistente Social, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Em trabalho multidisciplinar todas as informações deverão ser repassadas.
- B) A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.
- C) O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional
- D) Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional.
- E) É vedado ao/a assistente social revelar sigilo profissional.



20. (Instituto Access - 2025 - Prefeitura de Apiaí - SP) No que diz respeito às disposições gerais do Código de Ética do Assistente Social, analise a afirmativa a seguir:

"É responsabilidade de um órgão específico, enquanto Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na aplicação do Código de Ética e em casos omissos."

Dentre as alternativas citadas a seguir, assinale a alternativa que corresponde ao órgão desempenha essa função.

- A) Supremo Tribunal Federal (STF).
- B) Conselho Federal de Serviço Social.
- C) Ministério da Cidadania.
- D) Ministério Público Federal.

21. (OBJETIVA - 2025 - Prefeitura de Nonoai - RS) Em conformidade com o Código de Ética do/a Assistente Social, sobre o que é vedado ao/à assistente social, analisar a sentença.

Permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao/à aluno/a estagiário/a (1ª parte). Substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência (2ª parte).

A sentença está:

- A) Totalmente correta.
- B) Correta somente em sua 1ª parte.
- C) Correta somente em sua 2ª parte.
- D) Totalmente incorreta.

22. (DECORP - 2025 - Prefeitura de Rodrigues Alves - AC) Ao analisar um dilema ético envolvendo divulgação de dados sigilosos de usuários, o Código de Ética do Assistente Social orienta que a decisão profissional considere:

- A) A conveniência institucional, independentemente do consentimento do usuário, priorizando a transparência com a equipe administrativa.



- B) A primazia da autodeterminação do usuário, aliada à proteção do sigilo e aos limites da lei, registrando a justificativa em relatório técnico.
- C) A hierarquia funcional, encaminhando a informação ao gestor imediato para deliberação posterior.
- D) A jurisprudência do Poder Judiciário, divulgando os dados após consulta informal a servidor do fórum.

23. (FUNDATEC - 2025 - GHC-RS) A “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” está presente no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social sob qual configuração?

- A) Atribuições privativas do(a) assistente social.
- B) Competências do Conselho Federal de Serviço Social.
- C) Competências dos conselhos regionais de Serviço Social.
- D) Direitos do(a) assistente social.
- E) Princípios fundamentais.

24. (FUNDATEC - 2025 - GHC-RS) Sobre o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social vigente, assinale a alternativa correta.

- A) As alterações que ocorreram na sociedade brasileira, em especial a ordenação jurídica consagrada na Constituição de 1988, não exigiu uma revisão do código de 1986.
- B) O Código de Ética Profissional de 1986 afirma a base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a “ética da neutralidade”.
- C) O Código de Ética de 1986 afirma que o perfil técnico deve ser de um(a) agente subalterno(a) e apenas executivo(a).
- D) O Código de 1993 reafirma os valores fundantes do Código de 1986, como a liberdade e a justiça social, e tomou a democracia como valor ético político central.
- E) O Código de 1993 nega a premissa de que é mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente.



25. (FRONTE - 2025 - Prefeitura de Santa Bárbara - MG) O Código de Ética Profissional do Assistente Social estabelece princípios fundamentais que norteiam sua prática. Assinale a alternativa que está de acordo com esses princípios:

- A) O assistente social deve atuar de forma neutra, evitando posicionamentos políticos.
- B) A autonomia do usuário deve ser garantida na intervenção profissional.
- C) A prática profissional deve subordinar-se exclusivamente às normas institucionais.
- D) O assistente social deve manter sigilo apenas quando solicitado pela chefia imediata.

26. (Ápice Consultoria - 2025 - Prefeitura de Mogiço - PB) Segundo disposições do Código de Ética do(a) Assistente Social, constitui-se direito do Assistente Social nas suas relações com as instituições empregadoras:

- A) Exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses.
- B) Fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional.
- C) Ter livre acesso à população usuária.
- D) Empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais.
- E) Contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.

27. (Ápice Consultoria - 2025 - Prefeitura de Mogiço - PB) Segundo o Código de Ética do(a) Assistente Social, constitui-se direito do assistente social o que se afirma em:

- I- participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- II- aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;
- III- utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;

- A) I e II, apenas



- B) I, II e III
- C) I, apenas
- D) II, apenas
- E) II e III, apenas.

28. (FAU - 2025 - Prefeitura de Pinhalão - PR) Em se tratando do Capítulo V – Do Sigilo Profissional, do Código de Ética do/a Assistente Social, está incorreto afirmar:

- A) Se constitui direito do/a assistente social.
- B) Protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.
- C) Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.
- D) A quebra do sigilo não é permitida mesmo quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.
- E) A revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento.

29. (FAU - 2025 - Prefeitura de Pinhalão - PR) Com base no Código de Ética do/a Assistente Social, relacione as colunas e assinale a alternativa correspondente:

I – Princípios Fundamentais.

II – Direitos do/a assistente social.

III – Deveres do/a assistente social.

- () Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.**
- () Abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.**
- () Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.**



() Ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções.

() Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

() Livre exercício das atividades inerentes à Profissão.

() Utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão.

A) I, III, I, II, I, II, III.

B) II, I, II, III, I, II, II.

C) II, III, I, I, II, III, I.

D) III, II, I, III, II, I, I.

E) I, I, II, II, III, III, II.

30. (IBADE - 2024) O Código de Ética Profissional do Assistente Social é um conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam a conduta e a atuação dos assistentes sociais no exercício de sua profissão. Sobre esse tema, marque V para os itens verdadeiros e F para os itens falsos:

() O Código de Ética Profissional do Assistente Social é um conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam a conduta e a atuação dos assistentes sociais no exercício de sua profissão.

() O assistente social não necessariamente deve assegurar a qualidade dos serviços prestados, respeitando a dignidade e os interesses dos usuários.

() O assistente social deve manter o sigilo sobre as informações obtidas no exercício da profissão, preservando a privacidade dos usuários.

() O assistente social deve atuar de maneira parcial, não discriminando os usuários por qualquer motivo.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta:

A) F - V - V - F;

B) F - F - F - V;

C) V - V - V - V;



D) V - F - V - F;

E) F - V - F - V.

31. (UNIVIDA - 2024) Indique a alternativa correspondente a um dos direitos estabelecidos no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social:

A) Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.

B) Abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.

C) Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

D) Garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados no Código de Ética Profissional.

E) Utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão.

32. (FUNCERN - 2024) Aos profissionais do Serviço Social que infringirem as determinações do código de ética do Assistente Social, as penalidades passíveis de serem aplicadas são:

A) conversa reservada, multa, demissão do seu local de trabalho e cassação do registro profissional.

B) multa, advertência reservada, advertência pública, suspensão do exercício profissional e cassação do registro profissional.

C) conversa reservada, multa, comunicação das penalidades aos gestores diretos e cassação do registro profissional.

D) multa; conversa reservada, advertência pública, suspensão do exercício profissional e cassação do registro profissional.

33. (INSTITUTO ACCESS - 2024) As infrações cometidas ao Código de Ética da(o) Assistente Social resultam em penalidade, conforme previsto no art. 23 e 24 do Código de 1993. Essas penalidades são



- (1) multa;
- (2) advertência reservada e/ou pública;
- (3) cassação do exercício profissional;
- (4) suspensão do registro profissional;
- (5) desagravo público;
- (6) inviolabilidade do local de trabalho.

É correto o que se afirma em

- A) 1 e 2.
- B) 1, 2, 3, 4, 5 e 6.
- C) 1, 2, 3 e 4, somente.
- D) 3 e 4, somente.

34. (Instituto ACCESS - 2024) O Código de Ética de 1993, em seu capítulo V, trata da questão do Sigilo Profissional, que consiste na obrigação da(o) Assistente Social de não divulgar, fatos, relatados pelo usuário ou beneficiário, ou constantes de documentos, relativos à sua privacidade ou de terceiros e que somente são por ele conhecidos em consequência do exercício profissional (Simões, 2008). Sua violação se constitui infração ética e crime contra a liberdade individual (art.325 do Código Penal). Acerca desse assunto, analise as assertivas abaixo:

- I. Constitui direito do Assistente Social manter o sigilo profissional.
- II. Constitui dever do Assistente Social manter o sigilo profissional.
- III. É vedado ao Assistente Social revelar o sigilo profissional.
- IV. A quebra do sigilo profissional só é admissível quando o Assistente Social for convocado pela Justiça.
- V. É dever do Assistente Social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário, de que tenha conhecimento no exercício profissional, quando autorizado.

É correto o que se afirma em



- A) I e III, somente.
- B) I, II e III, somente.
- C) II e IV, somente.
- D) em todas.

35. (FUNDEP - 2024) Tendo por base o Código de Ética do Assistente Social, assinale a alternativa incorreta.

- A) A quebra do sigilo profissional só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
- B) É vedado ao assistente social permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em instituições públicas ou privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário.
- C) É dever do assistente social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, especialmente se a situação que tomou conhecimento envolver menores.
- D) É vedado ao assistente social aceitar nomeação como perito e / ou atuar em perícia quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.

36. (ADM&TEC - 2024) Analise as informações a seguir:

- I. É vedado ao assistente social praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios do Código de Ética do assistente social, mesmo que estes sejam praticados por outros/as profissionais.**
- II. É dever do assistente social abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.**

Marque a alternativa CORRETA:

- A) As duas afirmativas são verdadeiras.
- B) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.



- C) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- D) As duas afirmativas são falsas.

37. (ADVISE - 2024) A Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993 aponta como um dos princípios fundamentais para a profissão do assistente social o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena:

- A) mitigação os meios de produção.
- B) redistribuição das riquezas sociais.
- C) expansão dos indivíduos sociais.
- D) alienação dos deveres do cidadão.
- E) materialização do comunismo no Brasil.

38. (Instituto Consulplan - 2024) De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, as penalidades aplicáveis ao profissional que cometer algum tipo de infração disciplinar serão as seguintes: • Multa. • Advertência reservada. • Advertência pública. • Suspensão do exercício profissional. • Cassação do registro profissional. O Art. 25 dispõe sobre a pena de suspensão, que acarretará ao Assistente Social a interdição do seu exercício profissional, em todo o território brasileiro, pelo prazo (mínimo e máximo) de:

- A) 30 dias a 2 anos.
- B) 15 dias a 12 meses.
- C) 45 dias a 3 anos.
- D) 90 dias a 2 anos.

39. (IBADE - 2024) A ética profissional no serviço social é uma parte fundamental da prática, definindo padrões de conduta e orientando as ações dos assistentes sociais. Nesse sentido, um profissional ético que pretende desenvolver a justiça social, busca:



- A) promover a equidade, identificando e enfrentando desigualdades e injustiças estruturais que afetam as vidas das pessoas;
- B) promover qualquer forma de discriminação, seja ela baseada em raça, gênero, orientação sexual, religião, classe social ou outras características;
- C) promover a responsabilidade social e ambiental, buscando contribuir para a prejudicialidade das condições sociais e do meio ambiente;
- D) capacitar as pessoas a tomarem decisões informadas e a desenvolverem suas próprias capacidades para não enfrentar desafios;
- E) reconhecer e desprezar a individualidade, diversidade e autonomia das pessoas atendidas, respeitando suas decisões e opiniões.

40. (UFMT - 2023) Neste ano de 2023, o Código de Ética da/o Assistente Social está comemorando 30 anos. O documento é subsídio para o trabalho de assistentes sociais por meio de princípios e diretrizes, mas também instrumento concreto na defesa de direitos e, principalmente, na luta por uma sociedade justa e livre de opressões e preconceitos. Sobre esse Código, é correto afirmar:

- A) Aprovado em 1993, foi revisado em 2013 com o objetivo de torná-lo mais adequado às mudanças sociais e políticas ocorridas desde a sua criação, incorporando novos valores éticos, como a defesa da democracia, da cidadania, da justiça e igualdade social.
- B) Reconhece a liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.
- C) É um instrumento importante para garantir a completa autonomia e a independência da profissão em relação ao Estado.
- D) Foi elaborado em um momento histórico de transformações societárias que marcaram o processo de democratização do país e culminaram com a aprovação da Constituição Federal em vigor, conhecida como Constituição Cidadã.

41. (FUNTEF-PR - 2023) De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional. Considerando suas determinações, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. O sigilo protegerá o(a) usuário(a) em tudo aquilo de que o(a) assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.



II. É vedado ao(à) assistente social recomendar sigilo profissional e, em trabalho multidisciplinar, só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

III. Em trabalho multidisciplinar poderão ser prestadas informações sigilosas, se o(s) outro(s) profissional(is) se comprometer(em) publicamente em guardar sigilo frente a uma testemunha.

IV. A quebra do sigilo só é admissível quando se tratar de situações cuja gravidade possa, desde que não envolvendo fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

- A) Apenas a afirmativa I é correta.
- B) Apenas as afirmativas I e II são corretas.
- C) Apenas as afirmativas II e III são corretas.
- D) Apenas as afirmativas I, II e IV são corretas.
- E) Apenas as afirmativas II, III e IV são corretas.

42. (Instituto Fênix - 2023) O Código de Ética Profissional do Assistente Social enfatiza diversos princípios éticos fundamentais para a prática profissional. Qual dos seguintes NÃO é um princípio destacado no Código de Ética?

- A) Compromisso com a liberdade, a justiça social e os direitos humanos.
- B) Respeito à diversidade cultural e à pluralidade de formas de expressão.
- C) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- D) Priorização do lucro e da eficiência econômica nas intervenções sociais.

43. (COTEC - 2023) De acordo com o Código de Ética dos Assistentes Sociais, de 1993, o sigilo, além de ser um direito, está entre as principais responsabilidades desses profissionais; logo, existem algumas previsões e limitações legais que precisam ser observadas. Assinale a alternativa que expressa o que prevê o Código de Ética dos Assistentes Sociais sobre o sigilo profissional.

- A) O sigilo profissional é facultativo, podendo ser quebrado a critério do assistente social.
- B) O sigilo profissional pode ser quebrado apenas com o consentimento prévio do usuário dos serviços, pois eles têm plena autonomia de decidir o quê e quando permitir.



- C) O sigilo profissional é absoluto, não sendo permitida a sua quebra em nenhuma circunstância.
- D) O sigilo profissional é apenas uma recomendação, mas não uma obrigação, cabendo ao assistente social julgar quando a sua restrição é conveniente.
- E) O sigilo profissional só pode ser quebrado quando houver risco iminente de dano à vida ou integridade física do usuário dos serviços.

44. (OBJETIVA - 2023) Nos termos do Código de Ética do/a Assistente Social, considerando-se as penalidades nele previstas, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE: Serão _____ dos quadros dos CRESS aqueles/as que fizerem falsa prova dos requisitos exigidos nos Conselhos.

- A) eliminados/as
- B) suspensos/as
- C) cassados/as
- D) afastados/as

45. (IF-ES - 2023) Conforme o Código de Ética Profissional (CFESS, 2012), em relação aos princípios éticos na atuação do assistente social na Educação, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Podem ser apropriados e analisados de forma isolada; e podem, ainda, ser desconectados da direção histórica e ontológica que os fundamentam.
- B) A garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.
- C) A ampliação e a consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras.
- D) A emancipação humana.
- E) A articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores.

46. (IDHTEC - 2023) Nas Relações com Assistentes Sociais e outros/as Profissionais, são deveres do/a assistente social, segundo a normativa estabelecida no código de ética, exceto:



- A) Denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes do Código de Ética, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário.
- B) Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.
- C) Repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho.
- D) Ao realizar crítica pública a colega e outros/ as profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável, assumindo sua inteira responsabilidade.
- E) Mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado/a, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos/as.

47. (FUNDATEC - 2023) Considerando os princípios fundamentais do Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993, vê-se que o Projeto Ético-Político Profissional é explícito quanto aos seus compromissos, tendo, em seu núcleo, como valor ético central, o reconhecimento do(a):

- A) Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito.
- B) Liberdade.
- C) Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais.
- D) Equidade.
- E) Defesa dos direitos humanos.

48. (SELECON - 2023) Marluce é assistente social e coordena uma equipe composta por cinco profissionais de serviço social. Dentre elas, está Alice que, no momento, realiza um curso de aprimoramento e está desenvolvendo uma pesquisa de campo. Entendendo a dificuldade de Alice em conciliar o horário de trabalho e a pesquisa de campo, Marluce a liberou um dia por semana para a dedicação à pesquisa. De acordo com o Código de Ética do/ da Assistente Social (1993), a postura de Marluce está pautada em um:

- A) dever seu como chefe
- B) direito de todo assistente social



- C) ato de insubordinação institucional
- D) posicionamento de solidariedade profissional

49. (SELECON - 2023) O Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, de 1986, foi de suma importância, todavia, ainda estava aquém dos avanços teórico-metodológicos e políticos da profissão. Assim, a revisão que se sucedeu com o Código, em 1993, tem como categoria fundante:

- A) a política
- B) o trabalho
- C) a questão social
- D) a relação social

50. (SELECON - 2023) Alguns alunos da escola H decidiram reativar o grêmio estudantil que, há alguns anos, não funcionava. Para isso, solicitaram apoio à assistente social da escola, sra. Débora, para que promovessem um amplo debate acerca do significado e dos objetivos de um grêmio para, então, estarem aptos a formarem as chapas para a eleição dos membros diretores. Em consonância com o Código de Ética do/da Assistente social, ao atuar na direção da ampliação da cidadania e da democracia de um movimento social, Débora está respeitando um:

- A) dever
- B) direito
- C) princípio
- D) fundamento

51. (VUNESP - 2023) Em se tratando da ética profissional, compete ao assistente social refletir sobre os valores que sustentam sua intervenção, o significado desses valores para si, bem como os efeitos em suas ações e as consequências que podem produzir. Fruto da construção do coletivo da categoria, o Código de Ética do Assistente Social tem explicitado um conjunto de princípios fundamentais que direcionam o exercício profissional. Constitui-se um desses



princípios o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua

- A. formulação ideal.
- B. gestão democrática.
- C. atenção genérica.
- D. expansão segmentada.
- E. prestação compensatória.

52. (VUNESP - 2023) O exercício da ética, no âmbito da atuação do assistente social, parte do princípio de que todos os seres humanos têm uma dimensão ética que implica o respeito, a tolerância e a aceitação do ser humano. É um processo que exige conhecimento e reflexão, entendido como confrontação potencializadora e prospectiva, que respeita o compromisso na construção e defesa de uma biografia individual e coletiva. Nessa perspectiva, o Código de Ética do Assistente Social destaca a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e do compromisso com o constante aprimoramento

- A. moral.
- B. subjetivo.
- C. hegemônico.
- D. intelectual.
- E. pragmático.

53. (VUNESP - 2022) A dimensão ética da profissão configura-se como um processo que envolve uma necessidade social e histórica. É nessa direção que se encontra a natureza da ética profissional, cuja materialização perpassa pelo Código de Ética Profissional (1993) e no Projeto ético-político que direciona os/as assistentes sociais. Conforme o Código de Ética profissional do Assistente Social em vigência, no seu artigo 4º , alínea “f” , é vedado ao/a profissional:



- A. abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.
- B. aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código.
- C. desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.
- D. assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado/a pessoal e tecnicamente.
- E. ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções.

54. (FCC – 2022) De acordo com o Código de Ética Profissional do/da Assistente Social, estabelecido pela Resolução no 273/1993, são alguns princípios da profissão:

- (A) Livre exercício das atividades inerentes à profissão; participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais; inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação.
- (B) Pronunciamento em matéria de sua especialidade; ampla autonomia no exercício da profissão; liberdade na realização de estudos e pesquisas.
- (C) Ampliação e consolidação da cidadania; defesa do aprofundamento da democracia; posicionamento em favor da equidade e justiça social.
- (D) Desempenhar suas atividades profissionais com eficiência e responsabilidade; utilizar o número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão; participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública.
- (E) Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar; respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões; ao realizar crítica pública a colega e outros/as profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável.

55. (FCC – 2022 - adaptada) Em referência a relação profissional da/do assistente social com as instituições empregadoras, no Art. 7º do Código de Ética está disposto os direitos do/a assistente social; no Art. 8º os deveres do/a assistente social; e no Art. 9º o que lhe é vedado. Considere as ações abaixo, indicando 1 para os direitos; 2 para os deveres; e 3 para o que é vedado aos profissionais de Serviço Social.



- () Programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente.
- () Emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social.
- () Denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código.
- () Ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.

As ações são correta e respectivamente classificadas com

- (A) 2 3 2 1
- (B) 3 1 1 2
- (C) 1 2 3 1
- (D) 2 3 2 2
- (E) 1 3 2 2

56. (FCC – 2022) A Resolução 273/1993 do CFESS instituiu o atual Código de Ética Profissional da/do Assistente Social, reafirmando os valores fundantes do Código de Ética de 1986, a liberdade e a justiça social. Assim, ao enfrentamento das contradições postas à profissão, cabe pensar

- (A) que na prática profissional a teoria é outra.
- (B) que a teoria se sobrepõe à prática.
- (C) a ética como pressuposto teórico-político.
- (D) que o projeto ético-político é uma mediação para a teoria.
- (E) que a singularidade e a universalidade são pressupostos éticos.

57. (FCC – 2022 - adaptada) O Fórum Municipal dos Usuários da Assistência Social municipal irá realizar uma atividade em defesa da Política Pública de Assistência Social e o assistente social foi convidado a participar da referida ação. Diante do Código de Ética Profissional, sua postura deverá ser



(A) informar aos usuários que esse tipo de atividade não é compatível com o papel de um Fórum de Usuários, pois este deve se ater à promoção de atividades de interação e integração entre usuários, trabalhadores e comunidade, para que os vínculos possam ser fortalecidos.

(B) de agradecer o convite, mas informar que não poderá estar presente, porque, na legislação trabalhista e de seu código de ética, não há reconhecimento da participação do profissional em atividades de defesa dos direitos humanos e sociais que extrapolam o âmbito institucional.

(C) de incentivo à atividade e confirmação de sua presença, informando seu posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, assim como sua gestão democrática.

(D) de agradecimento ao convite, mas informando que não poderá participar da atividade porque a defesa e luta pela qualidade dos serviços prestados à população é uma responsabilidade, sobretudo, dos próprios usuários, cabendo ao profissional ater-se ao compromisso de uma adequada e correta prestação de serviços, a partir dos recursos que a ele são disponibilizados.

(E) de incentivar essa proposta do Fórum e confirmar sua participação, mas informar que não poderá se posicionar em favor da ampliação e consolidação da cidadania por meio dos direitos sociais, pois tal prática é de responsabilidade dos órgãos de representação dos trabalhadores, isto é, Sindicatos, Fóruns e Conselhos de Categorias Profissionais.

58. (FGV – 2022) No Código de Ética Profissional de 1993, a democracia é um dos princípios fundamentais, entendida como único padrão de organização política capaz de assegurar

(A) ética e direitos humanos.

(B) igualdade e distributividade.

(C) liberdade e equidade.

(D) autonomia e emancipação.

(E) universalidade e empoderamento.

59. (FGV – 2022) O Código de Ética Profissional de 1993 estrutura-se sobre um suporte teórico que fundamenta a concepção e os valores ético-políticos de suas prescrições. Esse suporte assenta-se

(A) no estruturalismo.

(B) na hermenêutica.



- (C) no pragmatismo.
- (D) na socialdemocracia.
- (E) no marxismo

60. (FGV – 2022) O Art. 2º, inciso h, do Código de Ética Profissional do Assistente Social "assegura ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo o profissional obrigado a prestar serviços incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções". Caso seja convocado a colaborar no atendimento a vítimas de enchentes e deslizamentos, o assistente social deve:

- (A) atender à convocação, uma vez que tal ato constitui dever do assistente social;
- (B) atender à convocação, desde que publicada nominalmente em Diário Oficial;
- (C) recusar a convocação, uma vez que a secretaria de governo responsável dispõe de profissionais habilitados para tal;
- (D) recusar a convocação, uma vez que é vedado ao assistente social assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado;
- (E) atender à convocação por dever humanitário, uma vez que essa é a essência do Serviço Social.

61. (FGV – 2022) O assistente social atua em variados espaços ocupacionais, interagindo com diferentes profissionais e compartilhando saberes de outras áreas de conhecimento. Essa realidade, a depender do grau de organização ou institucionalização, pode vir a constituir trabalho interdisciplinar. O Código de Ética Profissional de Serviço Social trata nos seguintes termos a relação do assistente social com outros profissionais:

- (A) veda a elaboração de pareceres conjuntos;
- (B) define como dever do assistente social incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;
- (C) estimula o trabalho interdisciplinar como forma de agilizar o atendimento ao usuário;
- (D) concebe o trabalho multidisciplinar como salto de qualidade na produção de novas práticas;
- (E) define como direito do assistente social incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.



62. (AOC - 2021) Sobre o Código de Ética do Assistente Social, assinale a alternativa correta.

- A. O Código não pode prever todas as situações da área da saúde, contudo deve ser avaliado de acordo com a chefia da instituição.
- B. É resguardado ao profissional de Serviço Social o papel de realizar o regimento institucional e manter a ordem, evitando tensões e conflitos.
- C. O sigilo profissional descreve o que é confiado ao profissional pelo usuário.
- D. É direito do profissional exercer sua autoridade de maneira a limitar e direcionar o usuário a participar de ações de interesse público.
- E. É vedado ao Assistente Social acatar determinação institucional que fira os princípios e as diretrizes do Código de Ética profissional.

63. (OMNI - 2021) O Código de Ética do Profissional Assistente Social regulamenta, entre outros, o sigilo profissional, sobre isso, assinale a alternativa CORRETA:

- A. O sigilo profissional deve ser guardado em relação as informações que o Assistente Social tenha conhecimento nas ações que executa profissionalmente.
- B. Em uma relação psicossocial todas as informações acerca dos usuários devem ser compartilhadas.
- C. Não há proibição da revelação de sigilo pelo profissional Assistente Social.
- D. Revelar sigilo não é permitido em nenhuma condição.

64. (QUADRIX - 2021) O atual Código de Ética do Assistente Social foi instituído em 1993, a partir da necessidade de se estabelecer, no âmbito da categoria profissional, novos valores éticos, fundamentados em uma definição mais abrangente de compromisso com os usuários. Conforme o Código de Ética de 1993, assinale a alternativa incorreta.

- A. A violação do sigilo profissional é permitida em determinadas situações.
- B. É proibido ao assistente social substituir profissional que tenha sido exonerado, demitido ou transferido por defender os princípios da ética profissional, enquanto ainda existirem os motivos da exoneração, da demissão ou da transferência.



- C. O assistente social tem como dever denunciar aos órgãos competentes toda forma de censura, cerceamento da liberdade ou policiamento de comportamentos, salvo se sofrer algum tipo de ameaça.
- D. Quando ocupante de cargo de chefia, o assistente social tem o dever de liberar subordinados que desejem participar de estudos e pesquisas, com o objetivo de aprimorar-se profissionalmente.
- E. Caso receba a pena de suspensão, o profissional terá o exercício interditado, em todos os estados brasileiros, por, no máximo, dois anos.

65. (ITAME - 2020) O “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”, refere-se

- A. a uma atribuição privativa do assistente social preconizada na lei de regulamentação da profissão.
- B. a um dever profissional preconizado no Código de Ética profissional do assistente social de 1993.
- C. a um princípio do Código de Ética Profissional do assistente social de 1993.
- D. a uma competência profissional preconizada na lei de regulamentação da profissão.

66. (IBADE - 2020) De acordo com o Art 1º do Código de Ética do Serviço Social, assinale a alternativa que corresponda a uma das competências do Conselho Federal de Serviço Social.

- A. Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais
- B. Introduzir alteração neste código, através de uma ampla participação da categoria, num processo desenvolvido em ação conjunta com os Conselhos Regionais
- C. Assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros, mesmo que executados sob sua orientação
- D. Substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência
- E. Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as



GABARITO

1. A	39. A
2. B	40. B
3. A	41. A
4. A	42. D
5. A	43. E
6. E	44. A
7. C	45. A
8. D	46. A
9. D	47. B
10. E	48. A
11. C	49. B
12. A	50. B
13. A	51. B
14. A	52. D
15. B	53. D
16. B	54. C
17. D	55. A
18. B	56. C
19. A	57. C
20. B	58. C
21. A	59. E
22. B	60. A
23. E	61. B
24. D	62. E
25. B	63. A
26. C	64. C
27. A	65. C
28. D	66. B
29. A	
30. D	
31. D	
32. B	
33. A	
34. A	
35. C	
36. A	
37. C	
38. A	



QUESTÕES COMENTADAS MULTIBANCAS – CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL

1. (Instituto Fênix - 2026 - Prefeitura de Cerro Negro - SC - Assistente Social) O Código de Ética do Assistente Social reconhece a liberdade como valor ético central, entendida como:

- A) valor histórico construído nas relações sociais.
- B) princípio restrito à esfera privada do indivíduo.
- C) possibilidade de escolha sem mediação institucional.
- D) autonomia profissional desvinculada de responsabilidade social.
- E) direito individual absoluto, independentemente das relações sociais.

Comentário:

Esta questão aborda o **primeiro princípio fundamental** do Código de Ética de 1993, que é frequentemente cobrado em provas.

A) Correto. Para o Serviço Social, a liberdade não é um conceito abstrato ou metafísico, mas um **valor histórico**. Isso significa que ela é conquistada e expandida dentro das lutas e relações sociais, permitindo que os indivíduos façam escolhas conscientes dentro das possibilidades reais da sociedade.

B) Incorreto. A liberdade, no projeto ético-político, não se restringe à vida privada. Ela é uma **dimensão da vida social e política**, ligada à participação na esfera pública e ao exercício da cidadania.

C) Incorreto. Embora a liberdade envolva escolhas, ela não ocorre no "vácuo". Ela é sempre mediada pelas **condições objetivas, sociais e, muitas vezes, institucionais** em que o sujeito está inserido.

D) Incorreto. A autonomia profissional nunca é desvinculada da responsabilidade social. Pelo contrário, o Código estabelece que o exercício da profissão deve estar comprometido com a justiça social e a democracia.

E) Incorreto. No Serviço Social, não existe "direito absoluto" isolado da sociedade. A liberdade é compreendida dentro de um **contexto de relações sociais**; o indivíduo é um ser social, e sua liberdade está ligada à liberdade coletiva.

Gabarito: A.



2. (Instituto Fênix - 2026 - Prefeitura de Cerro Negro - SC - Assistente Social) Entre os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Assistente Social, está o compromisso com:

- A) a neutralidade técnica no exercício profissional.
- B) a defesa intransigente dos direitos humanos.
- C) a obediência irrestrita às normas institucionais.
- D) a prioridade da eficiência administrativa.
- E) a atuação restrita às políticas públicas estatais.

Comentário:

Esta é outra questão clássica que explora os **Princípios Fundamentais** do Código de 1993. Ela testa se você consegue identificar o rompimento do Serviço Social com o conservadorismo e com a ideia de "neutralidade".

A) Incorreto. O Serviço Social reconhece que **não existe neutralidade técnica**. Toda ação profissional tem uma **dimensão política e ética**. O profissional deve ter um lado: o lado da justiça social e dos direitos.

B) Correto. Este é o **segundo princípio fundamental**: "Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo". A palavra "intransigente" é muito comum em provas; ela indica que não se abre mão desses direitos por nenhum motivo institucional ou político.

C) Incorreto. O assistente social tem **autonomia relativa**. Embora deva respeitar as normas da instituição onde trabalha, **essa obediência não é "irrestrita"**. Se uma norma institucional ferir o Código de Ética ou os direitos do usuário, o profissional deve denunciar e não acatar.

D) Incorreto. A eficiência administrativa pode ser um objetivo da gestão, mas o compromisso ético do assistente social é com **"a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional"**, e não apenas com burocracia ou redução de custos.

E) Incorreto. O assistente social **atua em diversas esferas** (ONGs, empresas privadas, movimentos sociais, conselhos), e não apenas em políticas públicas estatais. Além disso, seu compromisso é com o projeto societário e não apenas com o que o Estado determina.

Gabarito: B.

3. (Instituto Fênix - 2026 - Prefeitura de Cerro Negro - SC - Assistente) Na relação com os usuários, o Código de Ética orienta que o Assistente Social deve:



- A) reconhecer os usuários como sujeitos de direitos.
- B) priorizar critérios técnicos em detrimento das demandas sociais.
- C) adotar postura assistencialista para garantir resultados imediatos.
- D) limitar a participação dos usuários nos processos decisórios.
- E) condicionar o atendimento ao cumprimento de normas institucionais.

Comentário:

A) Correto. O Código de Ética, em seus princípios fundamentais, estabelece o reconhecimento da liberdade como valor central e a defesa intransigente dos direitos humanos. Ver o usuário como **sujeito de direitos** (e não como objeto de caridade ou assistencialismo) é a base do exercício profissional.

B) Incorreto. O assistente social **não deve priorizar a técnica pela técnica**. O compromisso é com a qualidade dos serviços prestados e com a demanda social, buscando a eficácia no atendimento às necessidades dos usuários.

C) Incorreto. O **assistencialismo** é combatido pela profissão. A ética profissional orienta para a autonomia e emancipação dos indivíduos, e não para práticas que gerem dependência ou visão de "favor".

D) Incorreto. Um dos princípios é justamente a "**Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida**". O assistente social deve estimular a participação do usuário nas decisões políticas e sociais.

E) Incorreto. Embora o profissional atue em instituições, o Código veda o condicionamento do atendimento a normas que firam os direitos dos usuários ou a autonomia profissional. **O compromisso maior do Assistente Social é com o usuário**, e não com a burocracia institucional acima da ética.

Gabarito: A.

4. (AMAUC - 2026 - Prefeitura de Irani - SC - Assistente Social) O Código de Ética Profissional do Assistente Social estabelece os princípios fundamentais que norteiam a prática profissional, rompendo com o conservadorismo e afirmando um projeto profissional vinculado às classes trabalhadoras. Assim, analise as afirmativas a seguir.

I. O reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

II. A defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.



III. O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

Assinale a alternativa que apresenta somente as proposições CORRETAS:

- A) I, II e III.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) Apenas II.
- E) I e III.

Comentário:

Análise das Afirmativas:

- **I. Correto.** Este é o **1º Princípio**. A liberdade não é vista apenas como "poder ir e vir", mas ligada à emancipação e à autonomia do indivíduo social. Note que o texto da questão enfatiza o "indivíduo social", reforçando que ninguém é livre sozinho, mas dentro das relações da sociedade.
- **II. Correto.** Este é o **2º Princípio**. A defesa dos direitos humanos no Serviço Social é "intransigente". Essa palavra indica que não se abre mão desses direitos por nenhum motivo institucional ou político. O termo "recusa do arbítrio" significa não aceitar decisões baseadas apenas na vontade de quem tem poder (autoritarismo).
- **III. Correto.** Este é o **6º Princípio**. O Código de 1993 foi pioneiro ao incluir o combate ao preconceito e o respeito à diversidade como deveres éticos. Ele incentiva não apenas o "respeito", mas a **participação ativa** de grupos discriminados e a discussão das diferenças para democratizar a sociedade.

As alternativas corretas são **I, II e III**.

Gabarito: A.

5. (FEPESE - 2026 - Prefeitura de Campos Novos - SC - Assistente Social) De acordo com a Resolução CFESS nº 273/1993, constitui diretriz ético-política da profissão:

- A) O compromisso com a qualidade dos serviços prestados, fundamentado em conhecimento técnico, rigor teórico e postura crítica.
- B) A execução de ações orientadas majoritariamente pela disponibilidade orçamentária.
- C) A adoção de práticas sigilosas exclusivas, sem compartilhamento de informações entre equipes.



- D) A priorização de procedimentos burocráticos em detrimento da intervenção social.
- E) A submissão automática às determinações institucionais, independentemente de seu alinhamento ético.

Comentário:

A) Correto. Este é o **10º Princípio Fundamental**. O Código estabelece que não basta "querer ajudar"; o assistente social deve ter um **compromisso com a qualidade**, e isso exige três elementos: **rigor teórico** (estudo), **conhecimento técnico** (saber fazer) e **postura crítica** (entender a realidade para além das aparências).

B) Incorreto. Embora o orçamento público seja um limite real na prática, a **diretriz ética** da profissão orienta-se pelas **necessidades sociais** e pelos **direitos dos usuários**, e não pela submissão à escassez de recursos como uma escolha ética.

C) Incorreto. O sigilo é um direito, mas o Código prevê o trabalho em equipe multiprofissional. O que deve ser preservado é o conteúdo sigiloso, mas as informações necessárias para garantir direitos podem (e muitas vezes devem) ser compartilhadas de forma ética com a equipe.

D) Incorreto. A burocracia nunca deve ser o fim da intervenção. O Código defende a agilidade e a eficácia, combatendo o "burocratismo" que impede o acesso dos usuários aos seus direitos.

E) Incorreto. O assistente social possui **autonomia relativa**. A submissão "automática" é o oposto do que o Código prega. Caso as ordens institucionais firam a ética, o profissional deve se amparar no Código para recusá-las.

Gabarito: A.

6. (FEPESE - 2026 - Prefeitura de Campos Novos - SC - Assistente Social) O Código de Ética do Assistente Social de 1993 estabelece como princípio fundamental para o exercício profissional:

- A) A neutralidade política frente às desigualdades sociais e aos conflitos coletivos.
- B) A priorização de interesses institucionais acima das demandas dos usuários.
- C) A centralização das decisões técnicas exclusivamente no órgão gestor municipal.
- D) A adoção de práticas assistencialistas para garantir respostas rápidas às situações de vulnerabilidade.
- E) A defesa intransigente dos direitos humanos, comprometida com a liberdade, a justiça social e a equidade.

Comentário:



A) Incorreto. O Serviço Social brasileiro rompeu com a ilusão da neutralidade. O profissional deve ter um **posicionamento ético-político** claro em favor da justiça social e dos direitos das classes subalternas.

B) Incorreto. O Código de Ética é enfático: o compromisso do Assistente Social deve ser com o **usuário**, e não com os interesses particulares ou conveniências da instituição.

C) Incorreto. O princípio da **democratização** orienta que as decisões e a gestão das políticas devem ser participativas, envolvendo o controle social e a autonomia técnica, e não centralizadas apenas no órgão gestor.

D) Incorreto. O **assistencialismo** é o oposto do que a ética profissional busca. O objetivo é a garantia de direitos e a emancipação do sujeito, não apenas respostas paliativas e imediatistas que mantêm a dependência.

E) Correto. Esta alternativa resume três pilares dos Princípios Fundamentais: a **defesa intransigente dos direitos humanos** (2º princípio), o compromisso com a **liberdade** (1º princípio) e o posicionamento em favor da equidade e **justiça social** (5º princípio).

Gabarito: E.

7. (Avança SP - 2026 - Prefeitura de Cabreúva - SP - Assistente Social) Constituem infrações disciplinares ao Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, EXCETO:

A) Exercer a Profissão quando impedido/a de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos/às não inscritos/as ou impedidos/as.

B) Deixar de pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado/a.

C) Informar, esclarecer e orientar os/as estudantes, na docência ou supervisão, quanto aos princípios e normas contidas neste Código.

D) Participar de instituição que, tendo por objeto o Serviço Social, não esteja inscrita no Conselho Regional.

E) Fazer ou apresentar declaração, documento falso ou adulterado, perante o Conselho Regional ou Federal.

Comentário:

O enunciado pede a alternativa que **NÃO** é uma infração (EXCETO).

A) Incorreto. Copia exatamente a alínea "a" do Art. 22. Facilitar o exercício da profissão para quem não é formado ou está com o registro suspenso é uma **infração disciplinar**.



B) Incorreto. Conforme a alínea "c" do Art. 22, o pagamento das anuidades é uma obrigação legal. O inadimplemento injustificado gera processo administrativo e é considerado infração disciplinar.

C) Correto. Esta alternativa descreve um **dever** do assistente social (Art. 21) ligado à área da docência e supervisão e um compromisso com a formação profissional. Informar e orientar sobre a ética é uma conduta positiva e esperada, e não algo passível de punição.

D) Incorreto. Reflete a alínea "d" do Art. 22. Toda instituição que presta serviços de Serviço Social deve estar registrada no CRESS para que haja fiscalização do exercício profissional.

E) Incorreto. Reflete a alínea "e" do Art. 22. A falsidade ideológica ou documental perante o conjunto CFESS/CRESS é uma infração que fere a fé pública e a idoneidade do profissional.

Gabarito: C.

8. (Avança SP - 2026 - Prefeitura de Cabreúva - SP - Assistente Social) O Código de Ética profissional do Assistente Social de 1986 expressou a negação da base filosófica tradicional e afirmou um novo perfil técnico: um profissional competente _____. Complete adequadamente a lacuna:

A) prática, administrativa e urgentemente.

B) eventual, passiva e universalmente.

C) local, ativa e seletivamente.

D) teórica, técnica e politicamente

E) pontual, efetiva e espontaneamente.

Comentário:

Embora estejamos sob a vigência do Código de 1993, as bancas costumam cobrar o **Código de 1986** como o **marco do "rompimento" com o conservadorismo**. É neste código que o tripé da competência profissional é consolidado.

A) Incorreta. A prática e a administração fazem parte do cotidiano, mas o termo "urgentemente" não define o perfil técnico pretendido pelo projeto de ruptura, que buscava planejamento e reflexão, não apenas o "ativismo" imediato.

B) Incorreta. O perfil buscado é o oposto de "passivo". O assistente social deve ser um profissional **propositivo e crítico**. "Eventual" também descaracteriza a continuidade do trabalho social.



C) Incorreta. Embora a atuação possa ser local, o projeto profissional nega a "seletividade" (característica do conservadorismo que escolhia quem merecia ou não ajuda) em favor da universalidade dos direitos.

D) Correta. Esta é a tríade clássica do Serviço Social crítico: **Teórica** (conhecimento da realidade), **Técnica** (capacidade operativa) e **Politicamente** (compromisso com a classe trabalhadora e com a democracia). Esse tripé é o que fundamenta a competência profissional até hoje.

E) Incorreta. O trabalho profissional deve ser **planejado e sistemático**, o oposto de "pontual" ou "espontâneo". A efetividade é um objetivo, mas não define sozinha o perfil técnico-político.

Lembre-se que:

1. **1986:** É o Código da **Ruptura** (negação da filosofia tradicional).
2. **1993:** É o Código da **Afirmação** (consolidação do projeto ético-político atual).
3. O tripé **Teoria-Técnica-Política** é a "alma" da competência profissional em ambos os documentos.

Gabarito: D.

9. (Instituto IACP - 2026 - Prefeitura de Caiçara - PB - Assistente Social) O Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, que rege a atuação dos profissionais no Brasil, estabelece princípios fundamentais para orientar suas ações. Qual dos seguintes valores é reconhecido como um valor ético central e norteador da prática do Assistente Social, segundo este Código?

- A) A priorização dos interesses econômicos da instituição empregadora.
- B) A obrigatoriedade de adesão a ideologias políticas específicas em qualquer intervenção.
- C) A estrita e exclusiva subordinação do profissional às determinações da política pública vigente, sem questionamentos.
- D) O reconhecimento da liberdade como valor ético central, a autonomia e a emancipação dos indivíduos.
- E) A total neutralidade política e social do assistente social diante das desigualdades.

Comentário:

A) Incorreta. O Código estabelece que o compromisso é com o usuário e com a ética, e não com os lucros ou economias da instituição. A ética profissional não se curva aos interesses econômicos patronais.



B) Incorreta. Embora o Serviço Social seja uma profissão política, o Código defende o **pluralismo** (7º princípio). O profissional não é obrigado a aderir a uma "ideologia específica", mas sim a um projeto que defenda os direitos humanos e a democracia.

C) Incorreta. O assistente social possui **autonomia**. A atuação não é uma "subordinação sem questionamentos". Pelo contrário, o profissional deve ter uma **postura crítica** para transformar as políticas públicas e não apenas reproduzi-las mecanicamente.

D) Correta. Esta alternativa traz a literalidade do **1º Princípio Fundamental**: "Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais".

E) Incorreta. Como já vimos, a **neutralidade é impossível**. O Código se posiciona em favor da justiça social e a equidade, ou seja, exige um posicionamento claro diante das desigualdades.

Gabarito: D.

10. (PS Concursos - 2026 - Prefeitura de Timbé do Sul - SC - Assistente Social) De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), assinale a alternativa INCORRETA quanto aos princípios fundamentais da profissão:

A) Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

B) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

C) Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;

D) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

E) Neutralidade política na sua prática profissional.

Comentário:

A) Correta. É o 1º Princípio Fundamental. A liberdade é o eixo central do projeto ético-político, vinculada à emancipação dos sujeitos.

B) Correta. É o 2º Princípio Fundamental. O termo "intransigente" indica que não há concessões quando se trata de direitos humanos e combate ao autoritarismo.

C) Correta. É o 9º Princípio Fundamental. Reforça que o Assistente Social não atua isolado, mas sim inserido na **luta de classes**, ao lado de outros trabalhadores.



D) Correta. É o 4º Princípio Fundamental. A democracia no Serviço Social não é apenas o voto, mas a distribuição da riqueza e a participação de todos nas decisões políticas.

E) INCORRETA. Este é o erro clássico. O Código de 1993 afirma o **posicionamento político** do profissional. A neutralidade é considerada um mito ou uma ilusão, pois toda ação profissional favorece ou combate determinada correlação de forças na sociedade. O assistente social deve ter um lado: o lado da justiça social.

Gabarito: E.

11. (AMEOSC - 2025 - Prefeitura de Guaraciaba - SC) Dentre as opções citadas abaixo, assinale a alternativa que representa uma conduta expressamente vedada ao/à Assistente Social, no que se refere aos seus direitos e responsabilidades gerais, conforme estabelecido no Código de Ética do Assistente Social.

A) Utilizar seu número de registro no conselho regional no exercício da profissão.

B) Participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais.

C) Substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência.

D) Ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções.

Comentário:

Vamos analisar as alternativas:

A) Errado. O artigo 3º, alínea **b** do Código de Ética estabelece como **dever** do/a assistente social **utilizar seu número de registro no Conselho Regional** no exercício da profissão.

B) Errado. O artigo 2º, alínea **c** do Código de Ética define como **direito do/a assistente social** participar da elaboração e gerenciamento das políticas sociais, bem como da formulação e implementação de programas sociais.

C) Certo. O artigo 4º, alínea **g** do Código de Ética **veda expressamente** essa conduta. O/a assistente social **não deve substituir** colega exonerado/a por defender princípios éticos, **enquanto perdurar o motivo da exoneração**. Essa norma protege a integridade ética da profissão e evita convivência com injustiças institucionais.

D) Errado. Não é uma vedação, mas sim um **direito**. O artigo 2º, alínea **h** do Código de Ética garante ao/à assistente social **ampla autonomia** no exercício da profissão, incluindo o direito de **recusar serviços incompatíveis** com suas atribuições.



Gabarito: C.

12. (UFU-MG - 2025 - UFU-MG) Nos que se refere às “Relações com as Instituições Empregadoras e outras”, de acordo com o Código de Ética do Assistente Social, assinale a alternativa CORRETA.

- A) É direito do assistente social integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do/a profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.
- B) É direito do assistente social denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário.
- C) É dever do assistente social acessar informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.
- D) É direito do assistente social utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas.

Comentário:

Vamos analisar cada alternativa com base no **Código de Ética do/a Assistente Social**, especificamente no capítulo que trata das **Relações com as Instituições Empregadoras e outras**:

A) Correta. O artigo 7º, alínea **d** do Código de Ética estabelece que é **direito do/a assistente social** integrar **comissões interdisciplinares de ética** nos locais de trabalho, tanto para **avaliar condutas profissionais** quanto para **decidir sobre políticas institucionais**. Essa participação fortalece o compromisso ético e democrático da profissão.

B) Errado. Apesar de parecer correta, essa alternativa **atribui um direito** ao que é, na verdade, um **dever**. O artigo 8º, alínea **b** do Código de Ética afirma que é **dever do/a assistente social denunciar falhas** nos regulamentos, normas e programas institucionais que firam os princípios éticos, podendo mobilizar o Conselho Regional. Portanto, a alternativa está **errada quanto à classificação**.

C) Errado. Novamente, há uma **confusão entre direito e dever**. O artigo 7º, alínea **c** do Código de Ética afirma que é **direito** do/a assistente social **ter acesso às informações institucionais** necessárias ao exercício profissional. A alternativa classifica isso como **dever**, o que torna a assertiva **incorreta**.

D) Errado. Essa conduta é **expressamente vedada** pelo Código de Ética. O artigo 9º, alínea **c** proíbe o/a assistente social de **utilizar recursos institucionais para fins partidários, eleitorais ou clientelistas**. Tal prática compromete a ética, a imparcialidade e a credibilidade da atuação profissional.

Gabarito: A.



13. (FACET Concursos - 2025 - Prefeitura de Bom Jardim - PE) A reconfiguração teórico-ética do Serviço Social brasileiro a partir da década de 1980 culminou na elaboração do Código de Ética Profissional de 1993, documento que rompe com os paradigmas conservadores anteriores e inaugura um novo horizonte ético-político fundado na radicalidade dos direitos humanos, na liberdade substantiva e na luta por uma ordem societária emancipada. Essa inflexão se articula com o processo de redemocratização do país, com o fortalecimento das lutas sociais e com a crítica à racionalidade instrumental dominante nos aparelhos do Estado. Assim, o novo marco ético-profissional estabelece diretrizes que orientam a práxis do assistente social para além da lógica da normatividade institucional, afirmando o compromisso com os interesses históricos das classes subalternas. À luz dessa perspectiva, assinale a alternativa que melhor traduz o sentido ético-político do referido Código:

- A) A concepção ética adotada em 1993 ancora-se em uma visão crítica da profissão, estabelecendo a liberdade como valor ético central, a justiça social como horizonte regulador.
- B) O atual Código de Ética reafirma a vinculação do Serviço Social às instituições estatais, entendendo a legalidade como critério absoluto de legitimidade da intervenção profissional, em nome da ordem democrática.
- C) A normatividade ético-política da profissão pauta-se na neutralidade axiológica e na adaptação técnica do profissional aos marcos institucionais vigentes, preservando a estabilidade institucional.
- D) A dimensão crítica do exercício profissional é relativizada pelo Código de 1993, em nome do pluralismo ético e do respeito às diferenças culturais entre os territórios de atuação.
- E) O Código vigente inscreve-se no marco de uma ética liberal-formalista, na qual a imparcialidade metodológica e a hierarquia funcional são os vetores centrais da conduta profissional.

Comentário:

A alternativa que **melhor traduz o sentido ético-político** do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social de 1993 é: **Alternativa A)**

“A concepção ética adotada em 1993 ancora-se em uma visão crítica da profissão, estabelecendo a liberdade como valor ético central, a justiça social como horizonte regulador.”

Essa alternativa está **correta** e reflete com precisão os **princípios fundamentais** do Código de Ética de 1993. O documento rompe com a ética da neutralidade e afirma uma postura **crítica, comprometida com os interesses das classes subalternas**, com a **liberdade substantiva** e a **justiça social** como valores centrais. A democracia, os direitos humanos, a equidade e a emancipação são eixos estruturantes da práxis profissional, conforme os princípios do Código.

Em relação às demais alternativas:



B) Errada. O Código de Ética **não reafirma a vinculação absoluta às instituições estatais**, nem considera a legalidade como critério único de legitimidade. Pelo contrário, ele **critica a racionalidade instrumental** e afirma a autonomia técnico-política do/a assistente social frente às determinações institucionais.

C) Errada. O Código de Ética **repudia a neutralidade axiológica** e a simples adaptação técnica. Ele propõe uma atuação **crítica e transformadora**, que tensiona os limites institucionais em favor dos direitos sociais e da emancipação.

D) Errada. A dimensão crítica **não é relativizada**, mas sim **central** no Código de 1993. O pluralismo ético é respeitado, mas sempre articulado com os princípios da justiça social, da equidade e da defesa dos direitos humanos.

E) Errada. O Código **não se inscreve em uma ética liberal-formalista**. Ele rompe com essa tradição e propõe uma ética **radicalmente democrática**, voltada à transformação social e à superação das desigualdades estruturais.

Gabarito: A.

14. (OBJETIVA - 2025 - Prefeitura de Santana do Manhuaçu - MG) De acordo com o Código de Ética do/a Assistente Social, sobre os direitos gerais do/a assistente social, analisar os itens.

I. Inviolabilidade do local de trabalho e dos respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional.

II. Pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população.

Está CORRETO o que se afirma:

- A) Em ambos os itens.
- B) Apenas no item I.
- C) Apenas no item II.
- D) Em nenhum dos itens.

Comentário:

Vamos analisar cada item à luz do **Código de Ética do/a Assistente Social**, artigo 2º, que trata dos **direitos gerais**:



Item I — Correto. Está previsto no **Art. 2º, alínea d** do Código de Ética. Esse direito assegura que o/a assistente social tenha proteção sobre seu espaço de trabalho e os documentos sob sua responsabilidade, garantindo o **sigilo profissional**, que é um dos pilares éticos da profissão.

Item II — Correto. Está previsto no **Art. 2º, alínea g** do Código de Ética. O/a profissional tem o direito de se manifestar publicamente sobre temas de sua área, especialmente quando envolvem interesses coletivos.

Gabarito: A.

15. (Instituto Fênix - 2025 - Prefeitura de Bom Jardim da Serra - SC) Nos termos do Código de Ética profissional, são deveres do assistente social nas suas relações com os usuários, EXCETO:

- A) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
- B) Exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do/a usuário/a de participar e decidir livremente sobre seus interesses.
- C) Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.
- D) Esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

Comentário:

Vamos analisar cada alternativa com base no **Código de Ética do/a Assistente Social**, especialmente nos artigos 5º e 6º, que tratam das **relações com os/as usuários/as**:

A) Correta. Está prevista no **Art. 5º, alínea a**. O/a assistente social deve **estimular a participação ativa** dos/as usuários/as nas decisões que os afetam, promovendo o protagonismo social.

B) Incorreta (e portanto o gabarito). Essa conduta é **expressamente vedada** pelo **Art. 6º, alínea a**. O Código de Ética proíbe o/a profissional de **cercear a liberdade de decisão dos/as usuários/as**, reafirmando o respeito à autonomia e aos direitos humanos.

C) Correta. Está prevista no **Art. 5º, alínea g**. O/a assistente social deve atuar para **facilitar o acesso** aos serviços, combatendo a burocracia excessiva que dificulta a efetivação de direitos.

D) Correta. Está prevista no **Art. 5º, alínea h**. O/a profissional tem o dever de **informar claramente** os/as usuários/as sobre o que envolve sua atuação, promovendo transparência e confiança.

Gabarito: B.



16. (OBJETIVA - 2025 - Prefeitura de Guadalupe - PI) Em relação ao Código de Ética do/a Assistente Social, sobre os direitos e deveres gerais, relacionar as colunas e assinalar a sequência correspondente.

(1) Direitos. (2) Deveres.

() Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

() Abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.

() Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.

A) 1 - 2 - 1.

B) 2 - 2 - 1.

C) 2 - 1 - 2.

D) 1 - 1 - 2.

Comentário:

Vamos analisar cada item com base no **Código de Ética do/a Assistente Social**, especificamente nos artigos 2º e 3º:

Item 1: Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública

- **Classificação: (2) Dever**
- **Fundamento:** Art. 3º, alínea d — É dever do/a assistente social **participar de programas de socorro** à população em situação de calamidade pública, atuando na defesa de seus interesses e necessidades.

Item 2: Abster-se de práticas que caracterizem censura, cerceamento da liberdade ou policiamento de comportamentos

- **Classificação: (2) Dever**
- **Fundamento:** Art. 3º, alínea c — O/a profissional deve **abster-se dessas práticas e denunciar sua ocorrência** aos órgãos competentes. Esse dever protege a liberdade dos/as usuários/as e reafirma o posicionamento crítico da profissão frente a práticas autoritárias.

Item 3: Desagravo público por ofensa à honra profissional



- **Classificação: (1) Direito**
- **Fundamento:** Art. 2º, alínea e — O/a assistente social tem direito ao **desagravo público** quando sua honra profissional for atingida. Esse direito garante a proteção da dignidade profissional e a valorização da categoria.

A sequência correta é **2 - 2 - 1**, pois os dois primeiros itens são **deveres éticos** e o último é um **direito profissional**.

Gabarito: B.

17. (ISET - 2025 - Prefeitura de Jaguaquara - BA) O Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, instituído pela Resolução CFESS nº 273/1993, orienta o exercício profissional com base em princípios fundamentais que expressam o compromisso com os direitos humanos, a democracia e a justiça social. Dentre esses princípios, assinale a alternativa correta:

- A) Priorizar a obediência à hierarquia institucional, mesmo quando em desacordo com os preceitos éticos da profissão.
- B) Manter uma postura de neutralidade diante das expressões da questão social, evitando envolvimento político no exercício profissional.
- C) Defender o sigilo profissional como dever absoluto, mesmo em situações de risco à integridade física ou à vida de pessoas envolvidas.
- D) Comprometer-se com a qualidade dos serviços prestados, fundamentando a atuação na ética, na competência técnica e na responsabilidade social.
- E) Buscar reconhecimento e valorização profissional com foco em benefícios individuais e interesses corporativos acima das demandas sociais.

Comentário:

A) Incorreta. O Código **não prioriza a obediência à hierarquia institucional** quando esta entra em conflito com os princípios éticos. Pelo contrário, o **Art. 4º, alínea c** veda acatar determinações institucionais que firam os princípios do Código. A ética profissional está acima da subordinação hierárquica.

B) Incorreta. A neutralidade é **rejeitada** pelo projeto ético-político da profissão. O Código de Ética propõe uma atuação **crítica e engajada**, comprometida com a garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.

C) Incorreta. Embora o sigilo profissional seja um direito, ele **não é absoluto**. O **Art. 18** do Código permite a quebra do sigilo em situações cuja gravidade possa trazer prejuízos aos interesses dos usuários, de terceiros e da coletividade, desde que dentro dos limites estritamente necessários.



D) Correta. A alternativa **D** está alinhada com os **Princípios Fundamentais** do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, instituído pela Resolução CFESS nº 273/1993.

X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

E) Incorreta. O foco do Código é o compromisso com os **interesses coletivos e históricos das classes trabalhadoras**, e não com **benefícios individuais ou interesses corporativos**. A atuação deve ser voltada à justiça social e à emancipação.

Gabarito: D.

18. (PS Concursos - 2025 - CISAS - SC) Assinale a alternativa que não corresponde a uma penalidade prevista no Código de Ética do/a Assistente Social em caso de infração:

- A) Multa;
- B) Cassação dos direitos políticos;
- C) Advertência pública;
- D) Suspensão do exercício profissional;
- E) Cassação do registro profissional.

Comentário:

A alternativa **B** está incorreta porque **não corresponde a uma penalidade prevista** no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social.

Penalidades previstas no Código de Ética (Art. 24):

- **Multa**
- **Advertência reservada**
- **Advertência pública**
- **Suspensão do exercício profissional**
- **Cassação do registro profissional**

Essas penalidades são aplicadas pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) conforme a gravidade da infração e os antecedentes do/a profissional

Gabarito: B.

19. (PS Concursos - 2025 - CISAS - SC) Sobre o sigilo profissional descrito no Código de ética do Assistente Social, assinale a alternativa INCORRETA:



- A) Em trabalho multidisciplinar todas as informações deverão ser repassadas.
- B) A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.
- C) O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional
- D) Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional.
- E) É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional.

Comentário:

A alternativa **A** está **incorreta** porque **contraria diretamente o que está previsto no Código de Ética do/a Assistente Social**, especificamente no **Art. 16, parágrafo único**, que afirma:

“Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.”

Ou seja, **nem todas as informações devem ser repassadas**. O sigilo profissional deve ser **preservado**, mesmo em equipes multiprofissionais, respeitando os limites éticos e legais da atuação.

Em relação às demais alternativas:

B) Correta. Reflete o que está previsto no **Art. 18** do Código de Ética. A quebra do sigilo só é permitida em situações de **grave risco**, e mesmo assim, **dentro dos limites estritamente necessários**.

C) Correta. Conforme o **Art. 16**, o sigilo protege o/a usuário/a em **tudo aquilo que o/a assistente social tome conhecimento** no exercício da profissão.

D) Correta. O **Art. 15** estabelece que **manter o sigilo profissional é um direito** do/a assistente social.

E) Correta. O **Art. 17** afirma que é **vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional**, exceto nas condições previstas no Art. 18.

Gabarito: A.

20. (Instituto Access - 2025 - Prefeitura de Apiaí - SP) No que diz respeito às disposições gerais do Código de Ética do Assistente Social, analise a afirmativa a seguir:

"É responsabilidade de um órgão específico, enquanto Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na aplicação do Código de Ética e em casos omissos."



Dentre as alternativas citadas a seguir, assinale a alternativa que corresponde ao órgão desempenha essa função.

- A) Supremo Tribunal Federal (STF).
- B) Conselho Federal de Serviço Social.
- C) Ministério da Cidadania.
- D) Ministério Público Federal.

Comentário:

A afirmativa **correta** é a letra **B** e corresponde ao que está previsto no **Art. 1º, alínea c do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**:

“Compete ao Conselho Federal de Serviço Social, como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na observância deste Código e nos casos omissos.”

Análise das demais alternativas:

A) Incorreta. Supremo Tribunal Federal (STF): O STF é o órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro, **não tem competência** para firmar jurisprudência sobre o Código de Ética do Serviço Social.

C) Incorreta. Ministério da Cidadania: Atua na formulação de políticas públicas sociais, mas **não tem atribuição normativa ou disciplinar** sobre o exercício profissional do/a assistente social.

D) Incorreta. Ministério Público Federal: Fiscaliza o cumprimento da lei e defende os interesses da sociedade, mas **não atua como instância ética profissional** da categoria.

Gabarito: B.

21. (OBJETIVA - 2025 - Prefeitura de Nonoai - RS) Em conformidade com o Código de Ética do/a Assistente Social, sobre o que é vedado ao/à assistente social, analisar a sentença.

Permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao/à aluno/a estagiário/a (1ª parte). Substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência (2ª parte).

A sentença está:

- A) Totalmente correta.



- B) Correta somente em sua 1ª parte.
- C) Correta somente em sua 2ª parte.
- D) Totalmente incorreta.

Comentário:

A sentença está **totalmente correta**, pois ambas as condutas descritas são **expressamente vedadas** pelo **Código de Ética do/a Assistente Social**, conforme o **Artigo 4º**:

1ª Parte: Supervisão de estagiário sem acompanhamento direto

- **Fundamento legal:** Art. 4º, alínea e:

Art. 4º É vedado ao/à assistente social:

e- permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao/à aluno/a estagiário/a;

2ª Parte: Substituição de profissional exonerado por razões éticas

- **Fundamento legal:** Art. 4º, alínea g:

Art. 4º É vedado ao/à assistente social:

g- substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência;

Gabarito: A.

22. (DECORP - 2025 - Prefeitura de Rodrigues Alves - AC) Ao analisar um dilema ético envolvendo divulgação de dados sigilosos de usuários, o Código de Ética do Assistente Social orienta que a decisão profissional considere:

- A) A conveniência institucional, independentemente do consentimento do usuário, priorizando a transparência com a equipe administrativa.
- B) A primazia da autodeterminação do usuário, aliada à proteção do sigilo e aos limites da lei, registrando a justificativa em relatório técnico.
- C) A hierarquia funcional, encaminhando a informação ao gestor imediato para deliberação posterior.



D) A jurisprudência do Poder Judiciário, divulgando os dados após consulta informal a servidor do fórum.

Comentário:

A alternativa **B** está em conformidade com o que estabelece o **Código de Ética do/a Assistente Social**, especialmente nos artigos que tratam do **sigilo profissional**:

- **Art. 15:** O sigilo é um **direito do/a assistente social**.
- **Art. 16:** O sigilo protege o/a usuário/a em tudo aquilo que o/a profissional tome conhecimento no exercício da atividade.
- **Art. 18:** A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

Portanto, sempre que envolver o sigilo profissional, a decisão ética deve considerar o seguinte:

- O/a assistente social deve reconhecer o direito do/a usuário/a de **decidir sobre sua própria vida**, mesmo que essas decisões não coincidam com os valores pessoais do/a profissional. Entretanto, a autodeterminação do/a usuário/a deve ser considerada **dentro dos limites da lei e da ética profissional**, especialmente em situações que envolvam risco à vida ou à integridade física.
- A decisão de quebra de sigilo deve ser **criterosa, fundamentada e ética**, nunca baseada em pressões institucionais ou hierárquicas.
- O/a assistente social deve **registrar tecnicamente** a justificativa da quebra de sigilo.
- Em equipes multiprofissionais, o sigilo deve ser **preservado**, conforme o **Art. 16, parágrafo único**.

Em relação às demais alternativas:

A) Incorreta. O Código **repudia decisões baseadas apenas na conveniência institucional**, especialmente quando violam o sigilo e os direitos dos/as usuários/as.

C) Incorreta. O Código de Ética **não autoriza a quebra de sigilo por ordem hierárquica**. A ética profissional **não se subordina à hierarquia institucional**.

D) Incorreta. A divulgação de dados sigilosos **não pode ocorrer por consulta informal**. O Código exige **fundamentação técnica e legal**, e a revelação deve ser **limitada e formalizada**.

Gabarito: B.

23. (FUNDATEC - 2025 - GHC-RS) A “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” está presente no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social sob qual configuração?



- A) Atribuições privativas do(a) assistente social.
- B) Competências do Conselho Federal de Serviço Social.
- C) Competências dos conselhos regionais de Serviço Social.
- D) Direitos do(a) assistente social.
- E) Princípios fundamentais.

Comentário:

A afirmativa “**defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo**” está presente no **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social** como um dos **Princípios Fundamentais**, especificamente o **Princípio II**.

Esse princípio expressa o **compromisso ético-político** da profissão com:

- A **promoção dos direitos humanos** como valor inegociável;
- A **rejeição de práticas autoritárias**, arbitrárias ou que violem a dignidade humana;
- A atuação crítica e transformadora frente às injustiças sociais.

Gabarito: E.

24. (FUNDATEC - 2025 - GHC-RS) Sobre o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social vigente, assinale a alternativa correta.

- A) As alterações que ocorreram na sociedade brasileira, em especial a ordenação jurídica consagrada na Constituição de 1988, não exigiu uma revisão do código de 1986.
- B) O Código de Ética Profissional de 1986 afirma a base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a “ética da neutralidade”.
- C) O Código de Ética de 1986 afirma que o perfil técnico deve ser de um(a) agente subalterno(a) e apenas executivo(a).
- D) O Código de 1993 reafirma os valores fundantes do Código de 1986, como a liberdade e a justiça social, e tomou a democracia como valor ético político central.
- E) O Código de 1993 nega a premissa de que é mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente.

Comentário:



A alternativa **D** está correta e reflete com precisão o conteúdo do **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social de 1993**, instituído pela **Resolução CFESS nº 273/93**.

O Código de 1993:

- **Reafirma os valores fundantes** do Código de 1986, como a **liberdade** e a **justiça social**.
- **Toma a democracia como valor ético-político central**, reconhecendo-a como condição para a efetivação dos direitos humanos e da cidadania.
- Representa uma **reconfiguração teórico-ética** da profissão, alinhada ao processo de redemocratização do país e à crítica ao conservadorismo anterior.

Análise das demais alternativas:

A) Incorreta: A Constituição de 1988 **exigiu sim** uma revisão do Código de Ética de 1986, pois trouxe novos marcos jurídicos e sociais que impactaram diretamente o exercício profissional.

B) Incorreta: O Código de 1986 **rompe com a base filosófica tradicional conservadora**, rejeitando a “ética da neutralidade” e afirmando um novo perfil crítico do/a profissional.

C) Incorreta: O Código de 1986 **não afirma** que o/a assistente social deve ser agente subalterno e apenas executivo. Pelo contrário, propõe um perfil **competente teórica, técnica e politicamente**.

E) Incorreta: O Código de 1993 **não nega**, mas **afirma** que é mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui como distinto do ser natural, com capacidade consciente e projetiva. Essa é uma base ontológica importante para a ética profissional.

Gabarito: D.

25. (FRONTE - 2025 - Prefeitura de Santa Bárbara - MG) O Código de Ética Profissional do Assistente Social estabelece princípios fundamentais que norteiam sua prática. Assinale a alternativa que está de acordo com esses princípios:

- A) O assistente social deve atuar de forma neutra, evitando posicionamentos políticos.
- B) A autonomia do usuário deve ser garantida na intervenção profissional.
- C) A prática profissional deve subordinar-se exclusivamente às normas institucionais.
- D) O assistente social deve manter sigilo apenas quando solicitado pela chefia imediata.

Comentário:

A alternativa **B** está **correta** e está diretamente alinhada com os **Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**, especialmente o que trata do **reconhecimento da liberdade como valor ético central**.



Portanto:

- O/a assistente social deve **respeitar a autonomia e a autodeterminação** do/a usuário/a.
- A intervenção profissional deve ser **democrática, dialógica e não coercitiva**, promovendo o protagonismo dos sujeitos sociais.
- Está previsto no **Art. 5º, alínea b**, que orienta o profissional a **respeitar as decisões dos/as usuários/as**, mesmo que sejam contrárias às suas crenças pessoais, desde que não violem os princípios éticos.

Em relação às demais alternativas:

A) Incorreta. O Código de Ética **repudia a neutralidade** e afirma o compromisso com a **transformação social**, os **direitos humanos** e a **justiça social**. O/a assistente social deve ter uma postura **crítica e engajada**.

C) Incorreta. O Código afirma que o/a profissional **não deve acatar determinações institucionais que firam os princípios éticos** (Art. 4º, alínea c). A ética está acima da hierarquia institucional.

D) Incorreta. O sigilo é um **direito** do/a assistente social (Art. 15), **independente de ordens superiores**. Ele protege o/a usuário/a e só pode ser quebrado em situações de grave risco, conforme o **Art. 18**.

Gabarito: B.

26. (Ápice Consultoria - 2025 - Prefeitura de Mogiouro - PB) Segundo disposições do Código de Ética do(a) Assistente Social, constitui-se direito do Assistente Social nas suas relações com as instituições empregadoras:

- A) Exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses.
- B) Fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional.
- C) Ter livre acesso à população usuária.
- D) Empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais.
- E) Contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.

Comentário:



A alternativa **correta** é a letra **C**. De acordo com o **Art. 7º, alínea b, do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**, que trata dos **direitos nas relações com as instituições empregadoras**, o/a profissional tem como direito:

“Ter livre acesso à população usuária.”

Esse direito é essencial para garantir a **efetividade da intervenção profissional**, permitindo que o/a assistente social atue com autonomia, ética e responsabilidade social, sem barreiras institucionais que comprometam o atendimento.

Em relação às demais alternativas:

A) Exercer autoridade para limitar a participação do usuário → **Incorreta**. Essa conduta é **vedada** pelo **Art. 6º, alínea a**, pois fere o princípio da **autodeterminação do/a usuário/a** e a democracia no exercício profissional.

B) Fornecer informações ao usuário, resguardado o sigilo → **Incorreta**. Embora **correta em conteúdo**, esse dever está previsto no **Art. 5º, alínea f**, como **dever nas relações com os/as usuários/as**, **não como direito nas relações com a instituição empregadora**.

D) Empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários → **Incorreta**. Está no **Art. 8º, alínea d**, como **dever**, e **não como direito**.

E) Contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais → **Incorreta**. Está no **Art. 8º, alínea c**, como **dever ético-político**, e **não como direito**.

Gabarito: C.

27. (Ápice Consultoria - 2025 - Prefeitura de Mogeiro - PB) Segundo o Código de Ética do(a) Assistente Social, constitui-se direito do assistente social o que se afirma em:

I- participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;

II- aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;

III- utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;

A) I e II, apenas

B) I, II e III

C) I, apenas



- D) II, apenas
- E) II e III, apenas.

Comentário:

As proposições **I e II** estão corretas e correspondem a **direitos do/a assistente social**, conforme o **Art. 2º do Código de Ética Profissional**:

- **I – Participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais** → **Correto**. Prevista no **Art. 2º, alínea c.** → O/a assistente social tem direito de atuar na formulação, implementação e gestão de políticas e programas sociais, reafirmando seu papel estratégico na construção de respostas às expressões da questão social.
- **II – Aprimoramento profissional contínuo** → **Correto**. Prevista no **Art. 2º, alínea f.** → O/a profissional tem direito ao desenvolvimento contínuo de suas competências, desde que colocado a serviço dos princípios ético-políticos da profissão.
- **III – Incorreta**. **Utilizar o número de registro no exercício profissional não é um direito, mas sim uma obrigação legal.** Está previsto como **dever** no **Art. 3º, alínea b** do Código de Ética. Portanto, **não se enquadra como direito**, mas como uma **obrigação ética e legal** que garante a identificação e a legitimidade do exercício profissional.

Gabarito: A.

28. (FAU - 2025 - Prefeitura de Pinhalão - PR) Em se tratando do Capítulo V – Do Sigilo Profissional, do Código de Ética do/a Assistente Social, está incorreto afirmar:

- A) Se constitui direito do/a assistente social.
- B) Protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.
- C) Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.
- D) A quebra do sigilo não é permitida mesmo quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.
- E) A revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento.

Comentário:

A alternativa **D** está **incorreta** porque **contraria diretamente o que está previsto no Art. 18 do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**, que trata da **quebra do sigilo profissional**.



Art. 18 — Código de Ética:

“A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.”

Ou seja, a **quebra do sigilo é permitida**, sim, **em casos excepcionais**, desde que:

- Haja **risco grave** à integridade física, à vida ou aos direitos fundamentais;
- A revelação seja feita **dentro dos limites estritamente necessários**, conforme o **parágrafo único do Art. 18**.

Análise das alternativas corretas:

- **A) Correta** → O sigilo **constitui direito** do/a assistente social, conforme **Art. 15**.
- **B) Correta** → O sigilo **protege o/a usuário/a** em tudo aquilo que o/a profissional tome conhecimento no exercício da atividade, conforme **Art. 16**.
- **C) Correta** → Em trabalho multidisciplinar, as informações devem ser prestadas **dentro dos limites do estritamente necessário**, conforme **parágrafo único do Art. 16**.
- **E) Correta** → A revelação, quando necessária, deve ser feita **dentro do estritamente necessário**, tanto em relação ao conteúdo quanto ao número de pessoas envolvidas, conforme **parágrafo único do Art. 18**.

Gabarito: D.

29. (FAU - 2025 - Prefeitura de Pinhalão - PR) Com base no Código de Ética do/a Assistente Social, relacione as colunas e assinale a alternativa correspondente:

I – Princípios Fundamentais.

II – Direitos do/a assistente social.

III – Deveres do/a assistente social.

() Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.

() Abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.

() Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.

() Ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções.



() Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

() Livre exercício das atividades inerentes à Profissão.

() Utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão.

A) I, III, I, II, I, II, III.

B) II, I, II, III, I, II, II.

C) II, III, I, I, II, III, I.

D) III, II, I, III, II, I, I.

E) I, I, II, II, III, III, II.

Comentário:

Análise item a item:

1. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo → Princípio Fundamental (I) → Previsto no Princípio II do Código.
2. Abster-se de práticas que caracterizem censura, cerceamento da liberdade, policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência → Dever (III) → Previsto no Art. 3º, alínea c.
3. Ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras → Princípio Fundamental (I) → Previsto no Princípio III.
4. Ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas atribuições → Direito (II) → Previsto no Art. 2º, alínea h.
5. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar por questões de classe, gênero, etnia etc. → Princípio Fundamental (I) → Previsto no Princípio XI.
6. Livre exercício das atividades inerentes à Profissão → Direito (II) → Previsto no Art. 2º, alínea b.
7. Utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão → Dever (III) → Previsto no Art. 3º, alínea b.

Gabarito: A.

30. (IBADE - 2024) O Código de Ética Profissional do Assistente Social é um conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam a conduta e a atuação dos assistentes sociais no exercício de sua profissão. Sobre esse tema, marque V para os itens verdadeiros e F para os itens falsos:



- () O Código de Ética Profissional do Assistente Social é um conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam a conduta e a atuação dos assistentes sociais no exercício de sua profissão.
- () O assistente social não necessariamente deve assegurar a qualidade dos serviços prestados, respeitando a dignidade e os interesses dos usuários.
- () O assistente social deve manter o sigilo sobre as informações obtidas no exercício da profissão, preservando a privacidade dos usuários.
- () O assistente social deve atuar de maneira parcial, não discriminando os usuários por qualquer motivo.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta:

- A) F - V - V - F;
- B) F - F - F - V;
- C) V - V - V - V;
- D) V - F - V - F;
- E) F - V - F - V.

Comentário:

Vamos analisar cada item, na sequência:

Verdadeiro - O Código de Ética Profissional do Assistente Social é, de fato, um conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam a conduta e a atuação dos assistentes sociais no exercício de sua profissão. Este é o padrão para a prática profissional e serve como um guia para os assistentes sociais.

Falso - O assistente social deve assegurar a qualidade dos serviços prestados, respeitando a dignidade e os interesses dos usuários. A qualidade do serviço é fundamental para garantir que os usuários recebam o apoio adequado e necessário.

Verdadeiro - O assistente social deve manter o sigilo sobre as informações obtidas no exercício da profissão, preservando a privacidade dos usuários. A confidencialidade é um aspecto crucial da prática profissional em serviço social.

Falso - O assistente social deve atuar de maneira imparcial, não discriminando os usuários por qualquer motivo. A imparcialidade é essencial para garantir que todos os usuários sejam tratados com igualdade e justiça.

Portanto, a sequência correta é **V - F - V - F**, que corresponde à alternativa D.

Gabarito: D.



31. (UNIVIDA - 2024) Indique a alternativa correspondente a um dos direitos estabelecidos no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social:

- A) Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.
- B) Abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.
- C) Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.
- D) Garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados no Código de Ética Profissional.
- E) Utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão.

Comentário:

A alternativa **D** é a **correta**, pois se refere a um dos **direitos** dispostos no art. 2º do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

As alternativas A, B, C e E do questionário são **deveres** do assistente social, conforme estabelecido no Código de Ética Profissional do Assistente Social. Esses deveres são obrigações que os assistentes sociais devem cumprir em sua prática profissional.

A distinção entre direitos e deveres é crucial para responder esse tipo de questão. Os direitos são as prerrogativas e proteções que os assistentes sociais têm em sua prática profissional, enquanto os deveres são as obrigações e responsabilidades que eles devem cumprir.

Art. 3º São deveres do/a assistente social:

- a- desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;
- b- utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;
- c- abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- d- participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

Portanto, as alternativas A, B, C e E são deveres e não direitos.



Gabarito: D.

32. (FUNCERN - 2024) Aos profissionais do Serviço Social que infringirem as determinações do código de ética do Assistente Social, as penalidades passíveis de serem aplicadas são:

- A) conversa reservada, multa, demissão do seu local de trabalho e cassação do registro profissional.
- B) multa, advertência reservada, advertência pública, suspensão do exercício profissional e cassação do registro profissional.
- C) conversa reservada, multa, comunicação das penalidades aos gestores diretos e cassação do registro profissional.
- D) multa; conversa reservada, advertência pública, suspensão do exercício profissional e cassação do registro profissional.

Comentário:

A alternativa B é a correta. De acordo com o art. 24 do Código de Ética do Assistente Social, as penalidades para os profissionais que infringirem as determinações do código são:

- **Multa:** Uma quantia pecuniária que o profissional é obrigado a pagar.
- **Advertência reservada:** Uma repreensão privada ao profissional.
- **Advertência pública:** Uma repreensão pública ao profissional.
- **Suspensão do exercício profissional:** O profissional é proibido de exercer a profissão por um período determinado.
- **Cassação do registro profissional:** O profissional perde o direito de exercer a profissão.

Lembre-se no mnemônico: **MU - AD.RE - AD.PU - SUS - CASSA**

As outras alternativas incluem penalidades que não estão previstas no Código de Ética do Assistente Social, como “conversa reservada”, “demissão do seu local de trabalho” e “comunicação das penalidades aos gestores diretos”. Portanto, essas alternativas estão incorretas.

Gabarito: B.

33. (INSTITUTO ACCESS - 2024) As infrações cometidas ao Código de Ética da(o) Assistente Social resultam em penalidade, conforme previsto no art. 23 e 24 do Código de 1993. Essas penalidades são

(1) multa;



- (2) advertência reservada e/ou pública;
- (3) cassação do exercício profissional;
- (4) suspensão do registro profissional;
- (5) desagravo público;
- (6) inviolabilidade do local de trabalho.

É correto o que se afirma em

- A) 1 e 2.
- B) 1, 2, 3, 4, 5 e 6.
- C) 1, 2, 3 e 4, somente.
- D) 3 e 4, somente.

Comentário:

A alternativa **A** é a **correta**. De acordo com os artigo 24 do Código de Ética do Assistente Social de 1993, as penalidades para infrações ao código são:

- Multa
- Advertência reservada e/ou pública

As outras opções listadas na pergunta - **cassação do exercício profissional** (o correto seria **cassação do registro profissional**), **suspensão do registro profissional** (o correto seria **suspensão do exercício profissional**), **desagravo público** e **inviolabilidade do local de trabalho** - não são penalidades previstas no Código de Ética para infrações.

Portanto, apenas as afirmações 1 e 2 são corretas, o que corresponde à alternativa A.

Gabarito: A.

34. (Instituto ACCESS - 2024) O Código de Ética de 1993, em seu capítulo V, trata da questão do Sigilo Profissional, que consiste na obrigação da(o) Assistente Social de não divulgar, fatos, relatados pelo usuário ou beneficiário, ou constantes de documentos, relativos à sua privacidade ou de terceiros e que somente são por ele conhecidos em consequência do exercício profissional (Simões, 2008). Sua violação se constitui infração ética e crime contra a liberdade individual (art.325 do Código Penal). Acerca desse assunto, analise as assertivas abaixo:



I. Constitui direito do Assistente Social manter o sigilo profissional.

II. Constitui dever do Assistente Social manter o sigilo profissional.

III. É vedado ao Assistente Social revelar o sigilo profissional.

IV. A quebra do sigilo profissional só é admissível quando o Assistente Social for convocado pela Justiça.

V. É dever do Assistente Social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário, de que tenha conhecimento no exercício profissional, quando autorizado.

É correto o que se afirma em

A) I e III, somente.

B) I, II e III, somente.

C) II e IV, somente.

D) em todas.

Comentário:

A alternativa **A** é a correta. As assertivas I e III estão corretas.

I. Constitui direito do Assistente Social manter o sigilo profissional. - **Isso está correto.** O sigilo profissional é um direito do assistente social, pois protege a privacidade e a dignidade do usuário.

III. É vedado ao Assistente Social revelar o sigilo profissional. - **Isso também está correto.** O assistente social tem o dever ético de manter o sigilo profissional e não pode revelar informações que tome conhecimento no exercício profissional.

As outras assertivas não estão corretas no contexto do Código de Ética de 1993:

II. Constitui dever do Assistente Social manter o sigilo profissional. **Errado.** Manter o sigilo profissional é tido como um direito e **não dever**.

IV. A quebra do sigilo profissional só é admissível quando o assistente social for convocado pela Justiça. **Errado.** A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

V. É dever do Assistente Social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário, de que tenha conhecimento no exercício profissional, quando autorizado. **Errado.** É vedado depor como testemunha sobre situação sigilosa do/a usuário/a de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.



Gabarito: A.

35. (FUNDEP - 2024) Tendo por base o Código de Ética do Assistente Social, assinale a alternativa incorreta.

- A) A quebra do sigilo profissional só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
- B) É vedado ao assistente social permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em instituições públicas ou privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário.
- C) É dever do assistente social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, especialmente se a situação que tomou conhecimento envolver menores.
- D) É vedado ao assistente social aceitar nomeação como perito e / ou atuar em perícia quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.

Comentário:

A alternativa **C** é a **incorreta**. De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, **não é dever** do assistente social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo se a situação envolver menores. Na verdade, **é vedado** ao assistente social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário, de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.

Essa vedação está relacionada à proteção da privacidade e confidencialidade do usuário. O sigilo profissional é um princípio ético fundamental na prática do serviço social. Ele protege a privacidade do usuário e promove um ambiente de confiança no qual o usuário se sente seguro para compartilhar informações pessoais e sensíveis.

Se um assistente social pudesse depor sobre essas informações, mesmo quando autorizado, isso poderia comprometer essa relação de confiança. Os usuários podem se sentir menos inclinados a compartilhar informações importantes por medo de que essas informações possam ser usadas contra eles no futuro.

Além disso, a vedação também protege o assistente social de possíveis conflitos de interesse ou dilemas éticos que possam surgir ao serem chamados para depor sobre informações sigilosas. Portanto, a vedação serve para proteger tanto o usuário quanto o assistente social, mantendo a integridade da relação profissional e a confidencialidade das informações compartilhadas.

As outras alternativas (A, B e D) estão corretas de acordo com o Código de Ética do Assistente Social.



Gabarito: C.

36. (ADM&TEC - 2024) Analise as informações a seguir:

I. É vedado ao assistente social praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios do Código de Ética do assistente social, mesmo que estes sejam praticados por outros/as profissionais.

II. É dever do assistente social abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.

Marque a alternativa CORRETA:

- A) As duas afirmativas são verdadeiras.
- B) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- C) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- D) As duas afirmativas são falsas.

Comentário:

As duas afirmativas da questão estão corretas porque refletem os princípios e deveres estabelecidos no Código de Ética do Assistente Social:

I. É vedado ao assistente social praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais. **Esta afirmativa está correta** porque o Código de Ética do Assistente Social enfatiza a importância da integridade e da conduta ética na prática profissional. Os assistentes sociais devem aderir a padrões éticos elevados e não podem ser cúmplices de comportamentos antiéticos ou ilegais, seja em suas próprias ações ou nas ações de outros profissionais.

II. É dever do assistente social abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes. **Esta afirmativa também está correta** e reflete o compromisso do assistente social com a liberdade e a dignidade humana. O Código de Ética proíbe práticas que limitem a liberdade dos indivíduos e exige que os assistentes sociais denunciem tais práticas quando as encontrarem, reforçando seu papel como defensores dos direitos humanos e da justiça social.

Gabarito: A.



37. (ADVISE - 2024) A Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993 aponta como um dos princípios fundamentais para a profissão do assistente social o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena:

- A) mitigação os meios de produção.
- B) redistribuição das riquezas sociais.
- C) expansão dos indivíduos sociais.
- D) alienação dos deveres do cidadão.
- E) materialização do comunismo no Brasil.

Comentário:

A alternativa **C** é a **correta**, pois reflete um dos princípios fundamentais para a profissão do assistente social conforme apontado pela Resolução CFESS n. 273 de 1993. Este princípio é o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes, que incluem a autonomia, a emancipação e a plena **expansão dos indivíduos sociais**.

A expansão dos indivíduos sociais está relacionada à capacidade de desenvolver plenamente suas potencialidades, tendo a liberdade para tomar decisões e agir de acordo com seus próprios valores e crenças.

As outras alternativas não refletem diretamente os princípios éticos do assistente social como estabelecidos na resolução mencionada. Por exemplo, a mitigação dos meios de produção (A) e a materialização do comunismo no Brasil (E) são conceitos econômicos e políticos que não estão especificamente relacionados aos princípios éticos do assistente social. Da mesma forma, a alienação dos deveres do cidadão (D) vai contra os princípios de autonomia e emancipação que são centrais para a profissão.

Portanto, a alternativa C é a que melhor representa os valores éticos centrais da profissão do assistente social conforme estabelecido pela Resolução CFESS n. 273.

Gabarito: C.

38. (Instituto Consulplan - 2024) De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, as penalidades aplicáveis ao profissional que cometer algum tipo de infração disciplinar serão as seguintes: • Multa. • Advertência reservada. • Advertência pública. • Suspensão do exercício profissional. • Cassação do registro profissional. O Art. 25 dispõe sobre a pena de suspensão,



que acarretará ao Assistente Social a interdição do seu exercício profissional, em todo o território brasileiro, pelo prazo (mínimo e máximo) de:

- A) 30 dias a 2 anos.
- B) 15 dias a 12 meses.
- C) 45 dias a 3 anos.
- D) 90 dias a 2 anos.

Comentário:

A alternativa **A** é a correta. O Artigo 25 do Código de Ética do Assistente Social estabelece que a pena de suspensão, aplicável em casos de infração disciplinar, resultará na interdição do exercício profissional do assistente social em todo o território brasileiro pelo prazo **mínimo de 30 dias e máximo de 2 anos**.

Essa medida é considerada uma das penalidades mais severas antes da cassação do registro profissional, refletindo a seriedade com que as infrações éticas são tratadas na profissão. A suspensão serve como um período de reflexão e correção para o profissional, além de proteger a sociedade de práticas que possam ser prejudiciais ou antiéticas.

A definição desse intervalo de tempo permite que o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) ou o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) ajuste a penalidade de acordo com a gravidade da infração cometida, garantindo assim uma resposta proporcional e justa.

Gabarito: A.

39. (IBADE - 2024) A ética profissional no serviço social é uma parte fundamental da prática, definindo padrões de conduta e orientando as ações dos assistentes sociais. Nesse sentido, um profissional ético que pretende desenvolver a justiça social, busca:

- A) promover a equidade, identificando e enfrentando desigualdades e injustiças estruturais que afetam as vidas das pessoas;
- B) promover qualquer forma de discriminação, seja ela baseada em raça, gênero, orientação sexual, religião, classe social ou outras características;
- C) promover a responsabilidade social e ambiental, buscando contribuir para a prejudicialidade das condições sociais e do meio ambiente;
- D) capacitar as pessoas a tomarem decisões informadas e a desenvolverem suas próprias capacidades para não enfrentar desafios;



E) reconhecer e desprezar a individualidade, diversidade e autonomia das pessoas atendidas, respeitando suas decisões e opiniões.

Comentário:

A alternativa A é correta e está alinhada com os princípios fundamentais do Código de Ética é:

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

Portanto, um profissional ético no serviço social busca promover a **equidade**, trabalhando para identificar e enfrentar as desigualdades e injustiças estruturais que impactam negativamente as vidas das pessoas. Este compromisso com a **justiça social** é central para a prática do serviço social, que visa capacitar indivíduos e comunidades, promovendo mudanças sociais positivas.

As outras alternativas apresentam ações que são contrárias aos princípios éticos do serviço social:

B) Promover qualquer forma de discriminação é incompatível com os valores do serviço social.

C) A responsabilidade social e ambiental é importante, mas a alternativa sugere contribuir para a prejudicialidade, o que é incorreto.

D) Capacitar as pessoas é parte do trabalho do assistente social, mas a alternativa é formulada de maneira negativa.

E) O serviço social reconhece e valoriza a individualidade e diversidade, não as despreza.

Portanto, a ética profissional no serviço social enfatiza a importância de trabalhar em prol da equidade e justiça social, respeitando e valorizando a diversidade e a autonomia das pessoas atendidas.

Gabarito: A.

40. (UFMT - 2023) Neste ano de 2023, o Código de Ética da/o Assistente Social está comemorando 30 anos. O documento é subsídio para o trabalho de assistentes sociais por meio de princípios e diretrizes, mas também instrumento concreto na defesa de direitos e, principalmente, na luta por uma sociedade justa e livre de opressões e preconceitos. Sobre esse Código, é correto afirmar:

A) Aprovado em 1993, foi revisado em 2013 com o objetivo de torná-lo mais adequado às mudanças sociais e políticas ocorridas desde a sua criação, incorporando novos valores éticos, como a defesa da democracia, da cidadania, da justiça e igualdade social.



- B) Reconhece a liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.
- C) É um instrumento importante para garantir a completa autonomia e a independência da profissão em relação ao Estado.
- D) Foi elaborado em um momento histórico de transformações societárias que marcaram o processo de democratização do país e culminaram com a aprovação da Constituição Federal em vigor, conhecida como Constituição Cidadã.

Comentário:

A alternativa **B** é correta. O Código de Ética do Assistente Social, aprovado em 1993, de fato **reconhece a liberdade como um valor ético central** e ressalta a importância da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Esses princípios são fundamentais para a prática do serviço social, que visa promover o bem-estar social, a justiça e a igualdade, além de combater as opressões e preconceitos.

As outras alternativas não são corretas:

- A) Não há registro de uma revisão em 2013 que tenha incorporado novos valores éticos ao Código.
- C) O Código de Ética não visa garantir a autonomia e independência da profissão em relação ao Estado, mas sim orientar a prática profissional dentro de princípios éticos.
- D) Embora o Código tenha sido elaborado em um contexto de democratização, ele não é diretamente relacionado ao processo que culminou com a Constituição Federal de 1988.

Gabarito: B.

41. (FUNTEF-PR - 2023) De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional. Considerando suas determinações, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. O sigilo protegerá o(a) usuário(a) em tudo aquilo de que o(a) assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.**
- II. É vedado ao(à) assistente social recomendar sigilo profissional e, em trabalho multidisciplinar, só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.**
- III. Em trabalho multidisciplinar poderão ser prestadas informações sigilosas, se o(s) outro(s) profissional(is) se comprometer(em) publicamente em guardar sigilo frente a uma testemunha.**



IV. A quebra do sigilo só é admissível quando se tratar de situações cuja gravidade possa, desde que não envolvendo fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

- A) Apenas a afirmativa I é correta.
- B) Apenas as afirmativas I e II são corretas.
- C) Apenas as afirmativas II e III são corretas.
- D) Apenas as afirmativas I, II e IV são corretas.
- E) Apenas as afirmativas II, III e IV são corretas.

Comentário:

Vamos analisar cada uma das afirmativas em relação ao Código de Ética Profissional do Assistente Social:

I. O sigilo protegerá o(a) usuário(a) em tudo aquilo de que o(a) assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. Esta afirmativa é correta.

O sigilo profissional é um direito do assistente social e uma proteção ao usuário, garantindo que todas as informações obtidas no exercício da atividade profissional sejam mantidas em confidencialidade.

II. É vedado ao(à) assistente social recomendar sigilo profissional e, em trabalho multidisciplinar, só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário. Esta afirmativa contém um erro. Não é vedado ao assistente social recomendar sigilo profissional; pelo contrário, é parte de suas responsabilidades assegurar o sigilo. Em trabalho multidisciplinar, informações podem ser compartilhadas dentro dos limites do necessário, respeitando-se sempre o sigilo profissional.

III. Em trabalho multidisciplinar poderão ser prestadas informações sigilosas, se o(s) outro(s) profissional(is) se comprometer(em) publicamente em guardar sigilo frente a uma testemunha. Esta afirmativa é incorreta. O compromisso de guardar sigilo não depende de uma declaração pública na presença de uma testemunha. O sigilo deve ser mantido por todos os profissionais envolvidos, independentemente de tal procedimento.

IV. A quebra do sigilo só é admissível quando se tratar de situações cuja gravidade possa, desde que não envolvendo fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade. Esta afirmativa é incorreta. A quebra do sigilo é admissível em situações de gravidade que possam trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros ou da coletividade, e isso pode incluir situações envolvendo fato delituoso.

Portanto, a alternativa A é a correta, pois apenas a afirmativa I está de acordo com as determinações do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Gabarito: A.



42. (Instituto Fênix - 2023) O Código de Ética Profissional do Assistente Social enfatiza diversos princípios éticos fundamentais para a prática profissional. Qual dos seguintes NÃO é um princípio destacado no Código de Ética?

- A) Compromisso com a liberdade, a justiça social e os direitos humanos.
- B) Respeito à diversidade cultural e à pluralidade de formas de expressão.
- C) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- D) Priorização do lucro e da eficiência econômica nas intervenções sociais.

Comentário:

A alternativa **D** é a correta, pois o Código de Ética Profissional do Assistente Social **não destaca a priorização do lucro e da eficiência econômica nas intervenções sociais como um princípio ético**. Pelo contrário, o Código de Ética ênfatiza valores como a defesa dos direitos humanos, a justiça social, o compromisso com a liberdade e o respeito à diversidade cultural. Esses valores orientam os assistentes sociais a atuar de forma a promover a equidade e a inclusão social, em oposição à busca por lucro ou eficiência econômica como objetivo principal de suas intervenções.

Gabarito: D.

43. (COTEC - 2023) De acordo com o Código de Ética dos Assistentes Sociais, de 1993, o sigilo, além de ser um direito, está entre as principais responsabilidades desses profissionais; logo, existem algumas previsões e limitações legais que precisam ser observadas. Assinale a alternativa que expressa o que prevê o Código de Ética dos Assistentes Sociais sobre o sigilo profissional.

- A) O sigilo profissional é facultativo, podendo ser quebrado a critério do assistente social.
- B) O sigilo profissional pode ser quebrado apenas com o consentimento prévio do usuário dos serviços, pois eles têm plena autonomia de decidir o quê e quando permitir.
- C) O sigilo profissional é absoluto, não sendo permitida a sua quebra em nenhuma circunstância.
- D) O sigilo profissional é apenas uma recomendação, mas não uma obrigação, cabendo ao assistente social julgar quando a sua restrição é conveniente.
- E) O sigilo profissional só pode ser quebrado quando houver risco iminente de dano à vida ou integridade física do usuário dos serviços.

Comentário:



Vamos analisar as alternativas da questão sobre o Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993 e comentar os erros:

A) "O sigilo profissional é facultativo, podendo ser quebrado a critério do assistente social." Errado: O sigilo não é facultativo. Ele é um direito do assistente social e dever ético fundamental e só pode ser quebrado em situações muito específicas, como risco iminente de dano à vida ou integridade física do usuário.

B) "O sigilo profissional pode ser quebrado apenas com o consentimento prévio do usuário dos serviços, pois eles têm plena autonomia de decidir o quê e quando permitir." Errado: Existem situações em que o sigilo pode ser quebrado, mesmo sem o consentimento prévio, especialmente quando há risco iminente para a vida ou integridade física do usuário ou de terceiros.

C) "O sigilo profissional é absoluto, não sendo permitida a sua quebra em nenhuma circunstância." Errado: O sigilo não é absoluto. Como mencionado anteriormente, existem circunstâncias legais em que o sigilo pode e deve ser quebrado para proteger a vida ou integridade física do usuário ou de terceiros.

D) "O sigilo profissional é apenas uma recomendação, mas não uma obrigação, cabendo ao assistente social julgar quando a sua restrição é conveniente." Errado: O sigilo é mais do que uma recomendação; é uma obrigação ética e legal. A quebra do sigilo não é uma questão de conveniência, mas sim de necessidade, baseada em critérios éticos e legais claros.

E) "O sigilo profissional só pode ser quebrado quando houver risco iminente de dano à vida ou integridade física do usuário dos serviços." Correto: Esta é a única alternativa correta e está em conformidade com o Código de Ética dos Assistentes Sociais, que permite a quebra do sigilo em situações de risco iminente para a vida ou integridade física do usuário ou de terceiros.

Portanto, as alternativas A, B, C e D estão incorretas porque apresentam uma compreensão equivocada do princípio do sigilo no Código de Ética dos Assistentes Sociais, enquanto a alternativa E está correta ao reconhecer as condições legais e éticas para a quebra do sigilo profissional.

Gabarito: E.

44. (OBJETIVA - 2023) Nos termos do Código de Ética do/a Assistente Social, considerando-se as penalidades nele previstas, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE: Serão _____ dos quadros dos CRESS aqueles/as que fizerem falsa prova dos requisitos exigidos nos Conselhos.

A) eliminados/as

B) suspensos/as

C) cassados/as



D) afastados/as

Comentário:

A alternativa correta é a **A) “eliminados/as”**. No contexto do Código de Ética do/a Assistente Social, fazer falsa prova dos requisitos exigidos pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) é uma infração grave que pode levar à eliminação dos quadros dos CRESS.

As demais opções apresentam penalidades que também existem no âmbito da ética profissional, mas não são aplicáveis especificamente para o caso de falsa prova dos requisitos exigidos:

B) “suspensos/as” refere-se a uma penalidade temporária, que impede o exercício profissional por um período determinado.

C) “cassados/as” indica a perda definitiva do direito ao exercício profissional, mas é aplicada em contextos diferentes da falsa prova.

D) “afastados/as” pode ser interpretado como uma suspensão ou um afastamento temporário, que não corresponde à gravidade de apresentar falsa prova dos requisitos.

Portanto, a eliminação dos quadros dos CRESS é a medida adequada para casos de comprovação de falsidade nos requisitos exigidos, refletindo a seriedade com que o Código de Ética trata a integridade e a veracidade das informações prestadas pelos profissionais da área.

Gabarito: A.

45. (IF-ES - 2023) Conforme o Código de Ética Profissional (CFESS, 2012), em relação aos princípios éticos na atuação do assistente social na Educação, assinale a alternativa INCORRETA:

A) Podem ser apropriados e analisados de forma isolada; e podem, ainda, ser desconectados da direção histórica e ontológica que os fundamentam.

B) A garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.

C) A ampliação e a consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras.

D) A emancipação humana.

E) A articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores.

Comentário:



A alternativa **INCORRETA** é a **A**, pois os princípios éticos não podem ser apropriados e analisados de forma isolada, nem desconectados da direção histórica e ontológica que os fundamentam. Eles são parte de um conjunto de valores e diretrizes que orientam a prática profissional do assistente social, devendo ser compreendidos dentro de um contexto mais amplo que considera as dimensões históricas, sociais e políticas da atuação profissional.

Gabarito: A.

46. (IDHTEC - 2023) Nas Relações com Assistentes Sociais e outros/as Profissionais, são deveres do/a assistente social, segundo a normativa estabelecida no código de ética, exceto:

- A) Denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes do Código de Ética, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário.
- B) Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.
- C) Repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho.
- D) Ao realizar crítica pública a colega e outros/ as profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável, assumindo sua inteira responsabilidade.
- E) Mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado/a, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos/as.

Comentário:

A alternativa **A)** é a **incorreta**, pois denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, se estes estiverem ferindo os princípios e diretrizes do Código de Ética é um dever do assistente social nas relações com as instituições empregadoras, e não nas relações com outros profissionais, conforme pede o enunciado.

As demais alternativas estão de acordo com os deveres estabelecidos pelo Código de Ética nas relações dos assistentes sociais com outros profissionais:

Art. 10 São deveres do/a assistente social:

- a- ser solidário/a com outros/as profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código;
- b- repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho;



- c- mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado/a, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos/as;
- d- incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;
- e- respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões;
- f- ao realizar crítica pública a colega e outros/ as profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável, assumindo sua inteira responsabilidade.

Gabarito: A.

47. (FUNDATEC - 2023) Considerando os princípios fundamentais do Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993, vê-se que o Projeto Ético-Político Profissional é explícito quanto aos seus compromissos, tendo, em seu núcleo, como valor ético central, o reconhecimento do(a):

- A) Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito.
- B) Liberdade.
- C) Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais.
- D) Equidade.
- E) Defesa dos direitos humanos.

Comentário:

O Código de Ética do Assistente Social de 1993 estabelece a **liberdade** como o valor ético central do projeto ético-político profissional. Este princípio é refletido no **reconhecimento da liberdade e nas demandas políticas inerentes a ela, como autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais**. O Código de Ética enfatiza a importância da liberdade como um pilar fundamental para a construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária.

As outras opções, embora importantes e também presentes no Código de Ética, não são citadas como o valor ético central:

- A) O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito é um compromisso ético dos assistentes sociais, mas não é o valor central.



C) A articulação com movimentos de outras categorias profissionais é parte da prática do assistente social, mas não é o valor ético central.

D) A equidade é um objetivo a ser alcançado através da prática profissional, mas não é o valor ético central.

E) A defesa dos direitos humanos é um princípio fundamental, mas a liberdade é destacada como o valor central.

Portanto, a liberdade é reconhecida como o valor ético central no Código de Ética do Assistente Social de 1993, orientando a prática profissional em direção à autonomia, emancipação e expansão dos indivíduos na sociedade

Gabarito: B.

48. (SELECON - 2023) Marluce é assistente social e coordena uma equipe composta por cinco profissionais de serviço social. Dentre elas, está Alice que, no momento, realiza um curso de aprimoramento e está desenvolvendo uma pesquisa de campo. Entendendo a dificuldade de Alice em conciliar o horário de trabalho e a pesquisa de campo, Marluce a liberou um dia por semana para a dedicação à pesquisa. De acordo com o Código de Ética do/ da Assistente Social (1993), a postura de Marluce está pautada em um:

A) dever seu como chefe

B) direito de todo assistente social

C) ato de insubordinação institucional

D) posicionamento de solidariedade profissional

Comentário:

A atitude de Marluce está alinhada com o artigo 10, inciso c, do Código de Ética do Assistente Social de 1993.

Art. 10 São deveres do/a assistente social:

c- mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado/a, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos/as;



Ao liberar Alice um dia por semana para se dedicar à pesquisa, Marluce está demonstrando solidariedade e apoio ao desenvolvimento profissional de sua colega, o que é considerado um dever ético do assistente social enquanto coordenador de equipe.

Portanto, a alternativa A) **“dever seu como chefe”** é a correta, pois reflete a responsabilidade de Marluce em promover as condições para que os membros de sua equipe possam realizar suas atividades profissionais e acadêmicas de maneira ética e eficaz.

Gabarito: A.

49. (SELECON - 2023) O Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, de 1986, foi de suma importância, todavia, ainda estava aquém dos avanços teórico-metodológicos e políticos da profissão. Assim, a revisão que se sucedeu com o Código, em 1993, tem como categoria fundante:

- A) a política
- B) o trabalho
- C) a questão social
- D) a relação social

Comentário:

A revisão do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais em 1993 foi um marco significativo para a profissão, refletindo os avanços teórico-metodológicos e políticos da época.

A categoria fundante do novo Código é o **trabalho**. O trabalho é entendido como uma categoria central na análise social e na prática do Serviço Social, pois é através dele que se expressam as relações sociais, a produção da vida material e as questões sociais. O Código de 1993 incorporou essa perspectiva, reconhecendo a importância do trabalho não apenas como meio de subsistência, mas como um elemento fundamental na construção da identidade, da cidadania e da participação social dos indivíduos.

Portanto, a alternativa B está correta ao identificar o trabalho como a categoria fundante do Código de Ética de 1993, destacando o compromisso da profissão com a valorização do trabalho humano e a luta contra todas as formas de exploração e alienação.

Gabarito: B.



50. (SELECON - 2023) Alguns alunos da escola H decidiram reativar o grêmio estudantil que, há alguns anos, não funcionava. Para isso, solicitaram apoio à assistente social da escola, sra. Débora, para que promovessem um amplo debate acerca do significado e dos objetivos de um grêmio para, então, estarem aptos a formarem as chapas para a eleição dos membros diretores. Em consonância com o Código de Ética do/da Assistente social, ao atuar na direção da ampliação da cidadania e da democracia de um movimento social, Débora está respeitando um:

- A) dever
- B) direito
- C) princípio
- D) fundamento

Comentário:

A atuação da assistente social Débora, ao apoiar os alunos na reativação do grêmio estudantil e promover um debate sobre seu significado e objetivos, está em consonância com os **princípios** fundamentais do Código de Ética do Assistente Social. Este apoio reflete o **compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos e a luta pela ampliação e consolidação da cidadania**, bem como a defesa dos direitos civis, sociais e políticos dos trabalhadores.

No entanto, o gabarito fornecido pela Banca indica “**B) direito**” como a resposta correta, o que também estaria correto, considerando a relação dos assistentes sociais com as Entidades da Categoria e demais organizações da Sociedade Civil. Conforme art. 12 do Código de Ética, constitui um direito do assistente social **apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania**.

Portanto, nessa questão duas alternativas seriam possíveis: “**B) direito**” e “**C) princípios**”, pois a promoção da cidadania e da democracia não é apenas um direito, mas um princípio ético que orienta a atuação do assistente social no fortalecimento das organizações populares e dos movimentos sociais.

Gabarito: B.

51. (VUNESP - 2023) Em se tratando da ética profissional, compete ao assistente social refletir sobre os valores que sustentam sua intervenção, o significado desses valores para si, bem como os efeitos em suas ações e as consequências que podem produzir. Fruto da construção do coletivo da categoria, o Código de Ética do Assistente Social tem explicitado um conjunto de princípios fundamentais que direcionam o exercício profissional. Constitui-se um desses



princípios o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua

- A. formulação ideal.
- B. gestão democrática.
- C. atenção genérica.
- D. expansão segmentada.
- E. prestação compensatória.

Comentário:

O Código de Ética do Assistente Social é um documento que expressa os princípios e diretrizes norteadores da prática profissional do serviço social, reconhecendo a liberdade como valor ético central e as demandas políticas a ela inerentes. O código de ética foi resultado de um amplo processo de trabalho conjunto da categoria e traz a marca da conjuntura atual da sociedade brasileira.

Um dos princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social é o **posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática**. Isso significa que o assistente social deve refletir sobre os valores que sustentam sua intervenção, o significado desses valores para si, bem como os efeitos em suas ações e as consequências que podem produzir. O assistente social deve trabalhar para garantir que todos tenham acesso igualitário aos programas e políticas sociais e que esses programas e políticas sejam gerenciados de forma democrática.

Gabarito: letra B.

52. (VUNESP - 2023) O exercício da ética, no âmbito da atuação do assistente social, parte do princípio de que todos os seres humanos têm uma dimensão ética que implica o respeito, a tolerância e a aceitação do ser humano. É um processo que exige conhecimento e reflexão, entendido como confrontação potencializadora e prospectiva, que respeita o compromisso na construção e defesa de uma biografia individual e coletiva. Nessa perspectiva, o Código de Ética do Assistente Social destaca a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e do compromisso com o constante aprimoramento

- A. moral.
- B. subjetivo.



- C. hegemônico.
- D. intelectual.
- E. pragmático.

Comentário:

O exercício da ética, no âmbito da atuação do assistente social, parte do princípio de que todos os seres humanos têm uma dimensão ética que implica o respeito, a tolerância e a aceitação do ser humano. Nessa perspectiva, o Código de Ética do Assistente Social destaca como um de seus princípios **a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e do compromisso com o constante aprimoramento intelectual.**

Esse princípio pressupõe a compreensão de que o diálogo democrático e a equivalência entre os diversos campos teórico-metodológicos são necessários para o fortalecimento do projeto ético-político do serviço social.

O princípio da garantia do pluralismo no serviço social também implica o reconhecimento de que nem todas as posições teóricas e político-profissionais se equivalem e que o direito à expressão teórica e política garante as condições de debate e de crítica no âmbito da profissão. Além disso, esse princípio exige uma postura não-neutralidade e de compromisso com os interesses da classe trabalhadora e dos segmentos sociais mais vulneráveis, bem como um constante aprimoramento intelectual, que possibilite uma intervenção profissional mais qualificada.

Gabarito: letra D.

53. (VUNESP - 2022) A dimensão ética da profissão configura-se como um processo que envolve uma necessidade social e histórica. É nessa direção que se encontra a natureza da ética profissional, cuja materialização perpassa pelo Código de Ética Profissional (1993) e no Projeto ético-político que direciona os/as assistentes sociais. Conforme o Código de Ética profissional do Assistente Social em vigência, no seu artigo 4º , alínea “f”, é vedado ao/a profissional:

- A. abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.
- B. aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código.
- C. desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.
- D. assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado/a pessoal e tecnicamente.



E. ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções.

Comentário:

Conforme o Código de Ética profissional do Assistente Social, no seu artigo 4º, é vedado ao/a profissional:

- a- transgredir qualquer preceito deste Código, bem como da Lei de Regulamentação da Profissão;
- b- praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios deste Código, mesmo que estes sejam praticados por outros/as profissionais;
- c- acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste Código;
- d- compactuar com o exercício ilegal da Profissão, inclusive nos casos de estagiários/as que exerçam atribuições específicas, em substituição aos/às profissionais;
- e- permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao/à aluno/a estagiário/a;
- f- **assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado/a pessoal e tecnicamente;**
- g- substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência;
- h- pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função que estejam sendo exercidos por colega;
- i- adulterar resultados e fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos de que tome conhecimento;
- j- assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros, mesmo que executados sob sua orientação.

Gabarito: letra D.

54. (FCC – 2022) De acordo com o Código de Ética Profissional do/da Assistente Social, estabelecido pela Resolução no 273/1993, são alguns princípios da profissão:

(A) Livre exercício das atividades inerentes à profissão; participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais; inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação.

(B) Pronunciamento em matéria de sua especialidade; ampla autonomia no exercício da profissão; liberdade na realização de estudos e pesquisas.

(C) Ampliação e consolidação da cidadania; defesa do aprofundamento da democracia; posicionamento em favor da equidade e justiça social.



(D) Desempenhar suas atividades profissionais com eficiência e responsabilidade; utilizar o número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão; participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública.

(E) Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar; respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões; ao realizar crítica pública a colega e outros/as profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável.

Comentário:

A questão trouxe nas alternativas um emaranhado de princípios, deveres e direitos dispostos no Código de Ética Profissional, porém, **somente a alternativa C refere-se aos princípios.**

Vejamos as demais alternativas:

(A) Livre exercício das atividades inerentes à profissão; participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais; inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação. **São direitos do assistente social.**

(B) Pronunciamento em matéria de sua especialidade; ampla autonomia no exercício da profissão; liberdade na realização de estudos e pesquisas. **São direitos do assistente social.**

(D) Desempenhar suas atividades profissionais com eficiência e responsabilidade; utilizar o número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão; participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública. **São deveres do assistente social.**

(E) Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar; respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões; ao realizar crítica pública a colega e outros/as profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável. **São deveres do assistente social.**

Gabarito: letra C.

55. (FCC – 2022 - adaptada) Em referência a relação profissional da/do assistente social com as instituições empregadoras, no Art. 7º do Código de Ética está disposto os direitos do/a assistente social; no Art. 8º os deveres do/a assistente social; e no Art. 9º o que lhe é vedado. Considere as ações abaixo, indicando 1 para os direitos; 2 para os deveres; e 3 para o que é vedado aos profissionais de Serviço Social.

() Programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente.

() Empréstimo de seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social.

() Denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código.



() Ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.

As ações são correta e respectivamente classificadas com

(A) 2 3 2 1

(B) 3 1 1 2

(C) 1 2 3 1

(D) 2 3 2 2

(E) 1 3 2 2

Comentário:

Vamos analisar os itens:

(2) Programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente. **É um dever do assistente social, nas relações com as instituições empregadoras (art. 8º).**

(3) Emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social. **É vedado ao assistente social (art. 9º).**

(2) Denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código. **É um dever do assistente social, nas relações com as instituições empregadoras (art. 8º).**

(1) Ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais. **É um direito do assistente social (art. 7º).**

Gabarito: letra A.

56. (FCC – 2022) A Resolução 273/1993 do CFESS instituiu o atual Código de Ética Profissional da/do Assistente Social, reafirmando os valores fundantes do Código de Ética de 1986, a liberdade e a justiça social. Assim, ao enfrentamento das contradições postas à profissão, cabe pensar

(A) que na prática profissional a teoria é outra.

(B) que a teoria se sobrepõe à prática.

(C) a ética como pressuposto teórico-político.



- (D) que o projeto ético-político é uma mediação para a teoria.
- (E) que a singularidade e a universalidade são pressupostos éticos.

Comentário:

A revisão do texto de 1986 processou-se em **dois níveis**. Reafirmando os seus **valores fundantes - a liberdade e a justiça social** -, articulou-os a partir da exigência democrática: **a democracia é tomada como valor ético-político central**, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social. Em segundo lugar, cuidou-se de precisar a **normatização do exercício profissional** de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/organizações e população, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do/a usuário/a.

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a **ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social**: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos/às trabalhadores/as um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a **ética como pressuposto teórico-político** que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional. (Resolução CFESS nº 273/93, p. 21-22)

Gabarito: letra C.

57. (FCC – 2022 - adaptada) O Fórum Municipal dos Usuários da Assistência Social municipal irá realizar uma atividade em defesa da Política Pública de Assistência Social e o assistente social foi convidado a participar da referida ação. Diante do Código de Ética Profissional, sua postura deverá ser

- (A) informar aos usuários que esse tipo de atividade não é compatível com o papel de um Fórum de Usuários, pois este deve se ater à promoção de atividades de interação e integração entre usuários, trabalhadores e comunidade, para que os vínculos possam ser fortalecidos.
- (B) de agradecer o convite, mas informar que não poderá estar presente, porque, na legislação trabalhista e de seu código de ética, não há reconhecimento da participação do profissional em atividades de defesa dos direitos humanos e sociais que extrapolam o âmbito institucional.



(C) de incentivo à atividade e confirmação de sua presença, informando seu posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, assim como sua gestão democrática.

(D) de agradecimento ao convite, mas informando que não poderá participar da atividade porque a defesa e luta pela qualidade dos serviços prestados à população é uma responsabilidade, sobretudo, dos próprios usuários, cabendo ao profissional ater-se ao compromisso de uma adequada e correta prestação de serviços, a partir dos recursos que a ele são disponibilizados.

(E) de incentivar essa proposta do Fórum e confirmar sua participação, mas informar que não poderá se posicionar em favor da ampliação e consolidação da cidadania por meio dos direitos sociais, pois tal prática é de responsabilidade dos órgãos de representação dos trabalhadores, isto é, Sindicatos, Fóruns e Conselhos de Categorias Profissionais.

Comentário:

De acordo com um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional, **a postura do profissional na situação hipotética deverá ser de incentivo à atividade e confirmação de sua presença, confirmando seu posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (princípio V).**

Gabarito: letra C.

58. (FGV – 2022) No Código de Ética Profissional de 1993, a democracia é um dos princípios fundamentais, entendida como único padrão de organização política capaz de assegurar

(A) ética e direitos humanos.

(B) igualdade e distributividade.

(C) liberdade e equidade.

(D) autonomia e emancipação.

(E) universalidade e empoderamento.

Comentário:

No Código de Ética Profissional de 1993, a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social.



Gabarito: letra C.

59. (FGV – 2022) O Código de Ética Profissional de 1993 estrutura-se sobre um suporte teórico que fundamenta a concepção e os valores ético-políticos de suas prescrições. Esse suporte assenta-se

- (A) no estruturalismo.
- (B) na hermenêutica.
- (C) no pragmatismo.
- (D) na socialdemocracia.
- (E) no marxismo

Comentário:

O Projeto Ético-Político Profissional (PEP) do assistente social, que tem uma direção social de orientação marxista. Esse amadurecimento da profissão ocorreu a partir dos anos 80 e é fortalecido com a contribuição da pesquisa na área de Serviço Social, com as produções de conhecimento na pós-graduação e, também com os documentos da Lei da Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), do Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) e das Diretrizes da ABEPSS (1996).

Gabarito: letra E.

60. (FGV – 2022) O Art. 2º, inciso h, do Código de Ética Profissional do Assistente Social "assegura ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo o profissional obrigado a prestar serviços incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções". Caso seja convocado a colaborar no atendimento a vítimas de enchentes e deslizamentos, o assistente social deve:

- (A) atender à convocação, uma vez que tal ato constitui dever do assistente social;
- (B) atender à convocação, desde que publicada nominalmente em Diário Oficial;
- (C) recusar a convocação, uma vez que a secretaria de governo responsável dispõe de profissionais habilitados para tal;
- (D) recusar a convocação, uma vez que é vedado ao assistente social assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado;
- (E) atender à convocação por dever humanitário, uma vez que essa é a essência do Serviço Social.



Comentário:

O Código de Ética Profissional de 1993, no que se refere aos direitos e responsabilidades gerais do assistente social, dispõe que é um dever do profissional participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

Gabarito: letra A.

61. (FGV – 2022) O assistente social atua em variados espaços ocupacionais, interagindo com diferentes profissionais e compartilhando saberes de outras áreas de conhecimento. Essa realidade, a depender do grau de organização ou institucionalização, pode vir a constituir trabalho interdisciplinar. O Código de Ética Profissional de Serviço Social trata nos seguintes termos a relação do assistente social com outros profissionais:

- (A) veda a elaboração de pareceres conjuntos;
- (B) define como dever do assistente social incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;
- (C) estimula o trabalho interdisciplinar como forma de agilizar o atendimento ao usuário;
- (D) concebe o trabalho multidisciplinar como salto de qualidade na produção de novas práticas;
- (E) define como direito do assistente social incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.

Comentário:

O Código de Ética Profissional de Serviço Social dispõe, na relação do assistente social com outros profissionais (art. 10), que é um dever do profissional incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.

Gabarito: letra B.

62. (AOCF - 2021) Sobre o Código de Ética do Assistente Social, assinale a alternativa correta.

- A. O Código não pode prever todas as situações da área da saúde, contudo deve ser avaliado de acordo com a chefia da instituição.



- B. É resguardado ao profissional de Serviço Social o papel de realizar o regramento institucional e manter a ordem, evitando tensões e conflitos.
- C. O sigilo profissional descreve o que é confiado ao profissional pelo usuário.
- D. É direito do profissional exercer sua autoridade de maneira a limitar e direcionar o usuário a participar de ações de interesse público.
- E. É vedado ao Assistente Social acatar determinação institucional que fira os princípios e as diretrizes do Código de Ética profissional.

Comentário:

Uma das **vedações** aos assistentes sociais contidas no Código de Ética é **acatar determinação institucional que fira os princípios e as diretrizes** do Código de Ética profissional. Ou seja, se a instituição determinar algo que fira os princípios e diretrizes do Código de Ética, o profissional não deve acatar essa determinação.

Gabarito: letra E.

63. (OMNI - 2021) O Código de Ética do Profissional Assistente Social regulamenta, entre outros, o sigilo profissional, sobre isso, assinale a alternativa CORRETA:

- A. O sigilo profissional deve ser guardado em relação as informações que o Assistente Social tenha conhecimento nas ações que executa profissionalmente.
- B. Em uma relação psicossocial todas as informações acerca dos usuários devem ser compartilhadas.
- C. Não há proibição da revelação de sigilo pelo profissional Assistente Social.
- D. Revelar sigilo não é permitido em nenhuma condição.

Comentário:

De acordo com o Código de Ética, é vedado ao assistente social revelar sigilo profissional, sendo admissível somente quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

Gabarito: letra A.



64. (QUADRIX - 2021) O atual Código de Ética do Assistente Social foi instituído em 1993, a partir da necessidade de se estabelecer, no âmbito da categoria profissional, novos valores éticos, fundamentados em uma definição mais abrangente de compromisso com os usuários. Conforme o Código de Ética de 1993, assinale a alternativa incorreta.

- A. A violação do sigilo profissional é permitida em determinadas situações.
- B. É proibido ao assistente social substituir profissional que tenha sido exonerado, demitido ou transferido por defender os princípios da ética profissional, enquanto ainda existirem os motivos da exoneração, da demissão ou da transferência.
- C. O assistente social tem como dever denunciar aos órgãos competentes toda forma de censura, cerceamento da liberdade ou policiamento de comportamentos, salvo se sofrer algum tipo de ameaça.
- D. Quando ocupante de cargo de chefia, o assistente social tem o dever de liberar subordinados que desejem participar de estudos e pesquisas, com o objetivo de aprimorar-se profissionalmente.
- E. Caso receba a pena de suspensão, o profissional terá o exercício interditado, em todos os estados brasileiros, por, no máximo, dois anos.

Comentário:

A questão pede a alternativa incorreta. Vejamos:

- A. Correto.** A violação do sigilo profissional é permitida quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.
- B. Correto.** É uma vedação contida no art. 4º do Código de Ética.
- C. Errado.** O assistente social tem como dever denunciar aos órgãos competentes toda forma de censura, cerceamento da liberdade ou policiamento de comportamentos. A expressão "salvo se sofrer algum tipo de ameaça" deixa a alternativa incorreta.
- D. Correto.** São deveres do assistente social mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado/a, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos/as.
- E. Correto.** A pena de suspensão acarreta ao/a assistente social a interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de 30 (trinta) dias a 2 (dois) anos.

Gabarito: letra C.



65. (ITAME - 2020) O “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”, refere-se

- A. a uma atribuição privativa do assistente social preconizada na lei de regulamentação da profissão.
- B. a um dever profissional preconizado no Código de Ética profissional do assistente social de 1993.
- C. a um princípio do Código de Ética Profissional do assistente social de 1993.
- D. a uma competência profissional preconizada na lei de regulamentação da profissão.

Comentário:

A questão trouxe um dos **princípios fundamentais** contidos no Código de Ética de 1993. Vamos lembrá-los?

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- **Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;**
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Gabarito: letra C.

66. (IBADE - 2020) De acordo com o Art 1º do Código de Ética do Serviço Social, assinale a alternativa que corresponda a uma das competências do Conselho Federal de Serviço Social.



- A. Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais
- B. Introduzir alteração neste código, através de uma ampla participação da categoria, num processo desenvolvido em ação conjunta com os Conselhos Regionais
- C. Assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros, mesmo que executados sob sua orientação
- D. Substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência
- E. Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as

Comentário:

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

De acordo com art. 1º do Código de Ética, compete ao CFESS:

- a. zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, fiscalizando as ações dos Conselhos Regionais e a prática exercida pelos profissionais, instituições e organizações na área do Serviço Social;
- b. introduzir alteração neste Código, através de uma ampla participação da categoria, num processo desenvolvido em ação conjunta com os Conselhos Regionais;
- c. como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na observância deste Código e nos casos omissos.

Gabarito: letra B.



LISTA DE QUESTÕES – CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL - FGV

1. (FGV - 2025 - Prefeitura de Canaã dos Carajás - PA) Para muitos autores vinculados à matriz crítica do pensamento social, o Código de Ética do Serviço Social de 1986 é considerado como um divisor de águas, porque

- A) estabelece a igualdade entre ética e moral nas ações de intervenção profissional.
- B) assume a função de normatizar as condutas profissionais por meio de uma absolutização de valores.
- C) rompe com concepções éticas imutáveis e abstratas, idealistas e metafísicas de bem comum e pessoa humana.
- D) descarta os fundamentos ontológicos do ser social como a base de constituição das capacidades humanas.
- E) remete ao caráter normativo e jurídico que regulamentam a profissão no que concerne às implicações éticas de sua ação.

2. (FGV - 2025 - Prefeitura de Canaã dos Carajás - PA) Com relação ao Código de Ética do Assistente Social, analise os itens a seguir.

- I. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária.
- II. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do Código.
- III. Reconhecimento da igualdade como valor ético superior à liberdade individual e como central para a emancipação coletiva.

Pertence ao Código de Ética o que se indica em:

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) III, apenas.



3. (FGV - 2025 - Prefeitura de São José dos Campos - SP) A efetivação dos princípios contidos no Código de Ética de 1993 indicam, para Iamamoto (2000), um novo modo de operar o trabalho profissional, que condensa e materializa a recusa ao (à)

- A) tecnicismo.
- B) instrumentalidade.
- C) práxis.
- D) corporativismo.
- E) historicidade.

4. (FGV - 2025 - DPE-RO - Analista em Assistência Social) O Código de Ética Profissional do Assistente Social estabelece princípios fundamentais que orientam a atuação desse profissional. Com base nesse Código, assinale a alternativa correta:

- A) A defesa incondicional da livre iniciativa e do mercado como reguladores exclusivos das políticas sociais.
- B) A garantia da primazia dos interesses individuais sobre os coletivos no atendimento socioassistencial.
- C) O compromisso com a equidade e a justiça social, visando à eliminação das desigualdades e à defesa dos direitos humanos.
- D) O posicionamento apolítico do assistente social no exercício da profissão.
- E) A subordinação do exercício profissional exclusivamente aos interesses dos empregadores.

5. (FGV - 2025 - TRT - 24ª REGIÃO (MS)) Sobre os deveres do assistente social, de acordo com o Código de Ética vigente, assinale a afirmativa correta.

- A) Ter o sentido de justiça, empregando o máximo de seus conhecimentos e o melhor de sua capacidade profissional, para a solução dos vários problemas sociais.
- B) Privilegiar práticas coletivas com os usuários no sentido de possibilitar a sua participação no processo de decisão e gestão institucional.
- C) Guardar rigoroso sigilo, mesmo em depoimentos judiciais, sobre o que saiba em razão do seu ofício.
- D) Zelar pela família, defendendo a prioridade dos seus direitos e encorajando as medidas que favoreçam sua estabilidade e integridade.
- E) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.



6. (FGV - 2025 - SEASIC-SE) Guerra (2013), ao analisar os princípios do Código de Ética do/a Assistente Social, afirma que o décimo princípio é um dos mais fundamentais, pois dele decorrem

- A) direitos de primeira e segunda gerações destinados às demandas dos usuários.
- B) atribuições e competências que iluminam o cotidiano da prática profissional.
- C) propostas para a construção de uma nova ordem societária livre de dominação de classe.
- D) compromissos socioprofissionais e políticos da maior relevância.
- E) vínculos com a classe trabalhadora para viabilizar a socialização da riqueza socialmente produzida.

7. (FGV - 2025 - SEASIC-SE) O sétimo princípio fundamental do Código de Ética do/a Assistente Social diz respeito à garantia do pluralismo. Forti (2013) chama a atenção para o fato de que, na profissão, o pluralismo é recorrentemente identificado como sinônimo de

- A) dogmatismo.
- B) ecletismo.
- C) sectarismo.
- D) pragmatismo.
- E) holismo.

8. (FGV - 2025 - SEASIC-SE) No que concerne ao Código de Ética Profissional vigente, Netto (2013) avalia que uma de suas características reside no fato de que houve um esforço para articular os seus princípios fundamentais com o(a):

- A) Teoria marxista.
- B) Conjuntura social.
- C) Economia política.
- D) Operacionalização do exercício profissional.
- E) Metodologia do Serviço Social.

9. (FGV - 2025 - EBSEERH) O conjunto das conquistas efetivadas no Código de Ética de 1986 pode ser resumido no seguinte aspecto:



- A) presença de traços da renovação profissional no contexto da modernização conservadora.
- B) referência a uma concepção de humano genérico.
- C) desvelamento do caráter político da intervenção ética.
- D) existência de uma hierarquia social nas funções exercidas por cada ser.
- E) supressão das referências democrático-liberais em favor do tecnicismo.

10. (FGV - 2025 - EBSEH) O valor de caráter humano-genérico mais central do Código de Ética de 1993, que indica a sua finalidade ético-política mais genérica é a:

- A) emancipação.
- B) liberdade.
- C) justiça social.
- D) equidade.
- E) democracia.

11. (FGV - 2025 - EBSEH) De acordo com o Código de Ética de 1993, constitui um direito do assistente social

- A) a viabilização da alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as demandas da população usuária.
- B) o desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.
- C) a participação de programas de socorro à população em situação de calamidade pública.
- D) a contribuição para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
- E) o incentivo, sempre que possível, da prática profissional interdisciplinar.

12. (FGV - 2025 - EBSEH) Nas relações com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil, é vedado ao assistente social

- A) compactuar com o exercício ilegal da profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais.
- B) valer-se de posição ocupada na direção de entidade da categoria para obter vantagens pessoais, diretamente ou através de terceiros.
- C) devolver as informações colhidas em estudos e pesquisas aos usuários, para que eles possam usá-las para o fortalecimento dos próprios interesses.



D) depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.

E) adulterar resultados e fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos de que tome conhecimento.

13. (FGV - 2024 - Prefeitura de Caraguatatuba - SP) Sobre os princípios do Código de Ética do Assistente Social, segundo a Lei nº 8.662/1993, analise as afirmativas a seguir.

I. A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo.

II. O reconhecimento da liberdade como valor ético central.

III. O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e o incentivo à diversidade.

Está correto o que se afirma em

A) I, apenas.

B) I e II, apenas.

C) I e III, apenas.

D) II e III, apenas.

E) I, II e III.

14. (FGV - 2024 - Prefeitura de Caraguatatuba - SP) O Código de Ética do Assistente Social prevê que as ações listadas a seguir são vedadas ao Assistente Social na relação com os profissionais.

I. Prevaler-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade.

II. Ser conivente com falhas éticas de acordo com os princípios do Código e com erros técnicos praticados por Assistente Social ou qualquer outro profissional.

III. Prejudicar deliberadamente o trabalho e a reputação de outro profissional.

Está vedado o que se afirma em

A) I, II e III.

B) II e III, apenas.

C) I e III, apenas.

D) I e II, apenas.

E) II, apenas.



15. (FGV - 2024 - EBSEH) Sobre o sigilo profissional, nos termos previstos no Código de Ética Profissional vigente, assinale a afirmativa correta.

- A) Guardar rigoroso sigilo, mesmo em depoimentos judiciais, sobre o que saiba em razão de seu ofício.
- B) A quebra do sigilo só é admissível quando se tratar de situação que traga prejuízos à classe trabalhadora.
- C) Em trabalho multidisciplinar, as informações só podem ser prestadas dentro dos limites do estritamente necessário
- D) O sigilo só poderá ser revelado pelo Assistente Social depois de esgotados todos os esforços para que o usuário o revele.
- E) O Assistente Social está obrigado a guardar segredo das confidências recebidas e dos fatos de que tome conhecimento.

16. (FGV – 2023) Um dos princípios de nosso Código de Ética é o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”. Neste sentido, com base em seu compromisso ético no ambiente de trabalho, o Assistente Social deve manter, entre outras, as seguintes condutas, à exceção de uma. Assinale-a.

- A. Desconsiderar o respeito às diversas identidades heteronormativas e suas formas de expressão afetiva e sexual.
- B. Exercer a profissão sem discriminar alguém por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.
- C. Contribuir para o fortalecimento de um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem social, sem dominação, exploração de classe, etnia ou gênero.
- D. Posicionar-se em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.
- E. Defender de forma intransigente os direitos humanos e recusar o arbítrio e o autoritarismo.

17. (FGV – 2023) Ao discutir a Ética, há que se levar em conta que os valores não valem em si mesmos. “Ao se tornar um valor abstrato, seu conteúdo e significado podem ser interpretados por diferentes perspectivas, tendendo a expressar as visões ideológicas que dominam na sociedade” (Barroco, 2022). A partir dessa assertiva, é correto afirmar que os valores presentes no Código de Ética do Assistente Social têm como referência histórica a(s):

- A. dinâmica da sociedade fundada em inúmeras divisões entre as ideias e o mundo concreto;
- B. mediação da práxis, dirigida a uma intervenção humana que visa a transformar a realidade;
- C. lutas dos trabalhadores e dos grupos discriminados socialmente;
- D. afirmação dos direitos humanos, tendo em vista o horizonte de uma consciência crítica;



E. formas de expressão das relações sociais fundadas na exploração do trabalho.

18. (FGV – 2023) Os ambientes de trabalho são permeados por relações de poder e por conflitos que refletem assimetrias/desigualdades de classe, raça, gênero, sexualidade, gerações, entre outras. Com base na Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social e com o Código de Ética Profissional, assinale a afirmativa correta.

- A. Cabe ao profissional de Serviço Social favorecer a superação de tais assimetrias em busca de um acordo favorável a todas as partes.
- B. Recomenda-se o posicionamento neutro e imparcial do profissional de Serviço Social na conciliação entre as partes envolvidas no conflito.
- C. O profissional é recrutado para atenuar os conflitos e tensões e fortalecer os laços de solidariedade, visando ao bem comum e à saúde no ambiente de trabalho.
- D. Cabe ao profissional planejar, organizar e administrar programas e projetos orientados pela defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo
- E. O Assistente Social será responsável por instituir um ambiente de trabalho marcado pela cultura da paz e pela superação dos conflitos.

19. (FGV – 2023) Constituem infrações disciplinares previstas no Código de Ética Profissional do Assistente Social as seguintes ações, à exceção de uma. Assinale-a.

- A. Exercer a Profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos ou impedidos.
- B. Não cumprir, no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou autoridade dos Conselhos, em matéria destes, depois de regularmente notificado.
- C. Abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.
- D. Participar de instituição que, tendo por objeto o Serviço Social, não esteja inscrita no Conselho Regional.
- E. Fazer ou apresentar declaração, documento falso ou adulterado, perante o Conselho Regional ou Federal.

20. (FGV – 2023) Avalie, com base no Código de Ética do Assistente Social, se deveres do assistente social incluem:

- I. Ser solidário com outros profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código.
- II. Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.
- III. Respeitar as normas e os princípios éticos das outras profissões.



IV. Prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade.

Estão corretos apenas

- A. I e II.
- B. III e IV.
- C. I, II e III.
- D. I, III e IV.
- E. II, III e IV.

21. (FGV – 2023) O Artigo 5º do Código de Ética do Assistente Social afirma que “são deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as” democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as. Assinale a opção que se contrapõe a este artigo.

- A. Os registros dos assistentes sociais devem ser sistematizados e analisados, visando estruturar um projeto de intervenção.
- B. Os programas institucionais devem contar com a participação dos/das trabalhadores/as.
- C. As informações contidas nos registros profissionais não devem, em hipótese alguma, constituir base de propostas profissionais.
- D. O acesso à informação é um direito dos/das trabalhadores/as.
- E. Os registros individuais dos/as trabalhadores/as atendidos/as pelos assistentes sociais são protegidos pelo sigilo profissional.

22. (FGV – 2023) Considerando os princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social, assinale a opção que não está de acordo com o prescrito na normativa profissional.

- A) A articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos mesmos princípios e com a luta geral dos trabalhadores.
- B) A defesa da democracia, enquanto socialização da participação partidária e da riqueza socialmente produzida.
- C) O exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física.
- D) O compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.
- E) A garantia do pluralismo, respeitando as correntes democráticas existentes e o compromisso com o constante aprimoramento intelectual.



23. (FGV – 2023) Avalie, com base no Código de Ética Profissional do Assistente Social, se os deveres do Assistente Social, nas suas relações com os usuários, incluem:

I. Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais. II. Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários. III. Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados. IV. Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.

Está correto o que se afirma em

- A) I e II, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

24. (FGV – 2023) Considerando o Código de Ética Profissional do Assistente Social, avalie se os direitos do Assistente Social incluem: I. Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional. II. Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos. III. Ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções. Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

25. (FGV – 2022) No Código de Ética Profissional de 1993, a democracia é um dos princípios fundamentais, entendida como único padrão de organização política capaz de assegurar

- (A) ética e direitos humanos.
- (B) igualdade e distributividade.
- (C) liberdade e equidade.



- (D) autonomia e emancipação.
- (E) universalidade e empoderamento.

26. (FGV – 2022) O Código de Ética Profissional de 1993 estrutura-se sobre um suporte teórico que fundamente a concepção e os valores ético-políticos de suas prescrições. Esse suporte assenta-se

- (A) no estruturalismo.
- (B) na hermenêutica.
- (C) no pragmatismo.
- (D) na socialdemocracia.
- (E) no marxismo

27. (FGV – 2022) O Art. 2º, inciso h, do Código de Ética Profissional do Assistente Social "assegura ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo o profissional obrigado a prestar serviços incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções". Caso seja convocado a colaborar no atendimento a vítimas de enchentes e deslizamentos, o assistente social deve:

- (A) atender à convocação, uma vez que tal ato constitui dever do assistente social;
- (B) atender à convocação, desde que publicada nominalmente em Diário Oficial;
- (C) recusar a convocação, uma vez que a secretaria de governo responsável dispõe de profissionais habilitados para tal;
- (D) recusar a convocação, uma vez que é vedado ao assistente social assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado;
- (E) atender à convocação por dever humanitário, uma vez que essa é a essência do Serviço Social.

28. (FGV – 2022) O assistente social atua em variados espaços ocupacionais, interagindo com diferentes profissionais e compartilhando saberes de outras áreas de conhecimento. Essa realidade, a depender do grau de organização ou institucionalização, pode vir a constituir trabalho interdisciplinar. O Código de Ética Profissional de Serviço Social trata nos seguintes termos a relação do assistente social com outros profissionais:

- (A) veda a elaboração de pareceres conjuntos;
- (B) define como dever do assistente social incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;



- (C) estimula o trabalho interdisciplinar como forma de agilizar o atendimento ao usuário;
- (D) concebe o trabalho multidisciplinar como salto de qualidade na produção de novas práticas;
- (E) define como direito do assistente social incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.

29. (FGV – 2022) Na aplicação dos pressupostos éticos do Serviço Social na prática profissional, o princípio da ampliação da cidadania impõe ao Assistente Social o desafio de articular

- A) a relação teoria-prática, a fim de que a primeira não se sobreponha à segunda, gerando uma ação distorcida da realidade.
- B) o estabelecimento de critérios para acesso aos programas e políticas sociais que sejam o reflexo das demandas colocadas pelos usuários.
- C) as mediações necessárias para a gestão dos recursos públicos disponíveis em consonância com a missão institucional.
- D) as estratégias de intervenção na dinâmica institucional com a dos sujeitos coletivos que lutam pela ampliação dos direitos sociais.
- E) o conhecimento sobre a correlação de forças presente na instituição, os programas oferecidos por ela e o cotidiano dos usuários.

30. (FGV – 2022) O Código de Ética do Assistente Social direciona o trabalho profissional e possui um fundamento ontológico. Seus onze princípios fundamentais estão entrelaçados dentro desta concepção. Um destes princípios estabelece a “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.”, o que requer um compromisso claro com

- A) a formação profissional crítica e de qualidade.
- B) a luta da classe trabalhadora.
- C) o desenvolvimento do politicismo na profissão.
- D) a erradicação do capitalismo.
- E) o processo de emancipação humana.

31. (FGV – 2022) No estudo social remetido ao juiz da Vara de Família, a assistente social, ao descrever os contornos de uma disputa entre mãe e filha pela guarda do neto, destaca, entre outras acusações proferidas pela avó, o fato de a mãe da criança ter feito dois abortos. Conforme o Código de Ética Profissional de Serviço Social, o dever do sigilo:



- A) foi violado, pois o aborto é crime no Brasil e essa informação não se enquadra nas condições de admissibilidade estabelecidas no Código de Ética;
- B) não foi violado, já que o principal argumento da avó para requerer a guarda do neto se baseia nesta informação;
- C) não foi violado, já que o estudo social está dirigido ao juiz e a assistente social, por respeito à hierarquia e tendo em conta que ele também está obrigado ao sigilo, pode registrar a informação;
- D) não foi violado, já que as informações contidas num estudo social têm caráter testemunhal, ao qual o dever de sigilo está subordinado;
- E) foi violado, já que o acesso ao conteúdo de estudos sociais requeridos por juízes é bastante amplo, podendo causar possíveis prejuízos aos jurisdicionados.

32. (FGV – 2021) Os deveres do Assistente Social, nas suas relações com os usuários e com as instituições empregadoras, estão estabelecidos no Código de Ética do Assistente Social. Sobre os deveres do AS, assinale a afirmativa correta.

- A) Resguardam a inviolabilidade do local de trabalho e os respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional.
- B) Expressam as preocupações com o exercício profissional e com a garantia dos direitos sociais dos usuários das políticas sociais.
- C) Indicam, como atribuição privativa do Assistente Social, estabelecer as normas e as rotinas institucionais.
- D) Incentivam a participação nos movimentos sociais vinculados à luta pela ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

33. (FGV – 2021) Um dos princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social é o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. Este princípio diz respeito

- A) à construção de uma comunidade em que todos os indivíduos possam ter acesso amplo a todas as objetivações, desenvolvendo amplamente sua potencialidade.
- B) àquele que é diferente do padrão dominante na sua forma de pensar, de se manifestar, de agir, de expressar sua individualidade.
- C) à tendência de unificação das diferenças sexuais, raciais e sociais com vistas ao enfrentamento do preconceito.
- D) ao constante aperfeiçoamento intelectual, possibilitando compreender os processos constituintes da discriminação e do estigma.



E) à compreensão crítica da realidade, bem como as dimensões da questão social para contribuir com o processo de efetivação e ampliação de direitos.

34. (FGV – 2019) De acordo com o Código de Ética, a articulação do trabalho do Assistente Social com as lutas gerais dos trabalhadores é um(a)

- A. valor.
- B. prática profissional.
- C. atribuição privativa.
- D. princípio fundamental.
- E. juízo pessoal.

35. (FGV - 2018) Quando intimado perante a autoridade competente a prestar depoimento como testemunha, o Assistente Social deverá comparecer e declarar que

- A. está obrigado a guardar sigilo profissional, sendo vedado depor na condição de testemunha.
- B. não poderá depor caso o motivo da intimação tenha ocorrido fora de seu lugar de trabalho.
- C. seu testemunho restringir-se-á ao estritamente necessário, desde que não exponha o que lhe foi dito em atendimento.
- D. é atribuição privativa contribuir com a justiça naquilo que for objeto de intervenção profissional.
- E. deverá, primeiro, inteirar-se do que deverá testemunhar e, em seguida, pedir permissão ao CRESS para este ato.



GABARITO

1. C
2. B
3. A
4. C
5. E
6. D
7. B
8. D
9. C
10. A
11. B
12. B
13. B
14. A
15. C
16. A
17. C
18. D
19. C
20. C
21. C
22. B
23. E
24. E
25. C
26. E
27. A
28. B
29. D
30. E
31. A
32. B
33. B
34. D
35. A



QUESTÕES COMENTADAS – CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL - FGV

1. (FGV - 2025 - Prefeitura de Canaã dos Carajás - PA) Para muitos autores vinculados à matriz crítica do pensamento social, o Código de Ética do Serviço Social de 1986 é considerado como um divisor de águas, porque

- A) estabelece a igualdade entre ética e moral nas ações de intervenção profissional.
- B) assume a função de normatizar as condutas profissionais por meio de uma absolutização de valores.
- C) rompe com concepções éticas imutáveis e abstratas, idealistas e metafísicas de bem comum e pessoa humana.
- D) descarta os fundamentos ontológicos do ser social como a base de constituição das capacidades humanas.
- E) remete ao caráter normativo e jurídico que regulamentam a profissão no que concerne às implicações éticas de sua ação.

Comentário:

A alternativa correta é: **C) rompe com concepções éticas imutáveis e abstratas, idealistas e metafísicas de bem comum e pessoa humana.**

O Código de Ética do Serviço Social de 1986 representou uma profunda transformação na concepção ética da profissão. **Ele rompe com a tradição conservadora e abstrata** que predominava nos códigos anteriores, como os de 1947, 1965 e 1975, que se baseavam em uma moral normativa, despolitizada e universalizante.

Esse novo código assume uma **perspectiva crítica, histórica e dialética**, alinhada à **matriz marxista**, valorizando:

- A **historicidade do sujeito** e suas **contradições de classe**;
- A **liberdade como valor ético central**;
- A **defesa intransigente dos direitos humanos**;
- A **justiça social** como horizonte da prática profissional.

Em relação às demais alternativas:

A) Incorreta. O Código de Ética de 1986 **diferencia ética e moral**. A ética é entendida como uma construção histórica, crítica e política, enquanto a moral é vista como um conjunto de normas e valores já estabelecidos, que podem ser conservadores e despolitizados. O código rompe com uma moral normativa e abstrata, não busca igualá-la à ética.



B) Incorreta. O Código de 1986 **não absolutiza valores**, ao contrário, ele rejeita a imposição de princípios universais e atemporais. Ele propõe uma ética **dialética e histórica**, que considera as contradições sociais e os contextos concretos da prática profissional.

D) Incorreta. O Código de Ética de 1986 **valoriza os fundamentos ontológicos do ser social**, especialmente a historicidade, a socialidade e as contradições de classe. Ele parte da concepção de que o ser humano é um sujeito histórico e social, em constante transformação.

E) Incorreta. Embora o Código de Ética tenha implicações normativas, **ele não se limita ao caráter jurídico**. Sua principal contribuição é **política e filosófica**, ao redefinir os fundamentos éticos da profissão com base em uma perspectiva crítica e emancipatória.

Gabarito: C.

2. (FGV - 2025 - Prefeitura de Canaã dos Carajás - PA) Com relação ao Código de Ética do Assistente Social, analise os itens a seguir.

I. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária.

II. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do Código.

III. Reconhecimento da igualdade como valor ético superior à liberdade individual e como central para a emancipação coletiva.

Pertence ao Código de Ética o que se indica em:

A) I, II e III.

B) I e II, apenas.

C) II e III, apenas.

D) II e III, apenas.

E) III, apenas.

Comentário:

Vamos analisar os itens:

Item I – Correto

“Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária.”

Esse é um dos **princípios fundamentais** do Código de Ética. Ele expressa o compromisso da profissão com a **transformação social**, a luta contra a exploração e a construção de uma sociedade **sem dominação de classe, etnia ou gênero**.



Item II – Correto

“Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do Código.”

Também está presente no Código. O/a assistente social deve **se articular com outros sujeitos sociais e categorias profissionais** que compartilhem dos mesmos valores ético-políticos, como a defesa dos direitos humanos, da democracia e da justiça social.

Item III – Incorreto

“Reconhecimento da igualdade como valor ético superior à liberdade individual...”

Aqui está o **erro sutil**: o Código de Ética reconhece a **liberdade como valor ético central**, não a igualdade como superior. A liberdade é vista como **condição para a emancipação humana**, e está diretamente ligada à autonomia e à ação transformadora.

Gabarito: B.

3. (FGV - 2025 - Prefeitura de São José dos Campos - SP) A efetivação dos princípios contidos no Código de Ética de 1993 indicam, para Iamamoto (2000), um novo modo de operar o trabalho profissional, que condensa e materializa a recusa ao (à)

- A) tecnicismo.
- B) instrumentalidade.
- C) práxis.
- D) corporativismo.
- E) historicidade.

Comentário:

A alternativa correta é: **A) tecnicismo**.

Segundo Iamamoto (2000), o Código de Ética de 1993 representa uma **reconfiguração profunda do exercício profissional**, ao incorporar princípios que vão além da simples aplicação técnica. Ele propõe uma prática **comprometida com valores ético-políticos**, como liberdade, justiça social, democracia e defesa dos direitos humanos.

Ao fazer isso, o Código **rompe com o tecnicismo**, que é a visão reducionista da profissão como mera execução de técnicas e procedimentos, desprovida de reflexão crítica e compromisso social. A efetivação dos princípios do Código de 1993 exige que o assistente social:

- **Articule teoria e prática** de forma crítica e transformadora;
- **Rejeite a neutralidade profissional**, assumindo posicionamentos éticos diante das desigualdades sociais;



- **Valorize a dimensão política da intervenção**, reconhecendo o papel do Serviço Social na luta por direitos e cidadania.

Portanto, a recusa ao tecnicismo é central para consolidar um novo modo de operar o trabalho profissional, que não se limita à técnica, mas se orienta por uma **práxis crítica e emancipatória**.

Gabarito: A.

4. (FGV - 2025 - DPE-RO - Analista em Assistência Social) O Código de Ética Profissional do Assistente Social estabelece princípios fundamentais que orientam a atuação desse profissional. Com base nesse Código, assinale a alternativa correta:

- A) A defesa incondicional da livre iniciativa e do mercado como reguladores exclusivos das políticas sociais.
- B) A garantia da primazia dos interesses individuais sobre os coletivos no atendimento socioassistencial.
- C) O compromisso com a equidade e a justiça social, visando à eliminação das desigualdades e à defesa dos direitos humanos.
- D) O posicionamento apolítico do assistente social no exercício da profissão.
- E) A subordinação do exercício profissional exclusivamente aos interesses dos empregadores.

Comentário:

A alternativa correta é: **C) O compromisso com a equidade e a justiça social, visando à eliminação das desigualdades e à defesa dos direitos humanos.**

O **Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993** estabelece uma orientação ética e política que rompe com a neutralidade e com a visão tecnicista da profissão. Ele afirma o compromisso do assistente social com a **transformação social**, a **emancipação humana** e a **defesa intransigente dos direitos humanos**.

Entre seus princípios fundamentais estão:

- **Liberdade como valor ético central**
- **Compromisso com a justiça social e equidade**
- **Valorização da democracia e da participação popular**
- **Combate às desigualdades sociais, econômicas e políticas**

As demais alternativas estão **incorretas** porque:

- **A)** Defende o mercado como regulador exclusivo, o que contraria o compromisso com os direitos sociais universais.
- **B)** Prioriza interesses individuais, enquanto o código valoriza o coletivo e a justiça social.



- **D)** Propõe neutralidade política, que é rejeitada pelo código, pois o assistente social atua de forma crítica e engajada.
- **E)** Subordina o profissional aos empregadores, ignorando sua autonomia e compromisso ético com os usuários e a sociedade.

Gabarito: C.

5. (FGV - 2025 - TRT - 24ª REGIÃO (MS)) Sobre os deveres do assistente social, de acordo com o Código de Ética vigente, assinale a afirmativa correta.

- A) Ter o sentido de justiça, empregando o máximo de seus conhecimentos e o melhor de sua capacidade profissional, para a solução dos vários problemas sociais.
- B) Privilegiar práticas coletivas com os usuários no sentido de possibilitar a sua participação no processo de decisão e gestão institucional.
- C) Guardar rigoroso sigilo, mesmo em depoimentos judiciais, sobre o que saiba em razão do seu ofício.
- D) Zelar pela família, defendendo a prioridade dos seus direitos e encorajando as medidas que favoreçam sua estabilidade e integridade.
- E) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.

Comentário:

A alternativa correta é: **E) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.**

De acordo com art. 5º do Código de Ética de 1993:

Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as:

a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;

Gabarito: E.

6. (FGV - 2025 - SEASIC-SE) Guerra (2013), ao analisar os princípios do Código de Ética do/a Assistente Social, afirma que o décimo princípio é um dos mais fundamentais, pois dele decorrem

- A) direitos de primeira e segunda gerações destinados às demandas dos usuários.
- B) atribuições e competências que iluminam o cotidiano da prática profissional.
- C) propostas para a construção de uma nova ordem societária livre de dominação de classe.



D) compromissos socioprofissionais e políticos da maior relevância.

E) vínculos com a classe trabalhadora para viabilizar a socialização da riqueza socialmente produzida.

Comentário:

A alternativa correta é: **D) compromissos socioprofissionais e políticos da maior relevância.**

O décimo princípio do Código de Ética do/a Assistente Social — **“Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”** — é considerado por Guerra (2013) como um dos mais fundamentais porque **expressa a articulação entre a dimensão técnica e a dimensão política da profissão.**

Esse princípio não se limita à excelência técnica, mas aponta para:

- A **responsabilidade social do/a assistente social** diante da população usuária;
- A **necessidade de constante aprimoramento intelectual**, como forma de qualificar a intervenção profissional;
- A **vinculação da competência técnica à ética e ao compromisso político**, especialmente com os interesses da classe trabalhadora;
- A **materialização do projeto ético-político da profissão**, que exige atuação crítica, reflexiva e transformadora.

Vamos relembrar os 11 princípios do Código de Ética:

1. **Liberdade como valor ético central:** Reconhecimento da autonomia, emancipação e desenvolvimento pleno dos sujeitos sociais.
2. **Defesa intransigente dos direitos humanos:** Recusa ao arbítrio, autoritarismo e qualquer forma de opressão.
3. **Ampliação e consolidação da cidadania:** Garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras.
4. **Aprofundamento da democracia:** Promoção da participação política e da socialização da riqueza produzida.
5. **Equidade e justiça social:** Universalidade de acesso aos bens e serviços sociais e gestão democrática das políticas públicas.
6. **Combate a todas as formas de preconceito:** Valorização da diversidade e respeito às diferenças sociais, culturais e identitárias.
7. **Garantia do pluralismo:** Respeito às correntes teóricas democráticas e compromisso com o aprimoramento intelectual.
8. **Vinculação a um projeto de sociedade sem dominação:** Compromisso com a construção de uma ordem social justa, sem exploração de classe, etnia ou gênero.



9. **Articulação com movimentos sociais e outras categorias profissionais:** Fortalecimento da luta coletiva dos/as trabalhadores/as.
10. **Compromisso com a qualidade dos serviços e competência profissional:** Aprimoramento contínuo e responsabilidade técnica e ética no atendimento à população.
11. **Exercício profissional sem discriminação:** Respeito à dignidade humana, sem discriminar nem ser discriminado por classe, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade ou condição física.

Gabarito: D.

7. (FGV - 2025 - SEASIC-SE) O sétimo princípio fundamental do Código de Ética do/a Assistente Social diz respeito à garantia do pluralismo. Forti (2013) chama a atenção para o fato de que, na profissão, o pluralismo é recorrentemente identificado como sinônimo de

- A) dogmatismo.
- B) ecletismo.
- C) sectarismo.
- D) pragmatismo.
- E) holismo.

Comentário:

Alternativa Correta: **B) Ecletismo.**

Segundo Valeria Lucilia Forti, o **pluralismo**, como princípio ético-político do Serviço Social, **não deve ser confundido com o ecletismo**. Essa confusão é recorrente e problemática.

Pluralismo no Código de Ética:

- Refere-se à **valorização da diversidade de ideias, concepções teóricas, políticas e culturais**.
- Está **alinhado com os princípios democráticos** e com o **projeto ético-político da profissão**.
- Implica **rigor teórico e compromisso político** com a transformação social.

Ecletismo, por outro lado:

- É a **junção indiscriminada de vertentes teóricas distintas**, sem critério ou coerência.
- Pode levar à **neutralidade aparente**, como se todas as teorias fossem equivalentes.
- Enfraquece a **consistência teórico-metodológica** da prática profissional.
- É visto como uma “sopa metodológica” que compromete a clareza e o posicionamento político do/a assistente social.

Forti alerta que essa confusão pode:



- **Diluir o compromisso ético-político** da profissão.
- **Fragilizar a intervenção profissional.**
- **Desresponsabilizar o/a profissional** diante das implicações sociais de suas escolhas teóricas.

Em relação às demais alternativas:

A) Dogmatismo: é o oposto do pluralismo; não há confusão entre os dois.

C) Sectarismo: refere-se à rigidez ideológica, também oposto ao pluralismo.

D) Pragmatismo: diz respeito à prática imediata e utilitária, não é confundido com pluralismo.

E) Holismo: é uma abordagem integradora, mas não se confunde com pluralismo no contexto crítico do Serviço Social.

Gabarito: B.

8. (FGV - 2025 - SEASIC-SE) No que concerne ao Código de Ética Profissional vigente, Netto (2013) avalia que uma de suas características reside no fato de que houve um esforço para articular os seus princípios fundamentais com o(a):

- A) Teoria marxista.
- B) Conjuntura social.
- C) Economia política.
- D) Operacionalização do exercício profissional.
- E) Metodologia do Serviço Social.

Comentário:

Alternativa Correta: **D) Operacionalização do exercício profissional**

Segundo Netto (2013), uma das **características marcantes do Código de Ética Profissional vigente** é o esforço de **articular os princípios fundamentais com a prática concreta da profissão** — ou seja, com a **operacionalização do exercício profissional**.

Isso significa que:

- O Código não se limita a enunciar valores abstratos.
- Ele busca **traduzir esses princípios em ações práticas**, orientando o cotidiano do/a assistente social.
- Há uma preocupação em **vincular ética e prática**, garantindo coerência entre o que se defende e o que se faz.



Essa articulação fortalece o **projeto ético-político da profissão**, pois permite que os valores como liberdade, justiça social, democracia e pluralismo sejam efetivamente incorporados nas intervenções profissionais.

Gabarito: D.

9. (FGV - 2025 - EBSEH) O conjunto das conquistas efetivadas no Código de Ética de 1986 pode ser resumido no seguinte aspecto:

- A) presença de traços da renovação profissional no contexto da modernização conservadora.
- B) referência a uma concepção de humano genérico.
- C) desvelamento do caráter político da intervenção ética.
- D) existência de uma hierarquia social nas funções exercidas por cada ser.
- E) supressão das referências democrático-liberais em favor do tecnicismo.

Comentário:

Alternativa correta: C) **desvelamento do caráter político da intervenção ética**.

Segundo Barroco e Terra (2012), esse código trouxe conquistas fundamentais que podem ser sintetizadas no **desvelamento do caráter político da intervenção ética**, como:

- A prática profissional passou a ser reconhecida como **politicamente situada**, e não neutra ou imparcial.
- O assistente social deixou de ser visto como mero executor de políticas, assumindo um papel **crítico e comprometido com os interesses da classe trabalhadora**.
- A ética profissional passou a dialogar com a **realidade social concreta**, reconhecendo os sujeitos como detentores de direitos e inseridos em relações de classe.

As demais alternativas estão **incorretas** porque:

- A) A modernização conservadora é justamente o contexto que o código busca superar.
- B) O código rompe com a ideia de humano genérico, ao explicitar o caráter de classe dos usuários.
- D) A hierarquia social não é reafirmada, mas criticada.
- E) O código de 1986 não suprime referências democrático-liberais em favor do tecnicismo, mas sim rompe com o tecnicismo e avança na direção de uma ética crítica.

Gabarito: C.

10. (FGV - 2025 - EBSEH) O valor de caráter humano-genérico mais central do Código de Ética de 1993, que indica a sua finalidade ético-política mais genérica é a:

- A) emancipação.



- B) liberdade.
- C) justiça social.
- D) equidade.
- E) democracia.

Comentário:

Alternativa correta: **A) emancipação.**

A **emancipação** é o valor de **caráter humano-genérico mais central** do **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social de 1993**, pois expressa a **finalidade ético-política mais ampla** da profissão. Ela representa o horizonte de superação das formas de dominação, opressão e exploração que marcam a sociedade capitalista.

Embora valores como **liberdade, justiça social, equidade e democracia** também sejam fundamentais e estejam presentes no Código de Ética, a **emancipação** é o que **sintetiza a finalidade maior** do projeto ético-político da profissão: **promover a autonomia e a dignidade humana em sua totalidade.**

Como afirma Barroco (2009), a ética profissional no Serviço Social não se limita à normatização de condutas, mas se orienta por um projeto de sociedade que visa à **emancipação dos sujeitos sociais.**

Gabarito: A.

▪
11. (FGV - 2025 - EBSEH) De acordo com o Código de Ética de 1993, constitui um direito do assistente social

- A) a viabilização da alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as demandas da população usuária.
- B) o desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.
- C) a participação de programas de socorro à população em situação de calamidade pública.
- D) a contribuição para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
- E) o incentivo, sempre que possível, da prática profissional interdisciplinar.

Comentário:

A alternativa **correta é a letra B: o desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.**

De acordo com o **Art. 2º do Código de Ética Profissional de 1993**, entre os **direitos do/a assistente social** está:

“e) o desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional”.



Esse direito garante que, caso o/a profissional seja alvo de ataques ou acusações que afetem sua reputação no exercício da profissão, ele/ela pode solicitar ao CRESS ou CFESS um **desagravo público**, ou seja, um pronunciamento oficial de defesa pública da sua imagem pelo Conselho.

Em relação às demais alternativas:

A) Refere-se a **dever**, mas **não está listada como direito** no Código.

Art. 8º São deveres do/a assistente social:

c- contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária;

C) Participar de ações emergenciais em situação de calamidade é um **dever**, e **não um direito** previsto no Código.

Art. 3º São deveres do/a assistente social:

d- participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

D) A contribuição para a participação dos usuários é um **dever**, e **não está descrita como direito**.

Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as:

a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;

E) O incentivo à interdisciplinaridade é um **dever**, não um direito garantido.

Art. 10 São deveres do/a assistente social:

d- incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;

Gabarito: B.

12. (FGV - 2025 - EBSE RH) Nas relações com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil, é vedado ao assistente social

A) compactuar com o exercício ilegal da profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais.

B) valer-se de posição ocupada na direção de entidade da categoria para obter vantagens pessoais, diretamente ou através de terceiros.

C) devolver as informações colhidas em estudos e pesquisas aos usuários, para que eles possam usá-las para o fortalecimento dos próprios interesses.

D) depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.



E) adulterar resultados e fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos de que tome conhecimento.

Comentário:

A alternativa **correta é a letra B**.

“Valer-se de posição ocupada na direção de entidade da categoria para obter vantagens pessoais, diretamente ou através de terceiros.”

Essa conduta é **explicitamente vedada** pelo **Art. 14 do Código de Ética do/a Assistente Social**, que trata das relações com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil. O objetivo é **preservar a integridade, a ética e a legitimidade da representação profissional**, evitando qualquer uso indevido de cargos para fins pessoais ou favorecimentos.

Em relação às demais alternativas:

A) Está correta como vedação, mas **não se refere às relações com entidades da categoria e sociedade civil**, e sim ao exercício ilegal da profissão (Art. 4, alínea d).

C) Está **errada como vedação** — na verdade, **é um dever ético** devolver informações aos usuários para fortalecer sua autonomia (Art. 5, alínea d).

D) Também é vedado (Art. 20, alínea a), mas se refere às **relações com a Justiça**, não com entidades da categoria.

E) É vedado (Art. 4, alínea i), mas está relacionado à **conduta profissional geral**, não especificamente às relações com entidades da categoria.

Gabarito: B.

13. (FGV - 2024 - Prefeitura de Caraguatatuba - SP) Sobre os princípios do Código de Ética do Assistente Social, segundo a Lei nº 8.662/1993, analise as afirmativas a seguir.

I. A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo.

II. O reconhecimento da liberdade como valor ético central.

III. O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e o incentivo à diversidade.

Está correto o que se afirma em

A) I, apenas.

B) I e II, apenas.

C) I e III, apenas.

D) II e III, apenas.

E) I, II e III.



Comentário:

Vamos analisar os itens:

Item I – Correto

“A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo.”

Esse é o **segundo princípio fundamental** do Código de Ética do/a Assistente Social. Ele expressa o compromisso da profissão com a **promoção dos direitos humanos**, a **democracia** e a **oposição a práticas autoritárias** e arbitrárias.

Item II – Correto

“O reconhecimento da liberdade como valor ético central.”

Esse é o **primeiro princípio fundamental** do Código. A liberdade é considerada **eixo estruturante da prática profissional**, pois está diretamente ligada à **autonomia, emancipação e plena expansão dos sujeitos sociais**

Item III – Incorreto

“O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e o incentivo à diversidade.”

Esse item **parece correto**, mas **não está fiel à redação do Código de Ética**. O texto oficial fala em:

*“Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, **incentivando o respeito à diversidade...**”*

A diferença está na expressão **“incentivo à diversidade”**. O que se incentiva é o **respeito à diversidade**, o que muda o sentido e, por isso, torna o item **incorreto**.

Gabarito: B.

14. (FGV - 2024 - Prefeitura de Caraguatatuba - SP) O Código de Ética do Assistente Social prevê que as ações listadas a seguir são vedadas ao Assistente Social na relação com os profissionais.

I. Prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade.

II. Ser conivente com falhas éticas de acordo com os princípios do Código e com erros técnicos praticados por Assistente Social ou qualquer outro profissional.

III. Prejudicar deliberadamente o trabalho e a reputação de outro profissional.

Está vedado o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II e III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I e II, apenas.



E) II, apenas.

Comentário:

Vamos analisar os itens:

Item I – Correto

“Prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade.”

Essa conduta é **explicitamente vedada** pelo Código de Ética (art. 11, alínea b). O/a assistente social **não pode usar sua posição hierárquica para praticar abusos**, humilhar colegas ou promover discriminação. Isso fere os princípios de respeito, justiça e ética nas relações profissionais.

Item II – Correto

“Ser conivente com falhas éticas de acordo com os princípios do Código e com erros técnicos praticados por Assistente Social ou qualquer outro profissional.”

O Código também **veda a convivência com práticas antiéticas ou técnicas inadequadas**, seja de colegas assistentes sociais ou de outros profissionais (art. 11, alínea c). O/a AS tem o dever de **zelar pela qualidade e ética do exercício profissional**, inclusive denunciando irregularidades quando necessário.

Item III – Correto

“Prejudicar deliberadamente o trabalho e a reputação de outro profissional.”

Essa atitude é **eticamente condenável** e está vedada no Código (art. 11, alínea d). O/a assistente social deve manter **relações respeitadas e solidárias com colegas**, evitando qualquer ação que possa **comprometer injustamente a imagem ou o trabalho de outro profissional**.

Gabarito: A.

15. (FGV - 2024 - EBSEH) Sobre o sigilo profissional, nos termos previstos no Código de Ética Profissional vigente, assinale a afirmativa correta.

- A) Guardar rigoroso sigilo, mesmo em depoimentos judiciais, sobre o que saiba em razão de seu ofício.
- B) A quebra do sigilo só é admissível quando se tratar de situação que traga prejuízos à classe trabalhadora.
- C) Em trabalho multidisciplinar, as informações só podem ser prestadas dentro dos limites do estritamente necessário
- D) O sigilo só poderá ser revelado pelo Assistente Social depois de esgotados todos os esforços para que o usuário o revele.
- E) O Assistente Social está obrigado a guardar segredo das confidências recebidas e dos fatos de que tome conhecimento.



Comentário:

Letra C – Correta.

Essa afirmativa está **em conformidade com o Art. 18 do Código de Ética**, que trata do sigilo profissional em contextos de equipe.

Art. 18 A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

Parágrafo único A revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento.

Portanto, o/a assistente social deve:

- Compartilhar **apenas o essencial** para o atendimento.
- **Evitar exposição desnecessária** dos usuários.
- **Preservar a privacidade** e a dignidade do sujeito atendido.

Gabarito: C.

16. (FGV – 2023) Um dos princípios de nosso Código de Ética é o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”. Neste sentido, com base em seu compromisso ético no ambiente de trabalho, o Assistente Social deve manter, entre outras, as seguintes condutas, à exceção de uma. Assinale-a.

- A. Desconsiderar o respeito às diversas identidades heteronormativas e suas formas de expressão afetiva e sexual.
- B. Exercer a profissão sem discriminar alguém por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.
- C. Contribuir para o fortalecimento de um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem social, sem dominação, exploração de classe, etnia ou gênero.
- D. Posicionar-se em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.
- E. Defender de forma intransigente os direitos humanos e recusar o arbítrio e o autoritarismo.

Comentário:

A questão pede a alternativa que não corresponde com um dos princípios de nosso Código de Ética. Portanto, a letra A é o gabarito, considerando que o **“empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”** é um dos princípios dispostos no Código de Ética de 1993. Assim, o assistente social deve respeitar as diversas identidades heteronormativas e suas formas de expressão afetiva e sexual porque é parte do seu papel profissional promover a inclusão e



o respeito à diversidade, bem como trabalhar para garantir os direitos de todos os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Entretanto, como assistente social, é importante estar ciente dos efeitos da heteronormatividade e trabalhar para criar uma sociedade mais inclusiva e aceitante. Isso pode envolver desafiar suposições heteronormativas e trabalhar para criar ambientes seguros e de apoio para indivíduos de todos os gêneros e orientações sexuais.

Complementando a resposta, é importante sabermos o que significa a palavra heteronormatividade e identidades heteronormativas:

Identidades heteronormativas são aquelas que se enquadram nas normas sociais e culturais associadas à heterossexualidade e aos papéis de gênero tradicionais. Isso inclui a expectativa de que os indivíduos se identifiquem como homens ou mulheres, de acordo com o sexo biológico atribuído no nascimento, e que se comportem de maneira considerada “apropriada” para seu gênero. Também inclui a expectativa de que os indivíduos formem relacionamentos românticos e sexuais exclusivamente com pessoas do sexo oposto.

Heteronormatividade é um sistema social que impõe normas e expectativas baseadas na suposição de que existem apenas dois gêneros, masculino e feminino, e que a heterossexualidade é a única orientação sexual normal e natural. Este sistema pode ter efeitos negativos sobre indivíduos que não se encaixam nessas normas, incluindo aqueles que se identificam como LGBTQIA+.

Gabarito: letra A.

17. (FGV – 2023) Ao discutir a Ética, há que se levar em conta que os valores não valem em si mesmos. “Ao se tornar um valor abstrato, seu conteúdo e significado podem ser interpretados por diferentes perspectivas, tendendo a expressar as visões ideológicas que dominam na sociedade” (Barroco, 2022). A partir dessa assertiva, é correto afirmar que os valores presentes no Código de Ética do Assistente Social têm como referência histórica a(s):

- A. dinâmica da sociedade fundada em inúmeras divisões entre as ideias e o mundo concreto;
- B. mediação da práxis, dirigida a uma intervenção humana que visa a transformar a realidade;
- C. lutas dos trabalhadores e dos grupos discriminados socialmente;
- D. afirmação dos direitos humanos, tendo em vista o horizonte de uma consciência crítica;
- E. formas de expressão das relações sociais fundadas na exploração do trabalho.

Comentário:

A questão faz referência ao texto “Ética, política e a medida das Emancipações”, de Maria Lúcia Barroco (2022)¹, no qual afirma que “a positividade aos valores no Código de Ética é dada pela sua historicidade e pelo conjunto de pressupostos teóricos e ético-políticos que articulam o código a um

¹ BARROCO, Maria Lúcia. Ética, política e a medida das Emancipações. **Ética em Movimento** [versão e-book]: curso de capacitação para agentes multiplicadores/as. Ética e História. Módulo 1. CFESS, Brasília – DF, 2022.



projeto profissional e um projeto societário. Os valores do código têm como referência histórica **as lutas dos/as trabalhadores/as e dos grupos discriminados socialmente**".

Gabarito: letra C.

18. (FGV – 2023) Os ambientes de trabalho são permeados por relações de poder e por conflitos que refletem assimetrias/desigualdades de classe, raça, gênero, sexualidade, gerações, entre outras. Com base na Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social e com o Código de Ética Profissional, assinale a afirmativa correta.

- A. Cabe ao profissional de Serviço Social favorecer a superação de tais assimetrias em busca de um acordo favorável a todas as partes.
- B. Recomenda-se o posicionamento neutro e imparcial do profissional de Serviço Social na conciliação entre as partes envolvidas no conflito.
- C. O profissional é recrutado para atenuar os conflitos e tensões e fortalecer os laços de solidariedade, visando ao bem comum e à saúde no ambiente de trabalho.
- D. Cabe ao profissional planejar, organizar e administrar programas e projetos orientados pela defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo
- E. O Assistente Social será responsável por instituir um ambiente de trabalho marcado pela cultura da paz e pela superação dos conflitos.

Comentário:

A resposta correta é D. De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão, o profissional deve planejar, organizar e administrar programas e projetos, que devem ser orientados pelo princípio do Código de Ética de defesa intransigente dos direitos humanos e recusa da arbitrariedade e do autoritarismo.

As demais alternativas não condizem com as disposições da Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social e com o Código de Ética Profissional.

Gabarito: letra D.

19. (FGV – 2023) Constituem infrações disciplinares previstas no Código de Ética Profissional do Assistente Social as seguintes ações, à exceção de uma. Assinale-a.

- A. Exercer a Profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos ou impedidos.
- B. Não cumprir, no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou autoridade dos Conselhos, em matéria destes, depois de regularmente notificado.
- C. Abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.
- D. Participar de instituição que, tendo por objeto o Serviço Social, não esteja inscrita no Conselho Regional.



- E. Fazer ou apresentar declaração, documento falso ou adulterado, perante o Conselho Regional ou Federal.

Comentário:

A questão pede a alternativa que não faz parte das infrações disciplinares previstas no Código de Ética Profissional do Assistente Social.

A alternativa correta é C. De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social, o profissional deve abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes. Portanto, esta ação não constitui uma infração disciplinar, mas um DEVER do assistente social, previsto no Código de Ética Profissional.

Todas as demais alternativas são infrações disciplinares prevista no Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Gabarito: letra C.

20. (FGV – 2023) Avalie, com base no Código de Ética do Assistente Social, se deveres do assistente social incluem:

- I. Ser solidário com outros profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código.
- II. Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.
- III. Respeitar as normas e os princípios éticos das outras profissões.
- IV. Prevaler-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade.

Estão corretos apenas

- A. I e II.
- B. III e IV.
- C. I, II e III.
- D. I, III e IV.
- E. II, III e IV.

Comentário:

De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, os deveres do assistente social incluem:

- Ser solidário com outros profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código (Art. 10, a);
- Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar (Art. 10, d);
- Respeitar as normas e os princípios éticos das outras profissões (Art. 10, e).

Portanto, os itens I, II e III estão corretos.



O item IV está incorreto, pois o Código de Ética do Assistente Social proíbe o profissional de prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade (Art. 11, b).

Gabarito: letra C.

21. (FGV – 2023) O Artigo 5º do Código de Ética do Assistente Social afirma que “são deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as” democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as. Assinale a opção que se contrapõe a este artigo.

- A. Os registros dos assistentes sociais devem ser sistematizados e analisados, visando estruturar um projeto de intervenção.
- B. Os programas institucionais devem contar com a participação dos/das trabalhadores/as.
- C. As informações contidas nos registros profissionais não devem, em hipótese alguma, constituir base de propostas profissionais.
- D. O acesso à informação é um direito dos/das trabalhadores/as.
- E. Os registros individuais dos/as trabalhadores/as atendidos/as pelos assistentes sociais são protegidos pelo sigilo profissional.

Comentário:

De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, o Artigo 5º afirma que:

"São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as:

- a) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;
- c) devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento dos seus interesses;
- d) informar à população usuária sobre a utilização de materiais, instrumentos técnicos e os objetivos da intervenção profissional;
- e) garantir a qualidade dos serviços prestados aos/às usuários/as e a defesa dos seus direitos, tendo em vista a melhoria das condições de vida da população e a ampliação do acesso às riquezas socioculturais;
- f) contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- g) esclarecer os/as usuários/as quanto aos possíveis resultados da prestação de serviços solicitada."



Portanto, a opção que se contrapõe a este artigo é a alternativa C, pois as informações contidas nos registros profissionais devem ser utilizadas para subsidiar propostas profissionais que atendam aos interesses dos/as usuários/as, conforme o inciso c do artigo.

Gabarito: letra C.

22. (FGV – 2023) Considerando os princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social, assinale a opção que não está de acordo com o prescrito na normativa profissional.

- A) A articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos mesmos princípios e com a luta geral dos trabalhadores.
- B) A defesa da democracia, enquanto socialização da participação partidária e da riqueza socialmente produzida.
- C) O exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física.
- D) O compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.
- E) A garantia do pluralismo, respeitando as correntes democráticas existentes e o compromisso com o constante aprimoramento intelectual.

Comentário:

Vamos analisar cada alternativa:

- A) **Esta afirmação está correta.** O Código de Ética do Assistente Social enfatiza a importância da articulação com outros movimentos profissionais que compartilham dos mesmos princípios e com a luta geral dos trabalhadores.
- B) **Esta afirmação está incorreta.** Embora o Código de Ética do Assistente Social defenda a democracia, ele não a define especificamente enquanto “socialização da participação partidária”, mas sim “enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”. Portanto, esta opção não está de acordo com o prescrito na normativa profissional.
- C) **Esta afirmação está correta.** O Código de Ética do Assistente Social enfatiza a importância de exercer o Serviço Social sem discriminação.
- D) **Esta afirmação está correta.** O Código de Ética do Assistente Social destaca o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual.
- E) **Esta afirmação está correta.** O Código de Ética do Assistente Social enfatiza a importância do pluralismo e do respeito às correntes democráticas existentes, bem como o compromisso com o constante aprimoramento intelectual.

Portanto, a alternativa B é a única que não está de acordo com o prescrito na normativa profissional.

Gabarito: B.



23. (FGV – 2023) Avalie, com base no Código de Ética Profissional do Assistente Social, se os deveres do Assistente Social, nas suas relações com os usuários, incluem:

I. Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais. II. Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários. III. Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados. IV. Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.

Está correto o que se afirma em

- A) I e II, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

Comentário:

Vamos analisar cada uma das afirmações:

I. Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais. **Esta afirmação está correta.** O Código de Ética do Assistente Social enfatiza a importância de promover a participação efetiva dos usuários nas decisões institucionais.

II. Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários. **Esta afirmação está correta.** O Código de Ética do Assistente Social destaca a necessidade de democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis, como um meio essencial para promover a participação dos usuários.

III. Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados. **Esta afirmação está correta.** O Código de Ética do Assistente Social enfatiza a importância de trabalhar para desburocratizar a relação com os usuários, a fim de agilizar e melhorar os serviços prestados.

IV. Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses. **Esta afirmação está correta.** O Código de Ética do Assistente Social destaca a importância de devolver as informações coletadas nos estudos e pesquisas aos usuários, para que eles possam usar essas informações para fortalecer seus interesses.

Portanto, todas as afirmações estão corretas e refletem os deveres dos Assistentes Sociais em suas relações com os usuários, conforme estabelecido no Código de Ética Profissional do Assistente Social.



Gabarito: E.

24. (FGV – 2023) Considerando o Código de Ética Profissional do Assistente Social, avalie se os direitos do Assistente Social incluem: I. Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional. II. Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos. III. Ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções. Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Comentário:

Vamos analisar cada uma das afirmações:

I. Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.

Esta afirmação está correta. O Código de Ética Profissional do Assistente Social garante o direito ao desagravo público por ofensa que atinja a honra profissional do assistente social.

II. Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

Esta afirmação está correta. O Código de Ética Profissional do Assistente Social assegura a liberdade na realização de estudos e pesquisas, respeitando os direitos de participação dos indivíduos ou grupos envolvidos.

III. Ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções.

Esta afirmação está correta. O Código de Ética Profissional do Assistente Social garante ampla autonomia no exercício da profissão, e o assistente social não é obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com suas atribuições, cargos ou funções.

Portanto, todas as afirmações estão corretas (opção E). Cada uma dessas afirmações reflete os direitos do Assistente Social, conforme estabelecido no Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Gabarito: E.



25. (FGV – 2022) No Código de Ética Profissional de 1993, a democracia é um dos princípios fundamentais, entendida como único padrão de organização política capaz de assegurar

- (A) ética e direitos humanos.
- (B) igualdade e distributividade.
- (C) liberdade e equidade.
- (D) autonomia e emancipação.
- (E) universalidade e empoderamento.

Comentário:

No Código de Ética Profissional de 1993, a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social.

Gabarito: letra C.

26. (FGV – 2022) O Código de Ética Profissional de 1993 estrutura-se sobre um suporte teórico que fundamente a concepção e os valores ético-políticos de suas prescrições. Esse suporte assenta-se

- (A) no estruturalismo.
- (B) na hermenêutica.
- (C) no pragmatismo.
- (D) na socialdemocracia.
- (E) no marxismo

Comentário:

O Projeto Ético-Político Profissional (PEP) do assistente social, que tem uma direção social de orientação marxista. Esse amadurecimento da profissão ocorreu a partir do anos 80 é fortalecido com a contribuição da pesquisa na área de Serviço Social, com as produções de conhecimento na pós-graduação e, também com os documentos da Lei da Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), do Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) e das Diretrizes da ABEPSS (1996).

Gabarito: letra E.



27. (FGV – 2022) O Art. 2º, inciso h, do Código de Ética Profissional do Assistente Social "assegura ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo o profissional obrigado a prestar serviços incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções". Caso seja convocado a colaborar no atendimento a vítimas de enchentes e deslizamentos, o assistente social deve:

- (A) atender à convocação, uma vez que tal ato constitui dever do assistente social;
- (B) atender à convocação, desde que publicada nominalmente em Diário Oficial;
- (C) recusar a convocação, uma vez que a secretaria de governo responsável dispõe de profissionais habilitados para tal;
- (D) recusar a convocação, uma vez que é vedado ao assistente social assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado;
- (E) atender à convocação por dever humanitário, uma vez que essa é a essência do Serviço Social.

Comentário:

O Código de Ética Profissional de 1993, no que se refere aos direitos e responsabilidades gerais do assistente social, dispõe que é um dever do profissional participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

Gabarito: letra A.

28. (FGV – 2022) O assistente social atua em variados espaços ocupacionais, interagindo com diferentes profissionais e compartilhando saberes de outras áreas de conhecimento. Essa realidade, a depender do grau de organização ou institucionalização, pode vir a constituir trabalho interdisciplinar. O Código de Ética Profissional de Serviço Social trata nos seguintes termos a relação do assistente social com outros profissionais:

- (A) veda a elaboração de pareceres conjuntos;
- (B) define como dever do assistente social incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;
- (C) estimula o trabalho interdisciplinar como forma de agilizar o atendimento ao usuário;
- (D) concebe o trabalho multidisciplinar como salto de qualidade na produção de novas práticas;
- (E) define como direito do assistente social incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.

Comentário:

O Código de Ética Profissional de Serviço Social dispõe, na relação do assistente social com outros profissionais (art. 10), que é um dever do profissional incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.



Gabarito: letra B.

29. (FGV – 2022) Na aplicação dos pressupostos éticos do Serviço Social na prática profissional, o princípio da ampliação da cidadania impõe ao Assistente Social o desafio de articular

- A) a relação teoria-prática, a fim de que a primeira não se sobreponha à segunda, gerando uma ação distorcida da realidade.
- B) o estabelecimento de critérios para acesso aos programas e políticas sociais que sejam o reflexo das demandas colocadas pelos usuários.
- C) as mediações necessárias para a gestão dos recursos públicos disponíveis em consonância com a missão institucional.
- D) as estratégias de intervenção na dinâmica institucional com a dos sujeitos coletivos que lutam pela ampliação dos direitos sociais.
- E) o conhecimento sobre a correlação de forças presente na instituição, os programas oferecidos por ela e o cotidiano dos usuários.

Comentário:

Vamos analisar cada alternativa:

- A) A relação teoria-prática, a fim de que a primeira não se sobreponha à segunda, gerando uma ação distorcida da realidade. **Errado.** Esta afirmação é importante na prática do Serviço Social, pois a teoria deve informar a prática e vice-versa. No entanto, isso não está diretamente relacionado com o princípio da ampliação da cidadania.
- B) O estabelecimento de critérios para acesso aos programas e políticas sociais que sejam o reflexo das demandas colocadas pelos usuários. **Errado.** Embora seja crucial garantir que os programas e políticas sociais atendam às necessidades dos usuários, isso não está diretamente relacionado com o princípio da ampliação da cidadania.
- C) As mediações necessárias para a gestão dos recursos públicos disponíveis em consonância com a missão institucional. **Errado.** Embora a gestão eficaz dos recursos seja uma parte importante do Serviço Social, isso não está diretamente relacionado com o princípio da ampliação da cidadania.
- D) As estratégias de intervenção na dinâmica institucional com a dos sujeitos coletivos que lutam pela ampliação dos direitos sociais. **Esta afirmação está correta e está diretamente relacionada ao princípio da ampliação da cidadania.** O Assistente Social tem o desafio de articular estratégias de intervenção que apoiem os esforços dos sujeitos coletivos para ampliar os direitos sociais.
- E) O conhecimento sobre a correlação de forças presente na instituição, os programas oferecidos por ela e o cotidiano dos usuários. **Errado.** Embora o conhecimento das dinâmicas institucionais e das necessidades dos usuários seja importante, isso não está diretamente relacionado com o princípio da ampliação da cidadania.



Portanto, a alternativa D é a correta. Ela reflete o desafio imposto ao Assistente Social pelo princípio da ampliação da cidadania: articular estratégias de intervenção que apoiem a luta pela ampliação dos direitos sociais.

Gabarito: D.

30. (FGV – 2022) O Código de Ética do Assistente Social direciona o trabalho profissional e possui um fundamento ontológico. Seus onze princípios fundamentais estão entrelaçados dentro desta concepção. Um destes princípios estabelece a “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.”, o que requer um compromisso claro com

- A) a formação profissional crítica e de qualidade.
- B) a luta da classe trabalhadora.
- C) o desenvolvimento do politicismo na profissão.
- D) a erradicação do capitalismo.
- E) o processo de emancipação humana.

Comentário:

A alternativa E é a correta, pois ela reflete o compromisso claro com o processo de emancipação humana, que é fundamental para a construção de uma nova ordem societária sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

Gabarito: E.

31. (FGV – 2022) No estudo social remetido ao juiz da Vara de Família, a assistente social, ao descrever os contornos de uma disputa entre mãe e filha pela guarda do neto, destaca, entre outras acusações proferidas pela avó, o fato de a mãe da criança ter feito dois abortos. Conforme o Código de Ética Profissional de Serviço Social, o dever do sigilo:

- A) foi violado, pois o aborto é crime no Brasil e essa informação não se enquadra nas condições de admissibilidade estabelecidas no Código de Ética;
- B) não foi violado, já que o principal argumento da avó para requerer a guarda do neto se baseia nesta informação;
- C) não foi violado, já que o estudo social está dirigido ao juiz e a assistente social, por respeito à hierarquia e tendo em conta que ele também está obrigado ao sigilo, pode registrar a informação;
- D) não foi violado, já que as informações contidas num estudo social têm caráter testemunhal, ao qual o dever de sigilo está subordinado;



E) foi violado, já que o acesso ao conteúdo de estudos sociais requeridos por juízes é bastante amplo, podendo causar possíveis prejuízos aos jurisdicionados.

Comentário:

Vamos analisar cada alternativa:

A) Foi violado, pois o aborto é crime no Brasil e essa informação não se enquadra nas condições de admissibilidade estabelecidas no Código de Ética. **Esta afirmação está correta.** O Código de Ética Profissional do Assistente Social estabelece que todas as informações confidenciais obtidas no exercício da profissão devem ser mantidas em sigilo. Portanto, ao revelar a informação sobre os abortos, o dever do sigilo foi violado.

B) Não foi violado, já que o principal argumento da avó para requerer a guarda do neto se baseia nesta informação. **Esta afirmação está incorreta.** Mesmo que a informação seja relevante para o caso, o Assistente Social ainda tem a obrigação de manter o sigilo profissional. A relevância da informação para o caso não anula a necessidade de sigilo.

C) Não foi violado, já que o estudo social está dirigido ao juiz e a assistente social, por respeito à hierarquia e tendo em conta que ele também está obrigado ao sigilo, pode registrar a informação. **Esta afirmação está incorreta.** Mesmo que o estudo social seja dirigido ao juiz, o Assistente Social ainda tem a obrigação de manter o sigilo profissional. O fato de a informação ser compartilhada com o juiz não anula a necessidade de sigilo.

D) Não foi violado, já que as informações contidas num estudo social têm caráter testemunhal, ao qual o dever de sigilo está subordinado. **Esta afirmação está incorreta.** O estudo social realizado pelo assistente social não tem caráter testemunhal e trata-se de uma ferramenta técnica e metodológica que visa investigar e analisar a situação social de indivíduos, famílias ou grupos. Ele é usado para informar e orientar a tomada de decisões, documentado através de um laudo e parecer social, sendo um dever do Assistente Social manter o sigilo profissional.

E) Foi violado, já que o acesso ao conteúdo de estudos sociais requeridos por juízes é bastante amplo, podendo causar possíveis prejuízos aos jurisdicionados.

Esta afirmação está incorreta. Embora o acesso ao conteúdo de estudos sociais requeridos por juízes seja amplo, a questão aqui é se a informação sobre os abortos deveria ter sido mantida em sigilo. O fato de a informação ser potencialmente acessível a muitas pessoas não é relevante para a questão do sigilo.

Portanto, a alternativa A é a correta, como indicado no gabarito. Ela reflete a violação do dever do sigilo, que é um princípio ético fundamental para a profissão de Assistente Social.

Gabarito: A.

32. (FGV – 2021) Os deveres do Assistente Social, nas suas relações com os usuários e com as instituições empregadoras, estão estabelecidos no Código de Ética do Assistente Social. Sobre os deveres do AS, assinale a afirmativa correta.



- A) Resguardam a inviolabilidade do local de trabalho e os respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional.
- B) Expressam as preocupações com o exercício profissional e com a garantia dos direitos sociais dos usuários das políticas sociais.
- C) Indicam, como atribuição privativa do Assistente Social, estabelecer as normas e as rotinas institucionais.
- D) Incentivam a participação nos movimentos sociais vinculados à luta pela ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

Comentário:

Vamos analisar cada alternativa:

- A) Resguardam a inviolabilidade do local de trabalho e os respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional. **Errado.** O Código de Ética não especifica como um dever, mas sim como um direito do Assistente Social.
- B) Expressam as preocupações com o exercício profissional e com a garantia dos direitos sociais dos usuários das políticas sociais. **Esta afirmação está correta.** O Código de Ética Profissional do Assistente Social expressa as preocupações com o exercício profissional e com a garantia dos direitos sociais dos usuários das políticas sociais, sendo um dever do profissional empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais.
- C) Indicam, como atribuição privativa do Assistente Social, estabelecer as normas e as rotinas institucionais. **Errado.** O estabelecimento de normas e rotinas institucionais não é uma atribuição privativa do Assistente Social e não está previsto no Código de Ética.
- D) Incentivam a participação nos movimentos sociais vinculados à luta pela ampliação da democracia e dos direitos de cidadania. **Errado.** Embora o Código de Ética incentive a participação em movimentos sociais, isso não é apresentado como um dever do Assistente Social nas suas relações com os usuários e com as instituições empregadoras, mas sim como um direito nas suas relações com as entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil.

Gabarito: B.

33. (FGV – 2021) Um dos princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social é o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. Este princípio diz respeito

- A) à construção de uma comunidade em que todos os indivíduos possam ter acesso amplo a todas as objetivações, desenvolvendo amplamente sua potencialidade.
- B) àquele que é diferente do padrão dominante na sua forma de pensar, de se manifestar, de agir, de expressar sua individualidade.



C) à tendência de unificação das diferenças sexuais, raciais e sociais com vistas ao enfrentamento do preconceito.

D) ao constante aperfeiçoamento intelectual, possibilitando compreender os processos constituintes da discriminação e do estigma.

E) à compreensão crítica da realidade, bem como as dimensões da questão social para contribuir com o processo de efetivação e ampliação de direitos.

Comentário:

O princípio mencionado no Código de Ética do Assistente Social se refere à eliminação de todas as formas de preconceito e ao incentivo ao respeito à diversidade. Isso inclui o respeito àqueles que são diferentes do padrão dominante em sua forma de pensar, de se manifestar, de agir e de expressar sua individualidade.

De acordo com Barroco e Terra (2014)²,

Esse princípio deve também regular toda atividade do assistente social, afastando, rejeitando e denunciando condutas e atitudes preconceituosas ou discriminatórias, manifestadas em qualquer dimensão profissional, não admitindo juízo preconcebido, na forma de atitude discriminatória perante pessoas, lugares, tradições, culturas, orientação sexual considerados diferentes ou "estranhos". O respeito à diversidade e o incentivo das diferenças, num sentido amplo, diz respeito àquele que é diferente do padrão dominante na sua forma de pensar, de se manifestar, de agir, de expressar sua individualidade.

Gabarito: B

34. (FGV – 2019) De acordo com o Código de Ética, a articulação do trabalho do Assistente Social com as lutas gerais dos trabalhadores é um(a)

- A. valor.
- B. prática profissional.
- C. atribuição privativa.
- D. princípio fundamental.
- E. juízo pessoal.

Comentário:

A “articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as” é um dos princípios fundamentais dispostos no Código de Ética de 1993.

Gabarito: letra D

² Barroco, Maria Lucia Silva; Terra, Sylvia Helena. “Código de Ética do(a) Assistente Social Comentado”. Cortez Editora, 2014.



35. (FGV - 2018) Quando intimado perante a autoridade competente a prestar depoimento como testemunha, o Assistente Social deverá comparecer e declarar que

- A. está obrigado a guardar sigilo profissional, sendo vedado depor na condição de testemunha.
- B. não poderá depor caso o motivo da intimação tenha ocorrido fora de seu lugar de trabalho.
- C. seu testemunho restringir-se-á ao estritamente necessário, desde que não exponha o que lhe foi dito em atendimento.
- D. é atribuição privativa contribuir com a justiça naquilo que for objeto de intervenção profissional.
- E. deverá, primeiro, inteirar-se do que deverá testemunhar e, em seguida, pedir permissão ao CRESS para este ato.

Comentário:

De acordo com o Código de Ética do Assistente Social: Deverá comparecer perante a autoridade competente, quando intimado/a a prestar depoimento, para declarar que está obrigado/a a guardar sigilo profissional nos termos deste Código e da Legislação em vigor, sendo vedado depor como testemunha sobre situação sigilosa do/a usuário/a de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.

Gabarito: letra A.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.